

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM TURISMO
LINHA DE PESQUISA: TURISMO, CONSTRUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS,
PEDAGÓGICAS E DE APRENDIZAGEM SOCIAL**

REBECCA DE NAZARETH COSTA CISNE

**ROTEIRO TURÍSTICO, TRADIÇÃO E SUPERAÇÃO:
TEMPO, ESPAÇO, SUJEITO E (GEO)TECNOLOGIA COMO CATEGORIAS DE
ANÁLISE**

**CAXIAS DO SUL
2010**

REBECCA DE NAZARETH COSTA CISNE

**ROTEIRO TURÍSTICO, TRADIÇÃO E SUPERAÇÃO:
TEMPO ESPAÇO, SUJEITO E (GEO)TECNOLOGIA COMO CATEGORIAS DE
ANÁLISE**

Dissertação de Mestrado em Turismo para
obtenção do título de Mestre em Turismo pela
Universidade de Caxias do Sul. Linha de
Pesquisa Turismo, construções
epistemológicas, pedagógicas e de
aprendizagem social

Orientadora: Prof. Dra. Susana Gastal

**CAXIAS DO SUL
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

C579r Cisne, Rebecca de Nazareth Costa, 1986

Roteiro turístico, tradição e superação : tempo, espaço, sujeito e (geo)tecnologia como categorias de análise / Rebecca de Nazareth Costa Cisne. -2010.

210f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2010. Orientação: Prof.^a Dr.^a Susana Gastal.

1. Turismo. 2. Viagens. I. Título.

CDU: 338.48

Índice para o catálogo sistemático:

1.	Turismo	338.48
2.	Viagens	338.48

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Márcia Carvalho Rodrigues – CRB 10/1411

“Roteiro turístico, tradição e superação: tempo, espaço, sujeito e (geo)tecnologia como categorias de análise”

Rebecca de Nazareth Costa Cisne

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 30 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dra. Liliane Stanisquaski Guterres
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Marcia Maria Cappellano dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dra. Mirian Rejowski
Universidade Anhembi Morumbi

DEDICATÓRIA

Ao meu PAI, mestre em vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao grande arquiteto do universo que nos tirou de seu espaço infinito para pudéssemos nos manifestar nesse mundo finito ensejando-nos a oportunidade de contribuir humildemente para Sua grande obra.

À minha eterna encorajadora: VIOLETA, a quem Deus deu-me a graça de chamar pelo doce nome de MAMÃE, que ao longo de 23 anos esteve de maneira incondicional ao meu lado, encorajando-me a cada decisão.

A todos os mestres que passaram por minha vida, sem a contribuição de cada um deles não teria conseguido chegar até aqui. De maneira especial, à “TIA DÉIA”, por longos anos diretora do Colégio Mina dos Sete Anões, grande responsável pela minha alfabetização.

Ainda, aos mestres MAURÍCIO BORGES, SHEILA BEMERGUY e WILKER NÓBREGA, pela atenção, carinho, apoio e valiosas contribuições.

Aos amigos JOSÉ LUIZ e ALEX SILVA pelas conversas encorajadoras. E, da mesma forma, às amigas e irmãs de comunidade, de maneira especial à DANI, ROSE e CRIS, presença humana do Amor de Deus em minha vida “[...] quando me esqueci que era alguém na vida, teu amor veio me lembrar que Deus me ama, que eu não estou só, que Deus cuida de mim quando fala pela tua voz, que me diz: CORAGEM!”

Às amigas, LAILA e WEUCIA, que torceram ao longo desta construção, parceiras em sonhos que comungam de um mesmo desejo.

Ao meu tio JOSÉ e sua esposa ZÉLIA e, da mesma forma ao meu primo SADO, pela ajuda incondicional a qual jamais poderei retribuir.

Aos meus irmãos, EMMANUEL COSTA e NEWTON CISNE, ou simplesmente MARREL e NILTINHO pelo apoio, contribuição e carinho em todas as horas, fazendo-me ter certeza do valor da família a cada reencontro quando voltava à Belém. “Se pela força da distância tu te ausentas, pelo poder que há na saudade, voltarás!”

Aos meus amigos que torceram, apoiaram e rezaram por mim, em especial à DÉDÉ RENATO, fiel encorajadora desde sempre e, da mesma forma sua filha ANA PAULA. Ao meu “primo” JOSÉ MARTINIANO e, igualmente aos meus “tios” MONTEIRO e FAFÁ. À ANA CRISTINA. Ao colega LUCIANO, que foi o primeiro a perceber que meu destino estava mesmo era “na terra do sol gelado”, como ele chama Caxias.

Às amigas que, além da amizade, se uniram a mim e a esta construção por meio da parceria, emprestando seu legado cultural e intelectual e, assim, contribuíram de forma inenarrável para a edificação deste

estudo, meu muito obrigada à: ALICE BOGÉA (a *room mate* mais que simples colega), ANA CAROL (amiga e parceira em todas as horas), CRIS MESQUITA (amiga, mãe, irmã), LUCIANA COSTA (parceira em debates epistemológicos em todas as horas, especialmente aos domingos), MARCELA MARINHO (que além dos debates intelectuais também me emprestou seu colo quando precisei chorar) e PATRÍCIA KREUSBURG (pela amizade e companheirismo), além dos amigos GUILHERME BRIDI e HENRIQUE PATTO pelo apoio

À professora SUSANA GASTAL, antes de tudo, por não ter desistido, pela insistência em me mostrar que há um caminho para ser melhor. Pela paixão que me despertou pela dúvida. Pelo ensinamento que não precisava de respostas, mas de questionamentos e, se caso encontrasse respostas, elas seriam bem vindas; caso contrário, eu assumiria o compromisso de viver com as dúvidas.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, pelas contribuições, debates e conversas encorajadoras em sala de aula, ou não. Em especial à Professora MÁRICA CAPPELLANO que, com as aulas da Oficina de leitura e Produção de Textos de Circulação Acadêmica assumiu o papel de “Co-Orientadora”, ajudando-me de maneira incondicional nesse exercício de superação de um pensamento cartesiano, fazendo-me entender o significado de pesquisa e fazendo-me sentir o seu verdadeiro sabor. E, da mesma forma, ao professor EDEGAR TOMAZZONI, pelas importantes contribuições para que este trabalho pudesse tornar-se realidade, às conversas, discussões e colaborações nunca negadas, mas acima disso, à amizade.

À CAXIAS DO SUL que, dentre muitas coisas, primeiramente de forma angustiante, mas depois amenizada pelo amor, me trouxe a distância dos meus três maiores amores: meus pais, minha cidade e meus amigos. Agradeço à distância e à saudade por terem fortificado ainda mais os laços que me unem a minha família, à minha cidade e aos meus amigos.

Por último, porém jamais menos importante, àquele que mesmo de longe esteve sempre presente, nas angústias e felicidades. Agradeço pelo amor, pelo carinho, pela atenção, e, acima de tudo, pela paciência e compreensão demonstrada em horas desperdiçadas em me ouvir: RAHIM METAICHE.

De tudo ficaram três coisas: A certeza de que estamos começando; A certeza de que é preciso continuar; A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar (FERNANDO SABINO).

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o Roteiro Turístico, buscando avançar na sua análise em termos teórico e conceitual, questionando se as categorias Sujeito e (Geo)Tecnologias, agregadas ao conceito de Roteiro Turístico, contribuiriam para redimensioná-lo e equacioná-lo com uma construção epistemológica do Turismo que transcendesse os limites mercadológicos e economicistas e, particularmente, incorporasse a lógica dos fluxos. A literatura especializada ainda dedica pouco espaço e aprofundamento à questão do roteiro e à roteirização, conforme o demonstrou a pesquisa exploratória inicial desta investigação, da qual também emergiram as categorias Tempo, Espaço e Tematização. Estas categorias demarcam o que, no corpo do trabalho, passou a ser tratado com Roteiro Turístico Tradicional. O avanço da análise mostrou que, na atualidade, o Roteiro Turístico deve contemplar, na sua abordagem, Sujeito e (Geo)Tecnologias, como novas categorias constituintes para a compreensão do Roteiro Turístico. A Dialética, tomada como opção metodológica inicial para dar suporte ao diálogo necessário entre o estado da arte atual, portanto a TESE, e os questionamentos e proposições de novas categorias (Sujeito e Tecnologia), para a composição da ANTÍTESE, mostraram-se insuficientes para encaminhar a SÍNTESE; o impasse exigiu o questionamento do caminho percorrido, inclusive em termos metodológicos, para o avanço da investigação. Como consequência, buscou-se na COMPLEXIDADE, conforme proposta por Edgar Morin, o suporte epistemo-filosófico, para o prosseguimento da investigação. Disso, resultou a idéia de Fluxo como categoria para organizar a compreensão que se buscava. Com esses subsídios, a construção da Síntese levou à superação do entendimento do Todo como a soma das partes, ou seja, não apenas uniram-se as categorias para propor um conceito de Roteiro Turístico mas, a partir de sua equalização, pode-se perceber o Roteiro Turístico em três esferas: (1) a priori; (2) empirização; e (3) a posteriori.

Palavras-chave: Roteiro Turístico. Turismo. Sujeito. Tempo. Espaço. (Geo)Tecnologia. Tematização.

ABSTRACT

This research is about the Itineraries Tours, in it the author of this Thesis is looking forward to analyze them in conceptual and theoretical terms, questioning whether the categories Tourism Being and (Geo) technologies, added up to the concept of Itineraries Tours might help to resize it and equate it to an epistemological construction of tourism that transcends the marketing and economic limits and particularly, if it would incorporate the logic of flows. The literature has devoted little space and reinforcement to these issues, as was shown in the initial exploratory research. From this research also emerged the categories Time, Space and Thematization. These categories outline what, in the body of work, was written about under the subject “Traditional Itinerary Tours”. The progress of the analysis showed that to the issue of Itinerary Tours should be included Tourism Being and (Geo) technologies in its approach to new categories for understanding the components of Itinerary tours in the contemporary times. The DIALECTIC was taken as a methodological option for initial support to the dialogue needed between the current state of the art, THESIS, and the questions and propositions of new categories (Tourism Being and Technology) used for the composition of ANTITHESIS, which were insufficient to forward the Synthesis. The impasse needed the path for the advancement of the research to be questioned, even in terms of methodology. Because of this and for further research we sought out COMPLEXITY, as proposed by Edgar Morin, the media-philosophical epistemology. This resulted in the idea of flow as a category to organize the understanding that was sought. The contribution given by “complexity studies” supported the construction of the SYNTHESIS leading to overcoming the understanding of the whole as the sum of the parts, i.e. it did not only join the categories to propose a concept of Itinerary Tours, but from their equalization, one can see them in three spheres: (1) a priori, (2) empirical, and (3) a posteriori.

Key-Words: Itinerary Tours. Tourism. Tourism being. Time. Space. Thematization. (Geo)Technology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A PESQUISA: PERCURSO REFLEXIVO	17
1.1 OBJETIVOS E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2 ROTEIRO TURÍSTICO: PERCORRENDO A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	22
1.2.1 A construção Acadêmica	25
1.2.2 Políticas Públicas	31
1.3 METODOLOGIA	34
1.3.1 Método: A Dialética	37
1.4 PARA ALÉM DO MÉTODO.....	41
2 ROTEIRO TURÍSTICO: CONSTRUÇÃO E PRESENÇA DO CONCEITO	46
2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	46
2.2 AS CATEGORIAS CONFORME SEU ENTENDIMENTO NA HISTÓRIA DO TURISMO	67
2.2.1 Tematização.....	70
2.2.2 Tecnologia.....	74
3 NOVAS CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO ROTEIRO TURÍSTICO.....	82
3.1 SUJEITO ATÁVICO	85
3.2 SUJEITO COMPLEXO	87
3.3 SUJEITO TURÍSTICO.....	89
3.3 TECNOLOGIA	93
3.3.1. A Nova Revolução: Características e Ambiente Favorável ao seu Desenvolvimento ...	94
3.3.2 O Sistema de Redes: Especificidade da Revolução da Informação	98
3.3.3 Sociedade e Tecnologia.....	102
3.3.4 Novas Ferramentas da Revolução da Informação	110
3.3.5 O Sujeito na Era Informacional.....	116
4 UMA EPISTEMOLOGIA HUMANÍSTICA E A LÓGICA DOS FLUXOS.....	119
4.1 MOMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO TURISMO	120
4.2 RESSIGNIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS TRADICIONAIS	127
4.2.1 Espaço.....	129
4.2.2 Tempo.....	138
4.2.3 Tematização.....	145
4.3 POR UM PENSAMENTO COMPLEXO QUE INCORPORA A LÓGICA DOS FLUXOS AOS ROTEIROS TURÍSTICOS	156
5 PARA UMA NOVA PRÁTICA DE PROPOSIÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS.....	166
5.1 DO IMAGINÁRIO AO DESEJO DE EVASÃO	168
5.2 A EMPIRIZAÇÃO DO ROTEIRO	171
5.3 RELATOS DE VIAGEM: A ROTEIRIZAÇÃO A POSTERIORI	172
5.1 A COMPLEXIDADE NA ROTEIRIZAÇÃO: RELATOS E GUIAS DE VIAGEM, O RETORNO DO POSTERIORI AO PLANEJAMENTO.....	180
CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS E NOVOS DESAFIOS.....	185

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	204
APÊNDICE	207
ANEXO.....	208

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema ROTEIRO TURÍSTICO surgiu para a pesquisadora ainda na Graduação em Turismo, realizada no Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam), associado a um projeto de viabilidade, então desenvolvido, para implantação de um empreendimento hoteleiro no município de São João de Pirabas, no Pará. O estudo apontou, entre outros, que o Município não careceria, necessariamente, da ampliação do número de leitos e unidades habitacionais, mas, sim, da formatação de um produto capaz de aumentar o tempo de permanência do turista no local, o que, na época, foi associado à oferta de Roteiros Turísticos na região.

Já como aluna do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, feitas as primeiras revisões da literatura sobre o tema de estudo, percebeu-se haver uma lacuna no que concerne às teorizações referentes ao assunto. Tanto nas práticas de mercado como na reflexão acadêmica, o Roteiro Turístico é apresentado como mero indicador, às vezes descritivo, de locais a serem visitados pelos turistas/visitantes em uma determinada localidade ou região, indicativos esses distribuídos num tempo e num espaço.

O desenvolvimento da presente pesquisa somou, então, uma inquietação há muito presente, no que se refere às práticas contemporâneas de Turismo, sob a lógica da globalização e da pós-modernidade, acrescida ao que pode ser colocado como um reducionismo nas concepções teórico-conceituais para ROTEIRO TURÍSTICO presentes na literatura. Buscou-se, nesses termos, avançar na sua construção teórica a fim de transcender as práticas de mercado e, por que não?, a teorização em voga, que herda do mercado a postura cartesiana e pragmática.

Com vistas a esse objetivo tentou-se considerar os novos comportamentos sociais no que se refere à viagem e ao uso das (geo)tecnologias, tendência em uma sociedade informacional. Assim, o estudo iniciou-se com pesquisa exploratória de teor bibliográfico sobre o tema. Os autores que se debruçam à compreensão acadêmica dos Roteiros Turísticos são fundamentalmente Bahl (2004a; 2004b) e Tavares (2002). Publicações técnicas, no entanto, concernentes à elaboração/formação de roteiros são mais comuns; destacam-se nesse contexto

os manuais utilizados por instituições como o Sebrae, o Senac e o Creato – Oficina de Roteiros.

A pesquisa exploratória indicou que tanto as teorizações, quanto as práticas de mercado e as políticas públicas evidenciam um saber-fazer inerente à elaboração de roteiros, que priorizaria tempo e espaço e, periféricamente, a tematização. Essa etapa da pesquisa gerou dados que levaram à reflexão sobre seu prosseguimento, inclusive em termos metodológicos. Inicialmente pensou-se em analisar o tema sob uma ótica funcionalista para compreender de que forma o “Roteiro Turístico” seria entendido pelas agências de viagens pelos órgãos estaduais de Turismo (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pará)¹, conforme ilustra a figura a seguir:

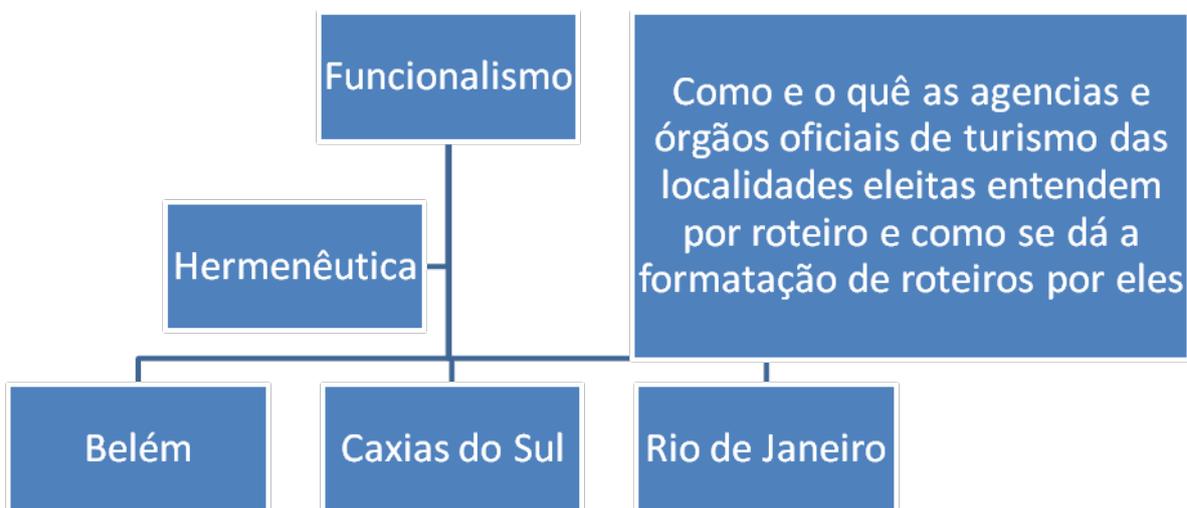


Figura 01: Estruturação da pesquisa segundo o método (momento preliminar – pesquisa exploratória)
Fonte: Cisne, 2010

Questionando-se sobre os avanços que a pesquisa traria nesse sentido, voltou-se à análise das informações levantadas durante a pesquisa exploratória e se percebeu a possibilidade de tratar Tempo, Espaço e Tematização como categorias de análise² e, nesse sentido, o encaminhamento dialético seria adequado para tratar a questão. A DIALÉTICA surgiu, nesse momento, como suporte ao diálogo necessário entre o estado da arte atual,

¹ Os estados foram escolhidos por afinidade territorial: Pará, Estado natal da pesquisadora; Rio Grande do Sul, onde realizou-se o mestrado; Rio de Janeiro, maior destino turístico internacional (EMBRATUR, 2008).

² O objetivo de elencar categorias é analisá-las de forma sistemática e dentro dos campos de conhecimento no qual se aplicam, para então avaliá-las dentro do contexto do turismo e, então, no âmbito dos roteiros turísticos (CISNE e GASTAL, 2009).

portanto a TESE, e os questionamentos e proposições de novas categorias (Sujeito e Tecnologia), para a composição da ANTÍTESE. Entretanto, tais, se mostrariam insuficientes para encaminhar a SÍNTESE; o impasse exigiu o questionamento do caminho percorrido, principalmente, em termos metodológicos, para o avanço da investigação. Como conseqüência, buscou-se na COMPLEXIDADE, conforme proposta por Edgar Morin, o suporte epistemo-filosófico, à pesquisa. Esse percurso reflexivo, bem como a metodologia com seus procedimentos metodológicos serão apresentados e justificados com mais detalhes no primeiro capítulo.

O segundo capítulo apresenta a perspectiva histórica do Turismo, delineando as marcas de roteirização. Essa construção foi norteadada pelo paradigma do Pós-Turismo, apresentado por Molina (2003), por se mostrar, até o presente momento, como a periodização que melhor agrega as demais propostas trazidas por pesquisadores que narram a história do Turismo. Nesse capítulo também se aponta para as categorias aqui elencadas para análise, tanto as tradicionais – TEMPO, ESPAÇO e TEMATIZAÇÃO – quanto às novas proposições – SUJEITO e TECNOLOGIA – em seu entendimento/tratamento nas narrativas históricas do fenômeno consagradas pelos especialistas da área. Dá-se destaque nesse capítulo, às categorias Tecnologia, por ser aquela que norteia a periodização de Molina, e Tematização, compreendendo-a como um recorte do imaginário, por ter sido tratada periféricamente nas teorizações sobre Roteiro Turístico.

Pensando a Tecnologia em seu sentido *stricto*, pensa-se que, frente às possibilidades de acesso a informações, um turista, ao deixar sua cidade para visitar outro local, pode, se o desejar, deter uma gama de informações que lhe permitam, entre outros, traçar seu itinerário em termos de distribuição espaço-temporal. Entretanto, falar em Turismo e Tecnologia não significa reduzi-la aos processos de divulgação e comercialização, pois se pode considerar, por exemplo, todo um novo espaço à subjetividade dos viajantes, em termos de gostos, sentimentos e interesses, que a roteirização, na sua forma tradicional e cartesiana, não permitia considerar, sequer respeitar. Nesse processo de roteirização tradicionalmente vigente, a presença da subjetividade referia-se apenas à do agente formatador, que selecionava os atrativos, a hospedagem e possibilidades de entretenimento que lhe parecessem mais adequados, priorizando, em um primeiro momento, não o Turista, mas o prestador de serviço.

Tendo em vista esses aspectos, chegou-se à categoria SUJEITO. A análise do Sujeito na construção epistemológica do Turismo passou por momentos distintos e por interpretações variadas conforme o aporte científico dado. Inicialmente, os conceitos de Turismo remetiam apenas às dimensões espaciais e temporais: “visitante temporário, proveniente de um país

estrangeiro, que permanece no país mais de 24 horas e menos de três meses, por qualquer razão, exceção feita de trabalho” (DE LA TORRE, 1992, p. 19). Cabe, portanto, ressaltar que, a partir do momento que se assume o Pós-Turismo como o paradigma no qual se situa este trabalho, essas premissas básicas e fossilizadas do entendimento do Turismo e, conseqüentemente, de Turista limitado ao deslocamento de um lugar para outro, impondo um recorte temporal e geográfico, são negadas.

Além disso, a postura pragmática ainda vigente defronta-se, no momento contemporâneo, com um novo quadro sócio-cultural que apresenta novos comportamentos de lazer e de viagem, e com a presença cada vez maior da tecnologia mesmo nas práticas cotidianas. Os novos comportamentos se marcam, em especial, por demanda no consumo do lazer e viagens por diferentes classes sociais e pela rapidez no acesso a informações no chamado tempo real, possibilitado pela evolução das TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, com novos *softwares* e equipamentos. Além do crescente desenvolvimento de tecnologias, que possibilitam melhores condições nas viagens, pela presença de meios de transportes mais velozes e mais confortáveis, houve também a possibilidade de maior autonomia dos viajantes em termos da escolha de destinos e na aquisição de produtos e serviços, desde a compra de passagens aéreas via Internet à escolha do apartamento no hotel, permitindo questionar sobre a presença e o papel da figura clássica do agente de viagens, nesse novo contexto.

Então, a TECNOLOGIA, cada vez mais presente na formatação dos produtos turísticos, deixa de ser mero instrumento para inserir-se, entre outros, na concepção dos roteiros turísticos. Um exemplo é o GEOPROCESSAMENTO que seria, nesse sentido, uma ferramenta tecnológica a ser utilizada, possibilitadora de um novo método de elaboração de Roteiros Turísticos, que, aliada à imagem gráfica, permitiria ao turista a oportunidade de, em primeiro lugar, convergir as duas categorias de análise existentes, tradicionalmente, na concepção de Roteiro Turístico, por meio do dimensionamento do tempo e do espaço (escala). Além disso, essa ferramenta poderia possibilitar a percepção de uma localidade sob um novo olhar, através do entendimento de sua logística e aspectos de interesse. Contudo, pensar o georreferenciamento associado ao Turismo, para avançar além da simples utilização como ferramenta de trabalho, significa também repensar teoricamente as questões associadas ao roteiro e roteirização, convergindo à Tecnologia como uma categoria de análise³.

³ Os avanços dos estudos possibilitaram a migração do conceito de tecnologia em seu sentido *stricto* para seu sentido *lato*, compreendendo-a conforme McLuhan, como uma extensão do corpo humano, por exemplo a roda, como extensão dos pés (ver capítulo 03).

Sob essas perspectivas, no terceiro capítulo reflete-se sobre o entendimento do SUJEITO TURÍSTICO nos diferentes campos do conhecimento na busca por sua compreensão no campo do Turismo e como ele se inclui no desenvolvimento do Roteiro Turístico Pós-Moderno, considerando também o PARADIGMA TECNOLÓGICO como interveniente e mediador no processo de mudança de sensibilidades do SUJEITO PÓS-MODERNO.

Diante desse cenário e dos objetivos a que esta investigação se propõe, após sistematização do conhecimento já existente sobre o tema, buscou-se avaliá-lo sob a perspectiva de sua possível construção teórica, por meio da proposição de novas categorias de análise, extraídas de teóricos das Ciências Sociais que tratem da sociedade e da cultura na contemporâneo, assim como teóricos que analisem o Turismo e o viajar no momento contemporaneidade, analisando a atividade turística sob a ótica não só dos fixos, mas também da lógica dos fluxos. Para tanto, no quarto capítulo buscou-se refletir sobre o fenômeno turístico com abordagem epistemológica que considere o Sujeito como centro do processo. Apresentam-se, então, para subsidiar o debate, os momentos epistemológicos do Turismo e ressignificação das categorias tradicionais (Tempo, Espaço e Tematização), para, finalmente, propor, a partir de uma inclinação ao pensamento complexo, uma epistemologia do Turismo que incorpore a lógica dos fluxos.

Dessa forma, busca-se, então, a abertura de um novo horizonte temático que rompa com o já está estruturado, desconstruindo idéias e conceitos para compreendê-los de forma mais ampla por meio de um exercício de um pensamento complexo. Reconhece-se, porém, os limites aqui existentes por, principalmente, não se tratar de um pensamento finalizado, mas uma proposta de trazer questionamentos que leve a novas reflexões, característica da complexidade.

Com vistas ao exposto, esta pesquisa buscou refletir, de maneira especial, se as categorias SUJEITO e (GEO)TECNOLOGIAS agregadas ao conceito de ROTEIRO TURÍSTICO contribuem para redimensioná-lo e equacioná-lo a uma construção epistemológica de Turismo que transcenda os limites mercadológicos e economicistas e, particularmente, incorpore a lógica dos fluxos.

A partir disso, compreendendo que teoria e prática retroalimentam-se, o quinto capítulo aponta práticas contemporâneas daquilo que foi, até então teorizado, enfatizando os RELATOS DE VIAGEM, desde sua forma oral à escrita, em diários de viagem, livros ou blogs. Para essa análise, buscaram-se, de maneira especial, os relatos do jornalista e blogueiro⁴ Zeca

⁴ Blogueiro (Português brasileiro) ou bloguista (Português europeu), ou ainda *blogger* (Inglês), são termos utilizados para designar aquele que escreve em *blogs*. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>)

Camargo⁵, em uma aproximação metodológica ao que se tem chamado de *netnografia*⁶. Entende-se, portanto, que a prática de roteirização estaria dividida em três momentos que, ao mesmo tempo em que se complementam, não são independentes entre si.

O desafio proposto por este trabalho, então, foi o de pensar o Roteiro Turístico e tendo como proposta a superação do já conhecido, compreendendo-o por meio de suas nuances, atribuindo-lhe um significado e não mais o vendo como simples mercadoria ou o limitando à idéia de itinerário. Para tanto, elencaram-se cinco categorias de análise para sua melhor compressão. Portanto, esta investigação teve a intenção de aprofundar os estudos no âmbito dos Roteiros Turísticos e apresentá-los pautados sob uma nova perspectiva de análise, formatados com a ajuda das Tecnologias que acompanham o desenvolvimento da história humana e do Turismo, de forma a considerar a subjetividade existente nesse contexto, o sujeito envolvido, dentre outros elementos. Para tanto, fez-se necessário, antes de tudo, rever as concepções teóricas hoje acerca dos roteiros.

A questão conceitual é uma dificuldade para a maioria dos pesquisadores que se deparam com a complexidade vocabular inerente a determinados fenômenos do mundo atual (PORTUGUEZ, 2001). Para o autor, os conceitos não precisam ser encarados de forma exageradamente rígida como em tempos passados. Assim, as ciências da sociedade não poderiam impor inércia para o conteúdo de seus conceitos, uma vez que a sociedade e suas instâncias – seus objetos de estudos – se tornam complexos cada dia mais.

Considerando isso, a relevância científica desta investigação desenha-se, na crítica às produções existentes no campo do Turismo sobre o Roteiro Turístico e pela presente análise das concepções teóricas referentes ao tema a fim de não mais limitá-los às concepções reducionistas de mercado. E, ao se apropriar das categorias Sujeito e Tecnologia, esta pesquisa mostra-se como um estudo importante no campo do Turismo, principalmente ao considerar a idéia de natureza compósita do Turismo (BENI, 2001), que permite pensar que mesmo não havendo percurso predefinido, o turista percorre um roteiro; por mais caótica a trajetória, o roteiro seria inerente à viagem e ao Turismo.

A relevância social desta investigação refere-se a uma nova possibilidade de, por meio de discussões teóricas, propor uma concepção de Roteiros Turísticos que ofereça ao turista não apenas um mero itinerário descritivo dos locais a visitar, mas uma opção de desvelar a localidade visitada sob uma perspectiva de organização espacial dentro do território, proporcionando a possibilidade de interpretação da localidade, da logística

⁵ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo>

⁶ As especificidades dessa abordagem serão apresentadas no capítulo um.

territorial da cidade, além de considerar quando de seu planejamento, O SUJEITO TURISTA e sua subjetividade. A partir disso, busca-se compreender o Roteiro Turístico como orientador não só o fluxo de pessoas, pois este também está preso aos fixos, mas antes de tudo, o fluxo de emoções, sentidos, experiências e ressignificações que o Sujeito, outrora Atávico, agora Turístico, em sua complexidade, atribui ao Tempo, Espaço e Movimento, por meio do Estranhamento. Dessa forma, os roteiros serão planejados a partir da premissa social, pensado para os turistas, como ferramenta a possibilitar ao visitante a oportunidade de interagir com a realidade do local por meio de seu⁷ entendimento.

A relevância histórica desse estudo pauta-se na identificação da história dos Roteiros Turísticos a partir do resgate histórico do Turismo e seu desenvolvimento no mundo, utilizando-se para tal, a literatura existente sobre o assunto, sem deixar de considerar o processo de evoluções tecnológicas já existentes desde o princípio de seu desenvolvimento (Paradigma do Pós-Turismo).

Com o objetivo de transcender os limites das discussões hoje impostos ao Roteiro Turístico, a análise que segue caminha para um novo pensar, considerando aspectos da contemporaneidade no contexto do desenvolvimento do Turismo.

⁷ Assume-se aqui a ambigüidade do termo, considerando que, conforme a construção aqui apresentada, o Roteiro Turístico organiza os fixos e os fluxos. A organização deste dá-se pela ressignificação do Tempo e do Espaço que possibilitará que ele (o Sujeito) possa encontrar-se consigo mesmo (ver capítulo 04).

1 A PESQUISA: PERCURSO REFLEXIVO

O pesquisador, ao iniciar seu processo de investigação, defronta-se com muitas possibilidades de caminhos a serem percorridos. O projeto de pesquisa pressupõe alguns, indica outros, mas o percurso, na sua totalidade, será construído em concomitância ao processo de investigação. Por essa razão, este capítulo inicial se compromete em resgatar os caminhos percorridos durante este estudo, tornando mais claros os procedimentos metodológicos adotados para realizá-lo, mas também buscando registrar as decisões e indecisões, as certezas e as muitas dúvidas inerentes ao processo. A dúvida, aliás, foi o grande mote no desafio inicial em pesquisar o tema ROTEIRO TURÍSTICO. Dúvidas em relação ao tratamento dado pelo mercado, mas também inquietações teóricas muito amplas, no que se refere ao aporte acadêmico ao tema, não raro adotando acriticamente as suposições do senso comum em relação ao assunto. Enquanto a pesquisa avançava, a inquietação em relação ao ROTEIRO TURÍSTICO e à ROTEIRIZAÇÃO só fazia aumentar; mas, também se mostrou indissociável, para a pesquisadora, a reflexão teórica e a construção metodológica. Daí a opção, metodológica e teórica, de iniciar a dissertação colocando esse percurso reflexivo percorrido, vivenciado e, em muito, sofrido.

Em sua compreensão mais simples, método significa caminho, mas aqui serão apresentadas não apenas os percursos teórico-metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, mas também os conflitos que surgiram durante sua construção. Conflitos estes importantes não apenas para a edificação do conhecimento que será exposto ao longo do estudo, mas igualmente importantes para o crescimento intelectual e pessoal da pesquisadora.

Em sua proposta inicial, este estudo não buscava por um conceito ou compreensão contemporânea para o termo “Roteiro Turístico”. A dimensão reflexiva que tomou fez-se a partir de conversas instigadoras entre orientadora e orientanda. Durante todo o processo iam surgindo novos questionamentos. A complexidade que a pesquisa ia tomando, a partir dessas conversas e das leituras feitas, não fora percebida a princípio. Ou talvez seja mais seguro dizer que, em função da complexidade tomada a partir das discussões, não se pôde, *a priori*, ter idéia da dimensão que a proposta de pesquisa estava tomando. Outra preocupação foi de não submergir às ambigüidades, fruto das incertezas, dúvidas e muitas angústias. Compreende-se agora que tudo isso fazia parte de um processo de construção de sentido não só para a compreensão de Roteiro Turístico, mas acima de tudo, construção do significado de pesquisa, reconhecimento da importância de troca de idéias e discussões. No entanto, antes de chegar a

um sentido mais preciso para a proposta da pesquisa, ou melhor, antes de se ter percebido a dimensão que o estudo tomara, questões como “Para que serve o que estou me propondo a fazer?”, “Como ligar os conhecimentos adquiridos entre si?”, ou ainda, o que parecia mais angustiante: “Qual a relação da minha proposta, dos estudos que estou realizando, com a vida, com o Turismo e com o Sujeito que viaja?” surgiram e mostraram à pesquisadora que por ter tido uma formação impregnada por posturas cartesiana e positivista, o exercício de um pensamento dialético e complexo, e a aceção do convívio com as contradições seria o maior desafio.

Esse cenário mudou a partir das leituras, mas acima de tudo, das discussões em sala de aula na disciplina “Turismo e Contemporaneidade”. A disciplina proporcionou o resgate de leituras que já haviam sido feitas para construir as bases da investigação, mas os debates foram relevantes para a construção de sentido, permitindo, ainda, o que se considera mais importante para a realização deste estudo: que o sentido dos saberes ali adquiridos e discutidos fosse suficientemente interiorizado, proporcionando a descentralização do conhecimento, observando-o sob óticas e perspectivas diferentes, relacionadas com a vivência de cada um dos partícipes. Com a ajuda de outros professores e das aulas na oficina de “Leitura e Produção de Textos de Circulação Acadêmica”, pode-se, finalmente, depois de compreendido, chegar à pretensiosa produção de saber, já que, percorridos os caminhos, finalmente o sentido havia sido construído, pois se transcendera o mero acúmulo de conhecimentos.

Falou-se anteriormente em complexidade. Cabe então buscar o sentido de complexo. Segundo aponta Ardoino (2001), “complexo” sugere a idéia de menor perfeição, privilegiando um tipo de conhecimento ordenado pelos valores de evidência e de transparência. Ao mesmo tempo, “complexo” torna-se sinônimo de complicado, até mesmo parente próximo de “impuro” e não se distingue, verdadeiramente, de outros qualitativos tais como “embaraçado”, “emaranhado”, “à espera de simplificação”. O que se pretende com esta análise, no entanto, não é a simplificação de conceitos ou do entendimento moderno de Roteiro Turístico, tampouco objetiva-se complicá-lo, mas sim problematizá-lo. A pergunta inicial então seria: “O que é Roteiro Turístico?”

Assim, a pesquisa assumiu uma natureza teórica e, portanto, reflexiva, com a proposta de análise do conceito de Roteiro Turístico, a partir de uma perspectiva histórica, buscando as categorias constituintes do conceito tradicional, visando propor/constituir um conceito consoante com os aportes trazidos pela epistemologia do Turismo, pela Geografia e Ciências Sociais, de forma a inserir o roteiro no panorama da pós-modernidade. Adotou-se o

método qualitativo para a percepção das circunstâncias e características presentes nas conceituações de Roteiro Turístico. Nesse sentido, os dados desta pesquisa estão descritos detalhadamente conforme sua situação, com o objetivo de compreender, em seus próprios termos, os campos de análise aqui apresentados, calcados dentro das circunstâncias e características de cada uma delas. Dentro dessa perspectiva, por meio da pesquisa qualitativa foram estudadas opções para definir o conceito de Roteiro Turístico partindo-se de categorias para tal análise.

1.1 OBJETIVOS E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A presente investigação colocou-se, como grande objetivo, contribuir com uma análise crítica no que se refere às concepções teórico-conceituais no âmbito dos Roteiros Turísticos e, a partir dos estudos desta pesquisa, lançar um novo olhar sobre sua concepção, considerando-se o uso das (geo)tecnologias, tendência em uma sociedade informacional. Propôs-se, ainda a:

- Analisar de forma crítica o conhecimento já presente na literatura acadêmica sobre os Roteiros Turísticos;
- Identificar as categorias de análise existente nas concepções teórico-conceituais dos Roteiros Turísticos;
- Propor novas categorias para análise e percepção do Roteiro Turístico
- Contextualizar os Roteiros em uma perspectiva histórica, por meio do resgate e ordenação de sua presença ao longo do tempo e das viagens;
- Resignificar as categorias tradicionais no contexto da pós-modernidade;
- Analisar o Turismo sob a lógica dos fixos e dos fluxos a partir da relação Turismo e Espaço e Turismo e Tempo.

O caminho percorrido para delimitar um problema de pesquisa congruente e que alcançasse os objetivos propostos pela investigação considerou alguns questionamentos iniciais. O tema ROTEIRO TURÍSTICO já havia sido previamente definido após pesquisa realizada para a conclusão do curso de bacharelado em Turismo. Assim, partiu-se da inquietação sobre a ineficiência dos mapas turísticos do ponto de vista cartográfico. A dissidência sobre o assunto, afora aspectos mais técnicos, relacionava-se à ausência de escala, o que impossibilita ao turista ter dimensões de tempo e de espaço. Frente à eminência de

novas tecnologias, em especial, as tecnologias da informação, e o uso crescente das geotecnologias, a pergunta contextualizava-se pela a possibilidade de considerar o georreferenciamento como ferramenta de apoio à elaboração de ROTEIROS TURÍSTICOS em consonância à utilização de imagens gráficas.

Tendo em vista essa análise inicial, considerou-se que, no momento atual, em que as tecnologias emergem, surgira também no setor turístico, a necessidade de agregar valores, não apenas em nível mercadológico, mas principalmente de bem estar e melhor compreensão por parte do visitante sobre a logística das cidades visitadas, o que poderia ser promovido e fomentado pelos roteiros fundamentados em imagem gráfica. A emergência de aliar novas tecnologias, principalmente de informação, é justificada pela iminência de um novo modelo de organização do território no Brasil, um meio técnico-científico-informacional que se instalaria sobre o território (SANTOS, 2009) e que não haveria como deixar de percebê-lo nas mais diversas e diversificadas atividades que se desenvolvem no mundo contemporâneo globalizado.

No desenvolver da pesquisa, no entanto, outras questões surgiram no que se referia ao ROTEIRO TURÍSTICO. Percebeu-se, após pesquisa exploratória, de teor bibliográfico e documental, que a literatura e o tratamento acadêmico ao assunto eram escassos e, além disso, o conceito de Roteiro estaria limitado a aspectos mercadológicos. Dentro desse prisma, a pesquisa rumou para análise conceitual do tema ROTEIRO TURÍSTICO, esperando contribuir com uma análise crítica no que se refere às compreensões teórico-conceituais para, então, a partir dos estudos realizados, lançar um olhar sobre sua concepção, que incluísse a presença/participação das tecnologias de geoprocessamento.

No cenário dessa nova inquietação, ajustou-se a questão de pesquisa dentro do seguinte contexto: “Esta investigação parte da pergunta pela possibilidade de considerar o geoprocessamento como ferramenta de apoio à elaboração de Roteiros Turísticos em consonância com utilização de imagens gráficas, a partir de um estudo e análise crítica das concepções teórico-conceituais do tema Roteiro Turístico” e, posteriormente, “Esta investigação parte da pergunta pela possibilidade de considerar, a partir de um estudo e análise crítica das concepções teórico-conceituais do tema Roteiro Turístico, o geoprocessamento como ferramenta de apoio à elaboração de Roteiros Turísticos em consonância com utilização de imagens gráficas”.

Após revisão bibliográfica com enfoque epistemológico (BOMBASSARO, 1992; MOESCH, 2002; PANOSSO, 2005; REJOWSKI, 2003) percebeu-se que, metodologicamente, a análise do tema para uma possível construção teórica seria melhor pensada e estruturada a

partir da proposição de categorias de análise, que segundo explica Panosso (2005), são utilizadas quando se precisa trabalhar com outras definições para que se possa explicar a abordagem que será dada.

Ainda à luz dos estudos exploratórios até então realizados, identificaram-se facilmente as categorias TEMPO e ESPAÇO, presentes de forma eminente em todos os conceitos até então estudados, bem como nas teorizações sobre Turismo. Considerando que Bahl (2004a, p. 42) diz ser Roteiro Turístico a “indicação de uma seqüência de atrativos existentes em uma localidade e **merecedores** de serem visitados”⁸, considerou-se também a SUBJETIVIDADE presente dentro desse contexto. Assim, a pergunta contextualizou-se da seguinte forma: “Esta investigação parte da pergunta pela possibilidade de, a partir de um estudo e análise crítica das concepções teórico-conceituais do tema Roteiro Turístico, considerar a cartografia e a tecnologia, sem deixar de considerar a subjetividade existente nesse processo, como categorias de análise para uma construção conceitual capaz de compreender a complexidade inerente aos Roteiros Turísticos, por meio da utilização do geoprocessamento como ferramenta de apoio à elaboração de Roteiros Turísticos em consonância à utilização de imagens gráficas”.

No percurso de elaboração do projeto de pesquisa, a pergunta reduziu-se à: “Esta investigação parte da pergunta pela possibilidade de considerar, a partir de um estudo e análise crítica das concepções teórico-conceituais do tema Roteiro Turístico, novas categorias de análise para construção conceitual do Roteiro Turístico que seja capaz de compreender sua complexidade”. Após novas análises julgou-se necessário reduzi-la a “O roteiro turístico tradicionalmente oferecido pelo mercado, e descrito pela literatura turística incorpora na contemporaneidade questões tecnológicas e comportamentais? Sim? Não? Por quê?”.

Percebeu-se, porém, que a pergunta então proposta no projeto de pesquisa não era suficiente para abarcar e contemplar a complexidade do tema. Nesse sentido, no anseio de contribuir para o redimensionamento de concepções teórico-conceituais consagradas na bibliografia especializada em ROTEIROS TURÍSTICOS, mediante a proposição das categorias de análise SUJEITO (e não mais subjetividade por considerar que esse tema possui larga amplitude) e (GEO)TECNOLOGIAS, questiona-se: No âmbito da pós-modernidade, categorias SUJEITO e (GEO)TECNOLOGIAS agregadas ao conceito de ROTEIRO TURÍSTICO contribuem para redimensioná-lo e equacioná-lo com uma construção epistemológica de Turismo que transcenda os limites mercadológicos e economicista e, particularmente, incorpore a lógica

⁸ Grifo meu

dos fluxos? Chegou-se, nesses termos, à formulação do problema que comporia e nortearia esta pesquisa.

1.2 ROTEIRO TURÍSTICO: PERCORRENDO A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

Nesta sessão apresenta-se o atual estado da arte, no que se refere ao tema ROTEIRO TURÍSTICO, analisando-se mais propriamente o atual entendimento do assunto no Brasil, no tratamento acadêmico e nas políticas públicas sobre o tema.

Vários termos acompanham o entendimento da expressão ROTEIRO TURÍSTICO. Alguns deles são, inclusive, utilizados como sinônimos ou termos complementares, tais como: circuito, excursão, itinerário, e pacote turístico. O ITINERÁRIO teria o sentido de caminho a seguir entre um local e outro (BAHL, 2004a), ou seria associado a roteiro turístico em termos de ser concernente ou relativo a caminho, também referindo à descrição de viagem, enquanto seu trajeto ou percurso (TAVARES, 2002). Itinerário ainda seria visto como toda rota ou circuito que passe por um espaço geográfico determinado, onde se descrevem e se especificam lugares de passagem, estabelecendo algumas etapas e tendo em conta as características turísticas próprias, sejam elas naturais, humanas ou histórico-monumentais (TAVARES, 2002). Pode ainda estar relacionado com a zona geográfica a ser percorrida, na sua abrangência local, regional, nacional ou internacional. Também refere à duração e aos serviços turísticos (hospedagem, meio de transporte, entre outros) (MONTANER MONTEJANO, 2001).

Bahl (2004a) e Tavares (2002) apontam o itinerário como sinônimo de Roteiro Turístico. O itinerário turístico, porém, não possuiria uma abrangência tão ampla como os Roteiros Turísticos no que concerne à inclusão de serviços e percepção do turista. Montaner Montejano (2001), de certa forma, também coloca o roteiro e o itinerário como sinônimos, ao lhes dar o mesmo tratamento dado pela literatura acadêmica contemporânea; explicita que itinerário seria toda rota ou circuito, colocando-os como sinônimos. Com base nesses termos, cabem os seguintes questionamentos: estaria a concepção atual de roteiro sendo limitada a idéia de itinerário pelos estudos no Turismo? Seria apenas a inclusão de serviços que diferenciaria o itinerário dos roteiros? Se não são sinônimos, o que diferenciaria um do outro? Seria o itinerário aquilo que é comercializado pelas agências, enquanto que os roteiros se fariam pela percepção do turista?

Quanto a CIRCUITO turístico, Bahl (2004a) afirma ser este a proposição de itinerários, ou percurso circular de uma programação turística, para que o viajante não passe duas vezes pela mesma localidade, antes de retornar ao ponto de partida. Excursão, segundo o mesmo autor, seria viagem com um roteiro previamente estabelecido, de uma utilização individual ou coletiva, geralmente organizados por uma agência de viagens, com o tempo de duração limitado e número variado de locais de visita. Tavares (2002) limita-se a apresentar a excursão como um pacote turístico coletivo, considerando-os, então, como sinônimos. O termo deriva do inglês *package*, que, conforme o dicionário *Oxford* (1998), refere um conjunto de itens e idéias que devem ser aceitas juntas.

Ao tratar do termo PACOTE TURÍSTICO, Tavares (2002), refere-se a ele como um roteiro de viagem, o qual inclui os serviços a serem utilizados, ou seja, os “elementos intervenientes” que constam na programação, constituindo-se “na adequação do meio de transporte a utilizar, em função da distância a percorrer; dos locais a visitar, tanto em termos de quantidade, ou na qualidade do atrativo; do tipo de hospedagem; de restaurante; de duração do roteiro; da clientela e do mercado a explorar” (BAHL, 2004a, p. 32). Bahl (2004a) afirma, ainda, que esse é um tipo de roteiro turístico em que os elementos são agrupados para serem vendidos em conjunto, não podendo ser comercializados em separado, o que mantém a idéia de *all inclusive*. Ainda segundo ele, pacote turístico é “um roteiro turístico composto de roteiros turísticos locais que, conjugados, conformam um grupo mais amplo, mas é divulgado em unidade” (2004a, p. 47). Para Tavares (2002), os pacotes podem ser classificados em dois tipos distintos: (1) individual (*forfait*), em que o “cliente” pode escolher sua programação; e (2) coletivos (*excursão*), em que o passageiro está sujeito ao roteiro “escolhido pelo grupo”; muitas vezes, contudo, esse roteiro é escolhido pelo agente operador e tem perfil de “produto montado” a ser lançado na “prateleira” da agência com um rótulo comercial criado por um processo pronto.

A complexidade nos limites conceituais chega, portanto, ao âmbito dos ROTEIROS TURÍSTICOS. Ao propor que sejam definidos como “descrição pormenorizada de uma viagem ou seu itinerário, ou como indicação de uma seqüência de atrativos existentes em uma localidade e merecedores de serem visitados” (BAHL 2004a, p. 42), o autor se aproxima do que é apresentado por Tavares (2002), quando recorre ao dicionário na busca de uma possível definição, o qual, por sua vez, considera roteiro como sinônimo de itinerário e acrescenta que Roteiro Turístico é uma indicação metódica e minuciosa da situação e direção de caminhos.

A partir disso, pode-se pensar que além da análise de produto rotulado lançado ao mercado, implícita na idéia de Bahl ao propor que roteiro seja visto como mero objeto

descritivo, outro aspecto é passível de análise: a afirmativa de seqüência de atrativos merecedores de serem visitados, ou seja, atrativos turísticos, o que implica em uma subjetividade inerente àquele que o formata e o olhar desse agente operador⁹ sobre a área a ser visitada. Ora, o interesse de cada ser humano, aqui entendido como SUJEITO TURÍSTICO, é variável e dependente de cada situação e local. No caso do turismo, envolve fatores complexos como motivação e, ao considerá-la sob a perspectiva de desejo, envolve as expectativas intrínsecas do Sujeito frente àquela localidade visitada, ou seja, à subjetividade relativa ao contexto desses “atrativos merecedores de serem visitados”. Grandes e suntuosas igrejas da Europa estão comumente presentes nos roteiros “emprateados” das agências de turismo. O interesse do visitante, porém, pode transcender tais atrativos. Dentro do Roteiro Turístico Tradicional, os sujeitos parecem apenas compor “um gracioso cenário romanesco, destinado a ornamentar o essencial do país: sua coleção de monumentos” (BARTHES, 2006, p. 73). O operador, ao selecionar esses monumentos “merecedores de serem visitados”, tende a suprimir “a realidade da terra [que], assim como a dos homens, não testemunha nenhuma realidade presente, isto é, histórica; e, desse modo, o próprio monumento se torna indecifrável, logo estúpido” (BARTHES, 2006, p. 73).

A subjetividade, da qual se falou anteriormente, continua presente quando Bahl (2004a) acrescenta que um roteiro bem idealizado é uma forma de reunir diversos elementos que apresentem os mais diversos aspectos de uma região ou localidade. Para ele, tais elementos despertam não só os interesses das pessoas – aqui é cabível questionar se, de fato, esses interesses são alcançados e, acima de tudo, satisfeitos, isto é, o real interesse estaria nas igrejas romanas ou na capital Italiana? – como também preenchem as necessidades de evasão e deslocamento, o que as torna motivadoras para viagem. Sob esse ponto de vista, o autor sugere que, nos roteiros, sejam incorporados valores relacionados a conteúdos históricos, geográficos, sociais, econômicos, urbanísticos, culturais, religiosos, folclóricos, dentre outros. Além disso, a vinculação da imagem do local, para o autor, estaria vinculada aos seus atrativos oriundos das características culturais ou naturais. Essa afirmação está em conformidade com o que diz o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), que apresenta os roteiros turísticos como itinerários caracterizados por um ou mais elemento que lhe conferem identidade¹⁰.

⁹ Os operadores de turismo são responsáveis pela elaboração de programas turísticos e disponibilização desses produtos para as Agências de Viagens e Turismo, que os comercializarão aos turistas.

¹⁰ Cabe aqui a ressalva de que também para o MTur Roteiro e Itinerário seriam sinônimos.

Ainda em busca da compreensão de Roteiro Turístico recorreu-se a Tavares (2002), o qual afirma que este é uma das principais formas de contextualizar os atrativos existentes em uma localidade e, conseqüentemente, agregar valor ao seu poder de atratividade, o que pode dinamizar o potencial de atração turística da localidade. Nele, os atrativos estão inseridos em um contexto maior, o que não invalida que, de forma geral, os roteiros seriam um atrativo por si só. A autora, contudo, transcende essa dimensão e afirma que os roteiros não devem ser concebidos tão somente como uma seqüência de atrativos a serem visitados, mas como uma importante ferramenta para a leitura da realidade existente e da situação sociocultural vigente na localidade. Essa leitura, contudo, também estaria, no Roteiro Turístico Tradicional, passível ao olhar subjetivo do operador.

Além desses aspectos, outro de maior complexidade merece destaque: o reducionismo conceitual. O conhecimento que se tem sobre o turismo no âmbito de produções acadêmicas, ainda é pouco e restrito às informações e sistematizações do setor produtivo (MOESCH, 2002). No que refere ao roteiro turístico, as tentativas de definição, de forma geral, limitam-se a aspectos de comercialização, e as análises são, em sua maioria, reduzidas a questões operacionais. Algumas, contudo, ainda que timidamente, fogem dessa postura, mas são pontuais, colocando-as apenas como descrição de itinerários de viagens, conforme afirmado por Tavares (2002), que observa que o termo roteiro turístico implica em uma conceituação ampla ainda não alcançada.

1.2.1 A Construção Acadêmica

A revisão que se segue, para percorrer o tratamento acadêmico dado ao Roteiro Turístico no Brasil, não se propõe a ser exaustiva ou a esgotar o tema. Portanto, ela prioriza os três títulos editados no Brasil, as duas principais revistas acadêmicas da área no contexto nacional, “Turismo em Análise” (2000-2008) e “Turismo Visão e Ação” (1998-2009), e o evento Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (2003-08), por ser o mais antigo Evento Qualis da área. A revisão no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi outra escolha natural, por ser o órgão oficial responsável, no país, pela produção acadêmica discente.

Analisando-se, portanto, a produção teórica em torno do Roteiro Turístico, encontraram-se poucos trabalhos sobre o tema. Nos Mestrados da área, apenas duas dissertações, segundo a Capes, foram apresentadas, dentro de um universo constituído por 1.500 publicações, no período de 1999 a 2004. A primeira foi defendida em 2003, na

Universidade do Vale do Itajaí Univali (Univali). Intitulada “Estudo das manifestações culturais coloniais do roteiro 'caminhos de Boa Vista' – subsídios para a oferta como Turismo cultural em Santa Cruz do Sul-RS”, teve como objetivo mapear as manifestações culturais presentes no roteiro “Caminhos da Boa Vista”, em Santa Cruz do Sul-RS. O referencial teórico aborda temas como cultura, identidade cultural, turismo, turismo rural, manifestações culturais e Roteiro Turístico, além de apresentar especificidades sobre o objeto estudado. São dedicadas nove páginas para abordar os roteiros turísticos em que são apresentadas alguns conceitos, aspectos técnicos quanto à elaboração, ao planejamento, à contribuições à viabilidade de uma destinação turística, aos componentes inerentes ao roteiro (atrativos, alojamento e alimentação, transportes, entretenimento e animação turísticas, estrutura básica e de apoio ao Turismo) e considerações sobre o envolvimento da comunidade. O roteiro foi estudado por meio de uma abordagem etnográfica e aplicação de questionário aos moradores, que foram indagados sobre o surgimento do roteiro, suas percepções sobre ele e questões relacionadas aos aspectos culturais (EICHENBERG, 2003).

Em relação à abordagem conceitual, Eichenberg (2003) traz definições utilizadas pelo Sebrae (2000)¹¹, Souza e Corrêa (1983)¹² e Tavares (2002). A vertente mercadológica atribuída ao conceito de ROTEIRO TURÍSTICO apresenta-se claramente, ao perceber o SUJEITO TURÍSTICO como “cliente” e quando a autora afirma que o roteiro é “fundamental na organização e comercialização do turismo como produto”, complementando que o roteiro é “uma das principais formas de contextualizar os atrativos existentes e, conseqüentemente, potencializar seu poder de atratividade” (EICHENBERG, 2003, p. 73).

Destaca-se, ainda, nas colocações da autora, o entendimento do termo “contextualizar” que, segundo o dicionário *on line* Priberam seria: “1. Inserir ou integrar num contexto. [...] 3. Interpretar ou analisar tendo em conta o contexto em que está inserido”. No âmbito dos ROTEIROS TURÍSTICOS, o que se tem, de forma geral, é o primeiro entendimento: integram-se atrativos turísticos no contexto de um *city-tour*, por exemplo. O ideal, porém, seria o segundo. Uma forma de atingi-lo poderia ser por meio da interpretação patrimonial, o que auxiliaria não apenas a torná-lo mais dinâmico, mas também, por meio da interpretação, poder-se-ia impulsionar o fluxo turístico, conforme será visto mais adiante.

¹¹ “Trata-se de um pequeno plano de viagens, [sic] que o cliente tenha a descrição de todos a serem visitados, bem como o tempo de permanência em cada local ou destino e a noção dos horários para cada parada” (SEBRAE apud EICHENBERG, 2003, p. 72).

¹² “O roteiro pode ser organizado por uma agência (roteiro programado), ou pode ser criado pelo próprio turista (roteiro espontâneo)” (SOUZA e CORRÊA apud EICHENBERG, 2003, p. 72)

A segunda dissertação, defendida em 2005 na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), intitulada “Análise do agenciamento dos roteiros turísticos culturais em Ilhéus – BA: uma abordagem econômica e sócio-cultural” analisa o serviço de roteiros turísticos culturais prestados pelo setor de agenciamento receptivo da cidade de Ilhéus-BA. Teve como objetivo analisar os aspectos econômicos e socioculturais envolvidos na prestação desse serviço, com base no estudo do perfil do cliente. O quadro teórico destaca questões de turismo, cultura, análise de perfil, agenciamento e Roteiros Turísticos, com o foco maior sendo dado aos roteiros turísticos culturais, mas sem aprofundamento conceitual. Lemos (2005, p. 45) menciona que o turismo organizado é “estruturado por agências, normalmente, são elaborados percursos compostos por atrativos e serviços, com o objetivo de melhorar a funcionalidade da visita e facilitar a compreensão das pessoas sobre os locais visitados”. Esses percursos, segundo ela, são organizados em forma de trilhas ou roteiros. A idéia de roteiro é fundamentada em Goodey (2002), que o classifica em temático, espacial ou geral. Para ele, “Os roteiros, por sua vez, são percursos mais amplos do que as trilhas e podem ser realizados através de qualquer meio de locomoção: bicicleta, cavalo, carro, barco e até mesmo a pé. Não importa a forma que tomem, sempre serão pontuados por atrações e serviços ao longo do caminho, entre os quais certamente figurarão trilhas para caminhadas” (IDEM, IBIDEM).

Conforme a memória virtual da Capes¹³, até o ano de 2004¹⁴ os Programas de Mestrado tinham cerca de 1.500 publicações, das quais duas tinham o Roteiro Turístico como foco de análise, sendo um livro organizado: “Roteiros de Turismo e patrimônio histórico” (BRAMBATTI, 2002), que apresenta dez capítulos sobre os roteiros turísticos do Rio Grande do Sul. E o outro, “O agenciamento dos roteiros históricos e culturais na cidade de Ilhéus/Bahia”¹⁵ (MATA, 2004), que teve apenas o resumo publicado nos anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local que aconteceu em Curitiba.

Também foram analisadas as cinco primeiras edições do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SeminTur, quando houve cerca de 600 artigos apresentados. Destes apenas três traziam o roteiro turístico como tema: “Roteiros e eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do Turismo” (BAHL, 2005); “Proposta de elaboração de roteiro turístico para o litoral sul de Santa Catarina” (SANTIAGO & NOVAES, 2005); “Roteiro Caminhos de Santiago das Missões: empreendedorismo e gestão” (MARQUETTO & SZALANSKI, 2008).

¹³ <http://servicos.capes.gov.br/arquivos>, acessado em 10 de outubro de 2008

¹⁴ Apenas os dados do Centro Universitário UNA foram considerados até o ano de 2006, pela disponibilidade dos dados no portal.

¹⁵ Não se teve acesso aos anais.

O primeiro considera os roteiros e os eventos como elementos dinâmicos para o desenvolvimento regional do turismo, por envolver bens e serviços na sua configuração e por atrair fluxos de visitantes. No seu quadro teórico, apresenta o turismo como atividade de negócios e, nele, os Roteiros Turísticos, na sua importância. O autor apresenta breves conceituações sobre roteiros. Segundo ele,

[...] um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem, podendo estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar. De forma simplificada um roteiro concretiza a sincronização entre espaço-tempo e bens e serviços” (BAHL, 2005, p. 3).

A importância dos roteiros, segundo o autor, “transparece no ato da viagem em si, em que os serviços estarão à disposição, mediante determinado preço, passíveis de diferenciações, conforme a oferta de várias agências operadoras” (p. 6). Argumentando sobre o aumento do fluxo, que tem, como consequência, a expansão de serviços, o aumento de arrecadação e crescimento calculado, o autor, afirma que, “por isso, justificam a importância dos roteiros” (p. 6), reforçando a idéia apresentada também em seus livros.

O segundo artigo, assinado por Santiago e Novaes (2005), apresenta proposta para o Litoral Sul de Santa Catarina. A ação indicada conta com estudo de metodologias de planejamento regional e roteirização para os municípios de Garopaba, Imbituba e Laguna, mas adaptável a outras regiões turísticas. Destaca a importância de fundamentar a roteirização “nas características regionais de história, gastronomia, cultura e aspectos geográficos mostram boa oportunidade de desenvolvimento e promoção do turismo em uma região” (idem, p. 4), entendimento que revela a categoria TEMATIZAÇÃO como presente nos conceitos atuais de Roteiro Turístico. A autora acrescenta, ainda, a concepção de Roteiro Turístico regional, que consistiria “no somatório de produtos e serviços turísticos que se complementam, visando otimizar as receitas e ampliar a permanência do turista no lugar por meio do aumento na oferta de atrativos” (IDEM, IBIDEM). Além dessas, não há outras discussões ou apresentações de conceitos relacionados ao tema, de forma que o artigo se limita aos aspectos técnicos. Segundo os autores, o estudo de metodologias para elaboração de roteiros é de grande importância no fornecimento de uma base racional para tomada de decisão dos setores público e privado em relação ao desenvolvimento turístico e para que se obtenha um desenvolvimento adequado dos recursos naturais e culturais, mantendo-os conservados no presente e para o

futuro. Busca-se, dessa maneira, a coerência dos roteiros comercializados com a realidade da destinação (SATIAGO e NOVAES, 2005).

O terceiro artigo reflete sobre a gestão empreendedora na configuração do roteiro Caminhos de Santiago das Missões, analisando as características empreendedoras e gerenciais das pessoas envolvidas na sua implementação (MARQUETTO & SZALANSKI, 2008), sem realizar maiores digressões teóricas.

Em termos de periódicos científicos, a Revista Turismo em Análise, a mais antiga publicação científica na área no Brasil, publicou, entre 2000 a 2008, 140 artigos. Destes, três tiveram o tema Roteiro Turístico como foco de análise. Sob o título “Ordem régia de censura a roteiros turísticos do século XVIII: André João Antonil no Índice”, Santos Filho (2001) discute, baseado na obra “Cultura e Opulência do Brasil”, de André João Antonil, sobre os roteiros presentes no livro e descreve suas características. O artigo não apresenta qualquer tipo de conceito inerente ao tema. Afirma, porém, que “os roteiros do século XVIII podem ser vistos como roteiros turísticos, pois já se configuram em um produto com valor de troca e se colocam ao mundo como uma mercadoria a ser consumida pelo interesse econômico e geopolítico” (p. 79). Essa afirmação do autor revela a compreensão meramente mercadológica atribuída aos roteiros turísticos. Por fim, o autor conclui que a historiografia sobre o tema Roteiro Turístico ainda é incipiente.

No artigo “A pedra basalto como atrativo turístico em roteiros turísticos temáticos para a região Uva e Vinho”, Antunes e Lanzer (2005) propõem a inclusão da pedra basalto como atrativo turístico da Região da Uva e Vinho (RS). O quadro teórico apresenta considerações sobre geologia, história do Rio Grande do Sul, arquitetura, Turismo e Roteiros Turísticos, sobre os quais se apresentam conceitos e aspecto técnico de formatação. Os conceitos são baseados em Petrocchi (2003), segundo o qual, “o roteiro turístico é constituído por uma ou mais atrações turísticas interligadas a um percurso que deve conter instalações e serviços turísticos como transporte, hospedagem e alimentação, entre outros” (ANTUNES e LANZER, 2005, p. 182). Outro conceito trazido é baseado em Tavares (2002), que defende que “um roteiro não é somente uma seqüência de atrativos a serem visitados, é também uma importante ferramenta para a leitura da realidade existente e da situação sociocultural vigente na localidade (ANTUNES e LANZER, 2005, p. 182). O aspecto técnico de formação é apresentado segundo Bahl (2004), para quem “[...] deve haver a sincronização entre espaço-tempo e bens e serviços para que se forme um recurso turístico a ser visitado, que deve estar associado a transporte, hospedagem, alimentação e demais serviços” (ANTUNES e LANZER, 2005, p. 181). Nesse artigo, também fica marcado o positivismo em relação ao Roteiro

Turístico, com a pragmática mercadológica, com a presença marcante das categorias TEMPO e ESPAÇO, mas também com ênfase na TEMATIZAÇÃO, além da clareza quanto à insuficiência conceitual.

Quanto ao artigo “Sintonizando sensações e emoções com roteiros de turismo alternativo: um estudo com praticantes de atividades físicas”, de Moreira e Schwartz (2006), trazem-se contribuições sobre sensações e emoções advindas das experiências humanas dos praticantes de atividades físicas em ambientes naturais. A abordagem sobre Roteiros Turístico, do ponto de vista conceitual, é feita conforme Sousa e Corrêa (2000) e Beni (1997), para quem “os roteiros turísticos são itinerários organizados profissionalmente, ou espontâneos, escolhidos pelos turistas (SOUSA e CORRÊA, 2000), ou, ainda, definidos por Beni (1997) como decisões de compra” (MOREIRA e SCHWARTZ, 2006, p. 115).

O periódico Turismo Visão e Ação, no período de 1998 a abril de 2008, publicou 170 artigos científicos, dos quais apenas um trata do tema roteiros turísticos: “Avaliação do planejamento do Turismo rural no roteiro Nostra Colonia, Jaguari-RS”, que possui em seu quadro teórico aspectos inerentes ao roteiro turístico estudado, seu processo de planejamento, a situação em que o mesmo se encontrava em 2007, a atuação do Sebrae e do setor público (PEDRON, ALMEIDA, SOUZA, 2008).

Na revista virtual Caderno Virtual de Turismo, no período 2001 a 2008, foram publicados 171 artigos científicos, nenhum tendo roteiro turístico como tema.

No âmbito das obras bibliográficas dedicadas à temática Roteiro Turístico, os autores que se debruçam sobre sua compreensão são fundamentalmente Bahl (2004a; 2004b) e Tavares (2002).

Bahl assina duas obras sobre o tema, “LEGADOS ÉTNICOS E OFERTAS TURÍSTICAS” e “VIAGENS E ROTEIROS TURÍSTICOS”. Na primeira, é dedicado ao tema apenas um tópico de um capítulo, e o assunto é tratado de maneira sucinta. Já na segunda, a obra toda é dedicada ao tema. O autor apresenta breves teorizações acerca dos roteiros, uma retrospectiva sobre as viagens e suas tipologias e, o que se considera de mais importante no capítulo, um breve glossário¹⁶ com terminologias inerentes às viagens e aos roteiros turísticos. Discute sobre a criatividade na montagem dos roteiros turísticos. Cita a importância do conhecimento da localidade, adquirido a partir de um estudo prévio quanto aos conteúdos naturais e culturais, evitando a artificialidade e a aculturação, através da participação popular e pelo incentivo às manifestações locais; em relação ao conhecimento da localidade, deve-se estar atento aos

¹⁶ Os termos glossados pelo autor foram apresentados anteriormente.

fluxos quantitativos aos atrativos. O planejamento, no âmbito de custos, montagem, formatação, transportes, hospedagem, animação turística, elementos inerentes aos roteiros, são discutidos detalhadamente. Divide os roteiros segundo tipos, sob a ótica espacial, detalhando cada um deles.

No livro *City tour*, Tavares tenta unir questões de ordem prática e teórica. Para tratar do *city tour*, a autora inicia com a apresentação do tema Roteiro Turístico, sua tipologia, nomenclaturas e componentes. A segunda parte do livro aborda temas diretamente relacionados ao *city tour*, como as formas de oferta no mercado, os principais aspectos operacionais e a existência de inibidores que devem ser considerados na elaboração dos roteiros.

1.2.2 Políticas Públicas

No âmbito das políticas públicas, o Ministério do Turismo (Mtur) lançou, em abril de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, em que se apresenta uma nova perspectiva para o Turismo brasileiro, pautada na gestão descentralizada, dentro dos princípios da flexibilidade, da articulação e da mobilização. Um dos objetivos do PRT é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, com a busca de interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo. O Programa propõe ampliar as ações centradas nas unidades municipais e, assim, apresentou ao País, em 2004, o Mapa da Regionalização, composto por 219 regiões turísticas, contemplando 3.203 municípios (PNT, 2006). Há uma crítica feita por Mário Carlos Beni (2009)¹⁷ a esse Programa do Ministério. Segundo ele, o programa de regionalização, limita-se à Roteirização, o que denota o contexto limitado de execução de Políticas Públicas no país.

O Mtur limita a compreensão de Roteirização à estratégia mercadológica de comercialização de localidade turísticas. A roteirização é entendida pelo órgão federal como ferramenta para a formação de corredores turísticos, por meio da proposta de regionalização. A marca do pensamento mercadológico assumido pelo Ministério pode ser observado com a criação do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado anualmente pelo MTur, o qual se insere na estratégia de divulgação e comercialização dos roteiros regionais. Já na sua primeira

¹⁷ Em Curso realizado na Universidade de Caxias do Sul, sob o título “Política e Gestão Estratégica do Turismo”, entre os dias 25 a 27 de novembro de 2009.

edição, em 2005, o Salão apresentou ao País 451 roteiros turísticos, que envolvem 959 municípios em 134 regiões turísticas.

A vertente mercadológica pode ser melhor observada nas tentativas de definição que seguem: considerado por Bahl (2004a) como uma associação de vários produtos turísticos (destinações e serviços) podendo-se denominá-lo como produto passível de compra. O MTur (2007) corrobora com essa linha de valor comercial atribuída aos roteiros turísticos e, além da comercialização considera sua definição e estruturação com finalidade de planejamento, gestão e promoção. A vertente pragmática comercial é ainda mais acentuada pelo órgão federal quando esse aponta que a “roteirização é um processo com finalidade mercadológica” (MTUR, 2005, p. 6), idéia reforçada pela Creato (2005), empresa de consultoria, para qual o objetivo do roteiro é tornar-se instrumento que facilite a promoção e venda do destino por meio da combinação das atividades de cunho histórico e cultural das localidades, de forma a valorizá-las utilizando transporte apropriado para a formação de uma imagem própria, única e voltada para a criação da permanência. Esse último aspecto também é considerado pelo MTur (2005) como um meio para o aumento do gasto média do turista na localidade. A imagem do lugar também é abordada por Bahl (2004a). Esta, segundo o autor, deve ser transmitida em conformidade com a realidade local.

A Creato (2005) considera o roteiro turístico como sendo aquele que aborda TEMAS específicos, além de identificar e combinar as principais potencialidades do ambiente natural e cultural de uma região, interpretando-as, combinando-as e transformando-as em produtos turísticos comercializáveis. Essa descrição do que seria roteiro turístico exclui a possibilidade de existência de roteiros turísticos panorâmicos (gerais), considerados por Bahl (2004a). Sobre isso, o autor diz que os roteiros podem aglutinar TEMAS e objetivos. Para ele, o roteiro resume todo o processo de ordenação de elementos intervenientes (TEMPO e ESPAÇO), na efetivação de uma viagem, para assim desencadear posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos e assim criar fluxos e possibilidades de um aproveitamento racional dos atrativos a visitar, além de influenciar no valor final do produto. Para Bahl (2004a), o desenvolvimento de roteiros turísticos com exposição TEMÁTICA fundamentada em conteúdos culturais e naturais, desperta o interesse das pessoas e preenchem sua necessidade de evasão e deslocamento motivando-as a viajar.

Além da proposta de descentralização, o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil tem proposto a gestão participativa e o que tem sido chamado de *governança local*, para que a comunidade seja, de fato, partícipe dos processos de turistificação. Entretanto, questiona-se até que ponto a proposta federal tem considerado, na criação dos produtos, o

olhar e a autonomia do turista contemporâneo. Se tal não for colocado, o Brasil estará trabalhando com lógicas modernas, ou seja, aquelas dos séculos XIX e XX, para um viajante cuja sensibilidade e demandas navegam pelo século XXI.

Por meio do exposto, observa-se que a bibliografia e produções acadêmicas sobre Roteiros Turísticos têm sido pontuais e pragmáticas, compreendendo-os como descrição de itinerários de viagem. As produções acadêmicas, de maneira especial, restringem-se a estudos sobre um roteiro específico (*case*) ou, quando dada outra abordagem, há apenas repetições de conceitos sem maiores debates sobre eles. Esses conceitos destacam-no como modelo cronogramático de viagem que organiza atrativos, produtos e serviços turísticos para venda de uma localidade turística, destacando o planejamento local/regional. Apesar de pioneiras e vetoras para o conhecimento inicial sobre o assunto, tais concepções precisam ser analisadas com um olhar mais crítico e analítico, uma vez que estão distantes de contemplar a complexidade pressuposta pela atividade turística.

Esse reducionismo se aplica às tentativas de definições e/ou conceituações de termos ainda mais próximas de seu uso de senso comum do que do sentido de uma construção teórica consistente. O conhecimento de senso comum revela a forma mais elementar que as pessoas utilizam para interpretar o mundo e surge da necessidade de resolver problemas imediatos, ligados à praticidade fatural (BOMBASSARO, 1992). Para o autor, o senso comum desconhece explicações causais; permanece preso à opinião; não permite correções e, não se deixa apanhar pela crítica e, por isso, oferece uma visão fragmentada da realidade. Além da visão fragmentada que se tem devido ao conhecimento de senso comum, Moesch (2002) considera ainda que os estudos no campo do turismo são fragmentados, unilaterais e com insuficiência metodológica, pontuais, com ausência de um espírito crítico passível de autonomia intelectual.

Aliado ao discurso do *trade*, esse reducionismo conceitual, necessita de aprofundamento quando se trata da produção de conhecimento científico. Segundo a Moesch (2002), o vislumbramento econômico quanto ao avanço do fenômeno turístico seria outro responsável por seu reducionismo epistemológico.

Nesse sentido, a busca pelo entendimento do tema deve ser acompanhada não apenas por um estudo técnico¹⁸, vital a qualquer trabalho nesse âmbito, mas também por um estudo complexo e epistemológico, sem deixar de considerar a vertente humanista inerente ao

¹⁸ Como por exemplo, o uso das Geotecnologias para a formatação de Roteiros Turísticos.

turismo, tendo em vista o processo holístico, dinâmico, econômico, sociocultural e político do turismo.

1.3 METODOLOGIA

A investigação iniciou por PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, para apropriação do tema em estudo. Esse procedimento metodológico é ordenado a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos publicados em periódicos científicos (GIL, 1999). Nesse sentido, considera-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento técnico de investigação que se mostra como elemento fundamental no processo, pois é a revisão da literatura que permite dimensionar a produção existente sobre o tema pesquisado, para, assim, obter maior compreensão. Haja vista a importância da sistematização do conhecimento pré-existente sobre o tema a ser pesquisado, a revisão bibliográfica também envolveu artigos, teses e dissertações, relatados no banco de teses e dissertações da Capes. Já para os artigos foi realizada a pesquisa nas seguintes revistas: Turismo em Análise; Turismo Visão e Ação; Caderno Virtual de Turismo e nos anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (Semintur).

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se também uma PESQUISA DOCUMENTAL. Semelhante à primeira, essa pesquisa diferencia-se da outra por se valer de material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da nova investigação (GIL, 1999). Considerou-se como documento materiais do MTur sobre o Programa de Regionalização do Turismo e o Plano Nacional de Turismo, além do material da Crea – Oficinas de Roteiro.

Segundo os níveis de pesquisa, esta é uma PESQUISA EXPLORATÓRIA, que objetiva, por meio da formulação de problemas mais precisos, não apenas modificar conceitos e idéias, mas também desenvolvê-los e esclarecê-los para estudos posteriores (GIL, 1999). Assim, esta investigação, enquanto pesquisa exploratória, conta com relevante número de contribuições de outros autores, necessários para a análise de conteúdo do tema a ser pesquisado, com objetivo de proporcionar uma visão geral e mais amplificada sobre o tema Roteiro Turístico como um tema ainda pouco percorrido.

Após pesquisa exploratória bibliográfica, a partir do qual se intencionava conhecer a produção existente sobre o assunto, percebeu-se haver uma lacuna a ser preenchida no âmbito das concepções teóricas referentes ao tema. Tanto nas práticas de mercado quanto na reflexão acadêmica, o Roteiro é apresentado como mero indicador, às vezes descritivo, de locais a

serem visitados pelos turistas/visitantes em uma determinada localidade/região, distribuídos no tempo e no espaço.

Percebeu-se, então, haver um reducionismo conceitual nas concepções sobre Roteiros Turísticos, que tal qual o Turismo, é limitado à ênfase nas categorias TEMPO e ESPAÇO. No caso dos Roteiros, acrescentam-se, embora em muitos canais com certa timidez, as TEMATIZAÇÕES, as quais também merecem uma discussão.

Frente a essa percepção iniciou-se a segunda etapa do trabalho: compreender as pesquisas sobre os estudos epistemológicos do Turismo, bem como suas construções teóricas e conceituais. Para tanto se utilizou as abordagens apresentadas por Fuster (1972), Centeno (1992), Moesch (2002), Rejowski (2002; 2003), Panosso (2005), Santos Filho (2005), Gastal e Moesch (2007) e outros apresentados no capítulo quatro, os quais têm apresentado importante contribuição a sistematização das construções teóricas do campo de estudo, além de um possível avanço epistemológico, na construção de um pensamento crítico que destacam a ausência de um corpo teórico sobre o Turismo.

A partir desses estudos, decidiu-se buscar uma maior compreensão acerca dos Roteiros Turísticos por meio do redimensionamento de seu conceito, desenhando-se, assim, a terceira etapa da pesquisa. Para tanto, conforme observado nas teorizações sobre epistemologia do turismo, julgou-se mais prudente considerar a proposição de categorias de análise, além das já consagradas tradicionalmente: TEMPO, ESPAÇO e TEMATIZAÇÃO, analisando-as criticamente e propondo acrescentar-lhes SUJEITO e (GEO)TECNOLOGIAS. Essas categorias foram identificadas em paralelo aos estudos realizados no período de maio de 2008 a março de 2009.

Os estudos preliminares permitiram perceber que as manifestações espaciais no turismo passaram a ser foco de estudo e análise, no Brasil, a partir do ano de 1982, com a tese de doutorado intitulada “Águas de São Pedro – Estância Paulista. Uma contribuição à cartografia da recreação”, apresentada no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), em 1985. O Espaço é criado, ou delineado, em conformidade com os processos sociais de cada localidade, o que lhe confere certa particularidade, tornando-o mais ou menos atrativo ao turismo. O mesmo se dá com o Tempo. As dimensões Espaço e Tempo têm sido fontes de muitas reflexões, de maneira que elas têm sido submetidas a ressignificações. O tempo cíclico das lógicas agrícolas passou a conviver com o tempo analógico da modernidade e com outras construções de sentido na contemporaneidade. Os mesmos processos, como resultados da presença técnica e da tecnologia, levaram o território e, por conseqüência, o espaço, a serem submetido ao que se tem chamado de fragmentação e desterritorialização.

Outra consideração importante parte do pressuposto de que o turismo é consequência da ação de um Sujeito que se desloca. Esse sujeito, “o turista, desrespeitado, criticado, desprezado, mas explorado” (KNAFOU, 1996, p. 63), apresenta-se ainda, pouco estudado. O SUJEITO no turismo tem sido classificado como turista, figura que, na maioria das vezes, é ignorada no seu papel de Sujeito e, não raro, apontada pelos teóricos como a “vilã”. Ora, não fosse pela sua presença, o Turismo como atividade não existiria. É preciso que o turista seja visto como Sujeito também no processo de elaboração dos Roteiros. O agente de viagem, outrora Sujeito principal quando dessa elaboração, deve agora pensar o Roteiro PARA o turista, a fim de integrar na atividade as motivações e interesses do Sujeito Turístico. Portanto, o turista como Sujeito desse processo também será considerado como uma categoria de análise, tendo em vista que o Turismo como fenômeno é uma atividade essencialmente humana e social, devendo o turista ser tratado não apenas como cliente, passageiro, hóspede, mas como SUJEITO em suas subjetividades, as quais ganham força no momento contemporâneo. A subjetividade nesse processo de maturidade do Turismo e, principalmente no desenvolver dos Roteiros Turísticos, acompanha a mesma lógica do Sujeito.

A evolução da atividade que hoje é chamada de turismo beneficiou-se dos avanços técnicos, dos mais remotos e rústicos, como a roda ou as primeiras bússolas, das invenções modernas, como transportes automotores e aviação, por exemplo. O período pós-industrial, marcado pela passagem da técnica para a tecnologia, dentre as quais ganham destaque as da informação, com o avanço, dentre outros, da informática, das telecomunicações, da ótico-eletrônica, significou novos e instigantes avanços também para o Turismo. Nesse contexto, analisaram-se as (GEO)TECNOLOGIAS como instrumento no auxílio de formatação dos Roteiros Turísticos.

Os estudos preliminares consonantes com a pesquisa exploratória incluíram o resgate histórico dos processos de roteirização e mostrou que a evolução histórica das viagens/deslocamentos esteve muito ligada a progressos tecnológicos em termos de transportes, comunicação e desenvolvimento das vias de acesso. A presença mais recente da Tecnologia da Informação só fez aprofundar tais processos, reforçando a pertinência de tratá-las também como categorias de análise no resgate histórico, que priorizou para análise os avanços mais consideráveis no âmbito da evolução dos Roteiros Turísticos.

Para a quarta etapa da investigação, o recorte histórico, não foram propostos cortes rígidos, mas realces que geram épocas significativas a partir de marcos que as separam, conforme apontados pela literatura. É importante que se considere também que a base das periodizações não é constituída apenas pelas relações sociais, já que elas por si sós não

bastam como dado explicativo. É necessário pensar paralelamente as técnicas e tecnologias como formas de fazer e de regular a vida, mas, ao mesmo tempo como cristalização em objetos geográficos, pois estes também têm um papel de controle devido ao seu tempo próprio, que modula os demais tempos. Em paralelo, adotou-se o paradigma do Pós-Turismo, conforme proposto por Molina (2003), para subsidiar teoricamente esse recorte temporal, ao julgar que, frente aos demais estudos que periodizam a história do Turismo, a proposta de Molina é a que melhor integra as demais. Os autores utilizados para tal foram Acerenza (2002), Barbosa (2002), Lickorish e Lenkins (2000) e a obra organizada por Rejowski (2002) (ver apêndices 01). Cada um deles utiliza periodizações distintas para contextualizar o desenvolvimento histórico do Turismo, mas não necessariamente contraditórias.

Com o objetivo de entender a relação entre teoria e prática, analisaram-se algumas comunidades virtuais, participando de redes virtuais. Chamou a atenção da pesquisadora a existência de blogs¹⁹, diários virtuais, de indivíduos que narram suas aventuras em viagens. Dentre os blogs que foram acompanhados, ganha destaque, neste estudo, o blog do jornalista brasileiro Zeca Camargo que, dentre outros, abriga seus relatos, ou como o jornalista prefere, “impressões de viagem”. O método de análise dos textos postados por Zeca Camargo aproxima-se do que se tem chamado de *netnografia*, como uma adaptação da etnografia no ambiente *web*, exigindo combinação imersiva entre participação e observação cultural com relação às comunidades pesquisadas, sendo que o pesquisador deve ser reconhecido como um membro da cultura, um elemento importante do trabalho de campo (KOZINETTS, 1997).

É importante ressaltar que a estruturação final, com os resultados alcançados pela investigação não seguiu a mesma ordem das etapas de pesquisa aqui apresentadas e que, durante o percurso de construção, retornou-se várias vezes à etapa anterior. Por exemplo, quando da construção do quarto capítulo, retornou-se à segunda e à terceira etapas aqui apresentadas. Para esse capítulo, de forma especial, que surgiu face à insuficiência metodológica, retomou-se a segunda etapa da pesquisa para aprofundar as leituras e análises, como será exposto adiante.

1.3.1 Método: A Dialética

A fim de sustentar metodologicamente esta investigação, identificaram-se os métodos que possibilitaram tal percurso cognitivo. Nas palavras de Gil (1999, p. 26), método é

¹⁹ Blog é uma contração do termo "Web log", é um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou "posts".

definido como “caminho para se chegar a determinado fim”. Método científico, por sua vez, é “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (IDEM, IBIDEM). Nesse sentido, segundo o autor, pode-se classificá-los em dois grandes grupos aceitos para o desenvolvimento deste capítulo: (1) o dos que proporcionam as bases lógicas da investigação; e (2) o dos que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados. O primeiro esclarece

[...] acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações (GIL, 1999, p. 27).

Uma vez que este trabalho será calcado no diálogo entre autores de diversas áreas, em que se destacam o Turismo e a Geografia, apontando as contradições conceituais e as contradições da práxis com o campo teórico, o método de base lógica adotado foi o MÉTODO DIALÉTICO. Para Gil (1999), a dialética, por estabelecer que os fatos sociais não podem ser entendidos se considerados isoladamente, oferece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Assim, o tema Roteiro Turístico foi analisado sob a perspectiva do fluxo, substância do Turismo (CENTENO, 1992), avaliando-o não apenas sob a ótica de Roteiros formatados por agências, mas como procedimento inerente à viagem, que precede o embarque.

Hoje, a dialética assume o sentido de diálogo em que se permite a contraposição de idéias. Demo (1987) considera que o método dialético além de lógico, sensibiliza-se pela face social do problema; sua excelência enquanto método reside na fundamentação e não na suposição; tem como pressuposto fundamental que a formação social²⁰ é suficientemente contraditória para ser historicamente superável; e, privilegia o fenômeno da transição histórica. Segundo Richardson (1999, p. 45) a dialética está vinculada a um “processo dialógico de base entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso”. Para o autor, a essência da dialética está na investigação das contradições da realidade. Portanto, esse método revelou-se consonante com a ideia de argumentação proposta pelo diálogo entre as categorias tradicionais e as “novas”, conforme as transições históricas (tradicional, modernidade, pós-modernidade).

A argumentação dentro da dialética pauta-se em três momentos distintos: Tese, Antítese e Síntese. Cada argüição neste movimento dialético pretende ser a verdade do

²⁰ O autor esclarece que formação social é uma realidade social que se forma processualmente na história.

momento anterior. Como em qualquer diálogo, a TESE surge como o primeiro elemento afirmativo daquilo que se vê, sente ou percebe (Capítulo dois), para que então surja a ANTÍTESE como sua negação (Capítulo três). Esse é o momento da análise por meio do resultado da crítica da Tese, a partir da diversidade de determinações essenciais que se ocultam sob as aparências das coisas e dos fenômenos. Nesse sentido, a Antítese apresenta um argumento oposto à proposição apresentada pela Tese. Demo (1987) nomeia a Síntese como sendo a “alma da dialética”. Segundo o autor, ela permite a convivência, dentro da Tese, de componentes conflituosos que são, ao mesmo tempo, a face da dinâmica histórica. A superação, portanto, ocorre quando essa dinâmica histórica nutre-se de conflitos que nela se geram e, por fim, explodem (DEMO, 1987).

É importante que se perceba, conforme é apontado pelo autor, que a contradição que ocasiona a superação é sempre gerada no seio da fase anterior. Ou seja, na fase próxima há o domínio do novo sobre o velho, sendo que o novo origina-se sempre do velho. A Antítese, então, assume a responsabilidade, enquanto unidade de contrários, de promover e/ou produzir superação histórica e, ao mesmo tempo, estar relacionada com a fase anterior. Ela deve, portanto, promover reformas de maneira a continuar a fase anterior como forma de amadurecimento (DEMO, 1987). Portanto, nesse momento, apresentam-se as “novas” categorias constituintes do Roteiro Turístico, buscando construí-las a partir de sua ancoragem na realidade do momento contemporâneo.

Para o autor, “revoluções buscam a superação na qual predomina o novo sobre o velho. Há continuidade em toda revolução, mas são menores que a introdução de novidades” (DEMO, 1987, p. 90). No âmbito do Turismo, percebe-se esse movimento no processo de evolução de deslocamentos, viagens, até chegar ao que hoje é conhecido como Turismo, como pode ser observado desde os simples deslocamentos em busca de alimento ou abrigo, às viagens feitas pelos peregrinos, por exemplo, em que eles não escolhiam o itinerário, tampouco a durabilidade de sua viagem. O peregrino, assim como o *grand tourist* estava à mercê das dificuldades dos caminhos, o que é radicalmente mudado a partir das duas Grandes Guerras, quando surgem os automóveis e a aviação permitindo viagens cada vez mais longas (BARBOSA, 2002). Isso ilustra a característica básica da história apontada por Demo (1987), a sucessão de fases, em que se produz o novo, sempre gerado na fase anterior e por ela condicionado.

Para Demo (1987), a dialética presta-se à melhor compreensão das contradições e assim, fornece subsídios para o desejo de mudança histórica. A contradição inicia-se, então, com uma diferença não essencial e, em seguida, passa a uma diferença essencial, tornando-as,

então, contrárias. Desse estágio em diante e durante seu processo de desenvolvimento, surgem os extremos, em que os contrários entram em conflito, passam um pelo outro, tornam-se idênticos e permitem a resolução das contradições. A partir daí, tem-se o terceiro momento do movimento dialético. A SÍNTESE, por ser a negação da negação, realiza a resolução dos opostos através da fusão das duas proposições anteriores onde se retêm os aspectos verdadeiros de ambas as proposições e introduz um ponto de vista superior; a síntese, assim, apresenta a totalidade concreta por meio da superação dos momentos anteriores (Capítulo cinco) (MOESCH, 2002; RICHARDSON, 1999), ou seja, é uma “nova Tese”.

Essa “Nova tese” é aqui representada ao considerar a importância do caminhar consonante entre teoria e prática em um mesmo rumo, tendo em vista que a “prática é condição de historicidade e a teoria é maneira de ver” (DEMO, 1995, p. 100). E, assim, nesta pesquisa, buscou-se na História do Turismo, de que forma cada uma das categorias aqui propostas para análise aparecem, além dos vestígios de roteirização (Capítulo dois), para que se pudesse, a partir daí, tecer um pensamento rumo à teorização dos Roteiros Turísticos no momento contemporâneo, ou como se convencionou chamar neste estudo, para o ROTEIRO TURÍSTICO PÓS-MODERNO. Foi necessário que, no capítulo cinco, com a síntese, se pudessem fazer as ligações necessárias a construção do conhecimento aqui alcançado sobre Roteiro Turístico, relacionando a teoria estudada com práticas contemporâneas, pois, no caso das Ciências Sociais a teoria desligada da prática não assume o lugar efetivo de teoria, já que não condiz com realidade histórica.

Dessa forma, o quadro de referência para o desenvolvimento desta proposta foi a Dialética Histórico-Estrutural (DHE), que tem como marca o reconhecimento das condições objetivas e subjetivas, em um mesmo nível de análise (DEMO, 1995).

Demo (1987) esclarece que, na realidade histórica, quando ocorre uma mudança, existem elementos que sobrevivem às fases históricas, o que se chama de estrutura, que é responsável por fundar a dinâmica, a história; ou seja, ela é regularidade da dinâmica, não da estática. Desenha-se, portanto, a DHE a qual, por um lado, manipula a crença de que, na história, existem componentes da ordem estrutural, como é o conflito social e, por outro lado manipula a crença de que a face mais importante da realidade social é a histórica, ou seja, sua característica processual.

É na busca do sentido de uma teorização, que se propôs o método Dialético Histórico-Estrutural, para percorrer o conceito de Roteiro Turístico, capaz de aproximar-se do real e, assim, propor uma abordagem contemporânea para o tema. A dialética favorece que esta teorização estabeleça condições de objetividade sobre os conhecimentos científicos, rumo

à construção de uma epistemologia. Nesse processo, portanto, coloca-se o problema e o reducionismo conceitual hoje presente nas teorizações sobre Roteiro Turístico na forma de reflexão epistemológica instigante.

A metodologia, aqui proposta, então, estudou as categorias sugeridas para a análise de maneira isolada em cada um de seus aspectos, mas sempre dentro de um movimento de totalização²¹ em que múltiplas relações se estabelecem conectando-as. A epistemologia aqui indicada partiu de um pensamento de processo, entendido como sequencial em que seus componentes se encontram em constante interação e movimento e, dessa forma, provocam mudanças um no outro.

1.4 PARA ALÉM DO MÉTODO

No decorrer deste capítulo mencionou-se várias vezes, com ênfase, a insuficiência conceitual, quando não o reducionismo, acerca das concepções teóricas do Roteiro Turístico. A tentativa de analisá-lo criticamente à luz da Dialética revelou também uma inquietação metodológica, ao perceber que esse método mostrara-se igualmente insuficiente para gerar informações à construção que se objetivava para este estudo.

Dessa forma, construídos os capítulos dois e três, Tese e Antítese, percebeu-se que não havia elementos suficientes para subsidiar a Síntese e que seria necessário retomar os estudos realizados acerca da Epistemologia do Turismo, porém de forma mais aprofundada, para buscar o entendimento sobre as construções teóricas no campo do Turismo para, com base nisso, tentar compreender as concepções sobre os Roteiros Turísticos.

A partir disso, percebeu-se na complexidade, conforme proposta por Edgar Morin (2001; 2008), o encaminhamento necessário para dar suporte a essa inquietação. Assim, o pensamento complexo emergiu como um aporte teórico-metodológico à Dialética, para subsidiar a construção da Síntese.

Com o surgimento da era da informação, emergiu um grupo de intelectuais que tem como objetivo a comunicação do pensamento científico sob um novo paradigma, a complexidade. Esse grupo objetivava compreender o surgimento de estruturas auto-organizadas que criam complexidade a partir da simplicidade e ordem superior a partir do caos, mediante várias ordens de interatividade entre os elementos básicos de origem do processo. Esse projeto, segundo Castells (1999), é um exemplo do esforço realizado em

²¹ Segundo Demo (1987) a postura dialética caracteriza-se pela noção de visão da totalidade, esta por sua vez, expressa, em grande parte, o dinamismo da história da realidade.

diferentes ambientes no sentido de encontrar um terreno comum para a troca de experiências intelectuais entre a ciência e a tecnologia na Era da Informação. Essa abordagem parece impedir qualquer estrutura sistemática de integração.

Nas palavras de Castells (1999, p. 81):

O pensamento da complexidade deve ser considerado mais como um método para compreender a diversidade do que uma metateoria unificada. Seu valor epistemológico pode ter-se originado do reconhecimento de que a Natureza e a sociedade possuem faculdade de fazer, acidentalmente, descobertas felizes e inesperadas.

Esse é o contexto de surgimento de um pensamento que agrega a compreensão de Morin sobre a construção de conhecimento. Apresenta-se aqui, inicialmente, o caminho percorrido desde a origem etimológica da palavra até sua proposição como método de pesquisa.

Em um primeiro momento, a palavra “complexo”, deriva do latim *plecto*, *plexi*, *complector*, *plexus*, que significaria “tecido”, “enrodilhado”, “preso pelo pensamento”, “entrelaçado”, “abraçado”, “enlaçado”. Estas três últimas palavras indicam uma apreensão ampla e organizadora dos dados, marcando o primeiro estado de sua compreensão. Trata-se de uma sucessão articulada (e unificadora) de elementos que, seja qual for a significação de origem que possa permanecer, perdem toda a possibilidade de acenderem ao sentido de conjunto, evidentemente privilegiado neste caso (ARDOINO, 2001).

O segundo momento nasceria no século XX, quando surgem substantivos mais especializados (“complexidade” ou “complexificação”), distinguindo novas características que enriqueceriam o conceito. Posições filosóficas se afirmaram frente a uma opção epistemológica. Para esta reflexão, adota-se a compreensão de Edgar Morin, segundo quem o “postulado do pensamento complexo corresponde, essencialmente, a uma reforma, se não a uma revolução, da atitude de conhecimento que pretende, doravante, manter juntas perspectivas tradicionalmente consideradas antagônicas (universalidade e singularidade)” (ARDOINO, 2001, p. 482).

No terceiro momento, entende-se “complexo” separadamente de complicado. Ao compreender complicado como o oposto de simples (ainda que não suficiente para a compreensão de sua homogeneidade), o pensamento complexo admite a heterogeneidade constitutiva e a natureza plural, ordenando-as, simultaneamente, em várias perspectivas contraditórias, abrindo espaço para leituras plurais. Portanto, refuta-se complexo como “aquilo que a analítica cartesiana falha ao decompor (ao passo que convém sempre reservar a

utilização da palavra ‘complexo’ àquilo que pode ser esclarecido, àquilo que será, eventualmente, reduzido posteriormente por composição” (ARDOINO, 2001, p. 482).

Hoje, o entendimento de complexidade agrega, além da base de heterogeneidade, a reabilitação do plural e do heterogêneo, o caráter mais normal do conflito e da alteração, assim como o reconhecimento da importância do tempo e da História para a compreensão dos fenômenos (ARDOINO, 2001).

Com vistas ao exposto, a análise aqui proposta buscou, de maneira abrangente, ainda que consciente de seus limites, apropriar-se das categorias de análise propostas como partes constituintes do Roteiro Turístico pós-moderno. E, assim, “a compreensão, ‘totalização em curso’, mais ainda do que atitude de leitura sintética, opõe-se assim a uma explicação de caráter mais analítico” (ARDOINO, p. 482). Nesse sentido, o conceito de Roteiro Turístico o qual se buscou transcende a mera soma das partes.

A relação com a DHE se fez ao entender que “o conjunto ainda suportará, para poder ser reconhecido como complexo, a inteligência de uma pluralidade de constituintes heterogêneas, inscritas numa História, ela mesma aberta aos imprevistos de um advir” (ARDOINO, p. 482). Por isso a opção de, no segundo capítulo, apresentar como cada uma das categorias aparece e é compreendida no decurso de cada uma das etapas que constituem a História do Turismo, conforme proposta por Molina (2003), adotada para este estudo, trazendo as ressignificações de cada uma das categorias no recorte temporal aqui apresentado.

Nesse sentido, buscou-se analisar o Roteiro Turístico, de acordo com a proposta de pensamento complexo, sob a perspectiva de conjunto, buscando torná-lo uma unidade relativamente autônoma, superior, pelos aspectos epistemológicos agregados por esta análise, à organização anterior de que provém, sem romper com o diálogo com os vestígios de sua heterogeneidade constitutiva. As bases para essa análise estão no capítulo quatro que, após análise feita no capítulo dois, traz as ressignificações das categorias tradicionais, apontando para a idéia de fluxo como possibilidade de agregá-las em um conjunto de sentido comum para compor a idéia de Roteiro Turístico Pós-Moderno.

Segundo Ardoino (2001), o mundo pareceria simples se fosse considerado sob o ângulo das regularidades, obedecendo a um princípio de ordem e organização, mas passaria a se complexificar, quando uma inteligência da desordem se elabora para requintar, enriquecer e tornar mais sutil o olhar lançado sobre os fenômenos. Da mesma forma, o olhar pragmático lançado sobre os Roteiros Turísticos apresenta-o sob um olhar de ordem e ordenação de atrativos turísticos a serem visitados organizados no tempo e no espaço. Sob esse prisma, as teorizações sobre o tema apresentam-no como um fenômeno simples. Contudo, o Roteiro

passa a complexificar-se quando submetido a uma inteligência, um pensamento complexo que desordena seu entendimento rígido para ordená-lo, enriquecendo-o epistemologicamente, olhando-o sob a ótica da Pós-Modernidade e das novas sensibilidades que emergem desse momento cultural.

Considerando-se que, dentro do paradigma da complexidade, os fenômenos já não são supostos divisíveis, suscetíveis à redução, a elementos mais simples, de acordo com uma análise – decomposição, pelo contrário, são postulados impossíveis de decompor, pela própria natureza da tela que os constitui, em função da inteligência que as quer apreender (ARDOINO, 2001), a opção por categorias de análise poderia parecer incoerente. No entanto, tendo a Dialética como eixo balizador desta investigação, as categorias de análise passaram a ser validadas e a complexidade tomou a dimensão de um aporte teórico metodológico necessário para nortear a discussão sobre o estatuto epistemológico do Turismo. Assim, mantiveram-se as categorias já inerentes ao conceito moderno de Roteiro Turístico, ou seja, TEMPO, ESPAÇO e TEMATIZAÇÃO, agregando a elas a (GEO)TECNOLOGIA e a compreensão de SUJEITO, a priori como um princípio de desordem para que se pudesse alçar à organização. E, compreendendo a complexidade na maneira proposta por Morin (2001), como um problema, um desafio, e não uma resposta, este estudo assumiu o desafio de problematizar a compreensão moderna de Roteiro Turístico.

Segundo aponta Morin (2001), até o século XX o conhecimento buscou revelar, por trás da aparente confusão dos fenômenos, as leis simples que os regem e a ordem que os determinam, por meio do estabelecimento de verdades simples por quatro grandes meios, cuja complexidade abala, ainda que não tenha sido suficientemente pensada a necessidade de uma verdadeira reforma de pensamento.

Os princípios, bem como as possibilidades para superá-los, conforme apontados pelo autor são: (1) Princípio de ordem, que é suficientemente amplo para englobar a idéia de determinismo que regia a Natureza e o mundo, compreendendo este como uma máquina determinista. Para transcendê-lo seria preciso reintegrá-lo na dialógica ordem-desordem-organização. (2) Princípio de separação, fundamentado por Descartes, em que o conhecimento objetivo separa as matérias umas das outras e o objetivo conhecido do Sujeito que conhece. Esse princípio conduz ao princípio de especialização, ou seja, a organização das disciplinas, que se afirmou fecundo para inúmeras descobertas, embora se tenha negado a interdisciplinaridade, que promoveria maiores descobertas, revelando o sentido da frase “O todo é algo além da soma das partes” (MORIN, 2008, p. 111). Para superá-lo seria preciso separar, distinguir, mas também seria preciso religar, reunir. (3) Princípio de redução, segundo

o qual o conhecimento das unidades elementares permite conhecer os conjuntos de que são componentes. Este princípio, segundo afirma Morin (2001), morreu porque nunca se terá o conhecimento de um todo a partir dos elementos de base. E, por fim, (4) Princípio Dedutivo-indutivo-identitário (validade absoluta da lógica clássica), o qual atribuía um valor de verdade quase absoluta à indução, à dedução e quanto a qual toda a contradição devia ser eliminada. A contradição assimilava um erro e obrigava a abandonar o raciocínio. Este princípio, por sua vez, deixou de ser absoluto, e para o pensamento contemporâneo, condizente com os métodos e lógicas pós-modernos é preciso saber transgredi-lo.

A partir dessas transposições, percebe-se que da desordem aparecem princípios de ordem, entende-se assim que o mundo se organiza ao mesmo tempo em que se desintegra. “Há uma espécie de luta entre um princípio de ordem e um princípio de desordem, mas também uma espécie de cooperação entre dois princípios, cooperação de onde nasce uma idéia ausente da Física clássica que é a organização” (MORIN, 2001, p. 493). Segundo o filósofo, isso não significa que a desordem ocupou o lugar da ordem, mas revela o jogo entre a ordem, a desordem e a organização. É dentro desse princípio de dialógica que esta reflexão se insere, considerando também a dialética, visto que as noções de ordem e desordem rejeitam-se ao revelarem-se antagônicas e a princípio contraditórias, mas ao se organizarem, revelam-se complementares para a concepção do fenômeno.

Surge, então, a seguinte questão: Como se dá a relação entre Roteiro Turístico Moderno, espaço, tempo, tematização, Sujeito, Tecnologia e Roteiro Turístico pós-moderno?

Para buscar respondê-la, considerou-se a noção de emergência. Segundo Morin (2001), o todo tem um determinado número de qualidades e de propriedades que não aparecem nas partes quando estão separadas. Disso surge a noção de emergência. Emergência de qualidades e propriedades constitutivas da organização de um todo (MORIN, 2001). Portanto, emergência da compreensão de Roteiro Turístico que acompanhe as demandas de sujeitos cujas sensibilidades navegam no século XXI.

A mobilidade em qualquer esfera, turística ou cotidiana, se dá, via de regra, a partir de uma roteirização que não se diferencia pela substância e materialidade. A sua organização, a forma com que são estruturadas, os valores a ela agregadas é que tem qualidades emergentes.

Diante do exposto, para este estudo, adotou-se a complexidade não apenas como método, mas como uma postura epistemológico-filosófica que norteia a estrutura cognitiva de organização do raciocínio, dúvidas, inquietações e reflexões que surgiram durante a elaboração e pesquisa, para a construção de sentido.

2 ROTEIRO TURÍSTICO: CONSTRUÇÃO E PRESENÇA DO CONCEITO

A dialética, método utilizado na presente investigação, refere à tese como um primeiro elemento afirmativo daquilo que será analisado (DEMO, 1987), portanto, surge aqui como busca e análise do estado da arte, situando-o histórica e academicamente. A partir disso, surge a complexidade, como uma reforma do pensamento, uma postura epistemo-filosófica que é, por sim mesma, objetivo e métodos educativos, e nesse contexto de tese surge como um olhar lançado sobre o Roteiro Turístico e sobre suas interfaces as quais convém interrogar.

Assim, considerando a roteirização historicamente, supõe-se como ponto de partida a mobilidade, vendo-a como inerente ao comportamento humano (MAFFESOLI, 2001). Se os deslocamentos ancestrais foram motivados, em especial, pela necessidade de melhores condições climáticas ou pela busca de alimentos, na atualidade, colocam-se o prazer, na forma de lazer, e mesmo o trabalho, entre os motivadores. Sob essas perspectivas, o SUJEITO busca facilidades e/ou elementos facilitadores para efetivar a viagem. No Turismo, um desses elementos facilitadores seriam os ROTEIROS TURÍSTICOS, cabendo, então, interrogar sobre o que seria, em diferentes momentos, o processo de roteirização como elemento ordenador das viagens. O presente capítulo constrói-se, então, sobre essas bases.

2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

A história é instrutiva em um estudo do turismo, não apenas porque talvez haja lições para aprender, mas também porque as sementes do crescimento futuro são encontradas no passado (LICKORISH e LENKINS, 2000, p. 20).

A dimensão histórica apresenta diferentes significantes para as viagens. Primeiro porque, em tempos mais antigos, haveria menor espaço para desfrute da viagem, pois esta viria acompanhada de condições precárias, com dificuldades e inseguranças, ou mesmo de falta de condições, para sua realização. Segundo, o termo viagem poderia implicar apenas a questão do deslocamento, ou seja, um mero meio para chegar a determinado destino, pouco afeito a possíveis hedonismos implícitos. E, terceiro, apenas uma minoria teria acesso às viagens, a maior parte da população vivendo e morrendo sem ultrapassar seu entorno geográfico mais imediato (MONTANER MONTEJANO, 2001).

A expressão ROTEIRO TURÍSTICO, por sua vez, seria lugar comum quando se fala em Turismo. Nesse contexto banalizado, “criar” um roteiro talvez não requeresse maior prática ou habilidade. Entretanto, realizando-se uma abordagem histórica sobre a presença das viagens para, nesse percurso, resgatar os processos de roteirização implícitos ou explícitos aos deslocamentos, detectam-se em períodos antigos da história humana, questões complexas, relativas ao que hoje se convencionou chamar de ROTEIRO TURÍSTICO. Para resgatar essas questões, realizou-se revisão bibliográfica em autores²² que abordam a historização do Turismo, para avaliar como a mesma tem sido apresentada.

Utilizando as periodizações propostas por Molina (2003), conforme explicitado no primeiro capítulo, o da metodologia, submeter-se-á as mesmas à análise que permita destacar o contexto do *Grand Tour*, as iniciativas de Thomas Cook²³ e os deslocamentos realizados, principalmente por motivos religiosos, ainda na Antiguidade e na Idade Média e que permanecem hodiernamente. Sob o ponto de vista da interdisciplinaridade, fatos que a priori poderiam não estar diretamente relacionados a esses contextos, podem contribuir para resgatar uma evolução global dos roteiros. Os recortes visam realçar as épocas e marcos que as separam, conforme proposta do paradigma do Pós-Turismo, de acordo com as categorias eleitas para a análise do objeto roteiro turístico: Tempo, Espaço, Sujeito e Tecnologia (para fins de análise deste capítulo, considerou-se, primeiramente, a Técnica, por sua incidência sobre as demais).

Resguardadas as variáveis-chave adotadas para a construção histórica proposta, adota-se o paradigma do Pós-Turismo e, assim, não se divide esse recorte em períodos temporais (Antiguidade Clássica, Idade Média; Renascimento, etc), já que esse tipo de categorização, segundo Molina (2003), deixa-se levar por fatos que não necessariamente configuram-se como um divisor de águas histórico, além de serem excludentes entre si, compreendendo que o início de uma nova fase signifique o término definitivo da anterior. A opção pela periodização proposta por Molina, a qual se submetem as demais, justifica-se, então, pois as categorias emergem de conceitos e práticas diferenciadas e não excludentes entre si, no contexto temporal, além de sua proposta avançar mais que as demais ao entender o contemporâneo como um novo momento, que ele denomina como Pós-Turismo.

²² Considerou-se Lickorish e Lenkins (2000), Acerenza (2002), Barbosa (2002), Rejowki et all (2002), Rejowski e Solha (2002), Yasoshima e Oliveira (2002), Santos Filho (2004) e Montaner Montejano (2001).

²³ Por não ser foco deste trabalho, mas necessário para sua compreensão em sua totalidade, não se considera, as críticas hoje feitas ao eurocentrismo da História do Turismo (SANTOS FILHO, 2009), apesar de considerá-las importante para o entendimento e até mesmo redimensionamento (histórico) do Turismo

O pós-turismo é um modelo que implica o paradigma da pós-modernidade (valores, metodologias e técnicas), ainda em processo de construção, análise e enriquecimento conceitual; seu surgimento não exclui a presença das questões anteriores, associadas a outros momentos do Turismo. É uma alternativa, uma opção para as sociedades que buscam novos sentidos e soluções para os desafios, aplicando as ferramentas tecnológicas existentes (MOLINA, 2003).

De modo geral, ao que Molina denomina como o Pré-Turismo, é tratado por Lickorish e Lenkins (2000); como antecedentes das viagens e do turismo por Rejowski (org., 2002); e como antecedentes remotos por Acerenza (2002). Já Barbosa (2002) trata genericamente como primeiros deslocamentos humanos, enfatizando o *Grand Tour*. Entretanto, considerando-se o período sob o ponto de vista das técnicas presentes, ele pode ser mais longo do que o colocado pelos autores, pois os povos antigos trouxeram grandes contribuições para a história dos deslocamentos, em especial devido à introdução de técnicas facilitadoras do viajar. De maneira especial, destacam-se as contribuições trazidas pelos sumérios, persas e fenícios, sem deixar de considerar também os povos gregos e romanos²⁴, presenças recorrentes na historiografia do Turismo.

Aos sumérios é atribuída a invenção da roda. Esse povo que habitou a Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, onde hoje é o Iraque, viveu nessa região entre 4000 e 1950 a.C. A história aponta que a roda teria sido criada por volta de 3500 a.C. em madeira maciça. Mais tarde, a partir de 2000 a.C, surgem no norte da Europa, Ásia ocidental e China as rodas vazadas, com raios, bem mais leves que as rodas maciças. Bois, burros e cavalos começam a ser usados para puxar carroças e arados. A partir de 1800, as rodas de madeira são recobertas com metal para aumentar sua durabilidade. Em 1888, o escocês John B. Dunlop (1840-1921) inventou os pneus com câmara para bicicleta, que o francês Edouard Michelin (1859-1940) adaptou para carros em 1895.

Nassour (2003) mensura em números as contribuições trazidas pela roda:

Um homem adulto e treinado percorre num dia de caminhada, cerca de 30 quilômetros, e a carga máxima que consegue carregar é cerca de 40 quilos, além do seu próprio peso. Com a domesticação de animais, por volta de 5.000 a.C., a capacidade de carga no lombo de bestas aumentou para 100 quilos. A tração animal aumentou ainda mais a capacidade de carga para 1.200 quilos puxados por uma carreira de bois. Acredita-se que os egípcios usaram de artifícios como grandes roletes de madeira para transportar por quilômetros, os enormes blocos de granito e

²⁴ É importante ressaltar que Montaner Montejano (2001) também cita, ainda que timidamente, a presença dos egípcios nesse cenário de viagens: “o Egito faraônico começa a desenvolver as condições necessárias para a viagem” (p. 86).

de pedra para a construção das pirâmides, inventando também o que se chama hoje de rota de transportes, ou simplesmente estradas (NASSOUR, 2003, s/p).

Como pode ser observado, essa invenção teoricamente “simples”, contribuiu de maneira significativa para o transporte de cargas, mercadorias e também para o aumento nas distâncias percorridas em menos tempo.

A Pérsia situava-se a leste da Mesopotâmia, no extenso planalto do Irã. Ao contrário das regiões vizinhas, possuía poucas áreas férteis. A partir do ano 2000 a.C., a região foi sendo ocupada por pastores e agricultores, vindos do território que hoje compõe a Rússia, com destaque para os medos, que se estabeleceram no norte, e para os persas, no sul do planalto iraniano. Os termos Pérsia e persa foram adotados por todos os idiomas ocidentais por meio dos gregos, e são usados para se referir oficialmente ao Irã e seus habitantes desde 1935. Porém, não só os iranianos são considerados persas, como diversos outros povos que fizeram parte dessa civilização, cultural e lingüisticamente. O Império Persa garantiu sua hegemonia por meio da construção de diversas estradas. Ao mesmo tempo em que a rede de estradas garantia um melhor deslocamento aos exércitos, também servia de apoio no desenvolvimento das atividades comerciais.

A Fenícia situava-se na porção norte da Palestina, onde hoje está o Líbano. Os fenícios prestaram grandes contribuições à navegação. Ao contrário dos egípcios, gregos e romanos, seu império não era terrestre, mas marítimo, graças às proximidades com o Mar Mediterrâneo e as dificuldades de relevo na região que habitavam. O povo fenício foi, na Antiguidade, o melhor navegador. A marinha fenícia era uma das mais poderosas do mundo antigo, com navios feitos à base de cedro, árvore nativa da região, símbolo inclusive registrado na bandeira do Líbano. Suas embarcações, dotadas de aríetes de proa, quilha estreita e vela retangular, eram velozes e mais fáceis de manobrar. Com isso, os fenícios mantiveram sua superioridade naval por séculos. Os fenícios navegavam até ao Egito e mesmo até ao Mar Egeu. No segundo milênio, atingiram, a oeste, as margens da Numídja e da Ibéria (Espanha). Até mesmo no contexto dos roteiros turísticos os fenícios deram sua contribuição.

Os fenícios realizaram grandes viagens “internacionais”, inclusive precedendo os gregos na descoberta do mundo mediterrâneo. Não existem muitos relatos dessas viagens, mas sabe-se, através de périplos ou diários de bordo, que esse povo navegou ao longo da península Ibérica, Inglaterra, mar do Norte e também realizaram viagens em torno da África, o que acabou estabelecendo importantes roteiros medievais. Os fenícios inventaram o alfabeto (mais fácil que a escrita cuneiforme). Era composto de 22 sinais que correspondiam às

consoantes e que mais tarde foi aperfeiçoado por outros povos²⁵. Os périplos são fruto da escrita e se constituíram uma importante fonte histórica sobre o registro das rotas percorridas. A contribuição desses diários de bordo no âmbito dos Roteiros Turísticos dá-se na era medieval, pois teriam servido, segundo Barbosa (2002), como fonte e exemplo aos roteiros medievais. Isto implicaria dizer que o ato de roteirizar, no âmbito das viagens e deslocamentos, é anterior ao denominado Turismo, atestando a pré-existência da formalização dos itinerários face ao fenômeno.

Outra importante contribuição dos povos antigos para a historiografia dos Roteiros Turísticos está na Grécia Antiga. Os registros apontam para Heródoto, considerado por Acerenza (2002), como o “pai dos escritores de turismo”; apesar disso, o autor reconhece a existência de escritos igualmente importantes naquela época, que, assim como os de Heródoto, descrevem as extensas viagens realizadas em sua época. Yasoshima e Oliveira (2002) também apontam para Heródoto como o primeiro narrador de viagens e o consideram ainda o primeiro “turista” por interessar-se pelos costumes locais e pela descrição dos atrativos, pelas particularidades das regiões e pelas técnicas de produção. Os autores mencionam que ele viajou muito e registrava versões diferentes das narrativas fantasiosas que os guias de viagem faziam na época.

Apesar de não estar diretamente ligada à história dos roteiros turísticos, a figura de Heródoto trás a tona uma discussão importante: os registros de viagem por meio de relatos, que, conforme será abordado adiante, podem vir a resultar no processo de roteirização. Montaner Montejano (2001, p. 86) cita a obra *Anábasis*, de Xenofonte, como um “diário de rota da grande retirada de um comandante de soldados mercenários italianos empenhado em encontrar a administração de suas propriedades nos arredores de Atenas”.

Ainda na Antiguidade Clássica, conforme enfatizam Yasoshima e Oliveira (2002), Grécia e Roma destacam-se pela importância que tiveram na organização não só das viagens, mas também pelo conjunto de fatores facilitadores do deslocamento, como as vias, que, em uma visão planejada, incluíam obras viárias de infra-estrutura (estradas, pontes, viadutos), algumas existentes até hoje, além de logísticas de transporte que permitiam deslocamentos cada vez mais longos. Lickorish e Lenkins (2000) afirmam que foi por meio dessas estruturas construídas pelos romanos que a Europa ganhou uma rede efetiva para viagens e comunicações.

²⁵ http://www.desvendar.com/especiais/historiadoTurismo/imperios_antigos.asp

Os romanos começaram a abrir estradas em 150 a.C. e se aperfeiçoaram em construções. A extensa rede de estradas construídas, inicialmente com propósitos militares, foi responsável pelo desenvolvimento rural e urbano e formava uma malha viária de grande qualidade para a época, o que proporcionou o crescimento das viagens. Por essas estradas trafegavam veículos de transporte como a birota, o cisium, a reada e o carpetum (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

Os autores mencionam ainda a via Domiciana, construída pelo Imperador Dominicano com a finalidade de “desengarrafar” o trânsito que ia em direção à costa. Com a construção dessa estrada, alguns trajetos antes feitos em um dia inteiro puderam ser percorridos em apenas duas horas devido às melhorias introduzidas (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

O transporte a cavalo era limitado a viagens individuais ou veículos de pouca capacidade. Esse tipo de transporte, além de sazonal, era bastante precário e lento, pois os romanos podiam viajar a uma velocidade um pouco maior que quatro ou seis quilômetros por hora (LICKORISH e LENKINS, 2000). No entanto, valendo-se das trocas de cavalo facilitadas pelas casas de etapa, encontradas a cada cinco ou seis milhas de distância umas das outras, a velocidade podia chegar a 100 milhas (aproximadamente 170km) por dia (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002), fato que aponta para uma organização de infra-estrutura para dar suporte aos deslocamentos.

As representações gráficas dos caminhos romanos, utilizadas no período da Antiguidade Clássica, chamados de “mapas” por Yasoshima e Oliveira (2002) não tinham proporcionalidade com o espaço geográfico real retratado e por isso não podem ser tomados em dimensão cartográfica, mas sim de representação. Elas possuíam, porém, muitas informações sobre o nome das cidades, distância entre elas e os rios e outros acidentes demográficos, assim como os meios de hospedagem existentes no percurso, o que aponta para o interesse, ainda que não latente e massificado pelo deslocamento. Essas representações poderiam ser consideradas formas de itinerários, já que apontavam caminhos a serem seguidos de um local a um destino, indicando ainda serviços como estalagens. Como exemplo do exposto, aponta-se para a Tábua Peutingeriana que, segundo Yasoshima e Oliveira (2002) mostrava além das distâncias entre as cidades, os vários símbolos indicativos dos alojamentos onde o viajante poderia parar para repouso, de acordo com suas posses e necessidades.

Os autores apontam também as festas e jogos como parte importante do lazer e, afirmam que, contrariamente ao que acontecia na Grécia, as festas romanas não provocavam grandes deslocamentos, tanto em termos de distâncias, quanto em termos de “atratividade”,

regionais, dentro das províncias. Era a população da vila que assistia aos seus espetáculos e participava das festas. A cidade romana seria menos aberta ao público de fora e ao estrangeiro, ao contrário do que aconteceria com o povo grego (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

Alguns romanos da elite viajavam por prazer à Grécia e ao Egito. Para essas viagens faziam uso de guias de viagem, os denominados *perieges*, apresentado por como precursores dos guias turísticos atuais. Esses guias disponibilizavam informações sobre as cidades visitadas, seus monumentos, atrativos, modos de vida e costume de seus habitantes. A *Periege* Descrição da Grécia (*Periegeses Hellatos*), escrito pelo viajante grego Pausânias, seria o guia mais completo. Em seus relatos, Pausânias começa sempre pela descrição de cada cidade, com uma sinopse de sua história e sua topografia, além de comentar o cotidiano da população local, os cerimoniais, as lendas e o folclore; dá atenção especial à descrição dos monumentos, da arte e da arquitetura (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002). Apesar da existência desses registros, esses deslocamentos não seriam similares aos que hoje se conhece como turismo que, segundo Acerenza (2002), tomaria tais características a partir do Império Romano.

Ainda sobre os relatos, Acerenza (2002) menciona os produzidos pelos romanos. Os maiores deslocamentos por eles realizados se limitavam à Grécia e, posteriormente, à Terra Santa, pela difusão do cristianismo. Considerando historiadores, o autor afirma a existência de itinerários e guias, que especificavam rotas, nomes dos caminhos, as distâncias e o tempo de deslocamento (ACERENZA, 2002; MONTANER MONTEJANO, 2001). Já se considerar os relatos dos pesquisadores da História do Turismo, já nessa época se perceberia a prioridade às categorias tempo e espaço nos deslocamentos humanos organizados, ainda que de maneira incipiente e não com os padrões que alcançarão em tempos subseqüentes. Ainda sobre o conteúdo desses guias e itinerários, cabe indagar qual a evolução da técnica e no conteúdo desses guias. Será que as demandas de informações do turista contemporâneo ainda navega sobre a ótica dos caminhos a serem percorridos, distância, tempo e rotas? Quais seriam as demandas pós-modernas para um guia turístico?

Considerados os momentos entendidos como fundamentais para constituição da história dos Roteiros Turísticos conforme abordagem proposta por esta pesquisa dá-se um salto no tempo para falar do momento que Molina (2003) considera como o expoente máximo desta etapa (pré-Turismo) do desenvolvimento do Turismo: O *Grand Tour*, que, segundo aponta, Acerenza (2002), foi o responsável pelo desenvolvimento dos centros de férias. Antes, destaca-se que Acerenza (2002), Montaner Montejano (2001) e Yasoshima e Oliveira (2002) mencionam ainda a existência de um guia do viajante do século XIV, o qual ofereceria

informações detalhadas aos peregrinos sobre os países e as regiões que cruzariam e o tipo de hospedagem que poderiam encontrar pelo caminho.

O *Grand Tour* teria se originado no século XIV, quando jovens da nobreza e da classe média abastada inglesa passaram a realizar viagens por cerca de dois anos pelo continente europeu, para completar sua educação e ganhar experiência pessoal, (ACERENZA, 2002). Lickorish e Lenkins (2000) apontam que os jovens bem nascidos, se aspirassem por carreiras de administração, advocacia ou militar, eram incentivados a viajar para o exterior (prática do *Grand Tour*) e, ao voltarem, essa viagem de estudos seria plenamente aceita na Europa, como parte da educação, no século XVII. O *Grand Tour* insere-se no contexto da Renascença Italiana, que ajudou a divulgá-la, impulsionando o ímpeto pelas viagens motivadas pela aprendizagem e aquisição de cultura, mas também teria motivado as viagens com motivos mercantis (LICHORISH e LENKINS, 2000). Seria, ainda, um marco para o Turismo Moderno, responsável, inclusive, pela criação do termo Turismo (MONTANER MONTEJANO, 2001).

Yasoshima e Oliveira destacam o surgimento do gênero literário “relatos de viagem” e do romance sobre os lugares distantes. Os autores mencionam o *best-seller Travels*, de John Mandeville, publicado em 1357. Nos tempos seguintes as viagens ganham maior dimensão e originam extensa bibliografia, cuja apropriação situa-se nos fins do século XVI e começo do século XVII. Essa bibliografia constituía-se por livros que recomendavam formas de viajar, e tornar as viagens a países estrangeiros mais proveitosas e honoráveis (ACERENZA, 2002). Segundo Acerenza (2002), mediante o estudo dessa bibliografia, dos relatos e das cartas escritas por visitantes durante seus *tours* pelo continente, nos quais descreviam os itinerários realizados, as distâncias percorridas, os meios de transportes e os lugares de alojamento utilizados, se pode elaborar alguns mapas que ilustram a expressão espacial dessas viagens.

Os séculos XV e XVI foram marcados por viagens marítimas de descobrimento (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002) e responsáveis também pela ampliação do horizonte da época – descobrimento da América, de novas zonas da África e Ásia, que despertaram a curiosidade por conhecer novos povos e lugares, dando origem a uma nova era da história das viagens (MONTANER MONTEJANO, 2001).

Yasoshima e Oliveira (2002) citam diferentes nacionalidades européias que, em ocasião de viagem à França, por volta de 1672, levavam em mãos um guia fiel que, a exemplo dos guias turísticos atuais, forneciam noções da língua, descrições das rotas que conduziam às cidades e aos lugares mais famosos. Eram propostos dois circuitos, o *Petit Tour* (Paris e sudeste da França) o *Grand Tour* (que compreendia também o sul, o sudeste e a Borgonha).

Daí teria surgido a expressão *Grand Tour*, que começaria a ser utilizada na Inglaterra, nos fins do século XVII e XVIII. Os participantes do *Grand Tour* visitavam pequenas cidades ao longo do caminho, sem que houvesse um itinerário padrão a ser seguido nos estados italianos. Apesar disso, os autores apontam para os caminhos que poderiam ser tomados a partir de Turim: a estrada do sul, que ia para Gênova (o principal porto de chegada para aqueles que vinham pelo mar), Florença e Roma, talvez parando no trajeto em Pisa, Livorno e Luca; a estrada do leste, que tinha Veneza como destino final, com paradas em Milão, Parma, Vicenza, Pádua, Ferrara e Bolonha. A Revolução Francesa teria sido a responsável pela interrupção, em 1789, desse movimento de viajantes em busca de aprimoramento dos conhecimentos e da cultura, e pela conseqüente guerra napoleônica; por volta de 1814 as viagens praticamente cessaram (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

Molina (2003) apresenta o período do Turismo Industrial como aquele marcado pelos avanços técnicos advindo, principalmente, da Revolução Industrial e das duas Grandes Guerras. Ele o subdivide em Turismo Industrial Primitivo, Turismo Industrial Maduro e Turismo Pós-Industrial. No primeiro Lickorish e Lenkins situam dois períodos: a era das ferrovias e o Entre Guerras; Acerenza, da mesma forma, trabalha com o turismo a partir de meados do século XIX e o turismo depois da primeira guerra mundial; Barbosa, por sua vez, situa o Ressurgimento do balneário e o Turismo de Cura. O período chamado por Rejowski (org., 2002) de Desenvolvimento do Turismo estaria no Turismo Industrial Pré-maturo. Na transição de Turismo Industrial Primitivo para Maduro, Rejowski (org., 2002) situa o período que vai de 1900 a 1949, como transição pelo crescimento e interrupção do fluxo turístico (Turismo em cenários de mudança) e Barbosa, a Modernização nos transportes: as estradas de ferro. Dentro do Turismo Industrial Moderno, Acerenza situa o turismo depois da segunda guerra mundial; O período de Decolagem do Turismo (Lickorish e Lenkins) estaria na transição do Turismo Industrial Moderno para o Turismo Pós-Industrial, da mesma forma em que o período chamado por Rejowski de Grandes transformações, de 1950 a 1973, com o Turismo Massivo (Turismo em cenários de mudança; Acerenza situa o Turismo nas últimas décadas. Por fim, na transição que vai desde o Turismo Industrial Maduro até o Pós-Turismo, Rejowski situa novo cenário, de 1974 a 2005, com a emergência dos debates sobre sustentabilidade, globalização e as incertezas que envolvem o fenômeno (Turismo em cenários de mudança) (ver apêndice 01).

Então, o Turismo Industrial Primitivo é caracterizado pela melhoria dos transportes, a ampliação e qualificação da rede hoteleira, a consolidação dos balneários, o surgimento dos primeiros destinos na América Latina, bem como, dos primeiros escritórios de Turismo e das

agências de viagem. As empresas possuem estrutura organizacional elementar e pouca diversificação da oferta, começa-se a incorporar algumas práticas científicas à gestão administrativa (MOLINA, 2003). Acrescente-se também o grande progresso técnico vivido por esse período devido, principalmente, à Revolução Industrial e Científica e a Primeira Guerra Mundial, que proporcionaram a evolução nos meios de transportes que, aliados a outros fatores de ordem social, possibilitaram o incremento do fluxo turístico e pela presença da figura de Thomas Cook.

Ainda nesta fase, Cook tem é apontado reiteradamente como o criador do Turismo, sendo Santos Filho (2004; 2005), no Brasil, voz isolada ao levantar discussões sobre essa hegemonia, considerada por ele como decorrente da historiografia inglesa e européia e suas visões históricas eurocêntricas. A proposta do autor é deslocar as discussões históricas da visão eurocentrista e realocá-las, por meio do resgate das etnias latinas (povos maias e incas), no preceito de que a história das civilizações é fruto de um processo. Considerando-se que o deslocamento sempre esteve presente na realidade social, mas que “sua manifestação durante a história da humanidade surge de diferentes e aproximadas essencialidades” (SANTOS FILHO, 2005, p. 75), a hegemonia de Cook na História do Turismo é justificada pelo autor pelo fato de a Inglaterra ter, naquela época, os meios de produção mais desenvolvidos para subsidiar um personagem que revolucionaria a prática organizando o Turismo Moderno. Lickorish e Lenkins (2000) apontam que Cook criou serviços essenciais, como pacote e excursão turística e, com isso, teria conseguido resignificar as viagens como atividade voltada para educação, prazer e entretenimento, incluídas em um novo conceito: as férias.

Em 1841, Thomas Cook inicia suas atividades no turismo, na Inglaterra. No mesmo ano, Henry Wells também inicia suas atividades no turismo nos Estados Unidos (ACERENZA, 2002). A partir de Ludberg, Acerenza (2002) considera Cook como o primeiro agente de viagens profissional dedicado ao exercício desta atividade em tempo integral. Entre as contribuições de Cook para o Turismo destaca-se, em 1841 o arrendamento de um trem para transportar 570 pessoas em uma viagem de ida e volta, entre as cidades de Leicester e Loughborough, na Inglaterra, para participação em um congresso sobre alcoolismo. Cook fez todos os acertos da viagem de modo filantrópico, mas compreendeu o potencial de negócios existente na organização de viagens (ACERENZA, 2002; REJOWSKI, 2002). Lickorish e Lenkins (2000) consideram esse como o primeiro pacote turístico, pois a viagem incluía, conforme detalham Rejowski et all (2002), um lanche composto de chá e sanduíche de presunto, a possibilidade de participar de um jogo de *Cricket* e a oportunidade de dançar ao som da música da banda que acompanhou os viajantes. Lickorish e Lenkins (2000)

consideram que a grande contribuição de Cook teria sido essa organização da viagem completa, com transporte, acomodação e lazer ou “satisfação” em um novo e desejado destino, “o verdadeiro produto de turismo” (IDEM, p. 30) e afirmam ainda que os “eventos sociais eram uma amostra dos primeiros ‘pacotes turístico’” (IDEM, p. 32).

Em 1845 Cook inicia suas atividades como organizador de viagens em tempo integral (ACERENZA, 2002), Organizando uma excursão para o litoral de Liverpool, uma viagem aberta ao público em geral, com a finalidade de lazer (REJOWSKI et. al. 2002). Segundo aponta Acerenza (2002), o primeiro itinerário oficial descritivo de viagem, preparado especial e profissionalmente para turistas, foi preparado por Cook (*Handbook of the trip*) para os participantes da excursão de Leicester até o porto de Liverpool.

Em 1846 realiza um *tour* com a participação de guias de turismo, no qual levou 350 pessoas em uma viagem através da Escócia (ACERENZA, 2002). Em 1851 teria levado cerca de 165 mil pessoas, com serviços de transporte e alojamento, para a Primeira Exposição Mundial, realizada em Londres, nesse ano. A Exposição teve seis milhões de visitantes (ACERENZA, 2002). Lickorish e Lenkins (2000) esclarecem que esse número refere-se apenas a excursionistas de Yorkshire. Em 1856 realizou a primeira excursão ao continente (ACERENZA, 2002; LICKORISH e LENKINS, 2000). Em 1865 realizou uma excursão aos Estados Unidos (LICKORISH e LENKINS, 2000). E, em 1872 realizou a primeira volta ao mundo com um grupo de nove pessoas, com duração de vinte e dois dias (ACERENZA, 2002). Rejowski et al (2002) afirmam que essa viagem teria durado 222 dias e complementam que ao reconhecer a possibilidade de fazer essa viagem em larga escala, Cook elaborou todo um roteiro, mapeou os itinerários e vendeu os respectivos bilhetes. Essa viagem resultou em crônicas que foram publicadas pelo *Times* de Londres e que, segundo se comenta, foram as que inspiraram Julio Verne a escrever sua famosa “A volta ao mundo em 80 dias”, três anos mais tarde. A suposição de que a viagem realizada por Cook possa ter servido de inspiração para Verne surge a partir de Witney (apud REJOWSKI et. al., 2002, p. 63)²⁶ que afirma que “alguns meses antes de Júlio Verne ter lançado Phileas Fogg na sua viagem de ficção, Cook começou a viagem real, seguindo quase o mesmo itinerário, só que em sentido inverso”. 1878 – levou 75 mil pessoas a visitar a Exposição de Paris.

²⁶ Os atores indicam a rota tomada por Cook: rota oeste-leste; pelo Atlântico e pelos Estados Unidos, com paradas nas atrações turísticas incluindo as cataratas do Niágara, Chicago, *Salt Lake City* e São Francisco; pelo Pacífico, antiga Yokohama, seguida de um *tour* pelas maiores cidades japonesa; a escala seguinte era Shanghai, Hong Kong, Cingapura, Penang, Ceilão, Madras e Calcutá. Nesta cidade Cook e seu grupo deixavam o navio para empreender uma viagem terrestre, via estrada de ferro, para Benares, Agra, Kanpur, Lucknow, Délhi, Allahbad e Bombain, onde embarcavam em outro navio com destino ao Egito, sua maior escala antes do retorno para Inglaterra, com uma viagem de navio pelo Mediterrâneo e de trem pela Europa.

Rejowski (2002) reitera que *Cook and Son* acrescentou uma rede de rotas até cobrir grande parte da Holanda, Bélgica, França, Alemanha, Suíça, Áustria e Itália. Na década de 1860, foram acrescentados pacotes para a Espanha, Índia, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos. Além das contribuições usualmente narradas na bibliografia sobre a história do Turismo, há nesse período uma grande influência dos relatos e guias de viagem. A influência é reconhecida pela facilidade de resgate bibliográfico sobre o assunto, não comum ao estágio anterior, até o surgimento do *Grand Tour*.

Esse período é marcado pelos avanços técnicos nos meios de transportes. Rejowski et. al. (2002) sinalizam para a nova tecnologia da máquina a vapor, implantada primeiramente nas fábricas e, posteriormente, utilizada nos navios e nos trens, baseados nos vagões utilizados em minas de carvão do século XVI. Os autores ressaltam que o carvão como fonte de energia em substituição ao vento ou à tração animal, dando aos meios de transporte impulsos e características de maior velocidade e capacidade de transportar viajantes e mercadorias. Como consequência, destacam, surge um novo tipo de viajante com aparecimento de novos e diferentes destinos freqüentados pela classe média em ascensão.

O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX é significativo para evolução do Turismo em decorrência de mudanças econômicas e sociais causadas pela Revolução Industrial e Científica (ACERENZA, 2002; LICKORISH e LENKINS, 2000), ainda mais expressivas no século seguinte, pois houve o surgimento de uma classe média grande e próspera, com novos gostos e necessidades, em especial no que se refere às férias e disputa do lazer. Some-se a isso o rápido aperfeiçoamento dos transportes, que resultou no aumento do número de pessoas que viajavam por prazer (ROBINSON apud ACERENZA, 2002).

A máquina também altera as formas de produção dos livros, por meio da imprensa. Com a difusão da imprensa, pode-se sistematizar o processo de transmissão de notícias, fazendo com que a informação deixasse de ficar estante nas mãos dos eruditos, dando aos relatos de viagem maior alcance de público. Segundo aponta Charliat (apud JANÉ, 2002, p. 77), “pocos géneros literarios han sido escritos y difundidos con más libertad y éxito que la literatura de que la literatura de viajes. Llegaba incluso las mismas masas bajo la forma de gacetas, de relatos distribuidos por vendedores callejeros”. Jané (2002, p. 77) complementa que “la consolidación de la imprenta y la aparición de una cierta prensa periódica, la regularización de los viajes y una sistematización en el proceso informativo generará que este tema siguiera llamando el interés de los lectores y la atención de los impresores”.

Nas viagens no período do século das Luzes predominaram a aventura do descobrimento científico. Viajantes como Ansón, Iturriaga, John Byron, Bougainville, James Cook, La Pérouse, Malspina, Humboldt, são destacados por Jané (2002) como protagonistas de expedições pelo descobrimento científico que publicaram várias páginas com informações e documentações sobre etnografia, botânica, geografia e outros, de terras distantes. É nessa época que começam a surgir as viagens de aprendizado denominadas de *Grand Tour*, fazendo com que as viagens se convertessem em um instrumento em prol da razão e do pensamento científico.

A viagem iluminista foi um meio para conhecer a realidade, desde os mais diferentes âmbitos e perspectivas, servindo para alimentar as mais diversas ciências, desde a antropologia até a botânica. A viagem iluminista com objetivos muito bem definidos pretende informar, formar e em última instância reformar a realidade não desejada.

Fundamentado em Serna, Jané (2002) apresenta cinco tipos de viagens realizadas durante o período do iluminismo em função de seus objetivos e conteúdos das posteriores publicações realizadas: 1) viagens econômicas, destinadas a conhecer e estudar a estrutura econômica e técnica do país ou comarca visitada, conhecer seu estado, informar sobre suas possibilidades e propor projetos de reforma; 2) Viagens Científicas naturalísticas, compreendida como viagens de observação e descrição da natureza, mas também da população costume, geografia e agricultura dos lugares percorridos; 3) Viagens Artísticas, referentes à viagem cujo objetivo é a descrição dos valores artísticos e monumentais das comarcas ou cidades visitadas; 4) Viagens Histórico-arqueológicas, as quais têm certo vínculo com a anterior, mas se centram mais na história e nos valores arqueológicos como fio condutor dos relatos; e, finalmente, 5) Viagens literário-sociológicas, as quais são descrições com certo sabor literário, aproximam-se das culturas, formas de vida, rituais, no que teria sido o início da etnografia e sociologia.

A condição jornalística que os relatos assumem contribuem, juntamente com a imprensa, para que eles atinjam maior público, “un público numeroso, ávido de noticias de los avances científicos e interesado por los textos de viajes y las curiosidades de otras formas de vida, debido al gusto por lo exótico que hemos mencionado antes. Todo esto o convertirá en un voraz consumidor de relatos de viajes, ya sean publicados en libros o crónicas periodísticas” (JANÉ, 2002, p. 86).

A partir da mudança da função dos guias de viagem, com sua produção em massa, possibilitada pela imprensa, os guias libertaram as pessoas de dependência das competências lingüísticas e culturais e, ao dar ao viajante instruções, dicas e regras para 'fazer por si

próprios, os guias aparecem como um sério artefato da cultura moderna, e um símbolo do desejo de sentido emancipatório (JACK e PHIPPS, 2003).

Para ilustrar a generalizada difusão dos relatos por meio da imprensa no século XIX Jané (2002) busca aporte em Bernal. Segundo ele “el viaje se convierte en un contenido habitual en la prensa ilustrada, en las revistas literarias y en los folletines de diarios, que registra su etapa áurea hacia medio siglo” (JANÉ, 2002, p. 90).

Na Europa, na metade do século XX, com o surgimento do segundo maior conflito bélico mundial, que põe o continente em colapso, faz com que os relatos de viagem não tenham condições propícias para desenvolver-se, dando lugar às crônicas de guerra (JANÉ, 2002).

O século XIX é marcado pelo desenvolvimento acelerado das ferrovias e de navegação a vapor, o que incrementou o tráfego da Europa para a América e para o extremo Oriente, promovendo também o desenvolvimento de grandes companhias britânicas (REJOWSKI et al., 2002). Esses deslocamentos são considerados por Lickorish e Lenkins (2000) como a maior mudança no âmbito das viagens. As rotas, em especial as do Atlântico Norte, geraram um tráfego notável, incrementado no final do século XIX com as correntes de imigração européias para a América e com as visitas dos americanos à Europa.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o transporte era realizado predominantemente pelo setor ferroviário. Lickorish e Lenkins (2000) afirmam que a primeira grande demanda pelas viagens surgiu durante a “era das ferrovias”. Segundo os autores a primeira ferrovia para passageiros fazia o trajeto Liverpool-Manchester e foi inaugurada em 1830. A ferrovia expandiu-se através dos anos, formando uma malha ferroviária consistente na Europa, que possibilitava o fluxo de viajantes por quase todo o continente.

No processo provocado por essa revolução, Rejowski et. al. (2000) destacam o desenvolvimento do transporte rodoviário e da navegação a vapor como o “fato mais importante” (p. 44) para o crescimento do turismo. Lickorish e Lenkins (2000) ressaltam que o turismo foi o maior beneficiário nesse cenário de mudanças, tornando-se, no final do século XIX, a maior “indústria”²⁷ do mundo. Nesse contexto de evolução dos meios de transportes, Acerenza (2002, p. 68) destaca que “o impacto produzido pelas melhorias nos meios de transporte é indubitável”.

Quanto ao transporte rodoviário, Acerenza (2002), aponta que foi no período entre guerras, que se teve o paulatino crescimento do setor automobilístico, com a difusão massiva

²⁷ Dentro desse contexto destaca-se que o termo “indústria do Turismo” teria surgido no período do Turismo Industrial Maduro, conforme aponta Molina (2003)

do automóvel. Além disso, houve também as conquistas da classe trabalhadora, quando preferiram os alojamentos especificamente destinados aos turistas em férias, e as agências de viagens que seriam encarregadas de garantir o transporte e o alojamento nas destinações turísticas por eles escolhidas (REJOWSKI e SOLHA, 2002).

Lickorish e Lenkins (2000) apontam que as viagens com carros particulares feitas pelos novos habitantes urbanos deram apoio à revolução das férias e dos investimentos relacionados ao Turismo, mas reiteram que, durante esse período, entre-guerras, as viagens ainda eram realizadas, em geral, pelos transportes públicos.

Paralelamente ao desenvolvimento dos transportes automobilísticos, observou-se a evolução do transporte coletivo, acompanhada de construção de um sistema rodoviário compatível com a intensa demanda da época (REJOWSKI e SOLHA, 2002). Os autores chamam a atenção que o transporte coletivo foi criado, inicialmente, para atender à demanda de transporte urbano e, a partir daí, o ônibus tornou-se um importante veículo para as viagens e excursões turísticas. Lickorish e Lenkins (2000) acrescentam que, na Inglaterra, um terço das pessoas que viajavam utilizavam serviços de ônibus de turismo.

Rejowski e Solha (2002) e Acerenza (2002) afirmam que os veículos excedentes da guerra passaram a ter usos civis, principalmente pelos britânicos, que organizavam excursões da Grã-Bretanha ao continente para os campos de batalha mais importantes da França e em Flandes (compondo assim, as rotas de guerra). Gradualmente, estendeu-se o raio de viagens à Costa Azul e, posteriormente, a toda Europa.

Em 1924 as excursões saindo da Inglaterra chegavam ao norte da África e, em 1935, realiza-se a primeira excursão em ônibus a Leningrado e Moscou. Dentro desse contexto, as nações começaram a captar recursos oriundos do Turismo e passaram a reconhecer sua importância econômica tanto nos países europeus quanto em países de outros continentes. Ao término da guerra, a fabricação em série do automóvel e do ônibus e a retomada da construção dos dirigíveis permitiam que as viagens e o turismo voltassem a crescer após a interrupção do fluxo devido à guerra (ACERENZA, 2002; REJOWSKI e SOLHA, 2002).

A competição do automóvel e do ônibus só passou a ser sentida pelo trem na década de 1920 e, já na década seguinte, começa a perder mercado (REJOWSKI e SOLHA, 2002; LICKORISH e LENKINS, 2000). No período pós-guerra, as empresas automobilísticas expandiram-se significativamente. Estimou-se que, no pós-guerra, os carros particulares eram o meio de transporte mais importante utilizado nas férias, fazendo com que os trens e transportes públicos (ônibus e ônibus de turismo) perdessem importância; as ferrovias tornaram-se, em alguns países, como nos Estados Unidos, um meio de transporte menos

voltado para passageiros. As viagens aéreas, por outro lado, aumentaram aceleradamente. É importante mencionar que o tráfego não planejado (fretamentos) também teve grande crescimento (LICKORISH e LENKINS, 2000). Os autores ainda mencionam o *motor home*, apresentado ao mercado dos Estados Unidos em 1929. Esse tipo de meio de transporte tornou-se bastante difundido nesse país a partir de 1950.

Quanto ao sistema viário da Europa, Lickorish e Lenkins (2000, p. 27) apontam que

[...] as melhorias das rodovias e do canal ajudaram o crescimento do tráfego. As auto-estradas com cobranças de pedágio na Grã-Bretanha e em outros países, que nesse momentos volta-se para o sistema de concessões, foram construídas rapidamente. [...]. O sistema de carro-correio estabeleceu serviços melhores e mais confortáveis, tanto que no início do século XIX todas as principais cidades e lugarejos da Grã-Bretanha eram ligados por mala-posta, com até 30 serviços ao dia. Viagens de até 320km eram realizadas em um dia, mas o número de passageiros ainda era muito baixo e o custo, alto.

Outro destaque do Turismo Industrial Primitivo foi apontado por Lickorish e Lenkins (2000) no período que consideraram como o segundo estágio do Turismo, “o entre-guerras”. Os autores apontam para o rápido avanço dos adentros técnicos necessários ao atendimento das demandas dos conflitos das Primeira e Segunda Guerra Mundial. “Os carros e ônibus não apenas se tornaram mais eficientes, mas houve também um número maior de ônibus utilizados pelas forças armadas, e que são agora redundantes. Um grande número de operadoras oferecia transporte barato para fins de turismo” (p. 34). Esse período é considerado ainda como a era das comunicações e também da mobilidade, o que contribuiu para completar o ciclo da mudança de uma comunidade antes estática, agora dinâmica. Os autores consideram ainda esse período como “quase um ensaio para a decolagem do turismo após a Segunda Guerra Mundial” (LICKORISH e LENKINS, 2000, p. 24). Com a expansão das empresas automobilísticas na Grã-Bretanha, aliada à importância das viagens de ônibus e ônibus de turismo, no período entre-guerras, dá-se o processo de criação do “viajante” que ainda tinha para onde ir quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial (LICKORISH e LENKINS, 2000). Para os autores, essas viagens só foram possíveis pelo aumento do nível de vida principalmente da classe média

No que se refere aos transportes marítimos, apesar de Acerenza (2002) afirmar que o desenvolvimento da comunicação marítima aconteceu no período entre 1870 e 1880, contribuindo também para o incremento da atividade turística, Lickorish e Lenkins (2000) apontam para a década de 60 do século XIX como o início das viagens transatlânticas a lazer, copiando o conceito de *Grand Tour*. Segundo Acerenza (2002), Rejowki et all (2002) e

Lickorish e Lenkins (2000), o primeiro cruzeiro oceânico foi realizado em 1867 e concebido especialmente para turistas, saindo da Cidade de Quaker com destino ao Mediterrâneo e à Terra Santa, a bordo do navio *Quality City*. A descrição dessa viagem foi feita por Mark Twain, contratado pela Alta Califórnia para acompanhar o roteiro e remeter 50 crônicas sobre a viagem, o que resultou na obra “*The innocents abroad*” (REJOWSKI et. al., 2002).

Com o fim da Guerra em 1919, ocorreu um amplo processo de reconstrução de toda infra-estrutura de transporte e comunicação, aproveitando e utilizando, para fins comerciais, a tecnologia desenvolvida (REJOWSKI e SOLHA, 2002). Assim, após a Primeira Guerra Mundial, o espaço principal sob o convés dos transatlânticos, até então acomodações coletivas, foi transformado para abrigar cabinas de turistas (REJOWSKI e SOLHA, 2002).

Outro importante meio de transporte para esse período (primeira Guerra Mundial), conforme Acerenza (2002) menciona, é o surgimento da aviação civil, que inicialmente foi subsidiada pela maioria dos países, mas gradualmente foi se afirmando e estendo seus trajetos. Lickorish e Lenkins (2000, p. 23) consideram que “o mais revolucionário desenvolvimento do transporte ocorreu na aviação”. Antes da Segunda Guerra Mundial, no entanto, o transporte aéreo não se apresentava como um dos principais meios de transporte de passageiros. As viagens transatlânticas eram feitas exclusivamente por via marítima. Após a guerra, porém, o transporte aéreo e em grande escala de passageiros desenvolveu-se de forma rápida e em grande escala, o que foi auxiliado pela introdução de aeronaves maiores e de equipamentos mais eficientes. Isso fez com que decrescesse o tempo de viagem e também dos preços das passagens (LICKORISH e LENKINS, 2000).

Até o período que antecede a Segunda Guerra Mundial, os fatores que proporcionaram o desenvolvimento do Turismo teriam sido: um período de relativa paz, prosperidade econômica, avanço da comunicação e a disponibilidade de tempo livre. Com o pós-guerra, soma-se outro fator: as mudanças tecnológicas, principalmente no que se refere aos transportes e à comercialização (ACERENZA, 2002). Dentro do campo dos transportes, o autor destaca o surgimento da aviação comercial, o que provocou uma mudança significativa em nível internacional. Rejowski e Solha (2002) ratificam afirmando que logo após a guerra, os aviões militares foram modificados para uso comercial. As autoras apontam para a década de 1920 como o período a partir do qual se acelerou o desenvolvimento do transporte aéreo e a criação de inúmeras companhias. Ao final da Segunda Guerra Mundial, os aviões que eram destinados ao transporte de materiais, equipamentos e tropas foram adaptados e vendidos a várias empresas aéreas (REJOWSKI e SOLHA, 2002).

No período do Turismo Industrial Maduro, caracterizado por deslocamentos massivos, com consideráveis impactos sociais, políticos e culturais, alguns positivos, outros nem tanto; surgimento da expressão “indústria do turismo”, por seu conjunto de empresas guiadas por conceitos onde predominam a uniformização, a centralização e a maximização (MOLINA, 2003), Lickorish e Lenkins (2000) destacam a expansão da infra-estrutura foi assegurada pelo acesso ao capital e à tecnologia para os novos desenvolvimentos. Apesar de o início da aviação comercial ter acontecido ainda na década de 1920, o transporte aéreo como elemento de desenvolvimento do Turismo de Massa teria acontecido depois da Segunda Guerra Mundial, que experimentou os avanços tecnológicos da aviação que permitiram, ao fim desse período, na década de 1950, o desenvolvimento da aviação comercial com o aumento da velocidade de cruzeiro de 400 para 800km/h com os novos modelos aeronáuticos. (MONTANER MONTEJANO, 2001; REJOWSKI e SOLHA, 2002).

Os trens e os navios (que tinham destaque para viagens de longa distância, que faziam transporte regular de passageiros entre a Europa e os Estados Unidos), no entanto, ratificam Rejowki e Solha (2002), continuaram a ser os meios de transporte de maior incidência, apesar da evolução dos transportes rodoviário e aéreo. As autoras chamam a atenção para o fato de que em 1957, o número de passageiros transportados por via aérea excedeu o transportado pelo mar, fato decorrente da evolução desse tipo de transporte e do desenvolvimento maciço da aviação comercial, em consonância à flexibilização do direito do tráfego aéreo (LICKORISH e LENKINS, 2000).

As empresas aéreas, antes da guerra, ofereciam o mínimo de serviços. A partir de 1945, conforme apontam Lickorish e Lenkins (2000), em função dos avanços da engenharia estimulados pela guerra, houve uma rápida e massificada expansão da aviação, que oferecia transporte rápido e seguro para distâncias mais longas e a preços cada vez menores em termos reais.

No âmbito da tecnologia é importante que se destaque o que é considerado por Lickorish e Lenkins (2000). Nas palavras dos autores: “O quarto estágio do turismo moderno, os anos do pós-guerra, de 1945 até os dias de hoje, foi um período de revolução tecnológica” (LICKORISH e LENKINS, p. 37). Essa revolução tecnológica teria fomentado o aumento da riqueza e da renda disponível, além de mudanças igualmente importantes para o contexto das viagens no comportamento e no estilo de vida. Esse período testemunha também um grande crescimento da “indústria” das viagens nos países ricos e industrializados.

A década de 1970 é marcante para o desenvolvimento do Turismo, pois é a partir daí, que vários países, estimulados pelos benefícios, principalmente econômicos, que a atividade

proporcionava às comunidades receptoras, começaram a fomentá-lo por meio da criação de centros turísticos planejados, tendo os organismos internacionais de desenvolvimento como importante apoio (ACERENZA 2002). O autor menciona ainda o crescimento de centros turísticos motivados pelo setor privado e o aparecimento de pontos turísticos que cresceram de forma espontânea.

Outro fator importante, ligado ao progresso técnico nos meios de transporte, é a alteração nos procedimentos e, principalmente, o caráter internacional que as operações dos transportes adquiriram, com o que surgiu o primeiro sistema de reservas de passagens aéreas. As condições de voo começam a ser melhoradas no início dos anos 1970, pela incorporação de radares e outros instrumentos de navegação, além das próprias instalações dos aeroportos (REJOWSKI e SOLHA, 2002).

O *Computer Reservation Systems* - GRS (sistemas computadorizados de reserva) foi desenvolvido por volta de 1970 pelas companhias aéreas. São bases de dados que inicialmente concentravam informações sobre vôos e linhas de algumas companhias aéreas, como o Sabre, que foi desenvolvido pela *American Airlines*, e mais tarde, aberto a outras empresas de transporte aéreo, tornando-se um GDS (TOMELIN, 1998). Marin (2007) complementa que os GDS que se conhecem hoje têm sua origem na década de 1960, nas companhias aéreas, que conectavam suas filiais a sua central de reserva (CRS). A partir da década de 1970, com o crescimento das empresas e da atividade turística percebeu-se a necessidade de um sistema de maior amplitude. Dessa forma, apareceram os Sistemas de Distribuição Global (GDS), com o objetivo inicial de facilitar a reserva on-line em diversas companhias, a partir de qualquer lugar do mundo. A década de 1990 começou com quatro grandes GDS dominando o mercado, Sabre, Amadeus, *Galileo* e *Worldspan*, e outros menores, de âmbito regional, como o *Infini* e o *Access*.

O Turismo Pós-Industrial teria surgido, conforme aponta Molina (2003), em meados da década de 1980, apesar de algumas de suas propostas e práticas terem se mostrado já nos anos anteriores. Sua consolidação, porém se faz pelas novas tendências no Turismo que pouco a pouco o penetrariam e o transformariam de forma notável, fazendo emergir uma nova cultura turística nos agentes: demanda, prestadores de serviços e governos.

Nesse período, os valores, as metodologias e as técnicas “tradicionais”, que foram o alicerce para o Turismo Industrial Maduro, são desprezados (MOLINA, 2003). Começa a surgir a diferenciação dos produtos e serviços e a desmassificação dos mercados por meio de uma maior segmentação, levando à personificação dos serviços, a descentralização de

decisões nas empresas e no setor, além do ecologismo. Além disso, o conceito de hospitalidade passa a assumir um papel importante na prática turística, conforme Molina (2003), uma dimensão estratégica. A base para o turismo pós-industrial está nos movimentos sociais e culturais da época, em que o desenvolvimento de novas tecnologias passa a assumir cada vez mais um papel determinante no cotidiano das pessoas, afetando o comportamento da demanda, o desempenho empresarial, a função do setor público, o papel das comunidades locais e a estrutura dos produtos e serviços (MOLINA, 2003).

Molina (2003) é voz isolada ao propor mais uma periodização, contemplando o momento contemporâneo, o Pós-Turismo, que seria marcada pela presença intensiva da tecnologia, sendo indispensável e estratégica para a geração de produtos competitivos com alta capacidade de inserção mercadológica. Acompanhando o desenvolvimento tecnológico há também maior qualificação da força de trabalho da atividade. O autor cita os parques temáticos, que utilizam alta tecnologia, onde o visitante interage, dando papéis e personagens, como os empreendimentos americanos que mais cresceram na década de 1990. Deve-se notar ainda que a mesma tecnologia que é utilizada para a melhoria da atividade, também tem resultado em mudanças nos comportamentos sociais, devido a suas amplas possibilidades de uso (MOLINA, 2003), levando ao que o autor afirma que o Pós-Turista procura novas emoções e não necessariamente novos lugares.

Nesse período é importante considerar a globalização econômica que também está aliada à evolução dos transportes, às facilidades e à rapidez na comunicação, possíveis a partir do avanço nas tecnologias de informação, além de outros fatores que transformaram a inacessibilidade em acessibilidade e possibilidade (REJOWSKI e SOLHA, 2002). Consonante a isso, as transformações cada vez mais rápidas impuseram flexibilidade e velocidade às mudanças ocorridas na última década do século XX, inimagináveis nas duas décadas anteriores. Esses fatores dão significado ao termo “turismo global”, conotando tanto a globalização das viagens quanto a expansão, integração, fusão e internacionalização das empresas e empreendimentos turísticos.

No cenário da globalização, Rejowski e Solha (2002), buscam aporte em Bastos que considera o fator terrorismo como agente antagônico ao primeiro. Para Bastos, o terrorismo é responsável pela redistribuição do movimento turístico do planeta. O antagonismo, segundo a autora está no fato de que ao passo que a tecnologia, principalmente, por meio da Internet, encurtam as distâncias e diminuíram as barreiras culturais, o terrorismo e as instabilidades políticas voltaram a segregar o turista e a dividir o planeta entre áreas seguras e áreas

instáveis, por um lado limitando os deslocamentos e, por outro, tornando o item segurança importante para as decisões de viagem.

Com base em Beni, Rejowski e Solha (2002) destacam algumas tendências do Turismo neste século, para este trabalho importando a seguinte: o aumento do espaço virtual e sua utilização por produtos e consumidores: conectados os GDS “mais de um milhão de operadores já fazem negócio com os novos mercados” (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p. 105), a reserva de um hotel em qualquer lugar do planeta demora poucos segundos, surge um espaço virtual onde os consumidores consultam e adquirem produtos turísticos, e os sites de turismo crescem geometricamente em todo o mundo.

As autoras destacam o Japão como o pioneiro nos investimentos de infra-estrutura turística, pois conforme Beni, criam “uma das mais notáveis redes hoteleiras e de serviços turísticos maciçamente em parceria com os países da região, instalando efetiva infra-estrutura de lazer e entretenimento com roteiro estruturado e articulado, integrando com coerência a competência tecnológica os principais pólos de destinação turística do sudeste asiático” (BENI, 1993 p. 97). Segundo Lickorish e Lenkins (2002) esses avanços tecnológicos que concernem não apenas aos transportes e tecnologias da informação, mas também a outras formas de comunicação, reforçaram ainda mais os fatores econômicos que favoreceram a expansão do turismo.

Com vistas a essas considerações, surgiram dúvidas quanto à presença da tecnologia da informação, em suas várias formas, e sua relação com a comunicação no processo de roteirização. Questionou-se, então, de que forma o Sujeito Turístico contemporâneo faz uso (ou não) dessas ferramentas e do mundo virtual para o planejamento de sua viagem e, conseqüente, elaboração de seu roteiro de viagem?

2.2 AS CATEGORIAS CONFORME SEU ENTENDIMENTO NA HISTÓRIA DO TURISMO

Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstituí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda [...] é sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema. Mas aqui a simplificação se impõe, com todos os seus riscos, para apontar o início de um processo e seu estágio atual (SANTOS, 2008, p. 15).

Tomando a afirmação de Milton Santos como norteadora para a construção deste capítulo, apresentada a História do Turismo, busca-se o entendimento das categorias que sinalizam o pensar e o elaborar roteiros. Consciente do “perigo” existente na redução à esquematização procura-se no paradigma (pós-turismo) escolhido para fundamentar esta análise. Dessa forma, neste capítulo pondera-se sobre as categorias propostas para análise do Roteiro Turístico, a fim de chegar ao conceito que abarque sua complexidade e demandas do mundo contemporâneo, analisando-as conforme se apresentam no decurso histórico do Turismo. Aborda-se ainda o contexto de discussões do mundo contemporâneo no campo do turismo com abordagens das categorias propostas para análise neste trabalho.

Dentro desse contexto a postura filosófica da complexidade adotada nesta reflexão é retomada com o objetivo de enriquecer o debate sublinhando a importância do momento histórico em que aparecem e suas propriedades específicas para retomá-las na análise em conjunto (ARDOINO, 2001) no quinto capítulo. Portanto, exposto a história do Turismo com fatos que relacionam-se com o delimitar do percurso histórico do roteiro turístico, esta seção busca analisar as categorias de acordo com sua presença na história do turismo para assim, entendendo-as na forma tradicional se possa propor reflexões rumo à superação.

Dessa forma, trata-se aqui das categorias SUJEITO, TECNOLOGIA, TEMPO e ESPAÇO, adicionando ainda o tema Guias e Relatos de Viagem, embora não se configure, inicialmente, como uma categoria de análise, para que, a partir de sua compreensão se possam buscar meios para compreender como a relação entre guias de viagem e roteiros turísticos se estabelece e, assim, transcender o entendimento pragmático que se tem sobre o assunto, intencionando-se analisá-los como antecessores ao processo de roteirização.

A distinção entre um tempo marcado pelas estações e um tempo virtual, no qual tudo acontece ao mesmo tempo, é analisada por alguns pesquisadores. O momento de ruptura no entanto, não é prescindível para esta análise, já que o objetivo, aqui, não é o de analisar o momento original da ruptura, mas a sua resultante atual para o Turismo e, de forma mais pontual, no roteiro turístico. No pré-turismo, vivia-se um tempo marcado pelas estações do ano, cada estação tinha uma gama de significado para o Homem Nômade. Tempo de plantar, tempo de colher, tempo de sair em retirada para terras mais seguras, menos frias, que provesses o alimento. O período do Turismo Industrial impõe uma nova lógica temporal. O tempo passa a tomar uma dimensão cronológica e seus efeitos no Turismo passa a ser visto na sua relação direta à tecnologia dos meios de transporte com o espaço a ser percorrido. A percepção cronológica do tempo fez com que, nesse período de Turismo Industrial, tivesse sua mensuração relacionada à velocidade de transposição do espaço, da mesma forma em que

a eficiência dos transportes era mensurada pela sua capacidade de transcorrer maiores distâncias em menos tempo.

Já em relação ao espaço, discuti-lo hoje pede que se tenha em vista uma dimensão que essa categoria jamais atingiu antes. Embora a relação com a sociedade sempre tenha sido o ponto chave de preocupação quando se debate esse assunto, essa relação e, como consequência as questões que daí surge, é intensificada atualmente. Conforme aponta Santos (2008), no começo dos tempos históricos, os grupos humanos constituíam seus espaços de vida com as técnicas que inventavam para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Assim, a organização do espaço se fazia em convergência à organização da produção e da vida social.

Esse esquema foi desfeito quando “as necessidade de comércio entre coletividades introduziram nexos novos e também desejos e necessidades, e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas do grupo” (SANTOS, 2008, p. 18). Dessa maneira, o momento pós-moderno marca-se pela economia mundializada, levando as sociedades a adotar um modelo técnico único, que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. Santos (2008, p. 20) afirma que “ontem o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação; hoje, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, Local ou Mundo, é cheia de mistérios”. Isso revela a mudança na percepção em relação ao espaço.

No Pré-Turismo o homem percorria o espaço a seu próprio tempo e sem mediações externas, apesar de há haver a iminência de uma tecnologia, ainda rudimentar aos parâmetros atuais, mas que dava ao indivíduo nômade a possibilidade de percepção do espaço percorrido. Com o Turismo Industrial, com o advento das técnicas que impulsionaram o desenvolvimento dos meios de transporte, o homem deixa de perceber o percurso. Emerge a idéia de que percorrer um espaço seria algo sofrido. A velocidade dos transportes surge como resposta a esse sofrimento. Procura-se eliminar, apagar a sensação de se estar percorrendo um espaço. O espaço, nesse período, é simplesmente vencido pelo viajante. Já no Pós-Turismo, a definição de longe e perto é totalmente relativa e presa a percepção, ainda que continue relacionada à velocidade dos meios de transporte, mas também dos meios de comunicação e das tecnologias da informação. O espaço, hoje, deixa de ser mensurado por escalas espaciais e passa a ser mensurados também pelo tempo.

Assim, fundamentado em Ortiz, Santos (2008) afirma que a dimensão espaço-tempo é fortemente baseado na percepção da mudança nos meios de vencer a distância pelos objetos (transportes) e pelas idéias (comunicação). É importante que se considere também que “o

espaço é mídia nos dois sentidos. Ele é linguagem e também é o meio onde a vida é tornada possível” (SANTOS, 2008, p. 38).

A partir do que se apresentou até aqui, as questões de percepção em termo de tempo e espaço, supõem que se as percebe a partir da subjetividade. O Sujeito que viaja, no campo do turismo tem sido denominado como Turista. Este termo, entretanto, ainda não é pacífico para os teóricos, inclusive no Turismo. Jané (2002), por exemplo, afirma que Turista não VIAJARIA e, assim, poder-se-ia dizer que ele é aquele que CIRCULA, por ser adepto de circuitos. Essa prática faria com que um *viajero* se convertesse em um “mal *viajero*”, ou ainda, “un nómada de pies planos” (URBAIN, apud JANÉ, 2002, p. 25).

O autor recorre ao Dicionário da Real Academia de Língua Espanhola, para definir TURISTA como “Persona que recorre un país por distracción y recreo” (idem, p. 26). Para Jané, o Turista é aquele que consome a viagem, e que esta seria uma forma de utilizar seu tempo livre, mudando de atividades, mas sendo assegurado pelo retorno²⁸ ao seu ponto de partida. Ainda, buscaria viagens planejadas por agências de viagens, preparadas com antecipação e com um destino pré-estabelecido; a ele não interessaria o risco ou os imprevistos, ou como colocado por Gastal (2005) e Jack e Phipps (2003), o exercício do medo. Do ponto de vista da experiência de viagem, o Turista simplesmente acumularia experiências previamente calculadas e veria o lugar visitado sem estranhamento (MOESCH e GASTAL, 2007).

Figuram nessa compreensão de Jané (2002) não apenas o Sujeito que se desloca pelo deslocar-se, escondido sob a idéia de Turista, mas também a COMPREENSÃO MODERNA DE ROTEIRO TURÍSTICO, sobre a qual pouco se tem discutido em busca de uma superação condizente ao modelo de Pós-Turismo atual, como também a idéia do Sujeito Turístico em sua compreensão durante o período do Turismo Industrial.

O VIAJANTE seria, de acordo com o Dicionário citado, aquele que viaja por necessidade, ou obrigação, a exemplo do que hoje convencionou-se chamar de “turista de negócios”. Para ele, segundo Jané (2002), a viagem pode ser algo rotineiro e penoso, já que acompanhada da obrigação; raramente encontrar-se-ia entretenimento na a viagem, não desfrutando do trajeto nem da estada no destino. O VIAJERO²⁹, por sua vez, segundo o mesmo Dicionário, seria a pessoa que relata uma viagem que tenha realizado. Jané (2002) aprofunda-se na explicação e descreve o *viajeiro* como sendo a pessoa que faz uma viagem,

²⁸ Entendendo que Turista é uma derivada de Turismo, o qual se originou da raiz francesa *Tour*, dar um giro, volta.

²⁹ Termo, em espanhol, utilizado por Jané (2002). Como o autor faz distinção entre os termos, preferiu-se não se arriscar em traduções que poderiam por a perder o sentido atribuído pelo autor.

especialmente longa, ou por várias localidades e, particularmente, registra suas observações durante a viagem; e, teria como principal qualidade o viajar³⁰.

O autor aponta ainda a diferença entre o Turista e o *Viajero*. Segundo ele, este se diferencia daquele pelo espírito e ânimo com que viaja; já que muitas vezes pode utilizar o mesmo meio de transporte, o mesmo destino, as mesmas datas. Para o autor, esse mesmo espírito poderia justificar seu impulso à narração das viagens. O *viajero*, ainda, viaja com o ESPÍRITO DE ANTIGAMENTE, com a curiosidade do descobridor e com o gosto pela aventura. Apesar de saber que não mais haveria no mundo lugar a ser descoberto, como havia para os expedicionários do século XIX, sente a necessidade de descobrir por si mesmo e para si mesmo. Tenta integrar-se entre a gente e participar da cultura local para captar melhor os outros pontos de vista que o rodeia.

Munidos desse entendimento, diz-se que no período do pré-turismo, o Sujeito errante era, então, o nômade. Enquanto que no Turismo Industrial, esse Sujeito passa a ser classificado por nomenclaturas, conforme exposto, e ainda, excursionista, visitante e outros termos para nomear o Sujeito. Essa preocupação é justificada a princípio pelo fato de que o conhecimento que se produzia sobre o Turismo neste período era reduzido a dados quantitativos de entrada e saída do turistas, tempo que permanecia no local, dentre outros. Já com o Pós-Turismo a sensibilidade passa a ser outras, com o saber turístico não mais preso ao setor produtivo e com a iminência de um campo cuja preocupação é estudar o fenômeno, deixa de importar se o Sujeito é Turista, Excursionista ou Visitante. Agora, o pensamento divaga pelo entendimento das demandas desse Sujeito, suas sensibilidades, suas expectativas e experiências, como será analisado em momento posterior.

2.2.1 Tematização

Para compreensão da categoria Tematização busca-se aporte na teoria do Imaginário. Este, por muito tempo foi associado ao não real, ao não verdadeiro. No Turismo, Gстал (2005) contextualiza o imaginário como sentimentos construídos em relação a locais, objetos e mesmo pessoas. Sentimentos estes que, “alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, as levarão [as pessoas] a achar um local ‘romântico’, outro ‘perigoso’, outro ‘bonito’, outro ‘civilizado’” (GASTAL, 2005a, p. 13).

³⁰ Viagem: Ação de situar-se sobre uma via ou caminho (JANÉ, 2002)

A construção de tematizações para o Turismo parte, então, desses sentimentos que podem alimentar roteirizações como o da Rota Romântica na Serra Gaúcha, por exemplo, construída a partir de um imaginário de romantismo rural e bucólico, associada a certa germanidade. Para o melhor entendimento dessa construção de imaginário e da relação entre germanidade e romantismo na Rota Romântica, traz-se aqui a contextualização feita por Haas (2007, p. 155) quando entra no romantismo. Segundo ela, citando Read (1990)

[...] o romantismo, enquanto movimento artístico-cultural que marcou as mentalidades, em especial do século XIX, teria como elementos importantes ‘receptividade para a natureza [...] uma ênfase na subjetividade, na emoção e na imaginação, por oposição à razão; o interesse pelo passado, o misterioso e o exótico’.

O passado a alimentar essa construção foi a Idade Média alemã, “daí a rota alemã homônima e inspiradora ser denominada de Rota Romântica, pela constante presença da arquitetura medieval” (IDEM, IBIDEM) e continua explicando que “o romantismo não está propriamente no lugar, mas no olhar – romântico – de quem olha” (IDEM, p. 155). Portanto, pode-se afirmar que a Rota Romântica construiu-se não apenas pelo território em si, mas revelou e destacou ali elementos que auxiliassem na construção de uma atmosfera, uma idéia de mundo, que nesse caso, seria a germanidade,

[...] a Rota Romântica, desde sua concepção, corresponderia a esta aspiração de partilhar uma atmosfera, uma idéia que, no caso específico levaria a construção e partilha de uma aura mágica que teria, na sua fase de implementação, como balizador dos caminhos de Plátano e a sua folha como símbolo do projeto e do roteiro (HASS, 2007, p. 156)

Essa compreensão de TEMATIZAÇÃO, no entanto, é fundamentalmente pós-moderna por valer-se de uma aura, mas, acima disso, a concepção de aura, que nesse caso supôs a atualização de um imaginário, sua reinvenção. Porém, a questão da TEMATIZAÇÃO, no Turismo, já está presente no momento anterior, moderno, e teria surgido na fase do Turismo Pós-Industrial, quando da personalização dos serviços, embora as iniciativas de Cook, na fase anterior, já indicassem, ainda que forma incipiente, uma tendência à TEMATIZAÇÃO. O acréscimo apresentado pelo Pós-Turismo será a expansão dos limites dessa prática, conforme será apresentado adiante³¹.

³¹ Talvez coubesse aqui discutir o colocado por Urry (1996) quando defende que a expansão do Turismo não estaria entre as consequências da Globalização, mas entre suas causas, por isso, no momento moderno, apresentou-se como latente questões que outros campos sociais só apresentariam no momento seguinte.

O eixo central e balizador para compreensão da TEMATIZAÇÃO como processo moderno e pós-moderno encontra-se em um debate epistemológico sobre imaginário, fundamental para esse contexto, travado entre Silva (2003) e Maffesoli (2001). O sociólogo francês nega o imaginário como construção individual, pois, segundo ele, o que é dito como tal, na realidade seria reflexo do campo sexual, musical, esportivo, de o imaginários coletivos. Como construção coletiva, então, o imaginário social dá-se pela aceitação do modelo do outro, pela disseminação da igualdade pela diferença e pela imitação, ou seja, a distinção do todo por difusão de uma parte (SILVA, 2003). O autor, porém, propõe haver, além do imaginário social, assimilado por contágio, um imaginário individual, produto de uma construção pessoal. Este seria identificado pelo reconhecimento do si no outro; apropriado pelo desejo de ter o outro em si; e distorcido pela re-elaboração do outro para si. “Através do imaginário o indivíduo torna-se o desejo do desejo do outro e deseja-se a si mesmo como objeto reconhecido de desejo” (SILVA, 2003, p. 14).

Pode-se dizer, então, que na modernidade a TEMATIZAÇÃO tendia a ser movida pelo imaginário social. Sob a premissa de instalação por contágio, remete à roteirização emprateirada, buscado por turistas que se deixam levar por modismos e por estereótipos, produtos padronizados pelo e para o mercado.

A pós-modernidade, que traz consigo um novo olhar, um olhar orientado não mais pelo recorte, mas para o recorte, abre espaço para imaginários construídos com maior subjetividade. Retomando, então, o caso da Rota Romântica, busca-se na contribuição de Maffesoli, que, a partir de Walter Benjamin, vê no conceito de aura aportes para a compreensão do imaginário. Segundo ele, apesar de não visível, a aura é perceptível. É por meio da metáfora que Maffesoli contextualiza seu pensamento ao considerar o imaginário como aura, como algo que envolve e ultrapassa a obra da existência. Portanto, o imaginário seria a aura em constante atualização pelo social.

Enquanto a modernidade trabalha pela perda da aura por meio da obsessão pela posse do objeto, copiado, estereotipado, reproduzido e multiplicado em imagens, a pós-modernidade reinventa a aura pela reprodução total e viral da imagem. “O olhar corrompe a aura” (SILVA, 2003, p. 18), e essa corrupção, por assim dizer, estaria nos recortes. Urry (1996) aponta para uma tendência cada vez mais difundida no momento contemporâneo: dividir o espaço em termos de signos que significam determinados temas, mas que, não necessariamente, se relacionam com a leitura do processo histórico-geográfico local, digamos, “concreto”.

A presença da TEMATIZAÇÃO nos Roteiros Turísticos surge daí, dos recortes e leituras de uma realidade, às vezes uma realidade imaginal, produto de uma construção simbólica e

imaginária, o que justificaria o poder de atração que algumas localidades turísticas apresentam, pois as representações se aproximariam mais das expectativas coletivas em relação à realidade concreta, dos signos que são idealizados para atender a essas expectativas que o visitante espera encontrar. Ou, conforme Urry (1996), quase todos os espaços, histórias e atividades podem ser material e simbolicamente refeitas para o olhar do turista. Esse “refazer” é exemplificado com a “Rota dos Peregrinos em Canterbury. Esta última é descrita no material de divulgação como ‘uma peregrinação ao passado’. No entanto, o sentido da história é excepcionalmente distorcido” (URRY, 1996, p. 194). O que não a caracteriza como falsa, porque seria real em termos de imaginário.

Urry (1996) destaca que esses episódios acontecem naquilo que Debord chama de “sociedades do espetáculo” ou ainda no que para Eco seriam as “viagens a hiper-realidades”, o emprego de simulações auditivas ou olfativas, dariam a impressão de cenas mais reais do que o real, justificando assim o termo empregado por Eco, é mais real. Sob essa perspectiva, a tematização trabalharia a favor da aproximação das expectativas dos Sujeitos em relação à realidade, dos signos por eles carregados e pelos quais se espera encontrar.

Aqui se revela a complexidade do entendimento de tematização como imaginário social, dado por contágio, e o imaginário individual, dado por construção. A sociedade hodierna vive o momento do Pós-turismo. Descreveu-se anteriormente que na contemporaneidade os imaginários para as TEMATIZAÇÕES turísticas tendem a envolver maior participação das subjetividades, ao imaginário individual, construção de cada Sujeito. No entanto, os parques temáticos, indicados apontado por Molina (2003) como marca do Pós-Turismo, tendem a buscar a materialização de imaginário social. Esse paradoxo revela que o surgimento de uma nova forma ou modalidade de tematização não anula as demais. Trás ainda o questionamento de até que ponto o imaginário individual é pessoal frente a carga de imaginários sociais que estão agregados a ele.

O exemplo de parques temáticos como a Disneylândia, aplica-se como um modelo do pós-turismo pelas tecnologias utilizadas, a tematização nesse sentido assume outra conotação, ainda que passe pelo campo do imaginário é um imaginário eminentemente moderno, nos signos que usa, ainda que esteja calcado em tecnologias de ponta e cresça no contexto de pós-modernidade. Pode-se dizer, então, que a marca pós-moderna esteja talvez na “capacidade tecnológica de criar novos temas que parecem mais reais do que os originais” (URRY, 1996, p. 196).

A tecnologia, principalmente as tecnologias da informação, conforme será visto no capítulo seguinte, possibilitou o intercâmbio de signos, permitindo a construção de um

pastiche de tema. Voltando ao exemplo da Rota Romântica e, nela a cidade de Gramado, e o imaginário de germanidade ali embutido,

[...] muitos dizem em nome de uma suposta autenticidade que ‘na Alemanha não é assim’, que Gramado não é a Alemanha. E de fato não é, quem olhar do ponto de vista do imaginário poderá responder: não faz diferença porque não estamos falando da realidade concreta, mas da realidade dos imaginários. E o compromisso dos imaginários, repetimos, é com as necessidades que estão no coração de cada turista, e é a isso que devemos procurar atender, não apenas ao seu possível conhecimento de história e geografia (GASTAL, 2005a, p. 87-8).

A partir dessa colocação pode-se dizer que o olhar do Turista é distinto de outras atividades sociais e passíveis de ocorrer em determinados lugares, durante períodos específicos, por estar ligado a todos os tipos de outras práticas, culturais ou sociais. Esse olhar parte de uma experiência contemporânea em que a significação é cada vez mais figurativa e visual, cujo relacionamento é mais próximo e íntimo entre a representação e a realidade (URRY, 1996).

A tematização, portanto, vale-se de imaginários para conduzir o olhar do turista. Seja por meio de padronizações, ou ainda por imaginários individuais criados pelo próprio Sujeito. No âmbito dos roteiros, tem-se o modelo “produto formatado” que segue tematizações criadas por agentes operadores, mas emerge agora um novo modelo, segundo o qual, o próprio sujeito cria suas representações simbólicas e imaginais a partir da empatia com o outro se desejando no lugar do outro. Ainda que esses imaginários sejam produto de pastiche.

2.2.2 Tecnologia

“Ferramentas e máquinas são inseparáveis da evolução da natureza humana” (BRUCE MAZLISH, apud CASTELLS, 1999, p. 80).

As tecnologias envolvem questões de transportes e comunicações. Os quatro estágios do desenvolvimento do Turismo, conforme sugeridos por Lickorish e Lenkins (2000), estão diretamente associados às mudanças nos meios de transporte. Os autores destacam, porém, que as melhorias no transporte não teriam sido responsáveis pela criação do Turismo, já que o interesse latente e a demanda já existiriam. Reconhecem, no entanto, que o transporte é o principal serviço na atividade. Considera-se que a mesma supõe deslocar-se de um local para outro, ou, nas palavras dos autores, “de casa para um novo destino” (LICKORISH e LENKINS, 2002, p. 21).

Embora Acerenza (2002), Yasoshima e Oliveira (2002), Rejowski et. al. (2002) e Rejowski e Solha (2002) apontem para fatores como a paz, a prosperidade, o surgimento de uma classe média com recurso para empreender viagens, férias pagas, entre outros fatores como grandes efeitos que contribuíram para o fortalecimento do turismo, Lickorish e Lenkins (2000, p. 21), apesar de não os desconsiderar, ponderam que “o transporte influenciou mais as viagens do que talvez qualquer outra força proveniente da revolução na indústria geradora de riquezas”. Nesse contexto é importante considerar que, para Barretto (2003, p. 51) “o turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção determina quem viaja e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo”.

A idéia de que o turismo beneficiou-se da evolução dos meios de transporte é tão unânime quanto verdade para o delinear da história do Turismo. O próprio paradigma do Pós-Turismo evidencia isso ao dividir a história do Turismo em três etapas: (1) antes das Revoluções e Guerras, que propiciaram o desenvolvimento dos meios de transporte; (2) o período de Revoluções e Guerras, que proporcionou o avanço e melhoria nos transportes; e, finalmente, (3) a era atual das tecnologias da informação.

Porém, a tecnologia para o Turismo não se limita apenas à evolução nos meios de transporte, mas também à própria evolução da escrita, da imprensa – que possibilitaram o surgimento dos relatos (escritos) de viagem, dos guias e da literatura turística – assim como a evolução da cartografia, possibilitando o progresso de representações gráficas para mapas, além das tecnologias da informação de determinam uma nova forma de viajar, de planejar-se para o deslocamento, bem como o planejamento de destinos e, determinam ainda, uma nova forma na construção do imaginário.

No Pré-Turismo, as tecnologias existentes limitavam-se ao transporte por tração animal, embarcações, representações gráficas das localidades que, segundo a concepção – que se tem hoje, não podem ser considerados como mapas – construções de estradas – consequência do uso cada vez mais freqüente de transportes a roda – e relatos de viagem que não tinham grande alcance de público e, de forma geral, eram relatos orais.

As tecnologias como a roda, a estrada e o papiro causaram uma mudança estrutural na organização do espaço. Inicialmente organizada na forma de aldeia, a sociedade não possuía nenhuma das extensões³² comunitárias do tipo do corpo físico individual. Dada a possibilidade de sedentarismo aos aldeões, inicia-se a divisão do trabalho e das funções. Essa congregação possibilitou a aceleração das atividades humanas que, por sua vez, cria as

³² Segundo McLuhan (1993, p. 197) “toda extensão é uma amplificação de um órgão, de um sentido, ou de uma função que inspira ao sistema nervoso central um gesto auto-protetor de entorpecimento das áreas prolongada”.

condições para a posterior separação e especialização das ações. Essas condições possibilitam a extensão do pé para a roda, acelerando a produção e a troca. Isso intensifica as rupturas e conflitos comunais que fazem com que os homens se aglomerem em aglutinações sempre maiores. “Assim, as aldeias convertem-se em cidade-estado por meio da resistência e tendo em vista a segurança” (MCLUHAN, 1993, p. 117).

A cidade surge, então, como uma forma de comunidade ampliada que, além de intensificar, acelera as funções de toda ordem, seja a fala, a escrita, a moeda ou a troca, o que implica na extensão inevitável das ações por meio de subdivisões. A cidade plenamente desenvolvida coincide com o desenvolvimento da escrita, principalmente da escrita fonética – dicotomia entre som e visão – que capacitou Roma a impor alguma ordem visual nas áreas tribais. Essa tecnologia operou automaticamente a tradução sonora do mundo tribal para a linearidade e a visualidade euclidianas (IDEM).

Finalmente, o Império. Forma de estado universal que gerou a extensão dos sentidos humanos sob as formas da roda, da estrada e do alfabeto. As estradas e ruas romanas eram padronizadas e se repetiam uniformemente em toda parte, não havia adaptação aos contornos ou aos costumes locais. No século XVIII, porém, as avenidas retas eram necessárias para acelerar os movimentos militares e ostentar a pompa e as particularidades do poder (idem).

Os soldados romanos representavam a força móvel e industrial promotora da riqueza e, dessa maneira, eram peças uniformes de reprodução, constituindo a máquina militar romana, que produzia e distribuía bens à semelhança da indústria durante as primeiras fases da Revolução Industrial. Isso criou um vasto público consumidor nas cidades romanas que, como a divisão do trabalho, fez emergir a separação entre o consumidor e o produto, além da separação entre o local de trabalho e o local de domicílio (MCLUHAN, 1993). Com isso surge também a distinção entre Tempo de Trabalho e Tempo de Lazer.

Já nas três etapas constituintes do Turismo Industrial, as tecnologias que já existiam durante o Pré-Turismo evoluíram mais, levando ao transporte ferroviário, automóvel, bicicleta, avião e da navegação a vapor. McLuhan (1993) reitera que, frente a essas novas possibilidades de meio de transporte, a estrada passa a ser utilizada cada vez menos para viagem e mais para recreação, assim, o viajante passa a preferir as rotas aéreas abandonando a experiência do ato de viajar. Nas palavras do autor:

[...] assim como se costumava dizer que um transatlântico podia ser um hotel numa grande cidade, o viajante a jato, sobre Tóquio ou Nova York, pode sentir-se como num bar de hotel, no que se refere à experiência de viagens. Ele só começa a viajar depois que aterrissa (MCLUHAN, 1993, p. 113).

Supõe-se que, ao se referir à viagem, o autor entende-a sob a perspectiva de Turismo, conforme entendimento moderno do termo³³. Ao falar em recreação, supõem-se que o autor entenda-a como viagem de curta distância. A estrada não deixa de ser utilizada, mas perde sua significância no contexto de viagens de longas distâncias, passando a assumir outro papel: o de lazer e recreação.

Esse é um momento de ruptura que, independente de marcas temporais, revela a mudança de paradigma de Pré-Turismo, no sentido de percepção do espaço, e Pós-Turismo, conforme ilustrado anteriormente. Entendido que a ruptura do modo de percepção do moderno para o pós-moderno no Turismo, quando a questão é a percepção do espaço, desenha-se na maneira em que o espaço é apagado, os transportes terrestres, seja o carro, a bicicleta e o próprio trem (não se considera aqui os trens-bala) permitem ao viajante a percepção de espaço percorrido, enquanto que o avião e o trem-bala, tentam dar fim à essa percepção.

Se a proposta fosse analisar a tecnologia apenas sob a égide dos meios de transporte, poder-se-ia dizer que ela é o resultado da equação entre o fator TEMPO e ESPAÇO, colocando-os em contraposição, de maneira indiretamente proporcional, ou seja, quanto menor o TEMPO para percorrer-se um ESPAÇO cada vez maior, melhor ou mais eficiente seria a tecnologia.

A locomotiva representa não apenas uma extensão do homem, como também uma acentuada especialização da roda, promovendo também o aumento do fluxo. As estradas de ferro, por sua vez, proporcionaram a confiança abstrata de treliça e sua separação inorgânica entre a produção, o consumo e o domicílio. Além disso, a estrada de ferro elevou a arte da guerra, que é a responsável por uma mudança tecnológica avançada. Com o posterior surgimento do carro, ter-se-ia a aglutinação da forma abstrata da cidade industrial, misturando suas funções, separadas a ponto de deixar perplexos tanto o cidadão quanto o urbanista. O surgimento do avião, por sua vez, viria para completar a confusão, aumentando a mobilidade do cidadão a ponto de tornar irrelevante o espaço urbano, da mesma forma em que o espaço urbano era irrelevante para o telefone, o telégrafo, o rádio e a televisão (MCLUHAN, 1993).

Dessa maneira, “a aceleração e a ruptura são os principais fatores do impacto dos meios sobre as formas sociais existentes. Hoje a aceleração tende a ser total, dando fim ao espaço como fator principal das disposições sociais” (MCLUHAN, 1993, p. 114). Nesse sentido, pode-se dizer que

³³ “visitante temporário, proveniente de um país estrangeiro, que permanece no país mais de 24 horas e menos de três meses, por qualquer razão, exceção feita de trabalho” (DE LA TORRE, 1992, p. 19)

[...] a velocidade acentua os problemas de forma e estrutura. As distribuições e disposições antigas não tinham sido feitas para essa velocidade e quando se tenta adaptá-las a movimentos novos e mais rápidos, o que ocorre é que as pessoas passam a sentir um esvaziamento dos valores da vida (MCLUHAN, 1993, p. 114).

A aceleração contemporânea, segundo afirma Santos (2008), impõe novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias. A sensação do presente que foge, de fugacidade é, na concepção do autor, produto das acelerações superpostas, concomitantes e de sua sucessão alucinante. “A aceleração contemporânea é um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua secessão” (SANTOS, 2008, p. 28). Entretanto, esse efêmero, não é produto apenas da velocidade, “mas de outra vertigem trazida com o império da Imagem e a forma como ela é engendrada, através da engenharia das comunicações ao serviço da mídia” (IDEM, IBIDEM) que segundo o autor, em sua atuação conjunta impede que se tenha a idéia de duração e a lógica da sucessão.

Quando no período do Turismo Industrial se soma com a percepção de espaço, emerge no Pós-Turismo, com a iminência das tecnologias da informação, a busca, por parte do Sujeito pela sua “recomposição” frente a esse esvaziamento, e pela emergência do sentimento de estar perdido, o Sujeito busca, segundo Castells (1999), por uma nova conectividade em identidade partilhada, reconstruída, possibilitada pelas diversas conexões que a sociedade em rede viabiliza. No Turismo, o retorno à idéia de viagem sob a vertente de experiência também acontece no período contemporâneo, com os vários ramos das Ciências Sociais preocupando-se com a percepção humanística das relações.

Ainda quanto a esta etapa de Turismo-Industrial, não se poderia deixar de lado a análise das duas Revoluções Industriais, que representaram transformações tecnológicas sem precedentes na história. A primeira iniciou-se pouco antes dos últimos 30 anos do século XVIII. Caracterizou-se por novas tecnologias como a máquina a vapor (fator central), a fiadeira, o processo de Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas. Quanto aos conhecimentos científicos, eles já estavam disponíveis cem anos antes, mas precisava de alguém capaz de transformar a tecnologia disponível, combinada com a experiência artesanal, em novas e decisivas tecnologias industriais (CASTELLS, 1999).

Já a segunda iniciou-se aproximadamente 100 anos depois. Caracterizou-se pelo desenvolvimento da eletricidade (fator central, já que apenas mediante a geração e distribuição de eletricidade os outros campos puderam desenvolver suas aplicações e ser

conectados entre si) (CASTELLS, 1999). Além disso, a eletricidade criou múltiplos meios não-visuais de armazenamento e recuperação de informações (MCLUHAN, 1993). Outra característica da segunda revolução, conforme aponta Castells (1999), foi o desenvolvimento do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone. Quanto aos conhecimentos científicos, dependeu de novos conhecimentos científicos dos EUA e Alemanha (CASTELLS, 1999).

Considerado isso, o autor conclui que atuando no processo central de todos os processos – ou seja, a energia necessária para produzir, distribuir e comunicar – as duas Revoluções Industriais difundiram-se por todo o sistema econômico e permearam todo o tecido social. Fontes móveis de energia barata e acessível expandiram e aumentaram a força do corpo humano, criando a base material para a continuação histórica de um movimento semelhante rumo à expansão da mente humana. Hoje, essa extensão revela-se, segundo Castells (1999) frente aos computadores, sistema de comunicação, decodificação e programação genética.

É importante considerar, no entanto, que

[...] as revoluções tecnológicas ocorreram apenas em algumas sociedades e foram difundidas em uma área geográfica relativamente limitada, muitas vezes ocupando espaço e tempo isolados em comparação a outras regiões do planeta. Assim, embora os europeus tomassem emprestadas algumas descobertas feitas na China, por muitos séculos a China e o Japão adotaram pouca tecnologia europeia, restrita principalmente a aplicações militares (CASTELLS, 1999, p. 53).

É importante ressaltar também que, enquanto em 1400 a Europa plantava as sementes da transformação tecnológica, a China já se revela como a civilização mais avançada tecnologicamente. Castells (1999) cita alguns dos avanços tecnológicos da China, a saber: clepsidra (1086 d. C), superando a precisão da medida dos relógios mecânicos europeus da mesma época; Arado de ferro (século VI), adaptado ao cultivo de arroz dois séculos depois; roca (século XIII), simultaneamente ao Ocidente, mas progrediu com mais rapidez na China; adoção da energia hídrica (século VIII), paralela a da Europa, chineses usavam martelos hidráulicos automáticos; em 1280 teve-se grande difusão da roda d'água; a invenção da bússola (960); os velhos navios chineses eram os mais avançados do mundo no final XIV, possibilitando viagens marítimas; papel e imprensa que foram introduzido na China mil anos antes do que no Ocidente e a imprensa provavelmente começou no século VII. Além da pólvora, utilizada pela indústria química e das técnicas de acupuntura.

Na Europa, com o corte do suprimento do papiro pelos maometanos, surge o pergaminho que, por ser escasso e custoso, não era condizente com a aceleração do comércio ou da educação. O papel, por sua vez, vindo da China e gradualmente abrindo caminho para a Europa, provocou a firme aceleração da educação e do comércio a partir do século XI, fornecendo as bases do “Renascimento do século XII” popularizando as reproduções e, finalmente, tornando possível a imprensa, no século XVI (MCLUHAN, 1993).

A relação do movimento da informação por meio da mídia impressa, a roda e estrada é eminente. Essas extensões voltam á tona depois de estarem em recesso por um milênio. Apesar das rupturas que as extensões geraram durante o Império Romano, a escrita mecânica, portanto, a imprensa, introduziu não só uma extensão, mas também a natural separação das funções que ocorrem devido às extensões que não poderiam ser imaginadas naquele período (MCLUHAN, 1993). O estabelecimento da relação entre a roda, a estrada, papel e os deslocamentos pode ser evidenciada pelas estradas postais da Inglaterra financiada pelos jornais; outra evidência pode ser encontrada nas viagens de Goethe à Itália no final do século XVIII. Schmidt (1987, s/p) afirma que:

À disposição dos viajantes eram colocados tabelas de distâncias e mapas sinópticos sobre a rede de estradas cobertas pelas diligências. Ao colocar seu nome numa lista de passageiros, ele assegurava um lugar na diligência. O tempo de duração da viagem também era previsível, mas muito dependia da velocidade da diligência e da necessidade de se alimentar e trocar de cavalos [...] Nas diligências especiais, que cumpriam viagem, noturna, a quilometragem da jornada diária aumentava consideravelmente. E na medida correspondente, aumentavam também os gastos dos passageiros.

Outro viajante é destacado por Jané (2002), Ibn Jordadbeh, um dos diretores dos serviços de correios do mundo árabe, quem, no século IX escreveu o “Livro dos Caminhos e das Províncias”, o qual descrevia itinerários do mundo conhecido em seu tempo. Esse tipo de relato, conforme aponta o autor ganharia maior destaque no século seguinte, e, na sua época, “no tenían la intención originaria de llegar al público, estaban destinados a um uso interno de la administración” (IDEM, p. 53).

Outro ponto importante a ser levantado é que a tecnologia que contribuíram para a mobilidade e para o Turismo não está apenas nos meios de transportes. Os mapas também são uma forma de tecnologia que vêm se aprimorando cada vez mais frente as tecnologias de informação.

Nos tempos dos monarcas marítimos os mapas eram a chancela de “alto segredo”, da mesma forma que as descobertas eletrônicas de hoje (MCLUHAN, 1993). Nas palavra do autor,

“quando os capitães retornavam de seus cruzeiros, os dignitários da coroa envidavam todos os esforços para conseguirem os originais e cópias dos mapas executados durante a viagem” (IDEM, p. 181). O autor ressalta, porém, que nessa época os mapas pareciam diários de aventuras e experiências, “a percepção do espaço uniforme e contínuo era desconhecida do cartógrafo medieval, cujos esforços lembram a arte moderna não figurativa” (IDEM, IBIDEM).

No período do Pós-Turismo tem-se a mudança contemporânea de paradigma tecnológico que, conforme sugere Castells (1999) pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da microeletrônica e telecomunicações. Sendo assim, nas palavras do autor, “o atual processo de convergência entre diferentes campos tecnológicos no paradigma da informação resulta de sua lógica compartilhada na geração da informação” (CASTELLS, 1999, p. 80).

Dessa maneira, afirma-se que o paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico (CASTELLS, 1999).

Exposto isso, entende-se o contexto histórico do Turismo, as marcas de roteirização e a presença das categorias Tempo, Espaço, Sujeito, Tematização e Tecnologia, bem como a mudança de sentido e de valor a elas atribuídas no percurso do tempo, pode-se apontar a Tecnologia como um paradigma no recorte temporal do Turismo e, da mesma forma, um paradigma para as mudanças de sensibilidade dos Sujeitos. A partir disso, o capítulo que segue busca construir um entendimento contemporâneo das categorias Sujeito e Tecnologia, como aquelas propostas para agregarem sentido ao conceito e à compreensão do Roteiro Turístico Pós-moderno.

3 NOVAS CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO ROTEIRO TURÍSTICO

Já foi o tempo em que as pessoas compravam sapatos para manter os pés secos e aquecidos. Elas compram sapatos em função do modo como eles a fazem sentirem-se masculinos, femininas, vigorosas, diferentes, sofisticados, jovens, na moda. Comprar sapatos tornou-se uma experiência emocional. Agora nosso negócio é vender emoção em vez de sapatos. (ROONEY apud KOTLER, 1996, p. 513)

Partindo-se do entendimento que se vive novo momento em termos econômicos, sociais e culturais, um mundo mais dinâmico e complexo, é necessário entender também Roteiro Turístico sob novas luzes, como este objetivo. Inicia-se neste capítulo o processo de construção e estruturação em torno da noção de o SUJEITO TURÍSTICO CONTEMPORÂNEO, utilizando para tal o paradigma da complexidade. Busca-se ainda o entendimento das (GEO)TECNOLOGIAS como categoria de análise para entender esse novo momento cultural. No entanto, para compreender o que se pretende expor nos tópicos que seguem, é necessário esclarecer algumas questões no momento contemporâneo.

Em nível socioeconômico, a sociedade hodierna coloca-se como pós-industrial, enquanto que, nos níveis culturais e filosóficos, a denominação mais utilizada é sociedade pós-moderna. A serem submetidas a análises baseadas nas reflexões, nas questões críticas e analíticas entre sistemas políticos e sociológicos, tais sociedades submetem-se a um crivo orientado pelo discurso filosófico. Portanto, o termo pós-modernidade remete à análise reflexiva, sistemática e abrangente, ou seja, filosófica, enquanto que o termo pós-industrial remete à análise econômica (TRIGO, 1998).

A partir da Geografia este momento é caracterizado por Santos (2008) como meio técnico-científico-informacional, ao traçar uma periodização para o entendimento de sua história na organização do território brasileiro, o autor identifica três períodos: (1) meio natural; (2) meio técnico; e, finalmente, (3) o meio técnico-científico-informacional. Segundo ele, por intermédio de técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história do uso do território. Apesar de falar em termos de Brasil, acredita-se que essa periodização possa ser generalizada.

O primeiro período seria marcado pela unidade dada pela natureza enquanto a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Esse período é também chamado de meio “pré-técnico”, já que toda ação pressupõe uma técnica. O meio técnico é decorrente

das grandes Revoluções, em um cenário que testemunha a emergência da mecanização, desencadeando um processo de evolução permanente.

O meio técnico-científico-informacional é antecedido por um período técnico-científico, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. Mas esse novo meio geográfico permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, a informação e as finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez dessas novas variáveis-chave.

No âmbito da evolução dos deslocamentos até o surgimento do Turismo, a eminência dos três meios identificados pelo autor se faz quando dos deslocamentos no Pré-Turismo em busca de alimento e abrigo, quando se desenha meio natural; posteriormente, com a invenção da roda e a evolução dos transportes, tem-se o meio técnico-científico, ou ainda, o Turismo Industrial, com suas três fases, conforme apontadas no capítulo dois; por fim, na sociedade hodierna, com a possibilidade de obtenção de informações não apenas da localidade, mesmo antes de sair do local de residência, e também com a modernização inerente àquilo que está ligado ao Turismo, como a criação de novas tecnologias, equipamentos, *softwares*, tem-se a eminência do meio técnico-científico-informacional, ou Pós-Turismo, conforme Molina (2003). Munidos desse pressuposto, inicia-se o debate para um maior entendimento do Sujeito Pós-Moderno, que vive em um meio técnico-científico-informacional.

O olhar econômico-gerencial tem buscado entender o Sujeito Turístico limitando a análise da questão ao tempo de permanência no local visitado, origem, gastos, dentre outros aspectos. Pragmáticos, hoje, porém, mesmo o marketing busca no conceito de estilo de vida, por exemplo, outras opções de análise e entendimento, pois “os dados sobre comportamento efetivo do turista coletados nas estâncias turísticas devem fornecer amplas informações sobre o entrelaçamento de estilo de vida e características do viajante” (MAZANC, ZINS e DOLNICAR, 2001, p. 294). Para os autores, o entendimento do estilo de vida é importante porque “um estilo de férias” se define como um estilo de vida temporário, com o qual o turista escapa de suas rotinas. Isso remete à idéia de que aquilo ao que o turista está habituado, ou o que gostaria de fazer no seu dia-a-dia, como forma de entretenimento, é justo o que irá buscar quando viaja.

O entendimento de estilo de férias³⁴ está relacionado com o conceito de segmentação *a posteriori*, a qual supõe que subgrupos de uma população de consumidores são homogêneos quanto a motivos, atitudes, e/ou atividades, no caso aquelas realizadas no tempo livre. Essa

³⁴ Segundo Mazanc, Zins e Dolnicar (2001, p. 295), quando a “‘vida diária’ é substituída pela ‘viagem de lazer’, o resultado é chamado de estilo de férias.

homogeneidade comportamental tenderia a levá-los a reagir de forma semelhante face à ofertas de produtos e de campanhas promocionais. Por meio dos estilos de férias, a segmentação *a posteriori* transcenderia a análise de um tipo de variável comportamental e tentaria revelar também os motivos “subjacentes”, considerando também as “atividades” de viagem e de férias (MAZANC, ZINS e DOLNICAR, 2001).

Com vistas a essa nova proposta de entendimento do Sujeito Turístico pela administração/marketing, percebe-se um avanço para a compreensão do Sujeito Turístico. É importante considerar ainda que a proposta de euro estilos³⁵ ainda não dá conta do entendimento desse Sujeito, mas representa um avanço da administração nesse processo. Ressalta-se, ainda, que a proposição de estilos de férias pode, sim, subsidiar campanhas e estratégias mercadológicas para o Turismo. Contudo, o entendimento aqui proposto para o Sujeito transcende essa dimensão, embora essa análise seja necessária para o que se seguirá.

Se por um lado, no Turismo, as discussões sobre o Sujeito, limitam-se, ainda hoje, em preocupações sobre se esse indivíduo em fluxo seria, ou não, turista, a geografia, por outro, preocupa-se com a transformação e modificação do espaço em função de um fluxo turístico, deixando de lado a preocupação de ser ou não turista, mas discutindo se um lugar/espaço é turístico ou não. Castrogiovanni (2004) contribui para essa reflexão falando em lugar e espaço turístico.

Para tentar traçar um percurso reflexivo sobre a categoria Sujeito, buscou-se, neste trabalho, auxílio na Sociologia/Antropologia para compreendê-lo na matriz do fenômeno sócio-cultural, com bases na experiência, no símbolo e nas representações. Essas discussões no Turismo são fomentadas por Urry (1996). As reflexões fomentadas pelo sociólogo Maffesoli (2001) sobre errância e nomadismo, segundo a qual haveria um sentimento atávico que impulsionaria o ser humano para o movimento, para busca pelo outro lugar, também são consideradas nesta reflexão como aporte filosófico para compreender o Sujeito Turístico pós-moderno, conforme construção apresentada neste capítulo.

Partindo da Dialética como método que norteia este estudo, apresentada a tese, este capítulo traz o que estaria relacionada à Antítese, portanto, o momento de contradição no pensamento sobre Roteiro Turístico. A complexidade apóia esta construção no sentido de buscar as bases Bio-sócio-antropológica dos Sujeitos (MORIN, 2002; 2008; ARDOINO, 2001), que, legada ao ser vivo, que implica a temporalidade, mas, mais ainda, referida ao existente,

³⁵ Estilo de vida europeu

acrescenta, as problemáticas da intencionalidade e do sentido, ligados também à carência que se acabou de aludir.

3.1 O SUJEITO ATÁVICO

A compreensão de Sujeito Turístico, como será proposta, supõe uma essência na compreensão daquilo que Maffesoli (2001) chama de errância. Segundo ele, a errância seria o ato fundador de qualquer sociedade, sendo ela que traduziria a pluralidade das pessoas e a duplicidade da existência. É esse entendimento da essência errante que inspira a compreensão do conceito de Sujeito Turístico.

Maffesoli (2001) considera que o sujeito pós-moderno é marcado por um “drama contemporâneo”, vivido em uma linha tênue e de dialética constante, revelado pelo desejo de evasão (marca do nomadismo) e, ao mesmo tempo, o compromisso de residência (marca do sedentarismo). O nomadismo seria fruto do desejo de quebrar o enclausuramento sedentário. O sujeito primitivo teve a vida marcada pelo movimento e necessidade de perambular na busca de alimento e abrigo. Esse comportamento nômade primordial teria ficado marcado na psiquê humana de forma indelével, condicionando os agires, em que pese todo acúmulo sedentário posterior. Na concepção de Maffesoli (2001) o ser errante seria próprio da natureza humana. Mesmo nos momentos posteriores, considerados já na assim denominada História, a mobilidade continuará presente seja nas práticas militares da subjulgação dos territórios, seja nas práticas religiosas, das peregrinações. Utilizar também os momentos de não trabalho, de lazer, para exercício da errância, nestes termos colocar-se-ia como uma decorrência que pode ser classificado como “lógica”, embora a mesma se coloque muito mais na esfera do não-lógico, aquela do instintivo, do atávico.

A globalização contemporânea, que terá a pós-modernidade como expressão cultural, evoca objetos, capitais, culturas e pessoas em movimento, inclusive como aventura existencial. A própria palavra existência, por sua vez, evoca movimento, já que *existir* significa sair de si, abrir-se para o outro por meio de uma transgressão (MAFFESOLI, 2001). Tem-se, então, um rompimento que transcende períodos cronológicos. Tal cisão se revela no comportamento humano na forma de movimento, trazendo conseqüências na forma de compreender o Turismo e, ato contínuo, o Sujeito Turístico, no ímpeto às viagens, na forma de viajar, de se planejar para a viagem e de roteirizar.

As questões habituais ou as respostas convencionais parecem não dar conta dessas novas questões. O novo espírito do tempo traz consigo um ambiente extremamente

permissivo à errância e ao nomadismo, vendo-os como um valor social (MAFFESOLI, 2001). Isso excita o surgimento do que o autor chama de paradoxo pós-moderno, em que, há dialética entre valores sedentários estabelecidos e as lógicas originadas no nomadismo.

As novas formas de circulação quebram os limites estabelecidos e quaisquer que sejam seus domínios, pois o estar em fluxo, em movimento e efervescência coloca-se como prioritário, mesmo que para alguns possa parecer um fenômeno silencioso. Considerando a tradição zen da escola de Hui Neng de “não pertencimento a um lugar” como condição de uma possível realização de si na plenitude do todo; a *alétheia* dos gregos que nos convida a pensar sobre retirada; e o fragmento 123 de Heráclito de que “nada é mais caro ao desabrochar do que a retirada”, Maffesoli (2001, p. 28-9) conclui que a errância “seria a expressão de outra relação com o outro e com o mundo, menos ofensiva, mais carinhosa, um tanto lúdica, e seguramente trágica, repousando sobre a intuição da impermanência das coisas, dos seres e de seus relacionamentos”. Portanto, é importante reconhecer que a errância é hoje uma prática cotidiana e que o homem pós-moderno está impregnado dela³⁶.

Para o sociólogo, na sociedade pós-industrial a pulsão da viagem, a busca do sol, deixa de ser marginal e o nomadismo volta para desarticular o que está estabelecido quanto a coisas e indivíduos, e passa a ser a expressão de um sonho imemorial que o embrutecimento do que está instituído, o cinismo econômico, a retificação social ou o conformismo intelectual jamais chegaram a ocultarem-se totalmente. Portanto, assim, como o nomadismo participou da “construção de civilizações anteriores, pode-se imaginar que ele contribuiu para a construção da realidade social contemporânea” (MAFFESOLI, 2001, p. 62) e, o Turismo apropria-se dessa renascença nômade para estabelecer-se e constituir seu campo de estudo. Estuda-se, então, o dinamismo das sociedades em movimento e a mobilidade nos deslocamentos humanos e de idéias e as trocas deles provenientes, a relação entre o nômade e o fluxo de trocas é elemento básico constitutivo de qualquer estrutura social.

Para compreender essa provisoriedade e imediatismo pós-moderno que também está presente na busca pelo outro (lugar), Cisne e Oliveira (2009) buscam fundamentos a partir da análise de três relatos de viagem escritos em três momentos históricos distintos Idade Média, representado por Marco Pólo, Idade Moderna presentes nas pinturas de Debret e Contemporaneidade, nos relatos de viagem de Zeca Camargo. Um fator ressaltado pelas

³⁶ É necessário esclarecer que a errância como compensação necessária a uma vida regrada por instituições estáveis, de contornos bem definidos, revela um aspecto insuperável da dialética existente no fato do estático ter necessidade da errância. Isso funciona também no que se refere à vida daqueles que precisam de uma estabilidade, seja afetiva, biológica, profissional ou ideológica, mas ainda assim, não desprezam os desvios, as errâncias cotidianas ou as pequenas explorações de mundos estranhos (MAFFESOLI, 2001).

autoras está no fato de as viagens de Marco Pólo pela Ásia teriam durado vinte e quatro anos, já a viagem de Debret pelo Brasil, quinze anos, enquanto que a viagem de Zeca Camargo teve duração de seis semanas, percorrendo dezessete países. Este relato traz uma marca latente da busca pelo outro e encontro com diferentes culturas e contextos sociais; as outras duas viagens, porém, apesar de mais longas, trazem a descrição e curiosidades referentes aos locais por onde passaram. A pergunta que surge então é: é possível em uma viagem de seis semanas, por dezessete países, em que se permaneceu em cada localidade cerca de cinco dias compreender a complexidade sócio-cultural do outro em seu contexto de vida?

Para buscar responder a essa pergunta, é necessário entender a relação dos indivíduos com o espaço e a construção de territorialidades, e o tempo, fugaz ou não, formando tessituras de sociabilidades e arranjos sociais formados a partir da busca pelo outro. É exatamente nessa relação e na busca pelo outro que se contextualiza a busca pela noção de Sujeito Turístico. Para tanto, busca-se aporte em Morin (2002), além dos autores já citados.

3.1.1 O Sujeito Complexo

O conceito de indivíduo para Morin (2002) é pré-requisito para a compreensão do conceito de Sujeito. Segundo o autor, a noção de indivíduo não é fixa nem estável, havendo duas tendências opostas na história do pensamento biológico. Para uma delas, a única realidade seria o indivíduo que é visto fisicamente, mas a espécie a não; para a outra tendência, a espécie é a única realidade, os indivíduos sendo amostras efêmeras. Apesar de antagônicas, o autor acredita que elas se complementam para dar conta de uma mesma realidade.

Considerando que os indivíduos são ao mesmo tempo produtos e produtores, tendo em vista o ciclo de reprodução, o filósofo, considera que a mesma relação se dá na esfera de um fenômeno social, na qual “são as interações entre os indivíduos que produzem a sociedade; mas a sociedade, com sua cultura, suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 2002, p. 119).

A identidade do Sujeito comporta então, segundo Morin (2002), um princípio de distinção, de diferenciação e de reunificação. Apesar de complexo, esse princípio é indispensável porque permite qualquer tratamento objetivo de si mesmo. Há um caráter equívoco, ambíguo e polissêmico na vida (SCHOPENHAUER apud MAFFESOLI, 2001), que, no indivíduo, se manifesta no desejo de outro lugar, quando se quer estar aqui e ali, a

ambivalência do desejo e a insatisfação, a dialética entre a estática e a dinâmica³⁷, que foi amplamente ocultada durante a modernidade.

O motivo pelo qual tal ambivalência e dialética foram ocultadas está no fato de que a Modernidade veria o indivíduo como uno e unificado, na lógica da identidade (MAFFESOLI, 2001). O indivíduo pós-moderno, no entanto, não se permite a unificação, o que significa dizer, nas palavras do sociólogo francês, que a pessoa “não se resume a uma simples identidade, mas que desempenha papéis diversos através de identificações múltiplas” (IDEM, p. 78). Ao tomar isso como fato, entende-se a separação e a ligação como um mesmo ato estruturante, de forma a que, simultaneamente, se aspire à estabilidade das coisas, à permanência das relações, à continuidade das instituições, e se deseje o movimento, busque-se a novidade do sentimento, solape-se o que parecer estabelecido. Essa seria, segundo George Simmel (apud MAFFESOLI, 2001), a “lei essencial que rege toda a sociedade”.

Morin (2002) cita quatro princípios de identidade. O primeiro permite a unidade objetiva/subjectiva do “Eu sou eu³⁸” e a distinção entre o interior e o exterior; a separação/unificação do “Eu” subjetivo e do “eu” objetivo permite todas as operações.

De acordo com o segundo princípio, o “Eu” continuaria o mesmo, a despeito das modificações internas do “eu” (mudança de caráter, humor), do “si mesmo” (mudanças físicas devidas à idade). Em relação a isso, o sujeito continua o mesmo. Ele diz simplesmente “Eu era criança”, “Eu estava irado”, mas é sempre o mesmo “Eu”, ao passo que os caracteres exteriores ou físicos do indivíduo se modificam. A permanência de auto-referência, apesar das transformações e através das transformações revela o segundo princípio de identidade.

O terceiro e quarto princípio estão em oposição, já que aquele se refere ao princípio de exclusão e este ao princípio de inclusão. Conforme o terceiro princípio, o “Eu” é único de cada um. Gêmeos, apesar de idênticos, são dois indivíduos e dois sujeitos distintos, nenhum dos gêmeos diria “Eu” no lugar do outro. Já segundo o outro princípio, pode-se inscrever um “nós” em meu “Eu”, como eu posso incluir meu “Eu” em um nós. Este princípio revela que o Sujeito oscila entre o egocentrismo absoluto e a devoção absoluta, supondo a possibilidade de comunicação entre os sujeitos de uma mesma cultura, de uma mesma sociedade; ou seja, o

³⁷ Segundo Maffesoli (2001) o problema que a errância traz consigo reside no fato de que a “fuga é necessária, ela exprime uma nostalgia, ela lembra a fundação. Mas, porque tem um sentido, é preciso que essa fuga se opere a partir de alguma coisa estável” (p. 78-9). Daí a necessidade que o errante tem daquilo que é estático, desenhando assim a dialética existente entre eles.

³⁸ Tradução para *Je suis moi* (em original). Em convergência à tradução para edição brasileira, *Je* será aqui traduzido por Eu, o qual é usado pela escola francesa de psicanálise no sentido de instância psicanalítica encarregada das funções. Enquanto que *moi*, seguindo a mesma linha, será traduzido como eu, referindo-se a uma representação da imagem que o Sujeito tem de “si mesmo” (ou de seu sentimento de identidade), o ego (MORIN, 2002).

princípio de comunicação está incluído no princípio de identidade manifestada no princípio de inclusão, da mesma forma em que a incomunicabilidade (do que existe de mais subjetivo em nós) é consequência do princípio de exclusão.

Morin (2002) aponta ainda para o que chama de “estágio do espelho” como um momento importante para a constituição da identidade do Sujeito, já que é nesse momento que ele objetiva um “eu” que não é outro senão o “Eu” que olha e, nesse estágio, opera-se a ligação entre a imagem objetiva e o seu ser subjetivo, ou seja, a presença do duplo na humanidade arcaica. Esse duplo, conforme o autor, é uma experiência da vida cotidiana antes de ser o *ghost* que vai se libertar com a morte. É, portanto, o modo cristalizado da experiência do “Eu sou eu”, em que o “eu” assume, a princípio, a forma do gêmeo real, mas imaterial. Segundo o filósofo, utilizamos os termos “alma” e “espírito” para nomear e representar a interioridade subjetiva referente a uma realidade objetiva específica. Reitera, porém, que independente do modo que utilizamos para nomear essa realidade subjetiva, que está estritamente limitada ao “Eu” e ao “eu”, essa realidade ressurgue com o que se chama de “consciência”. Esta, nas palavras do autor é a “emergência última da qualidade de sujeito, é uma emergência reflexiva, que permite o retorno da mente a si mesma, em circuito. Qualidade humana última e a mais preciosa, pois o que é último é, ao mesmo tempo, o que há de melhor e mais frágil” (MORIN, 2002, p. 125).

3.2 O SUJEITO TURÍSTICO

Segundo Morin (2002), o Sujeito aparece na reflexão sobre si mesmo e conforme um modo de conhecimento intersubjetivo, de sujeito a sujeito, que pode ser chamada de compreensão; e desaparece no conhecimento determinista, objetivista e reducionista sobre o homem e a sociedade. Considerado isso, pode-se inferir que a noção de Sujeito é apagada no pensar o Turismo e, mais especificamente o Roteiro Turístico, quando o ensinar ou o pensar Roteiro relega sua compreensão a um plano reducionista de visão meramente mercadológica, desconsiderando a complexidade a ele inerente. Seguindo Morin (2002), busca-se uma reorganização conceitual que rompa com o princípio determinista clássico tal como ainda é utilizado nas ciências sociais e sociológicas, a fim de (re)conhecer o Sujeito Turístico.

Quando se trouxe o debate, em capítulo anterior, sobre o conceito de Roteiro Turístico apontando-o como “indicação de uma seqüência de atrativos existentes em uma

localidade e **merecedores**³⁹ de serem visitados” Bahl (2004a, p. 42), falou-se em seguida na subjetividade e no olhar profissional que opera o Roteiro. Questiona-se, então, sobre a liberdade do Sujeito em escolher quais atrativos julga merecedores de visita, conforme sua motivação, desejo de viagem e expectativas.

Segundo Morin (2002) o Sujeito pode eventualmente dispor de liberdade e exercer liberdades. Entendendo que liberdade supõe, ao mesmo tempo, a capacidade intelectual ou cerebral de conceber, fazer escolhas e a possibilidade de operar essas escolhas dentro do meio exterior. Existe, assim, conforme o autor, uma parte do Sujeito que, além de dependente, é submissa e de resto não se sabe quando se é realmente livre.

Maffesoli (2001) acredita que a liberdade do errante não é a do indivíduo, ecônomo de si e ecônomo do mundo, mas a da pessoa que busca de um modo místico a experiência do ser, a experiência vivida e o sentido do concreto que isso possa induzir. O sociólogo destaca ainda que “estando livre em relação às instituições de todos os tipos, é que é possível comunicar-se, entrar em correspondência, viver uma ‘relição’ com a natureza que nos cerca e com o mundo social” (MAFFESOLI, p. 71). É importante ressaltar que a experiência, segundo o sociólogo, é antes de tudo comunitária e, dessa forma, precisa, sempre, da ajuda do outro. Assim, ao quebrar fronteiras, o que o errante chama de uma espécie de “heteronomia”: “a lei vem do outro, a pessoa só existe em função do outro, que restitui ao corpo social sua densidade e sua significação concreta” (IDEM, IBIDEM).

Esse princípio de existência em função do outro revela a face altruísta do Sujeito: “eu me dou, me devoto, sou inteiramente secundário para aqueles aos quais me dou” (MORIN, 2002, p. 127). Está implícita nessa idéia a tendência à integração à sociedade, possível por meio de uma solidão, que “não leva ao ser ‘eu’ empírico e individualista, mas ao ser original do qual todo mundo faz parte” (MAFFESOLI, 2001, p. 71).

Nesse sentido,

[...] o errante pode ser solitário, mas não é isolado, e isso porque participa, real, imaginária ou virtualmente, de uma comunidade vasta e informal que, não tendo obrigatoriamente duração longa, nem por isso é menos sólida, pelo fato de ultrapassar os indivíduos particulares e unir a essência de um ser conjunto fundado sobre os mitos, os arquétipos (MAFFESOLI, 2001, p. 71-2).

Entendida a dimensão biológica trazida anteriormente quando se falou sobre o indivíduo, para melhor compreender a noção a Sujeito é necessário, segundo aponta Morin (2002), da dimensão cognitiva, que é inerente a todo ser vivo, dotado de sistema neuro-

³⁹ Grifo meu.

cerebral ou não. Essa dimensão também é chamada de computacional, a qual se refere ao “tratamento de estímulos, de dados, de signos, de símbolos, de mensagens, que nos permite agir dentro do universo exterior, assim como de nosso universo interior e conhecê-los” (MORIN, 2002, p. 120). Essa computação é individual. O filósofo também a chama de cômputo, referindo-se ao ato pelo qual o Sujeito se constitui e se posiciona no centro de seu mundo para lidar e interagir com ele. Portanto, apesar da face altruísta do Sujeito, seu primeiro conceito baseia-se no egocentrismo, ou seja, o “Eu” como ato de ocupação de um espaço que se torna centro do mundo.

A partir disso, assume-se, baseado em Morin (2002) que a complexidade da noção de Sujeito se faz no momento em que o indivíduo sujeito recusa-se à morte que o devora; e, no entanto, é capaz de oferecer a sua vida por suas idéias, pela pátria, ou pela humanidade. Isso revela a ambivalência da essência da noção de sujeito, a dialética existente quando o Sujeito oscila entre o egoísmo e o altruísmo. E assim, portanto, para a compreensão do Sujeito para o Turismo é importante que se considere que “O ‘Eu’ enquanto ‘Eu’ emerge tardiamente na experiência da humanidade” (IDEM, p. 125).

É importante, considerar, porém, que a primeira definição de Sujeito seria o egocentrismo em seu sentido literal de estar no centro de seu mundo. O pronome “Eu”, por sua vez, é aquele que qualquer um pode dizer, mas diz-se por si, jamais pelo outro. Portanto, o “Eu” assume o “ato de ocupação de um espaço que se torna centro do mundo” (MORIN, 2002, p. 120). Retornando à lógica do *Je suis moi*, então, e seguindo essa linha de raciocínio, o “eu” é o objetivado do ser que ocupa esse espaço. Isso esclarece o entendimento da identidade do Sujeito, que “comporta um princípio de distinção, de diferenciação e de reunificação” (IDEM, IBIDEM).

Para compreender a Noção de Sujeito no Turismo, então, é importante que se reconheça o que os sociólogos chamam de “variações sazonais da sociedade”. Essa idéia foi construída a partir da relação entre os momentos de reunião, denominado por Durkheim de “estar em momento de congregação” e o momento em que os grupos se dispersam no conjunto de um território (MAFFESOLI, 2001). O autor reconhece que o ritmo dessa relação pode variar, no entanto, é encontrado de maneira constante em todas as sociedades. O sociólogo esclarece que o Positivismo atribuiu essas variações a causas objetivas ou a necessidades funcionais essencialmente econômicas, para ele, no entanto, essas variações são fundamentalmente religiosas, entendo que o termo religioso, em sua acepção mais ampla, conforme Maffesoli (2001, p. 38) é “aquilo que se refere ao ato de entrar em relação, a ‘ligação’ com os outros e com o mundo”. A compreensão do Turismo como o campo que

estuda essa relação do indivíduo com o mundo e sua busca pelo outro, passa pela necessidade de estudá-lo sob a compreensão da Mobilidade. É importante ressaltar que, de acordo com Maffesoli (2001) o termo mobilidade é uma domesticação do termo errância. Nesse sentido, a mobilidade é feita das migrações diárias (do trabalho ou do consumo), sazonais (do turismo e das viagens) e sociais (MAFFESOLI, 2001).

Dessa maneira, compreendendo o Sujeito como Nômade que tem inerente ao seu ser a pulsão da errância, o sujeito Turístico, no ato de sua mobilidade tende a roteirizar seus caminhos e itinerários, e para compreender de que forma essa roteirização acontece no momento pós-moderno é necessário ter tido a compreensão histórica de evolução dos deslocamentos como deslocamentos turísticos, sem relegar a segundo plano o entendimento do nomadismo fundador, a domesticação e enclausuramento que o levou a uma vida sedentária e o ressurgimento da errância inerente a ele, já que, segundo Maffesoli (2001), a errância, a fuga são marcas psicológicas profundas na estrutura mental do sujeito.

A busca pelo outro sobre a qual se falou anteriormente torna-se ainda mais latente e possível pelo princípio de comunicação. Ao recorrer a Julian Jaynes quando fala dos Indivíduos do Império da Antiguidade, quem destaca a Câmara da Subjetividade Pessoal, que diz respeito a tudo o que lhes concernia enquanto indivíduos privados; e a Câmara ocupada pelo Poder Teocrático-Político, onde o indivíduo Sujeito era possuído e obedecia às junções dessa Segunda Câmara, Morin (2002) afirma que a consciência nasce no momento em que se abre uma brecha entre as duas Câmaras, que, assim, podem se comunicar. Dessa forma, o autor ressaltar que em “Eu sou eu” existe uma dualidade implícita, já que em seu ego, o Sujeito é potencialmente outro, sendo do mesmo tempo, ele mesmo.

Existem aqui quatro pontos merecedores de destaque para o entendimento do conceito de Sujeito para o Turismo: (1) É inerente ao Sujeito o desejo de evasão, a busca pelo outro lugar, que torna latente a pulsão da errância, apesar do enclausuramento imposto durante a modernidade que levou ao conseqüente sedentarismo (MAFFESOLI, 2001); (2) A alteridade que o Sujeito traz em si mesmo o possibilita a comunicar-se com outrem e a qualidade própria de todo Sujeito, que possui um caráter existencial porque é inseparável do indivíduo, que é a permissão à comunicação e o altruísmo (MORIN, 2002); (3) “Je suis moi” como princípio que permite estabelecer a um só tempo, a diferença entre o Eu (subjetivo) e o eu (subjetivo objetivado), permitindo ao mesmo tempo a capacidade de se referir ao mesmo tempo a “si” (auto-referência) e ao mundo exterior (exo-referência) para distinguir o que exterior a si (MORIN, 2002); e, por fim, (4) “O encontro do Sujeito com o outro lugar parece ocorrer no retorno ao seu lugar” (CASTROGIOVANI, 2004).

Considerado esses quatro aspectos, tem-se o Turismo como meio para que o “Eu” relacione-se com o “Outro”, na própria busca pelo outro, por meio do outro lugar. Dessa forma, o Sujeito Turístico pode estar em movimento em busca do encontro com o outro que não seja necessariamente o “Tu”, mas o próprio “moi”, já que, a cada experiência vivida durante a viagem, a cada conversa partilhada com os “outros” e há um crescimento ou aprendizado e, a partir da capacidade do Sujeito de refletir sobre si mesmo, lhe permite o encontro consigo mesmo, fazendo com que ele se reconheça e se afirme como Sujeito. Nesse sentido, o Sujeito Turístico é aquele que está em movimento, exerce a errância inerente ao seu ser, busca com intensidade o encontro com o outro para que, a partir dessa relação com o “Tu”, possa encontrar o outro “moi” inerente ao seu ser, ou seja, a outra face, até então desconhecida de si mesmo.

3.3 TECNOLOGIA

Conforme observado nos capítulos anteriores, as duas grandes Revoluções Industriais contribuíram para a mobilidade humana, através dos meios de transporte, criação de um imaginário para viagens (possíveis por meio dos relatos e guias de viagem, disponíveis graças as facilidade de acesso trazidas pela tipografia), evolução cartográfica, dentre outros. O mundo contemporâneo, por sua vez, vive uma constante Revolução das Tecnologias de Informação, difundida de forma mais acelerada e acessível à sociedade a partir da década de 1970. Vive-se hoje em um mundo que se tornou digital e, também, como consequência, virtual.

Apesar de já ter-se apresentado os elementos das duas Revoluções anteriores que se julgaram necessárias para o entendimento deste trabalho, este tópico será iniciado com a apresentação dessa nova revolução do mundo contemporâneo, contrapondo-a às anteriores. Após essa exposição, serão abordadas as especificidades dessa revolução, como o surgimento da Internet e da ligação das sociedades em rede e o surgimento dos *softwares*. Entendido isso, poder-se-á, então, analisar a relação da sociedade com a tecnologia e de que forma ela se organiza com essas novas “extensões humanas” que surgem; dessa maneira, serão abordados aspectos relacionados à formação das redes sociais e o surgimento de comunidades virtuais, para que se analise, então, a realidade virtual. Finalmente, será abordada a Revolução da Tecnologia da Informação e os meios que ela oferece ao Turismo para que ele se contextualize naquilo que Molina (2003) chama de Pós-Turismo.

O aparecimento de novas tecnologias da informação concentrara-se, de forma geral, nos anos de 1970 e ocorre, principalmente, nos Estados Unidos. Segundo Castells (1999), a emergência de um novo sistema tecnológico nessa década deve ser atribuída à dinâmica autônoma da descoberta e difusão tecnológica, inclusive aos efeitos sinérgicos entre todas as principais tecnologias já existentes. Ademais, o forte impulso tecnológico dos anos de 1960 promovido pelo setor militar preparou a tecnologia norte-americana para o grande avanço.

3.3.1 A nova revolução: características e ambiente favorável ao seu desenvolvimento

O novo paradigma tecnológico do século XXI caracteriza-se pela transformação da “cultura material” organizada em torno da tecnologia da informação, e tem o cerne não só a informação, mas também seu processamento e comunicação (CASTELLS, 1999).

Quanto ao seu processo de desenvolvimento, é interessante considerar que

[...] apesar do papel decisivo do financiamento militar e dos mercados nos primeiros estágios da indústria eletrônica, da década de 40 à 60, o grande progresso tecnológico que se deu no início dos anos 70 pode, de certa forma, ser relacionado à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos *campi* norte-americanos na década de 60 (CASTELLS, 1999).

Portanto, a primeira Revolução em Tecnologia da Informação baseou-se nos progressos alcançados nas décadas de 1950 e 1960 e sob a influência de vários fatores institucionais, econômicos e culturais. Mas não se originou de qualquer necessidade pré-estabelecida, foi mais o resultado de indução tecnológica do que de determinação social (CASTELLS, 1999). Apesar de ter difundido, ainda que inconscientemente, uma cultura mais significativa da sociedade por meio do espírito libertário dos anos de 1960, a revolução da tecnologia da informação, com sua ênfase nos dispositivos personalizados, interatividade, formação de redes e busca de novas descobertas tecnológicas, mesmo sem muito sentido comercial, não combinavam com a tradição, de certa forma cautelosa, do mundo corporativo.

É importante que se compreenda o processo que envolve todas essas revoluções, desde as duas Revoluções Industriais até a Revolução da Tecnologia da Informação. Entendendo-as como processo, conclui-se que a

[...] inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada. Ela reflete um determinado estágio de conhecimento; um ambiente institucional e industrial específico; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; uma mentalidade econômica para dar essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e

uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo (CASTELLS, 1999, p. 55).

Dessa forma, entende-se que, no processo de desenvolvimento de novas tecnologias, um avanço no campo tecnológico específico amplifica os efeitos das tecnologias da informação a ele conexas. Assim, as experiências das revoluções passadas, revelam que a interatividade dos sistemas de inovação tecnológica e sua dependência de certos “ambientes” propícios para trocas de idéias, problemas e soluções são fundamentais. Portanto, “quanto mais próxima for a relação entre os locais de inovação, produção e utilização das novas tecnologias, mais rápida será a transformação das sociedades e maior será o retorno positivo das condições sociais sobre as condições gerais para favorecer futuras inovações” (CASTELLS, 1999, p. 55).

Em comparação com as revoluções anteriores pode-se dizer, baseando-se no sociólogo Castells, que, as tecnologias da informação são para esta revolução, o que as fontes de energia foram para as Revoluções Industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial. De forma geral, conforme explica o autor, isso é confundido com a caracterização da revolução atual como sendo essencialmente dependente de novos conhecimentos e informação. Isso é verdade no caso atual como foi com as revoluções tecnológicas anteriores. No entanto, Revolução da Tecnologia da Informação dependeu cultural, histórica e espacialmente de um conjunto de circunstâncias muito específicas cujas características determinaram sua futura evolução.

Apesar de a Primeira Revolução Industrial não se basear essencialmente em ciência, apoiava-se em um amplo uso de informações, aplicando e desenvolvendo conhecimentos preexistentes. A Segunda, depois de 1850, foi caracterizada pelo papel decisivo da ciência ao promover a inovação. A Revolução Tecnológica, no entanto, caracteriza-se não pela centralidade de conhecimentos e informação, mas pela aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e seu uso (CASTELLS, 1999).

Para este trabalho, de forma específica, analisar-se-á a cartografia e sua evolução tecnológica às técnicas de geoinformação computadorizada, mais especificamente as geotecnologias por meio do georreferenciamento. Entendendo a cartografia como representação gráfica do espaço, representando, portanto a informação e o conhecimento, a geoinformação, valendo-se das tecnologias de geoposicionamento (GPS), trouxe a

possibilidade de representar cidades e regiões de forma digital, possibilitando a inserção, armazenamento, análise, visualização e disseminação dos dados (BATTY, 2007), permitindo a aplicação da informação para a geração de conhecimento por meio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG's) que, por sua vez, possui dispositivos de processamento e comunicação da informação.

Com esse exemplo, pode-se perceber que as

[...] novas tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificando suas fontes (CASTELLS, 199, p. 25).

É importante salientar ainda que, conforme será visto no tópico sobre a interação entre sociedade e tecnologia, contextos culturais e institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, que tem como lógica a capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade cada vez maiores e com custos cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua (CASTELLS, 1999), como é o caso dos SIG's. O SIG pode ser utilizado como exemplo, já que se constitui em base para aplicações dos dados geográficos, pois

[...] os dados físicos obtidos nessas escalas variadas são complementados por dados demográficos e socioeconômicos de censos, que podem ser produzidos tanto por recursos on line como por tradicionais questionários realizados em domicílio. Muitos desses dados tornaram-se disponíveis on line, enquanto os SIGs apresentam-se como única possibilidade de explorá-los. Simultaneamente os SIGs tornaram-se mais acessíveis, ao disponibilizarem sistemas para armazenamento, mapeamento e análise de dados de código aberto (BATTY, 2007 p. 08).

Essa capacidade de transformação de todas as informações em um sistema comum de informação pode ser observada hoje com ferramentas disponíveis pelo *Google Maps*, a ferramenta *Maps* ofertada pela empresa Google⁴⁰. A missão dessa ferramenta é “organizar as informações do mundo todo e torná-las acessíveis e úteis em caráter universal”⁴¹, permitindo que o usuário pesquise endereços, localize serviços e empresas, trace rotas, além de criar e

⁴⁰ "Googol" é um termo matemático para um número 1 seguido de 100 zeros. O termo foi inventado por Milton Sirota, sobrinho do matemático americano Edward Kasner, e foi popularizado no livro *Mathematics and the Imagination*, de Kasner e James Newman. A ação do Google sobre o termo reflete o objetivo da empresa de organizar a imensa quantidade de informações disponíveis na web (fonte: <http://www.google.com.br/corporate/index.html>)

⁴¹ <http://www.google.com.br/corporate/index.html>

compartilhar mapas personalizados, disponibilizando ainda o espaço e o tempo a ser percorrido de acordo com o meio de transporte a ser utilizado (de carro ou a pé).

Concretiza-se a idéia de mundo digital, a qual, segundo Castells (1999, p. 50), é o “processo atual de transformação tecnológica [que] se expande exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida”. Portanto, Google pode ser usado como exemplo da materialização da idéia de mundo digital, já que, como primeira etapa para atender à missão da empresa, seus fundadores, Larry Page e Sergey Brin, desenvolveram uma nova abordagem para a pesquisa on-line, que começou a surgir em um dormitório na Universidade de Stanford, e rapidamente se espalhou para os pesquisadores de informações no mundo todo. Hoje em dia, o Google está consagrado como o maior mecanismo de pesquisa do mundo – um serviço gratuito, fácil de usar, que geralmente retorna resultados relevantes em uma fração de segundos.

Ainda, outra característica comparativa da nova Revolução em relação às anteriores é a rapidez com que a revolução tecnológica expandiu-se. Segundo Castells (1999), a Revolução Industrial estendeu-se da Europa Ocidental para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes. Mas sua expansão foi muito seletiva e seu ritmo bastante lento pelos padrões atuais de difusão tecnológica. As novas tecnologias da informação, porém, difundiram-se pelo globo velozmente em menos de duas décadas, entre meados dos anos 1970 e 1990, por meio de uma lógica que é a característica dessa revolução tecnológica: a ampliação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia da informação. O autor ressalta ainda que a ascensão histórica do Ocidente, limitando-se de fato à Inglaterra e a alguns países da Europa Ocidental, bem como à América do Norte e à Austrália, está fundamentalmente associada à superioridade tecnológica alcançada durante a Revolução Industrial.

Pode-se concluir, portanto, que o ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. E, assim, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos (CASTELLS, 1999). Isso é claramente observado na relação dialógica entre usuários e criadores que, gradativamente, se unem sem que se possa distingui-los. A relação de realimentação é instantânea, principalmente com redes sociais e, mais especificamente, com o lançamento de novos *softwares*. Esse fenômeno pode ser

materialmente observado a partir da criação de versões Beta, conforme será exposto no tópico seguinte.

3.3.2 O sistema de Redes: especificidades da Revolução da Informação

Conforme já esboçado anteriormente, a Revolução da Tecnologia da Informação foi progressiva, mas rapidamente difundida. A segunda Guerra Mundial e o período seguinte a ela foi marcado, segundo Castells (1999), pelas principais descobertas tecnológicas em eletrônica (sem desprezar a invenção do telefone, do rádio, e válvula à vácuo), o verdadeiro cerne da Revolução da Tecnologia da Informação no século XX. A década de 1970 marcou-se, então, pela ampla difusão das novas tecnologias da informação, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo-se em um novo paradigma.

A microeletrônica, com a criação dos microcomputadores, caracterizou-se, conforme aponta o sociólogo, como uma “revolução dentro da revolução”. A criação dos softwares foi fundamental para a difusão dos microcomputadores, nesse cenário destacam-se Bill Gates e Paul Allen, com a criação da *Microsoft*.

Aos avanços na microeletrônica e criação de softwares, o autor acrescenta a evolução na capacidade de formação de redes, possível somente graças aos progressos das telecomunicações e das tecnologias de integração de computadores em rede. Mas, ao mesmo tempo, tais mudanças somente foram possíveis após o surgimento de novos dispositivos microeletrônicos e o aumento da capacidade de computação, em uma impressionante ilustração das relações sinérgicas da Revolução das Tecnologias da Informação (CASTELLS, 1999).

Assim, desde meados de 1980, os microcomputadores não podem ser concebidos isoladamente: eles atuam em rede, com mobilidade cada vez maior, com base em computadores portáteis. Essa versatilidade e a possibilidade de aumentar a memória e os recursos de processamento ao compartilhar a capacidade computacional de uma rede eletrônica, mudaram decididamente a era dos computadores nos anos 90, ao transformar o processamento e armazenamento de dados centralizados em um sistema compartilhado e interativo de computadores em rede. Com isso, não apenas o sistema de tecnologia mudou, mas também suas interações sociais e organizacionais (CASTELLS, 1999).

Dentre as descobertas básicas nas tecnologias da informação, conforme já expostas aqui, todas apresentam, de acordo com Castells (1999), algo de essencial em comum: embora baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão

das tecnologias mais importantes, estas representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, dado a sua acessibilidade e custo cada vez menor, com qualidade cada vez maior.

Outro fator importante, que ganha dimensões ainda maiores com a emergência de uma sociedade em rede, está na criação da Internet. Criada como estratégia de defesa norte-americana contra a União Soviética na década de 1960, o resultado foi a arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas. Dessa forma, a Internet tornou-se a base de uma rede de comunicação horizontal global composta de milhares de redes de computadores (CASTELLS, 1999).

A Revolução da Tecnologia da Inovação contribuiu para a formação dos meios de inovação onde as descobertas e as aplicações interagem e eram testadas em um repetido processo de tentativa e erro: aprendia-se fazendo. Na atualidade, um bom exemplo disso está na criação e lançamento de produtos e serviços Beta. A versão beta é a versão de um produto (geralmente software informático) que ainda se encontra em fase de desenvolvimento e testes. No entanto, esses produtos muitas vezes são popularizados antes de sair a versão final.

Na prática, sempre que um programa é lançado em versão Beta, significa que o próprio criador admite a possibilidade de problemas, no entanto, o *software* já está em um nível decente para a utilização, ainda que sem nenhuma garantia.

A idéia é usada principalmente na computação, com as versões beta e alfa (versões ainda mais inacabadas e geralmente lançadas em caráter meramente experimental), em que os usuários podem experimentar e testar características novas e detalhes das novas versões, enquanto os desenvolvedores recebem informações sobre como o novo “produto” pode ser melhorado, já que as pessoas que o usaram podem apontar facilmente o que gostaram ou não⁴².

Para tecer considerações sobre o novo paradigma econômico e tecnológico, Castells (1999) busca aporte em Freeman, segundo o qual, esse paradigma refere-se ao agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e sobretudo, na dinâmica da estrutura dos custos relativos de todos os possíveis insumos para a

⁴² http://pt.wikipedia.org/wiki/Vers%C3%A3o_beta

produção. Dessa forma, esse paradigma ajuda a organizar a essência da transformação atual à medida que ela interage com a economia e sociedade.

Sob essa perspectiva, o sociólogo aponta para cinco características do novo paradigma econômico e tecnológico: (1) A informação é sua matéria prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia; (2) A penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico; (3) Lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação: a rede agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organização graças a recentes tecnologias da informação. E, essa lógica de redes, é necessária para estruturar o não-estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana; (4) Flexibilidade: não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas pela reorganização de seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. A flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva; e, (5) Crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado.

É importante para esta discussão de especificidades do desenvolvimento das novas tecnologias, lembrar a importância do Estado para esse processo, já que, as “tecnologias da liberdade” como Castells (1999) chama o Minitel (dispositivo francês, responsável pela condução da França à sociedade da informação) e a Apranet (norte-americana, processadora da Internet como estratégia militar para possibilitar a sobrevivência das redes de comunicação em caso de ataque nuclear), foram introduzidas pelo Estado.

Quanto ao Minitel, este era um sistema de videotextos projetado em 1978, introduzido no mercado em 1984. As razões para o seu sucesso, segundo aponta Castells (1999) eram duas: o comprometimento do governo francês e a simplicidade de uso e objetividade do sistema de faturamento bem organizado que o tornou acessível e confiável ao cidadão comum. Os serviços oferecidos inicialmente eram: acesso à lista telefônica, previsões

do tempo, informações e reserva de transporte, compra antecipada de entradas para eventos culturais e de entretenimento. No entanto, à medida que o sistema e as pessoas foram ficando mais sofisticados, e milhares de provedores de serviços *on-line* foram surgindo, novos serviços foram oferecidos: publicidade, tele-compras, tele-banco, e vários outros serviços comerciais. O sistema “pegou fogo” com a introdução das linhas de bate-bapo ou *messengeries*, cuja maior parte se especializou em oferecimentos de sexo ou conversas sobre sexo (CASTELLS, 1999).

Quando, na década de 1990, o Minitel enfatizou seu papel como provedor de serviços, também deixou evidente suas limitações como meio de comunicação. Sob o aspecto tecnológico, o Minitel contava com uma tecnologia de transmissão de vídeo muito antiga, cuja revisão poria um fim a seu apelo básico como um dispositivo eletrônico gratuito. Além disso, não se baseava em computadores pessoais, mas, de forma geral, em terminais burros, e, dessa forma, limitava substancialmente a capacidade autônoma de processamento de informação. Sob o aspecto institucional, sua arquitetura, organizada em torno de uma hierarquia de rede de servidores, com pouca capacidade de comunicação horizontal, era muito inflexível para uma sociedade culturalmente sofisticada como a francesa, visto que havia novas esferas de comunicação além do Minitel (CASTELLS, 1999).

A solução óbvia adotada pelo sistema francês foi oferecer a opção paga de ligar-se à Internet em âmbito mundial. Com isso, o Minitel ficou dividido internamente entre um serviço burocrático de informação, um sistema de serviços empresariais em rede e uma entrada subsidiária para o vasto sistema de comunicação da constelação da Internet (CASTELLS, 1999).

A Internet, por sua vez, configura-se como a espinha dorsal da Comunicação global Mediada por Computadores (CMC) dos anos 1990, uma vez que liga gradativamente a maior parte das redes. Proporciona a formação de rede capaz de comunicar todas as espécies de símbolos sem uso de centros de controles a partir da tecnologia digital que permitiu a compactação de todos os tipos de mensagens, inclusive som, imagens e dados. Forneceu condições tecnológicas para a comunicação horizontal global criadas pela universalidade da linguagem digital e a lógica pura do sistema de comunicação em rede (CASTELLS, 1999).

Arquitetura da rede é e continuará sendo aberta (o que dificulta assegurar sua confidencialidade contra intrusos sofisticados) sob o ponto de vista tecnológico, possibilita amplo acesso ao público e limitando seriamente restrições governamentais ou comerciais a esse acesso, embora a desigualdade social se manifeste de maneira poderosa no domínio eletrônico. Por um lado, essa abertura é a consequência do projeto original concebido, em

parte, pelas razões de estratégia militar e também porque os cientistas que administravam os programas militares de pesquisa queriam instalar esse novo sistema tanto como ostentação de proeza tecnológica quanto como esforço utópico. Por outro lado, a abertura do sistema também resulta do processo inovador constante e da livre acessibilidade imposta pelos primeiros *hackers* de computadores (em seu sentido original) e pelas milhares de pessoas que ainda usam a rede como *hobby* (CASTELLS, 1999).

Assim, a arquitetura dessa tecnologia de rede é tal, que sua censura ou controle se tornaram difíceis. Nas palavras de Castells (1999, p. 375-6) “o único modo de controlar a rede é não fazer parte dela, e esse é um preço muito alto a ser pago por qualquer instituição ou organização, já que a rede se torna abrangente e leva todos os tipos de informação para o mundo inteiro⁴³”.

O sistema de rede, segundo aponta Castells (1999) surgiu em grande escala como redes locais e redes regionais conectadas entre si e começou a se expandir para qualquer lugar onde houvesse linhas telefônicas e computadores munidos dos equipamentos baratos chamados *modems*. Com a criação do sistema operacional UNIX pode-se ter o acesso computador a computador, porém, a capacidade de transmissão não era suficiente para estabelecer uma rede de comunicação mundial. Os computadores precisavam ser capazes de conversar entre si. Com a adaptação do protocolo TCP/IP ao UNIX, os computadores puderam não apenas comunicar-se, mas também codificar e decodificar pacotes de dados que viajavam em alta velocidade pela rede da Internet.

É importante ressaltar, ainda, que, de acordo com Castells (1999), a CMC não pode substituir ou outros meios de comunicação nem cria novas redes, apenas contribui com a comunicação telefônica e do setor de transportes, expande o alcance das redes sociais e possibilita que elas interajam de forma mais ativa e em horários optativos.

3.3.3 Sociedade e Tecnologia

Segundo Castells (1999), o surgimento da sociedade em rede não pode ser entendido sem a interação entre estas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder.

⁴³ Recentemente (março de 2010) houve uma polêmica envolvendo a empresa Google e o governo Chinês em função de sites que, de acordo com as leis do país deveriam ser censuradas.

Para ele, condições sociais específicas favorecem a inovação tecnológica, que alimenta a trilha do desenvolvimento econômico e as demais inovações. Apesar disso, a sociedade pode sufocar o desenvolvimento tecnológico, principalmente por intermédio do Estado, conforme já exposto anteriormente, principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem estar social em poucos anos. Nas palavras do autor:

[...] é claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999, p. 25).

Portanto, a habilidade ou inabilidade das sociedades em dominar a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas a cada período histórico, traça seu destino a ponto de poder-se dizer que, “embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 26).

A revolução tecnológica atual originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (CASTELLS, 1999).

O processo histórico em que o desenvolvimento de forças produtivas para a Revolução Tecnológica ocorre, assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais, estas, por sua vez, são definidas *vis-à-vis* às outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade (CASTELLS, 1999). O papel decisivo desempenhado pelos meios de inovação no desenvolvimento da Revolução da Tecnologia da Informação foi, segundo aponta o sociólogo, a concentração de conhecimento científico/tecnológico, instituições, empresas e mão-de-obra qualificada.

O ingrediente crucial para o desenvolvimento das tecnologias da informação, porém, não é a novidade no cenário cultural e institucional, mas sim sua capacidade de gerar sinergia com base em conhecimentos e informação diretamente relacionados à produção industrial e aplicações comerciais. Isso pode ser constatado a partir do caráter metropolitano da maioria dos locais da Revolução da Tecnologia da Informação. Este, por sua vez, representa a força cultural e empresarial da metrópole, faz dela o ambiente privilegiado dessa nova revolução, desmistificando o conceito de inovação sem localidade geográfica da era da informação (CASTELLS, 1999).

É importante ressaltar, porém, que foi o Estado, e não o empreendedor de inovações, que iniciou a Revolução da Tecnologia da Informação, tanto nos Estados Unidos, como em todo o mundo. Porém, desde a década de 1970, a inovação tecnológica tem sido conduzida pelo mercado e os inovadores, enquanto muitas vezes empregados por grandes empresas, em particular no Japão e na Europa, continuam a montar seus negócios nos Estados Unidos e, cada vez mais, em todo o mundo. Com isso há um aumento da velocidade de inovação tecnológica e sua difusão é mais rápida à medida que mentes talentosas, pulsionadas por paixão e ambição, fazem pesquisas constantes no setor em busca de nichos de mercado em produtos e processos. Na verdade, é mediante essa interface entre os programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelo governo, por um lado, e a inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperam (CASTELLS, 1999).

Castells (1999) aponta as características das redes de comunicação mediada por computadores dentro e fora da Internet como sendo a penetrabilidade, descentralização multifacetada e flexibilidade. Diferentemente da mídia de massa, elas têm propriedades de interatividade e individualização tecnológica e culturalmente embutidas. É esse princípio de interatividade que define as comunidades virtuais e dá vida às redes sociais, conforme será visto posteriormente

Para alguns analistas, conforme aponta o autor, a CMC, especialmente o e-mail, representa a vingança do meio escrito, o retorno à mente tipográfica e a recuperação do discurso reacional construído. Para outros, ao contrário, a informalidade, espontaneidade e anonimato do meio estimula o que chamam de uma nova forma de “oralidade”, expressa por texto eletrônico.

É importante resguardar que, em conformidade com Castells (1999), a CMC não é um meio de comunicação geral nem será em um futuro próximo. Embora seu uso se expanda em

ritmo fenomenal, a CMC ainda excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo, ao contrário da televisão e outros meios de comunicação em massa. O índice da difusão da CMC interativa dificilmente alcançará o da televisão por um longo período da história.

A CMC começa como meio de comunicação do segmento populacional mais instruído e de maior poder aquisitivo dos países mais instruídos e mais ricos e, freqüentemente, nas áreas metropolitanas maiores e mais sofisticadas. Embora esteja revolucionando o processo de comunicação e, por meio dele, a cultura em geral, a CMC é uma revolução que se desenvolve em ondas concêntricas, começando nos níveis de educação e riqueza mais altos e provavelmente incapaz de atingir os grandes segmentos da massa sem instrução, bem como os países pobres (CASTELLS, 1999).

Além disso, a comunicação mediada por computadores favorece a comunicação desinibida e, nas redes com base em empresas estimula a participação de trabalhadores de status inferiores e, dessa forma, poderia oferecer uma oportunidade de reversão dos jogos de poder tradicionais no processo de comunicação. Assim, mulheres e outros grupos sociais oprimidos parecem tender a se expressar de forma mais aberta devido à proteção do meio eletrônico, embora as mulheres representem uma minoria de usuários até o momento (CASTELLS, 1999). O autor conclui, então, que a CMC funciona como se o simbolismo do poder embutido na comunicação frente a frente ainda não tivesse encontrado sua linguagem no novo meio de comunicação.

3.3.3.1. Redes Sociais

A formação de redes sociais só foi possível, conforme visto anteriormente, a partir da evolução do mundo digital e da emergência de uma sociedade em rede, baseando-se fundamentalmente na interação, o que não ocorre com as mídias de massa. A idéia de Televisão como mídia de massa, no sentido tradicional do envio de um número limitado de mensagens a uma audiência homogênea de massa, é negada por Castells (1999), quando o autor busca aporte em Sabbah para afirmar que com o surgimento da TV a cabo, como uma nova mídia, determina uma audiência cada vez mais segmentada por ideologias, valores, gostos e estilos de vida. Dessa maneira, não mais se configura como mídia de massa. Segundo Castells (1999), o presente e o futuro da televisão estão na descentralização, diversificação e adequação ao público-alvo, nos parâmetros mais amplos da linguagem de McLuhan, a mensagem do meio está moldando diferentes veículos de comunicação para diferentes mensagens.

Exposto isso, apresenta-se a idéia de Castells (1999, p. 366), segundo o qual “a prática difundida do *surfing* (assistir a vários programas ao mesmo tempo) pela audiência introduz a criação do próprio mosaico visual”.

Partindo da análise de *Channel Surfing* como um termo irônico para designar a atividade de mudar aleatoriamente de canais em um aparelho de televisão com um controle remoto, como analogia ao *surf*, cuja única similaridade relaciona-se com a lógica de "ir com o fluxo", tem-se a Internet que, por sua vez, poderia ser um lugar difícil e assustador para navegar até que a *World Wide Web* (www) foi inventada; o efeito de clicar casualmente em links da Web foi, natural e rapidamente, posto em comparação com *channel-surf*, dando origem à expressão *Surfing in the net* (navegar na Internet), que foi uma extensão natural da expressão anterior.

O ponto o qual se pretende chegar aqui é na rede social *couchsurfing*. O Projeto *CouchSurfing* (CS) é um serviço de hospitalidade com base na Internet, com a missão de "participação na criação de um mundo melhor, um sofá de cada vez"⁴⁴. O CS objetiva ligar pessoas e lugares internacionalmente, criar trocas educacionais, fomentar consciência coletiva, espalhar a tolerância e o entendimento cultural. Como uma comunidade, almeja fornecer meios para que, de forma individual e coletiva possa-se criar um mundo melhor, acreditando que o *surf* de sofás é um meio para atingir a esse objetivo.

Os membros usam o *site*, desenhado e criado por Casey Fenton, para coordenar as acomodações. Dentre as funcionalidades oferecidas, tais como perfis pessoais ou coletivos detalhados, usa um sistema opcional de verificação de identidade por cartão de crédito, sistema de certificação pessoal e sistema de referências pessoais para aumentar a segurança e a confiança entre membros.

A filosofia do CS transcende a idéia de encontrar alojamento gratuito por todo o mundo, seu real sentido está no estabelecimento de ligações por todo o mundo. “Fazemos o mundo um lugar melhor abrindo as nossas portas, os nossos corações e as nossas vidas. Abrimos as nossas mentes e damos as boas vindas à sabedoria que a troca cultural oferece. Criamos ligações profundas e significativas que cruzam oceanos, continentes e culturas. O CouchSurfing quer mudar não só a maneira como viajamos mas também a maneira como nos relacionamos com o mundo!”³¹

Quanto ao papel dos membros, enquanto anfitrião deve oferecer o alojamento; embora não seja obrigatório, é encorajado. Enquanto *surfer* (convidado), o viajante pode

⁴⁴ <http://www.couchsurfing.org/people/mission.html/>

procurar e pedir alojamento em seu destino. O alojamento é inteiramente consensual entre o anfitrião e o convidado, a duração, a natureza e os termos para a estadia do convidado são acordados à *priori* para satisfazer ambas as partes. Espera-se que a estadia seja também gratuita; não existem compensações monetárias exceto em determinadas situações (o convidado pode compensar o seu anfitrião pela comida). A segurança dos membros pode ser garantida a partir de métodos apresentados ao *surfer*, quando de sua inscrição na rede.

Os voluntários no projeto organizam freqüentemente encontros ou acampamentos, onde se realizam eventos que podem durar vários dias e aproximam pessoas. Desde Junho de 2006, o *site* tem sido gerido em grande parte pelos Coletivos do CS, ou seja, grupos de membros que se juntam numa determinada cidade para desenvolver e melhorar o CS. Membros que desejem voluntariar-se para variadas tarefas e ajudar a espalhar a palavra do CS podem geralmente tornar-se Embaixadores, que têm de estar verificados e promover ativamente o espírito de CS entre membros e entre o público em geral. Além da promoção do *site*, eles dão as boas vindas aos novos membros, ajudam com questões, outras tarefas administrativas e muito mais, tudo em regime de voluntariado.

Em Junho de 2006 o projeto enfrentou diversos problemas de ordem informática que resultaram na perda de grande parte da base de dados. Inicialmente pensou-se que o projeto seria fechado, porém, dentro de alguns dias confirmou-se que o projeto seria reconstituído e os membros puderam acessar o site, embora não com todas suas funcionalidades.

Por meio dessa explanação, quer-se exemplificar três pontos destacados por Castells (1999). O primeiro, conforme já apresentado anteriormente está no próprio nome da rede: o *surf* de sofá, sobre o qual a pode-se inferir a idéia da experiência de “ir com fluxo” pelo mundo afora, criando relações e não apenas conseguindo estadia grátis. Esse ponto revela também a contradição existente entre a filosofia dessa rede social e a fugacidade das relações que é atribuída às redes sociais da Internet, com isso volta-se a colocação de Maffesoli já exposta sobre a essência do errante que, embora solitário, não é isolado e que afirma que, apesar de não ter longa duração, a relação do errante com o visitado não a torna menos sólida. Trazendo á tona outra ambivalência ou, mais precisamente, uma relação dialógica entre os entendimentos que se têm hoje em relação ao conceito de fugacidade e o uso de redes sociais, ainda, mostrando na prática, como essas redes podem contribuir para o estabelecimento de relações que, no caso específico do CS, colaboram para uma nova forma de viajar, tendo um morador autóctone como “guia”.

O segundo refere-se ao esforço constante e multifacetado para melhorar a comunicabilidade da rede, o que constitui um notável exemplo de como a produtividade de cooperação tecnológica através da rede acabou por aperfeiçoá-la.

E, por fim, o terceiro, é o que o autor afirma sobre as redes eletrônicas. Segundo ele, elas tendem a reforçar o cosmopolitismo das novas classes profissionais e empresariais que simbolicamente moram em uma estrutura de referência global, ao contrário da maioria da população de qualquer país. Ainda, a CMC pode ser um meio poderoso para reforçar a coesão social da elite cosmopolita, fornecendo um apoio importante ao significado de uma cultura global, que vai da elegância de um endereço de correio eletrônico à circulação rápida das mensagens em moda (CASTELLS, 1999).

3.3.3.1 Comunidades Sociais e Realidade Virtual

Conforme exposto no tópico anterior, a CMC proporcionou uma nova forma de comunicação e, por meio dela, um gama de comunidades virtuais é gerada. Neste tópico será debatido sobre o surgimento dessas comunidades virtuais o processo de interação dela advindo, o que leva ao conceito de realidade virtual.

As comunidades virtuais teriam surgido, conforme aponta Castells (1999), a partir do BBS (Sistemas de Boletins Informativos), que não precisavam de redes de computadores sofisticadas, apenas PC's, moldens e linha telefônica e tornaram-se quadros de avisos eletrônicos de todos os tipos de interesses e afinidade.

Do ponto de vista dos participantes, até a última década do século XX e início do século XXI, essas comunidades pareciam ser efêmeras, já que a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não-satisfeitas. Suas inclusões causais nas várias redes equivalem à explosão de várias existências na modalidade do efêmero (CASTELLS, 1999). Hoje, no entanto, com a criação das mais diversas redes sociais que promovem cada vez mais a interatividade entre os participantes, a qualidade de efêmero tende a não mais se aplicar nesses contextos. As comunidades virtuais, portanto, são

[...] redes eletrônicas de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunicação se transforme no objetivo. Essas comunidades podem ser relativamente formalizadas como no caso de conferências com apresentador ou de sistemas de boletim informativo, ou ser formadas por redes sociais que sempre acessam a rede para enviar e recuperar mensagens em horário optativo (CASTELLS, 1999, P. 385).

As comunidades virtuais, principalmente na forma de redes sociais, evidenciam o surgimento de uma “realidade virtual”, que transcende o processo de processamento da informação como forma de comunicação de mão-única, por basear-se no princípio de interação. Essas redes acabam por ganhar mais espaço a partir do sentimento de esvaziamento próprio da transição da modernidade para a pós-modernidade, conforme visto anteriormente. A busca de preenchimento em comunidades virtuais, por meio da realidade virtual, se dá também pelo princípio de interação que nela estão implícitas.

De forma geral, o sistema de multimídia é caracterizado pela integração de diferentes veículos de comunicação e seu potencial interativo. O *know how* interativo desencadearia a fantasia da imersão na realidade virtual do ambiente eletrônico (CASTELLS, 1999). Segundo o autor, o gargalo real para a expansão da multimídia é que o conteúdo não acompanha a transformação tecnológica do sistema, ou seja, a mensagem está evoluindo mesmo que o meio.

De acordo com o sociólogo, há quatro características da multimídia. A primeira é a diferenciação social e cultural muito difundida levando à segmentação dos usuários/espectadores/leitores/ouvintes. “Horário nobre é o meu horário”. E, assim, a formação de comunidades virtuais é apenas uma das expressões dessa diferenciação.

A segunda é a crescente estratificação social entre os usuários, ou seja, não apenas a opção da multimídia ficará restrita àqueles com tempo e dinheiro para o acesso e aos países e regiões com o necessário mercado potencial, mas também as diferenças culturais/educacionais serão decisivas no uso da interação para o proveito de cada usuário. A informação sobre o que procurar e o conhecimento sobre como usar a mensagem são essenciais para se conhecer verdadeiramente um sistema diferente da mídia de massa personalizada. Assim, o mundo da multimídia é habitado por duas populações essencialmente distintas: a inter-agente e a receptora da interação, ou seja, aqueles capazes de selecionar seus circuitos multi-reacionais de comunicação e os que recebem um número de opções pré-empacotadas.

A terceira é a integração de todas as mensagens em um padrão cognitivo comum, por meio do acesso às notícias, educação e espetáculos audiovisuais no mesmo meio, ainda que a partir de fontes diferentes, o que intensifica a mistura de conteúdos que já estava ocorrendo na televisão direcionada às massas.

A quarta é que ela capta em seu domínio a maioria das expressões culturais em toda a sua diversidade. Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e

informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas destroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade

Do ponto de vista do usuário, a escolha das várias mensagens no mesmo modo de comunicação, com facilidade de mudança de uma para outra, reduz a distância mental entre as várias fontes de envolvimento cognitivo e sensorial. E, dessa forma, a questão em jogo não é que o meio seja a mensagem: mensagens são mensagens. E, como mantêm suas características específicas de mensagem enquanto são misturadas no processo de comunicação simbólica, elas embaralham seus códigos nesse processo criando um contexto multifacetado composto de uma mistura aleatória de vários sentidos (CASTELLS, 1999).

Portanto, as tecnologias da informação, por meio das multimídias e suas ferramentas trazem consigo um mundo de simbolismo e imaginário. A Internet como componente desse ambiente possibilita que se tenha acesso a informações sobre lugares que se pretende visitar, criando expectativas, sonhos e desejos.

É interessante considerar que o Turismo já se valeu da linguagem de filmes, que eram utilizados como “criadores de imaginário”, em que havia-se expectadores, o que exclui o princípio de interação previsto pela realidade virtual (MOURA, OLIVEIRA e LEÃO, 2006). Com o sistema de navegação virtual, montado a partir de um conjunto de fotos que repetem o olhar humano, possível a partir do ângulo que o Sujeito estaria ao longo do conjunto, pode-se trazer a sensação de estar se deslocando ao longo da cidade, possibilitando, então o conceito de realidade virtual, a partir da navegação virtual promovendo a divulgação e informação sobre destinos turístico (MOURA, OLIVEIRA e LEÃO, 2006).

3.3.4 Novas Ferramentas da Revolução da Tecnologia da Informação

O registro histórico das revoluções tecnológicas revela que, além de todas serem caracterizadas por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como tecido em que essa atividade é exercida, elas também são voltadas para o processo, introduzindo novos produtos (CASTELLS, 1999). Dentro desses novos produtos que são “induzidos” há também a emergência de novos modelos de viagem, novas expectativas, novos Sujeitos, ou Sujeitos com novas sensibilidades e, conseqüentemente, uma nova forma de Turismo, de pensar, planejar e fazer turismo. A mobilidade, o estar em movimento é o que passa a contar, a experiência vivida e não mais o

tempo que se passou na localidade, a percepção do tempo se dá não mais pela mensuração cronológica, mas pela experiência. O mesmo acontece com a percepção de espaço, principalmente a partir da criação do que se chama de *cyberspace*.

No plano das tecnologias, a introdução de novos produtos se dá tanto pelas novas ferramentas digitais para a cartografia, ou o próprio geoprocessamento, que, em sua forma mais complexa, pode ser utilizado para fins de planejamento turístico e formatação de roteiros turísticos, como também, de forma mais elementar, pelos próprios Sujeitos que viajam que buscam no *Google Earth*, por exemplo, uma forma de roteirizar suas viagens, valendo-se de um serviço que permite que o usuário “voe” para qualquer lugar para visualizar imagens de satélite, mapas, terreno, construções em 3D, dentre outros serviços.

3.3.4.1 Geotecnologias

Se **onde** é importante para seu negócio, então Geoprocessamento é sua ferramenta de trabalho (CÂMARA e DAVIS, s/d)⁴⁵.

Conforme exposto anteriormente, as tecnologias da informação possibilitaram o tratamento, armazenamento e representação de dados por meio de computadores, dando vez ao processo de criação de informações em meio digital. A cartografia, uma vez limitada a documentos e mapas em papéis também se beneficiou dessa evolução tecnológica, conforme já mencionado no capítulo dois, por meio do desenvolvimento dessas tecnologias da informação, dando vez ao Geoprocessamento.

O Geoprocessamento, como área do conhecimento que se vale de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informações tem influenciado não apenas a Cartografia, como também a análise de recursos naturais, transportes, comunicações, planejamento urbano e turístico⁴⁶.

Existem algumas terminologias referentes ao geoprocessamento que precisam ser esclarecidas a fim de evitar problemas de entendimento. Primeiro, o termo geoinformação, que se refere à justaposição da expressão “informação geográfica”, a partir da utilização de computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados (CÂMARA e MONTEIRO, 2005). Segundo os autores, a Geoinformação tem como problema

⁴⁵ Grifo meu.

⁴⁶ Para aprofundamento sobre os usos e aplicações das ferramentas de geoprocessamento consultar Câmara et al (1996), capítulo 02 (p. 27-36).

fundamental o “estudo e implementação de diferentes formas de representação computacional do espaço geográfico” (IDEM, p. 1).

Segundo, a sigla SIG, Sistema de Informação Geográfica, que também é conhecida como GIS, do Inglês *Geographic Information System*, ou seja, uma ferramenta computacional, portanto um *software* que permite analisar dados complexos, integrando-os a partir de diversas fontes, por meio da criação de bancos de dados georreferenciados (CÂMARA e DAVIS, 2005), o que significa dizer, segundo Câmara e Queiroz, sua localização na superfície da Terra e sua representação em uma projeção cartográfica.

O uso do SIG, em sua gênese epistemológica, se é possível assim denominá-la, traz consigo alguns problemas quanto o entendimento do termo espaço. Ao considerar que o espaço é uma linguagem comum no uso dessa ferramenta, Câmara e Monteiro, esclarecem que ao falarem de espaço, referem-se ao espaço computacional representado e não aos conceitos de espaço geográfico. Portanto, à sua materialização por meio de representações cartográficas. Dessa forma os autores esclarecem que

[...] do ponto de vista da aplicação, utilizar um SIG implica em escolher as representações computacionais mais adequadas para capturar a semântica de seu domínio de aplicações. Do ponto de vista da tecnologia, desenvolver um SIG significa oferecer um conjunto mais amplo de estruturas de dados e algoritmos capazes de representar a grande diversidade de concepções do espaço (CÂMARA e DAVIS, 2005, p. 2).

Portanto, o SIG necessita oferecer não apenas a localização espacial, como também disponibiliza a representação gráfica de cada objeto geográfico⁴⁷, dando ao administrador (usuário), seja ele o agente operador, o gestor de uma localidade turística, ou o próprio turista, “uma visão inédita do ambiente [...], em que todas as informações disponíveis sobre um determinado assunto estão ao seu alcance, inter-relacionados com base no que lhes é fundamentalmente comum – a localização geográfica” (CÂMARA e QUEIROZ, 2005, p.1).

Na prática do Turismo as técnicas de geoprocessamento têm sido aplicadas para diversos fins. Alguns pesquisadores no Brasil e no mundo têm analisado a viabilidade de um sistema de banco de dados para o Turismo.

Seguindo a lógica da interação e da autonomia que as tecnologias da informação podem dar aos Sujeitos que viajam cita-se o caso do município de Joaçaba-SC, conforme

⁴⁷ Para cada objeto geográfico, o SIG necessita armazenar seus atributos e as várias representações gráficas associadas, utilizando-o como ferramenta para a produção de mapas, como suporte para análise espacial de fenômenos ou como banco de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação de informação espacial (CÂMARA e QUEIROZ, 2005).

apontado por Nodari, Becker e Canale (2006), em que desenvolveu-se um SIG aplicado ao Turismo, disponibilizando uma páginas da Internet como ambiente interativo às empresas, como usuários primários, que administravam o sistema; e para os turistas, usuários secundários com permissão para habilitar ou desabilitar as informação conforme suas necessidades. O sistema proporciona o gerenciamento das informações georreferenciadas e a veiculação de mapas dinâmicos e interativos como estratégia tecnológica que permite o acesso livre aos usuários da rede.

Almer e Stelzl (2002) também buscam um sistema que atenda às demandas contemporâneas do Turismo e o Sujeito turístico, baseado em uma rede de informação geomultimídia através da qual as aplicações do usuário final sejam promovidas por diferentes meios de saída, sejam a web, CD-Rom, terminais de móveis ou fixos de informação. A proposta de desenvolvimento doe um banco de dados técnico e geográfico dos autores seria integrado a um sistema interativo de multimídia que permitam ótima apresentação de informações turísticas *online* ou *offline* em variadas mídias digitais. O sistema integraria imagens de satélite, dados de GPS, SIG, imagens terrestres e também incluiria informações turísticas e ofereceria multimídia, visualização 2D e 3D além de navegação interativa, disponibilizadas via Internet, CD-Rom e dispositivos móveis.

Botica, Lemos e Santos (2003) também apontam para o uso das tecnologias da informação, por meio do SIG para, ainda que indiretamente, o Turismo, através desse uso para promover o desenvolvimento sustentado do patrimônio arqueológico, muitas vezes utilizado como recurso/atrativo turístico. Segundo os autores, os recursos das Tecnologias da Informação são importantes no registro e estudo dos valores patrimoniais, proporcionando o uso de base de dados que armazena e gere informações, a partir da qual se pode fundamentar projetos de pesquisa, desenvolvimento de SIG's, reconstituição virtual de patrimônio e a criação de conhecimento arqueológico.

O assunto geoprocessamento é abordado sob a perspectiva de ensino por Sansolo e Back (2008). Considerado as emergências sociais e culturais de uma sociedade informacional e suas demandas, a inserção do ensino da geoinformação e suas ferramentas são fundamentais. Os autores apontam a necessidade de conhecimentos gerais sobre a ferramenta para que, a partir daí, os alunos possam aplicá-los no Turismo. Argumentando o ensino pelo contexto social, os autores acreditam que o ensino das geotecnologias nos cursos superiores de Turismo pode fomentar o interesse pelo conhecimento das informações atreladas ao espaço, tendo como conseqüência o desenvolvimento de novos exercícios mentais e de meta cognição para a compreensão, tendo implicações na busca de soluções de problemas referente

ao território de forma ampla, pela possibilidade que um SIG promove de criar cenários através da gerência de informações.

Se for considerado que o termo “navegar” tem como implicação o conhecimento sobre seu destino e como regressar ao ponto de partida, pode-se concluir que a necessidade de se posicionar e conhecer seu posicionamento está diretamente relacionada às viagens (MARTONI e VARAJÃO, 2008). Fundamentados em McNamara, os autores afirmam que o lançamento em órbita do satélite Russo Sptnik, em 1957, durante a Guerra Fria, marcou o início do sistema de posicionamento por satélites, que possibilitou o conhecimento da posição exata dos satélites, possibilitando a determinação precisa de pontos específicos na Terra, a partir de aparelhos GPS (*Global Positioning System*), receptor de rádio espacial que define sua própria localização por meio de satélites orbitais que emitem sinais de rádio. De forma geral, o uso de GPS’ no Turismo tem sido evidenciado por atividades de planejamento que agregam seu uso à um banco de dados geográficos que permitem a elaboração de mapas e, conseqüentemente, mapeamento de trilhas e pontos/atrativos turísticos. Ainda no planejamento, essa tecnologia pode ser usada para avaliação de impactos ambientais e diagnóstico de cenários futuros. No entanto, o aparelho GPS pode ser usado por turistas. Sua vulgarização de seu uso aconteceu, principalmente, a partir do uso em veículos automotivos e pelo setor de telecomunicações, que incorporou os *Location Based Services* (LBS) em aparelhos de telefonia móvel. Esse sistema inclui mapas de navegação, guias de lazer e serviços úteis (MARTONI e VARAJÃO, 2008).

Os autores ressaltam ainda que “a base de dados de tais equipamentos contemplam apenas rodovias e importantes centros urbanos” (MARTONI e VARAJÃO, 2008, p. 10) de forma em que, localidades afastadas dos grandes centros turísticos, que podem também ser áreas de interesse turístico não são abrangidos pelos navegadores, o que impossibilita a criação de mapas pessoais. Dentro desse cenário, o uso de aparelhos portáteis de GPS seria mais eficaz para turistas de aventura, ecoturistas ou aqueles que buscam destinos mais afastados e menos conhecidos.

Destaca-se aqui o projeto *Tracksourse*, organização sem fins lucrativos que mapeia rodovias e cidades, disponibilizando mapas para aparelhos GPS da Garmin. Há ainda *websites* como, por exemplo, o GeoBusca, Portal GPS, GPS Global que oferecem a possibilidade ao usuário de obter e trocar informações sobre trilhas, acesso, além de atrativos e localidades turísticas (MARTONI e VARAJÃO, 2008).

Ao argumentarem sobre a importância da representação e análise do espaço para o fenômeno turístico, Moura, Oliveira e Leão (2006) afirmam que as geotecnologias podem

contribuir para o Turismo por meio das técnicas de captura de dados, montagem de bases cartográficas, elaboração de análises espaciais por meio do Geoprocessamento e representação das informações.

Para finalizar os exemplos de aplicação das geotecnologias para o Turismo traz-se a experiência do Projeto Estrada Real, apresentado por Moura, Oliveira e Leão (2006, p. 81), cujo objetivo é “incentivar o conhecimento das trilhas seguidas pelos primeiros viajantes do Brasil, que partiram do litoral do Rio de Janeiro e seguiram rumo aos pontos de produção aurífera em Minas Gerais”. O trabalho requereu a organização de um banco de dados cartográfico e alfanumérico sobre a ocorrência de serviços, infra-estrutura, espaços de visitação e características naturais na paisagem.

Para tanto, houve a seleção de dados (ortofotocartas, mapas e imagens de satélite); tratamento das informações coletadas, através da organização dos dados, definição dos aplicativos a serem utilizados e georreferenciamento das informações; levantamento do campo utilizando DGOP (*Differential Global Position System*), máquina fotográfica digital e teodolito; tratamento e edição dos dados levantados no campo; construção de Modelo Digital de Elevação; desenvolvimento de aplicativo de Navegação Virtual; desenvolvimento de SIG, incorporação de dados relativos à toponímia, hidrografia, limites municipais, localidades, modelo digital de elevação e rede de estradas associadas a banco de dados alfanumérico sobre rodovias, além de incorporação de banco de dados sobre atividades de apoio ao turismo (locais de visitação, pousadas, restaurantes, postos de saúde, postos de gasolina, entre outros) e de localização dos marcos de demarcação da estrada; desenvolvimento de WebGIS para consultas pela rede mundial de computadores; e, por fim realização de testes com usuários.

No âmbito dos Roteiros Turísticos, essas aplicações podem ser utilizadas pelos turistas a fim de garantir-lhes autonomia para montarem roteirizarem suas viagens com maior acesso às informações e detalhes sobre o espaço visitado.

3.3.5 O Sujeito na Era Informacional

Segundo Castells (1999) os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Entende-se identidade, nesse contexto, como o

[...] processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras esferas sociais. afirmação de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras

identidades ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (CASTELLS, 1999, p. 39)

Nesse sentido, a identidade, conforme afirma o autor, influi na definição da política na sociedade norte-americana contemporânea, especialmente no movimento feminino, gay, direitos civis, movimentos que “buscavam não só vários objetos instrumentais, mas a afirmação de identidades excluídas como boas para o público e importantes para a política.” (CALHON apud CASTELLS, p. 39).

A idéia de “cultura do sujeito” enfatizada pelas tecnologias da informação é defendida por Castells a partir da leitura de Alain Touraine, segundo o qual “numa sociedade pós-industrial em que os serviços culturais substituíram os bens materiais no cerne da produção, *é a defesa da personalidade e a cultura do sujeito* contra a lógica dos aparatos e mercados que substitui a idéia de luta de classe” (CASTELLS, 1999, p. 39).

Para entender a idéia de Cultura do Sujeito, Castrogiovanni (s/d) busca aporte em na compreensão de Intertexto por Barthes. Segundo o autor, cultura refere-se à construção e reconstrução social de sentido, significado e significação que cada um de nós têm enquanto parte de um todo que a sociedade. Nesse sentido, a “comunicação, enquanto parte, se dá, por intermédio da Cultura do Sujeito, ou seja, a consequência do seu Intertexto. Assim, a Cultura parece ser um conjunto de significados produzidos, construídos e emitidos por Sujeitos que Lugar(izam) os *espaços*.” (CASTROGIOVANNI, s/d, p. 12).

Partindo desse entendimento, busca-se contrapor as seguintes idéias: considerando que a Cultura do Sujeito é enfatizada pela tecnologia da informação, pode-se dizer que ela se fez então pela relação de Intertexto proporcionado pela comunicação que, na Era da Informação é facilidade pela interatividade das comunidade virtuais por meio das redes sociais, atraindo ao espaço virtual um significado, portanto lugarizando-o.

Outro ponto é que, na sociedade moderna, a possível centralidade das relações estaria baseada no consumo de bens materiais, hoje, porém, essa centralidade passaria a ser encontrada na busca por serviços culturais. Como consequência desse cenário de mudanças de centralidades, há uma possível substituição da idéia de luta de classe, a qual surgiria a partir da contraposição entre a defesa da personalidade e da cultura do sujeito, assim como a lógica dos aparatos e de mercado. Essa substituição ocorreria porque os ideais que a moviam perderiam destaque no momento contemporâneo, já que, no período das Revoluções, as lutas de classes e por direitos trabalhistas eram ideais comunitários, hoje, a luta passa a ser individual, o que é fomentado pelo próprio paradigma da revolução tecnológica. Não se quer

dizer, porém, que as lutas de classe tenham desaparecido, no entanto elas perdem a força que tinham anteriormente.

A partir disso, juntamente com o surgimento da sociedade informacional, emerge também um paradoxo: embora aumentem a capacidade humana de organização e integração, ao mesmo tempo os sistemas de informação e a formação de redes subvertem o conceito ocidental moderno de um sujeito separado, independente. A mudança histórica das tecnologias mecânicas para as tecnologias da informação ajuda a subverter as noções de soberania e auto-suficiência que serviam de âncora ideológica à identidade individual desde que os filósofos gregos elaboraram o conceito, há mais de dois milênios. Em resumo, a tecnologia está ajudando a desfazer a visão do mundo por ela promovida no passado (CASTELLS, 1999). E, dessa maneira, com a multipersonalização da CMC, expressou-se em certa medida, a mesma tensão surgida nos anos 1960 entre a “cultura do eu”⁴⁸ e os sonhos comuns de cada indivíduo.

Há hoje a emergência do sentimento de estar perdido, o que é resultado das fragmentações da modernidade. Frente a isso, o sujeito pós-moderno busca por uma nova conectividade em identidade partilhada, reconstruída, conforme exposto anteriormente. No entanto, embora inteligente, isso representa apenas uma parte da explicação. Por um lado implicaria uma crise do ser limitado à concepção individualista ocidental, abalado pela conectividade. Mas a busca por nova identidade e nova espiritualidade também se encontra no Leste, apesar de haver um sentido mais forte de identidade coletiva e uma tradicional subordinação cultural do indivíduo à família. Por outro lado, elementos de uma estrutura interpretativa, para explicar o poder crescente da identidade, também deve ser encontrados num nível mais amplo, relacionados aos macro-processos de transformação institucional que estão ligados, em grande medida, ao surgimento do novo sistema global (CASTELLS, 1999).

Segundo o autor, parece haver uma lógica de excluir os agentes da exclusão, de redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo em que há pouco espaço para os não-iniciados em computadores, para os grupos que consomem menos e para os territórios não atualizados com a comunicação. Nesse sentido, quando a Rede desliga o Sujeito, o Sujeito, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social.

⁴⁸ É importante enfatizar que a “Cultura do Eu” não se baseia em uma lógica individualista, mas em um movimento de desenvolvimento pessoal o qual, segundo Michel Lacroix (s/d), hodiernamente, é ameaçada pelo solipsismo devido à tecnização dos seus comportamentos.

Castells (1999) chama atenção para o fenômeno da “casa eletrônica”, a qual caracteriza-se pela “centralidade na casa” e pelo individualismo, já que, por um lado, o acréscimo de equipamentos eletrônicos nos lares da Europa aumentou o conforto e a auto-suficiência, capacitando as pessoas a se conectarem com o mundo inteiro a partir da segurança das casas. Com a aplicação do tamanho das residências e a diminuição do tamanho das famílias, há mais espaço disponível por pessoa, tornando o lar mais aconchegante. Por outro lado, a nova casa eletrônica e os aparelhos portáteis de comunicação aumentaram as chances de membros individuais da família organizarem o próprio tempo e espaço.

4 UMA EPISTEMOLOGIA HUMANÍSTICA DO TURISMO E A LÓGICA DOS FLUXOS

Haverá, então, produção de efeitos de sentido que exercem a simples emergência daquilo que supunha já existente. Neste sentido, o conflito pode tornar-se criador, fonte possível de um advir, gerador de conseqüências inesperadas e de surpresas (ARDOINO, 2001, p. 487).

O método científico que nortearia este estudo, conforme já explicado anteriormente, seria a Dialética. Com o desenvolvimento da pesquisa exploratória e análise das informações coletadas, percebeu-se que seria necessário retornar à epistemologia do Turismo para entender como o pensamento em nível epistêmico têm evoluído, para, só então, poder ancorar esses debates na construção de um pensamento sobre Roteiro Turístico. Dentro desse contexto, a Complexidade surge como aporte metodológico, de caráter epistêmico-filosófico, para dar suporte às construções edificadas ao longo deste percurso. A necessidade do pensamento complexo neste contexto está no entendimento de que *complexus* é o que é tecido em conjunto (MORIN, 2008), portanto, tecido de constituintes heterogêneos, inseparáveis, associáveis, ou ainda, o tecido de acontecimentos, ações, interações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Assim, a complexidade apresenta traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza, tal qual foi exposto na construção deste capítulo.

Nesse sentido, as posturas metodológicas iniciais para nortear este estudo apoiaram-se na dialética e na complexidade, vendo-os nas suas possíveis complementaridades. Este capítulo, porém, priorizará o exercício do pensamento complexo, buscando subsidiar os elementos que compõem a Síntese no capítulo seguinte. Exercício, porque não se tem aqui a pretensão de estabelecer, de fato, um pensamento complexo, mas, sob um teor ensaístico, percorrer os momentos epistemológicos do Turismo para neles buscar aporte teórico-metodológico para uma possível proposta epistemológica para o Roteiro Turístico, agregando a percepção humanística e a lógica dos fluxos.

É nesse tom de ensaio, entendendo a complexidade como um problema e não como um aporte a dar respostas, que neste capítulo trazem-se as divagações que surgiram no decurso da pesquisa sobre: (1) momentos epistemológicos do Turismo; (2) resignificação das categorias presentes nas conceituações tradicionais de Roteiro Turístico: ESPAÇO, TEMPO e

TEMATIZAÇÃO; para, finalmente, propor (3) uma epistemologia baseada nas novas categorias constituintes do Roteiro Turístico: SUJEITO e FLUXO (como variante da Tecnologia).

4.1 MOMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO TURISMO

O pensamento sobre o Turismo sob a perspectiva de diferentes linhas filosóficas, problematizando-o na busca por um corpo teórico, depara-se com muitos autores; entre eles, a presente análise buscou, entre os estrangeiros, Centeno (1992), Fuster (1971), Jafari (1994), Krippendorf (1985; 2001), Leiper (1979; 2000), Molina (1991; 2003), Sessa (1983; 1985), Tribe (1997) e Wahab (1977); e, no âmbito nacional, Beni (1999), Moesch (2002) e Panosso (2005). Porém, por não ser este o objetivo do presente estudo, não será realizada uma dissertação sobre cada um deles, mas se explicitará as bases de algumas das principais abordagens teórico-metodológicas aplicadas para o entendimento do fenômeno, com o intuito de estabelecer o estado da arte sobre o assunto, para então, encontrar os subsídios necessários para fundamentar o raciocínio desta proposta.

No momento atual emergem paradigmas epistemológicos que questionam o estatuto positivista de ciência, nela incluída a construção dos saberes em diferentes disciplinas. Dentro desse cenário, destaca-se o filósofo francês Edgar Morin, que questiona a ciência cartesiana e propõe reformas no modo de pensar, o que é representativo para o prosseguimento da reflexão iniciada nas páginas anteriores desta investigação, por permitir o aprofundamento de questões latentes no campo da produção e da reprodução do saber turístico, ou seja, tanto para a articulação de seu corpo teórico, na produção do conhecimento, quanto para o ensino, na reprodução do conhecimento.

Para alguns autores que assinam textos na área, seria ainda prematuro propor um estatuto epistemológico para o campo do Turismo, pois a cientificidade no tratamento do fenômeno é por eles questionada. Acredita-se, porém, que esse é um debate superado e que a questão epistemológica deveria estar presente mesmo quando se fala em formação profissional a ser dada aos turismólogos, considerando-se as emergências econômicas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. No âmbito do ensino sobre Roteiro Turístico, essa (in)formação tende a ser de base técnica, descontextualizada de um pensamento epistemológico, complexo e sistêmico. Busca-se aqui, portanto, levar aos docentes e discentes dos cursos de Turismo a seguinte questão: “que saber é produzido pelas ações dos profissionais e futuros profissionais, enquanto bacharéis em Turismo?”, ou ainda, de forma mais específica, “o que o turismólogo deve estar apto a fazer quando o assunto é Roteiro

Turístico?”. Com esses questionamentos busca-se transformar o fazer em saber, ou seja, fazer sabendo e sabendo para o que fazer, interrogando-se sobre o sentido do que se tem feito; incentivando o aluno a formular problemas a partir da realidade encontrada, sobre os objetos e contextos de aplicação (LE MOIGNE, 2001). O pensar epistemológico e, portanto, filosófico, aplicado ao Roteiro Turístico tem sido negligenciado tanto por alunos como por professores, porque ambos legitimam o saber empírico resultante das práticas diárias dos profissionais de mercado ou do senso comum, sem questioná-lo ou problematizá-lo. Em decorrência e fechando um círculo não virtuoso, que reduz o entendimento às práticas técnicas de formatação e compatibilização espaço-temporais, haveria pouco o que ensinar, assumindo por desnecessário um saber especializado para tal.

Com vistas a essas considerações, pensa-se que os professores poderiam interrogar a legitimidade dos saberes que lhes foram repassados e incentivar seus alunos a também fazê-lo. É dentro desse contexto que, a partir das categorias de análise tradicionais (tempo, espaço e tematização) e das compreensões fossilizadas sobre Roteiro Turístico, que este estudo propõe-se a analisá-lo de forma mais abrangente, discutindo conceitos ressignificando essas categorias, que no mundo pós-moderno tomam outra dimensão, principalmente pelo paradigma das Tecnologias da Informação, cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas.

Com crítica aos estudos no Turismo que focam um ou mais componentes em separado, tratando-os minuciosamente, mas sem preocupação de correlacioná-los aos demais, Beni (1999) apresenta uma consolidação, ordenação e estruturação dos componentes do Turismo, o que seria possível, segundo o autor, a partir da Teoria de Sistemas. Essa abordagem metodológica já fora trabalhada por Leiper (2000), Sessa (1985) e Boullón (2002). Para Beni (1999), a Teoria dos Sistemas entende o Turismo como uma atividade resultante do somatório de recursos naturais, culturais, sociais e econômicos, percebendo o campo de estudo do fenômeno como abrangente, complexo e multicausal. A opção por uma epistemologia sistêmica far-se-ia pelo fato de que esse método disporia de um quadro referencial dinâmico, flexível, adaptável, de fácil leitura e compreensão, que integraria a complexidade do Turismo e a representaria por inteiro em suas combinações.

Pela complexidade e amplitude do fenômeno, alguns autores consideram a extrema dificuldade em definir o Turismo de forma precisa e abrangente e, assim, “preferem observar invariavelmente seus aspectos parciais ou, pelo mesmo, algumas de suas realidades isoladas” (BENI, 1999, p. 21). Essa idéia apresentada pelo autor remete ao problema de organização do conhecimento, conforme é apontado por Morin (2008). Segundo o filósofo francês, o

conhecimento tradicional opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos, ou seja, por separação (distingue ou desune), união (associa, identifica), hierarquização (o principal, o secundário) e centralização (em função de um núcleo de noções mestres). Esses quatro elementos utilizaria a lógica e seriam comandados por princípios “supra-lógicos” de organização do pensamento ou por paradigmas⁴⁹.

No Turismo, essa lógica aparece da seguinte forma: como dados significativos tem-se o Tempo e o Espaço, o dado não significativo, ou secundário, seria o Sujeito (que viaja). Assim, se separa e se distingue o turista do “não turista” (viajantes, excursionista, visitante)⁵⁰ em função do tempo de estada em um determinado lugar e o espaço territorial por ele percorrido, e, dessa forma, une-se, associando Tempo e Espaço para identificar o Sujeito no papel de turista; hierarquiza-se Tempo e Espaço como categorias principais e Sujeito como secundário; centraliza-se, discutindo sobre ser ou não turista. Portanto, a seleção e rejeição dos dados alimentam a visão geocêntrica e heliocêntrica: 1) Seleção – tempo e espaço para classificar se é Turismo, e 2) Rejeição – a compreensão de Sujeito como errante por natureza, negando não apenas o princípio de mobilidade e da autonomia e do papel do indivíduo na tomada de decisões, mas reduzindo o fenômeno a mensurações espaço-temporais.

Retomando Beni (1999), percebe-se o resgate de diversas noções de Turismo, e convém trazê-las aqui para fundamentar o debate. A abordagem do fenômeno pelo viés de VIAGEM OU DESLOCAMENTO evocaria o movimento como conector a etimologia do termo (*tour*), o qual remete ao deslocamento de ida e volta. Já a abordagem com foco na PERMANÊNCIA FORA DO DOMICÍLIO estaria vinculada à viagem e ao elemento de estadia fora da residência habitual, “a duração dessa permanência é uma das variáveis principais na caracterização e classificação do fluxo” (BENI, 1999, p. 22). Já a abordagem segundo a TEMPORALIDADE veria na permanência do turista no destino, o principal elemento característico. Por fim, a abordagem do SUJEITO TURÍSTICO, que não é nova como pode parecer, mas menos difundida e teorizada frente ao pragmatismo e visão mercadológica atribuída ao fenômeno, percebe o elemento subjetivo que caracteriza o Turismo, já que “o homem se situa no centro de todos os processos que nascem do turismo, como afirma o Prof. Hunziker, ‘o homem é o verdadeiro centro do turismo’; daí se depreende que a função econômica do turismo é subsidiária enquanto a ‘sua missão humanitária’ é eminente” (BENI, 1999, p. 22).

⁴⁹ Segundo Morin (2008), paradigmas seriam princípios ocultos que governam a visão das coisas e do mundo sem que se tenha consciência.

⁵⁰ Entende-se que essas delimitações são importantes para fins estatísticos.

O Roteiro Turístico traz, então, essas marcas. Mesmo reconhecido como importante para a compreensão lógica do Turismo, ou ainda para organização do fluxo turístico, o entendimento da dimensão humana, o Sujeito, tornou-se periférico frente às categorias Tempo e Espaço, tornando-se assim secundário e temporário. Isso parece ser resultado de uma produção inicial sobre Turismo que se preocupava com o quantitativo e, conseqüentemente, em uma relação de causa e efeito, pelas dificuldades iniciais para a construção de um corpo teórico sobre o fenômeno, que de certa maneira é estagnado pela forte preocupação e debates sobre a cientificidade ou não do Turismo. Então, dando voz ao contraditório, considera-se aqui o Sujeito como centro do processo, por ele ser essencialmente andarilho, revelando sua essência totalitária, por sua dimensão errante (conforme já ilustrado no capítulo anterior). Dessa forma, pelas operações de centralização, de hierarquização, de disjunção ou de identificação, a visão de Turismo muda totalmente, buscando-se ancorá-la no conceito de mobilidade, termo domesticado para designar a errância (MAFFESOLI, 2001), e que trás ainda, como conseqüência, olhar a viagem como o caminho percorrido e não apenas vê-la como os pontos de chegada, os ditos destinos.

Acredita-se que por meio dessa compreensão tornar-se-ia menos difícil compreender a dificuldade em pensar o Roteiro Turístico e sua funcionalidade. Não porque seu sentido mais amplo evoque a abstração, interesses ou identificações fossilizadas, mas porque não nos foi aberto meios para conceber sua complexidade, da mesma forma em que os meios para a compreensão do problema epistemológico do Turismo ainda se encontram obnubilados pela discussão sobre a cientificidade ou não do fenômeno. Portanto, sugere-se que a dimensão epistemológica do Turismo evite a identificação *à priori*, que o reduz a quantificações espaço-temporais, da mesma forma em que a disjunção *à priori* dissocia, como estranha uma a outra, a composição do Roteiro Turístico. Busca-se então, a partir da complexidade, evitar a visão unidimensional e abstrata do fenômeno turístico, por meio da consciência prévia da natureza e das conseqüências dos paradigmas que mutilam o conhecimento sobre esse campo e desfiguram a real essência do fenômeno.

Panosso (2005) assim como Beni (1999) busca aprofundar os debates sobre o Turismo, porém de forma filosófica. Para Panosso (2005), o estatuto epistemológico do Turismo encontra-se no estado paradigmático⁵¹, com o “Paradigma Sistema de Turismo”,

⁵¹ Panosso divide o pensamento epistemológico do Turismo em três fases e seus respectivos momentos de transição, a partir da teoria dos paradigmas científicos apontados por Thomas Kuhn. A primeira fase é classificada como **PRÉ-PARADIGMÁTICA**, pois foram os primeiros a sugerir uma análise teórica do Turismo, a partir da qual os outros pesquisadores fundamentaram-se para avançar em suas pesquisas. Os estudiosos dessa fase (Luiz Fernández Fuster, Walter Hunziker, K. Krapf, A. J. Burkart e S. Medlik) não conseguiram criar uma

aceito e conhecido pelos estudiosos da área, mas que já se encontraria fragilizado pelas críticas e novas propostas de estudos de outras correntes que não a Teoria Geral de Sistemas. Isso revelaria que, no campo do Turismo, ainda não haveria uma teoria que congregue seus pesquisadores em uma mesma metodologia de estudos.

Para ele, os pesquisadores do Turismo têm atribuído abordagens diferentes para problemas iguais, o que automaticamente, poderia ser solucionado com uma abordagem transdisciplinar. Para desenvolvê-la, porém, não bastaria ter conhecimento de várias disciplinas e aplicar seus métodos de investigação ao Turismo. Far-se-ia necessário utilizar um método específico de investigação, que propicie a compreensão do que de fato seja esse problema, e o que de fato se entenda por Turismo. Acredita-se que esse método de investigação deveria começar por indagar sobre O QUE FAZ O TURISMO SER TURISMO e somente depois investigar o problema levantado. O método apontado pelo autor é, então, a fenomenologia, já que “a abordagem fenomenológica [...] permite a interpretação do fato em si [...] Com a interpretação do fato em si, estamos propondo também a reflexão sobre o conhecimento acumulado sobre a temática [...]” (PANOSSO NETTO, 2005, p. 96). O autor segue com sua explicação afirmando que “a fenomenologia quer saber onde está o alicerce desse conhecimento científico que embasa a ciência empírica” (IDEM, p. 97).

O autor acredita que quando se fala em fenômeno turístico, provavelmente não se está pensando no Turismo como aquilo que aparece ou se manifesta em si mesmo, como é em si, na sua essência. Sob essas perspectivas, “a definição de turismo como fenômeno está sendo usada por modismo, pois, frente à dificuldade de definir fenômeno e a clareza sobre a essência do turismo não são discutidas nas definições e estudos da maioria dos autores” (IDEM, p. 104). Portanto, quando se fala em fenômeno turístico, a mensagem a ser entendida deveria ser que uma ação está acontecendo, que pode ser apreendida pela consciência e que tem uma essência em si, ou ainda, uma manifestação de algo que suscita interesse científico e que pode ser estudado e analisado cientificamente, ou, de forma mais específica, falar-se-ia de

escola de pensamento em torno das propostas teóricas criadas, o que não invalida seus estudos, mas suas propostas, apesar de inovadoras, necessitavam de análises mais profundas para ser comprovadas. O primeiro **MOMENTO DE TRANSIÇÃO** seria entre a fase pré-paradigmática e a fase sistema de turismo, onde estão os autores (Salah-Eldin Adbel Wahab e Raymundo Cuervo) que introduziram a proposta de se analisar o turismo tendo como base a Teoria Geral de Sistemas. No segundo grupo, **FASE PARADIGMÁTICA – Sistema de Turismo**, estão autores (Neil Leiper, Mário Carlos Beni, Alberto Sessa e Roberto Boullón) que criaram o paradigma de estudos turístico (Sistema de Turismo). No momento de transição entre a fase paradigma – Sistema de turismo e a fase **NOVAS ABORDAGENS** estão autores (Alfonso de J. J. Martínez, Jost Krippendorf, Sergio Molina) que (ainda) estão fundamentando seus principais estudos na Teoria Geral de Sistemas, mas que já demonstram em seus trabalhos propostas mais avançadas, configurando-se quase como novas abordagens do turismo. A fase novas abordagens diferencia-se das duas primeiras fases porque propõe análises diversificadas e inovadoras do turismo. Alguns autores dessa fase (Jafar Jafari e John Tribe) propõem esquemas e interpretações que visam superar o Paradigma.

algo que se mostra a si mesmo tal como é, do modo que é. Não se deve confundir, porém, o “mostrar a si” como sinônimo de aparência, já que esse termo tem sua estrutura mais ligada com o fato, o que aparece ou o que parece ser, do que com o fenômeno, aquilo que se mostra em si. Assim, o fenômeno deve ser visto como o que se mostra a si e não com o que parece ser (PANOSSO, 2005).

Para pensar a fenomenologia no Turismo, Panosso cita Barretto, que diz que a “fenomenologia aplicada ao turismo seria um estudo das razões essenciais e do significado transcendente do turismo para os seres humanos em função de seu próprio mundo interior e não apenas da perspectiva da sociedade de consumo” (IDEM, p. 98). Isso justificaria a opção do autor de compreender o Turismo a partir/pela experiência do “Ser Turista”, pois

[...] as reflexões levam a ver o turista como um ser histórico. Não um ser acabado, mas um ser em contínua construção, em contínua formação. **O turismo, por sua vez, é experiência.** É experiência no momento em que se constrói esse ‘ser’ turista. As impressões internas dessa ação não são formadas apenas na viagem, ou no deslocamento propriamente dito, mas também são vividas nos momentos que antecipam o ato do turismo e nos momentos que se seguem após o ser turista ter empreendido sua viagem. Assim, também, a experiência turística não pode ser analisada desconectada do momento histórico e do ‘vir-a-ser⁵²’ do turista, porque o turista tem consciência do seu ‘eu’, de seu ‘ser’ através do tempo (PANOSSO, 2005, p. 29)⁵³.

A partir disso, ilustra-se a tese de Panosso (2005) a partir do seguinte esquema:

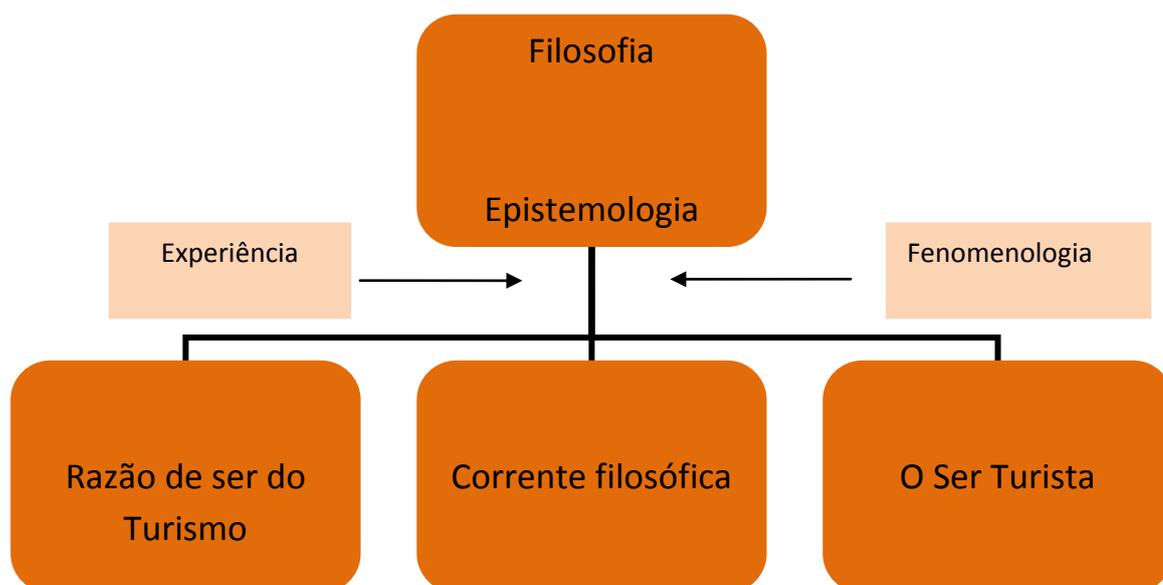


Figura 02: Síntese esquemática (Tese Panosso)

⁵² Por “vir-a-ser” o autor entende “aquilo que ainda não é, mas que pode tornar-se”, no prisma da fenomenologia. (PANOSSO, 2005, p. 29)

⁵³ Grifo meu

Fonte: Mesquita, 2008

Outra pesquisadora que se mostra importante no debate contemporâneo do Turismo, que também traz em sua abordagem o Sujeito para o centro do entendimento do Turismo, é Moesch (2002). A autora tenta mostrar a especificidade do conhecimento turístico apresentando aspectos inerentes à existência de uma epistemologia do Turismo e duas grandes teorias utilizadas para aproximações teóricas e analíticas do fenômeno: o funcionalismo, segundo Fuster, e a fenomenologia, segundo Centeno. A partir da obra desses autores, Moesch (2002) aponta que os limites do Funcionalismo⁵⁴, na obra de Fuster, estariam no fato de que

[...] essa abordagem utiliza uma análise comparativa e analogias, em que um único elemento pode ter várias funções, existindo equivalentes ou substitutos funcionais. Os aspectos revelados na pesquisa turística limitam-se a mostrar porque um fato turístico é útil, não explicando sua origem ou constituição. O reducionismo encontrado nos estudos teóricos do turismo, baseado no discurso funcionalista, limita-se ao próprio alcance epistemológico explicativo deste discurso (MOESCH, 2002, p. 20).

Moesch (2002) continua, analisando limites da teorização de Fuster. Segundo ela,

[...] a maneira peculiar que o pesquisador funcionalista define as relações dos fenômenos entre si e os efeitos que produzem limita a apropriação teórica dos fenômenos, pois a apreensão se dá sobre a aparência do fenômeno, requerendo suportes teóricos mais sutis que adentrem no desvelamento destes signos pós-modernos (MOESCH, 2002, p. 21).

Por fim, considera que, os esforços de Fuster “na construção de uma teoria e técnica turística limita-se a um exaustivo trabalho descritivo-explicativo, com um resultado interpretativo: a realidade turística, que deveria ser descrita como um todo passa de fato a ser descrita em alguns de seus aspectos [...]” (MOESCH, 2002, p. 24). A partir disso, sugere que o estudo epistemológico do Turismo seja concebido por meio do entendimento do fenômeno como processo e não como produto. Ainda seguindo a linha de análise da obra de Fuster, analisa as insuficiências do método fenomenológico, segundo abordagem dada por Centeno.

⁵⁴ Segundo Moesch o funcionalismo seria uma “linha de pensamento que recorre a uma analogia entre a vida social e a vida orgânica, para nesta analogia apreender cada instituição em sua função, e essa função em sua contribuição à manutenção do sistema. Uma manutenção dita funcional, pois busca a eficiência e a eficácia, com ênfase na ordem, harmonia, equilíbrio” (p. 20). O objeto dessa análise seria a descoberta e explicação das conexões funcionais, em contextos empíricos, previamente delimitado, sendo irrelevantes se os dados de fato são obtidos mediante reconstrução histórica ou observação direta. Dentro da perspectiva funcionalista o Turismo é visto como uma unidade temática em que o produto turístico é visto como um subsistema de um sistema matriz. A parte vista como unidade produtiva, isolada de sua constituição gênese.

Segundo ela, este autor não alcança a fenomenologia em sua essência, já que “a tentativa, proposta por Centeno, de ir além das aparências do fenômeno turístico, não avança, pois o seu objeto de construção teórica são as manifestações aparentes do turismo” (MOESCH, 2002, p. 27). Segundo ela, o maior limite da proposição de Centeno estaria “na percepção de que o fenômeno é independente do sujeito, podendo ser conhecido em sua forma imediata externa ou em sua forma mediata interna” (MOESCH, 2002, p. 28). Além disso, o limite dessa proposição de Centeno seria “o de colocar o objeto percebido – aquele que se dá aos sentidos – como objeto de conhecimento, desconhecendo que esse é uma tradução específica, conceitual, do real [...] é um sistema simbólico que difere, em natureza, do objeto real e, em complexidade, do objeto percebido” (MOESCH, 2002, p. 30).

Frente ao que qualifica como insuficiências dessas abordagens, Moesch (2002) apresenta a Dialética Histórico-Estrutural, com finalidade de avançar na ordenação e registro da riqueza de diferenças e possíveis nexos entre objeto de análise e teoria. Por fim, a autora conclui que há uma vasta incompletude da compreensão epistêmica na produção de saber no Turismo. A partir da crítica da autora sobre o pragmatismo no Turismo, que também pode ser visto de forma clara no âmbito dos Roteiros, a busca conceitual para o Turismo, pretende responder à ausência de uma reflexão próxima à epistemologia para o assunto.

Esses autores aqui trazidos para diálogo mostraram-se importantes na construção do estudo, por fundamentarem os pensamentos que o nortearam. Beni, com a proposta de Análise Sistêmica ajudou na opção por propor categorias a serem analisadas em separadas, para então conjugá-las em uma construção epistemológica. Posteriormente, avançadas as leituras, percebeu-se que a complexidade seria a postura filosófica que daria maior suporte à proposta. Panosso deu fundamentos para analisar o Turismo enquanto fenômeno com bases na experiência. E, por fim, Moesch, com a proposta da Dialética mostrou os caminhos do método assumido para a construção desta pesquisa.

4.2 RESSIGNIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS TRADICIONAIS

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (SANTOS, 2009, p. 54)

Serão retomadas aqui, conforme já exposto, as categorias Espaço, Tempo e Tematização, não apenas em suas concepções tradicionais, mas também em seu redimensionamento, em muito associado ao avanço da Tecnologia e à conseqüente emergência das Tecnologias da Informação. Estas, por sua vez, atribuem outros significados às categorias aqui analisadas, permitindo falar em espaço virtual, tempo virtual e, como resultantes, comunidades e realidades virtuais que interagem em tempo real. Isso implica também na ressignificação do Imaginário, que passa a ter outras fontes alimentadoras e disseminadoras, possibilitando falar em Tecnologias do Imaginário. Para fundamentar esse debate, são chamados Manoel Castells e Milton Santos. Castells (1999) analisa as transformações da sociedade atual, superando debates relacionados à Era Industrial, considerando que essa sociedade hoje está conectada por uma rede; a partir disso, analisa a dinâmica social e econômica de uma sociedade que hoje seria, basicamente, salvo exceções, informacional. A opção por esse autor justifica-se pelo fato de que ele apresenta as transformações das relações dos Sujeitos imersos nessa sociedade, abrindo portas à compreensão desse novo significado de Tempo e de Espaço.

Milton Santos (2009), geógrafo brasileiro, hoje se configura como a maior referência no Brasil para estudos que relacionem técnica, espaço e tempo. O autor considera que, devido ao processo de globalização, os dados sobre a vida no planeta transformaram-se, obrigando os teóricos a uma revolução epistemológica. A opção por esse autor está na abordagem por ele dada, que relaciona técnica, espaço e tempo para a construção de um sistema de conceitos para definir espaço geográfico e seu papel na dinâmica social.

Já o debate sobre Tematização no momento contemporâneo migra para a abordagem do Imaginário, tratado segundo Maffesoli, e, em função da presença cada vez mais forte da Tecnologia, permitindo-se falar em Tecnologias do Imaginário segundo Silva (2003). A opção por esse autor deu-se pela abordagem por ele feita, considerando outros “tipos de tecnologia”, tecnologias da mente/espírito, da crença, da inteligência, dentre outras, permitindo a reflexão sobre a relação entre imaginário e tematização e sua construção a partir das tecnologias.

Para introduzir o debate apóia-se em Castells, segundo o qual, o Tempo e o Espaço são as principais dimensões materiais da vida humana que, em sua análise, são contextualizados dentro de um significado social. Para o autor, a análise do Espaço deve anteceder a análise do Tempo, pois, contrariando a maioria das teorias sociais clássicas, que supõem o domínio daquele por este, Castells acredita que “o espaço organiza o tempo na sociedade em rede” (p. 403), da mesma forma que Santos (2009, p. 203) pondera que “se considerarmos o espaço tal como existe em um dado momento, como uma realidade objetiva,

e o tempo como as ações que nele vão se inserir, é o tempo que depende do espaço e não o contrário”. O geógrafo brasileiro acredita ainda que, para evitar os deslizamentos inerentes à relação Tempo e Espaço na Geografia, o enfoque das técnicas pode ser o caminho mais indicado. Portanto, é considerando o pressuposto de Santos (2009) e, coerente à abordagem dada no segundo capítulo, tem-se aqui a categoria Tecnologia, como norteadora das mudanças no significado e na percepção das categorias Tempo e Espaço.

A afirmação de Parkes e Thrift trazida por Santos (2009, p. 51) de que “como movimento, o espaço e o tempo se tornam coincidentes como espaço-tempo”, fundamentando o princípio da física, não pode ser transcrito ou transposto ao pensamento do Turismo, já que, pressupõe-se, a princípio, um tempo absoluto e um espaço absoluto, para, a partir daí, com a Subjetividade de cada Sujeito, pela percepção, ter-se um sistema temporal que mude de acordo com o Espaço e Tempo, ou com a percepção dessas dimensões de cada Sujeito. Santos (2009) teria tentado, assim como na Física, uma proposta que unificasse as duas dimensões, no assim denominado espaço-tempo para Física e “tempo espacial” na Geografia, que teria sua raiz na proposição de uma periodização histórica, ou seja, na “construção não apenas de uma periodização à escala do mundo, mas com a elaboração de outras periodizações a escalas menores, agindo por sua vez, sobre as escalas espaciais mais inferiores” (SANTOS, 2009, p. 52). O autor assume que essa, no entanto, seria uma proposta que não resolveria o problema de aplicação a casos específicos, pois ofereceria apenas um “tempo externo” a cada subespaço, não considerando o “tempo interno”. Daí teria surgido a proposta, a partir de Bailly e Beguin, de analisar, na Geografia, separadamente as relações do tempo e do espaço com a sociedade. E é dessa mesma forma a abordagem que será dada neste estudo.

4.2.1 Espaço

A construção que se busca, aqui, para o entendimento de espaço, calca-se na seguinte afirmativa: “o senso comum tende a ver o espaço como *natural*, quando, na verdade, os espaços são *construções culturais*, premissas que o pensamento pós-moderno assume plenamente” (GASTAL, 2005b, p. 50)⁵⁵. Na compreensão de Santos (2009), o espaço forma-se por meio de um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados em conjunto, como o quadro único no qual a história se dá. Tem-se, portanto, “no começo a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao

⁵⁵ Grifo da autora

longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos” (SANTOS, 2009, p. 63), permitindo que hoje se fale em espaço absoluto e espaço virtual. Dessa maneira, a natureza artificial funciona como uma máquina e, como consequência, pela presença desses objetos técnicos, dá-se ao espaço marcas, por meio de acréscimos (estradas, portos, fábricas, etc.), que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. A partir disso, Santos (IDEM, IBIDEM) afirma que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificial, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tende a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Nesse sentido, a aceleração na velocidade dos meios de transportes atuaria diretamente sobre a sensibilidade das pessoas, “embora *a priori*, possa parecer que o aumento da velocidade atinja mais o sentido do tempo – vai-se à Paris ou à Nova York em menos horas – o espaço é que será mais profundamente questionado pelas alterações” (GASTAL, 2005b, p. 50). Segundo a autora,

[...] a pós-modernidade, a “certeza do espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança, em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros [...]; a verdade da experiência já não coincide com o lugar em que ela ocorre [...]” (Harvey, 1992, p. 238), fruto, em grande parte, da intervenção da tecnologia associada a processos industriais, comerciais e sociais (IDEM, IBIDEM).

É com base nisso, nos efeitos da evolução tecnológica sobre a percepção do espaço que esta seção será construída. Qual o sentido de espaço em voga atribuído pela pós-modernidade, a partir das contingências emergentes da Tecnologia?

O tempo e o espaço estão sendo transformados em sua percepção pelo avanço das Tecnologias da Informação, assim como as formas e processos sociais induzidos por esse avanço é notável também nas transformações históricas (CASTELLS, 1999), podendo-se dizer que “o perfil real de transformação é profundamente diverso das prudentes extrapolações do determinismo tecnológico” (IDEM, p. 403), ou seja, acreditou-se que, no âmbito do domínio social, a comunicação eletrônica domiciliar poderia vir a tornar a interação social localizada espacialmente fugaz ou efêmera. Quanto a isso, Santos (2009, p. 299) considera que “a tecnologia constitui não apenas uma esfera da realidade, mas uma ordem da realidade possuidora de sua própria racionalidade [...] A cada período técnico corresponde uma mudança geral nas relações sociais”. Retomando Castells (1999), o autor cita o exemplo do Minitel, na década de 1980, que, se originando em um ambiente urbano intenso, ao contrário do que se supunha, não modificou a vitalidade e interação por contato pessoal. Hoje, se pode

citar como exemplo a rede social *couchsurfing* que, da mesma forma que o Minitel, não abala as relações por contato pessoal. No caso específico dessa rede, encontros com o grupo (comunidades virtuais) são estimulados para trocas de idéias, interação, dentre outros, conforme já exposto no capítulo três.

Portanto, se o Espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 21), pode-se dizer que sua compreensão e percepção irá variar de acordo com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico (SANTOS, 2009), pois, se a técnica também é social, os objetos e sistemas de ações em conjunto constituiriam sistemas técnicos, cuja sucessão indicaria a história do espaço. Assim, o espaço seria sempre um presente “uma situação única [que] resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico [...] o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 2009, 103-4).

Na mesma direção, Castells (1999, p. 435) considera que o “espaço é a expressão da sociedade”, corroborando com Santos (2009, p. 104) que afirma que “o espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas”. Sendo assim, ao passo que as sociedades estão passando por mudanças estruturais, também surgem novas formas e processos espaciais, os quais são construídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Dentro desse contexto, Castells ressalta que os processos sociais influenciam o espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas sócio-espaciais anteriores, portanto, o “espaço é o tempo cristalizado” (CASTELLS, 1999, p. 435).

Para percorrer o significado lato do espaço, o sociólogo busca aporte em seu sentido na física e na teoria social. Segundo ele, em física, o significado de espaço não pode ser definido fora da dinâmica da matéria, enquanto que em teoria social, não pode ser definido sem referencia às práticas sociais. Assim, o espaço seria o “suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado”⁵⁶ (CASTELLS, 1999, p. 436). Entendendo “suporte material” em sua relação com o sentido simbólico e entendendo por “práticas sociais de tempo compartilhado” que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo, tem-se, portanto, “é a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço *vis-à-vis* a sociedade” (IDEM, IBIDEM). Dessa forma, O autor propõe que espaço seja entendido como “um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais

⁵⁶ Castells esclarece que há uma diferença significativa entre “suporte material de práticas simultâneas” e contigüidade, pois haveriam suportes materiais de simultaneidade que não dependem de contigüidade física, principalmente nas práticas sociais da era da informação.

se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social” (IDEM, p. 435-6). Já Santos afirma que

[...] o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre o presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (SANTOS, 2009, p. 109).

A partir desses entendimentos de espaço pode-se pensar em ESPAÇO DE FLUXOS que, segundo Castells (1999, P. 436), seriam as “seqüências intencionais repetitivas e programáveis de intercambio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade”. Resultante disso ter-se-ia uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam a sociedade em rede, o espaço de fluxos, ou seja, a “organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (IDEM, IBIDEM). O sociólogo faz distinção entre ESPAÇO DE FLUXOS, como uma nova lógica espacial, e o ESPAÇO DE LUGARES, como uma organização espacial historicamente enraizada na experiência humana comum, em que um estaria em oposição ao outro. Com o objetivo de desenhar o perfil desse novo processo espacial, que está se tornando a manifestação espacial predominante nas sociedades hodiernas, o autor apresenta também o reflexo dessa oposição dialética entre o espaço de fluxos e o espaço de lugares nos debates sobre arquitetura e projeto urbano. Consciente da dificuldade de ancorar a nova lógica espacial no registro empírico, Castells apresenta ainda alguns fundamentos de uma teoria social do espaço como forma de abordar a atual transformação da base material na experiência humana. Já Milton Santos afirma que

[...] o que comumente se chama de ‘espaço de fluxos’ na realidade não abrange todo o espaço. Trata-se na realidade, de um subsistema, formado por pontos ou, no máximo, linhas e manchas, onde o suporte essencial são artefatos destinados a facilitar a fluidez e autorizar o movimento dos fatores essenciais da economia globalizada (SANTOS, 2009, p. 296).

Nesta análise, não cabe a discussão sobre a parcialidade ou totalidade espacial do que se chama de “espaço de fluxos”. Importa aqui a sua existência e a sua relação com a sociedade, além das possibilidades de interação e criação de imaginários a partir desse novo processo espacial. Castells (1999) apresenta materialização do Espaço de Fluxos em três camadas que, quando combinadas, o constituem. A primeira camada seria “constituída por um circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, processamento

computacional, sistema de transmissão e transporte de alta velocidade – também com base nas tecnologias da informação) formando, em conjunto, a base material dos processos que verificamos serem estrategicamente cruciais na rede da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 437). Esses circuitos de impulso eletrônicos são o suporte material de práticas simultâneas, constituindo-se também em uma forma espacial. A articulação espacial das funções dominantes ocorre na rede de interações, onde nenhum lugar ocorre por si só, já que as posições são definidas por fluxos, assim, as redes de comunicações tornam-se a configuração espacial fundamental, isso não quer dizer que os lugares desaparecem, mas sua lógica e seus significados são absorvidos pela rede, ou seja,

[...] a infra-estrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço, como as ferrovias definiram as ‘regiões econômicas’ e os ‘mercados nacionais’ na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específica das fronteiras definiam as ‘cidades’ nas origens mercantis do capitalismo e da democracia. Essa infra-estrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos, cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes em nosso mundo (CASTELLS, 1999, p. 437).

A segunda camada seria “constituída por seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação” (IDEM, IBIDEM). Isso ressalta que o espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua lógica seja. Na verdade, o espaço de fluxos localiza-se em uma rede eletrônica que conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. O sociólogo apresenta a rede constituída pelos sistemas financeiros como o tipo de rede de mais fácil visualização, pois envolve a análise da cidade global como um processo e não como um lugar. Sob esse ponto de vista pode-se perceber o papel decisivo dessas cidades globais nas sociedades hodiernas e a dependência que as sociedades e economias têm das funções direcionais localizadas nessas sociedades. O autor ressalva, porém, que

[...] embora a análise das cidades globais forneça a ilustração mais direta da orientação localizada do espaço de fluxos entre nós e centros de comunicação, essa lógica não está em absoluto limitada aos fluxos de capital. Os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder, fazendo com que isso, em última análise, condicione o destino de cada local (CASTELLS, 1999, p. 439).

A terceira camada apontada pelo autor seria a “organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não das classes) que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado” (IDEM, IBIDEM). Segundo ele, a hipótese norteadora da teoria

do espaço de fluxos é que as sociedades seriam organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social. Apesar de não ser a única lógica espacial, é a dominante por ser a lógica dos interesses/funções dominantes. Essa dominação não é apenas estrutural, mas concebida, decidida e implementada por atores sociais, o que revela que a manifestação espacial da elite informacional constitui outra dimensão fundamental do espaço de fluxos. Nesse sentido, pode-se dizer que as

[...] elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização baseia-se em fluxos aistóricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas (CASTELLS, 1999, p. 440).

Considerando isso, em nome da coesão social, as elites não se permitem transformarem-se em fluxos, pois assim podem continuar a desenvolver o conjunto de regras e códigos por meio dos quais continuam a entender e dominar os outros. Assim, a manifestação espacial dessa lógica de dominação assume duas formas principais no espaço de fluxos, formando sua sociedade e constituindo comunidades simbolicamente segregadas, protegidas atrás da própria barreira material dos preços dos imóveis (CASTELLS, 1999).

A primeira tendência da distinção cultural da elite na sociedade informacional seria a formação de um espaço de fluxos a partir de microrredes funcionais em todo o conjunto global de interações no espaço de fluxos, ou seja, trazem-se decisões de negócios importantes para os momentos que, a princípio, seriam de lazer, como por exemplo, um almoço ou uma partida de golf na casa de campo; ressalta-se, porém, que “essas decisões serão executadas nos processos decisórios instantâneos de computadores conectados pelas telecomunicações” (CASTELLS, 1999, p. 441). A segunda seria a criação de um estilo de vida e a projeção de formas espaciais para unificar o ambiente simbólico da elite em todo o mundo, o que acaba por substituir a especificidade histórica de cada local. Daí, surgiria a

[...] construção de um espaço (relativamente) segregado no mundo ao longo das linhas conectadas do espaço de fluxos: hotéis internacionais cuja decoração, do *design* do quarto às cores das toalhas, é semelhante em todo o planeta para criar uma sensação de familiaridade com o mundo interior e induz à abstração do mundo ao redor; salas VIPs de aeroportos, destinados a manter a distância em relação a sociedade nas vias do espaço de fluxos; acesso móvel, pessoal e on line às redes de telecomunicações, de que o viajante nunca se perca; e um sistema de procedimentos de viagem, serviços secretariais de hospitalidade recíproca que mantém um círculo fechado por meio do culto dos ritos similares [...] (CASTELLS, 1999, p. 441).

Essa familiaridade que se busca alcançar via padronização rompe com as novas posturas epistemológicas de Turismo que se tem defendido hodiernamente, já que apesar de haver mobilidade, inibe-se o estranhamento, o defrontar-se com o novo, que irá gerar/incitar novas experiências. Outro fator importante de atenção neste contexto é o acesso, através de dispositivos móveis, cada vez mais comuns ao Sistema de Posicionamento Global. Essa acessibilidade garantida pelo acesso móvel pessoal por dispositivos conectados a redes de telecomunicações, possibilita a certeza e segurança no percurso, de que o Sujeito não se perderá ao realizar o trajeto. Apesar de essa idéia já ter sido desenvolvida anteriormente, aqui, como a colocação de Castells supracitada, ela toma outra dimensão, pois aponta para a diferença entre nômade e errante⁵⁷, tradados por Maffesoli (2001) e assumidos para esta pesquisa, como sinônimos.

Apresentadas as características, as definições e as peculiaridades do Fluxo e do Espaço de Fluxos, conforme apontamentos feitos por Castells (1999), iniciar-se-á o debate sobre Lugar, para, então, apresentar o que seria o Espaço de Lugares, como organização espacial distinto do Espaço de Fluxos. Segundo o autor, o Lugar seria o “local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras de contigüidade física” (IDEM, p. 447). Assim, nos lugares as “culturas e [as] histórias em sua urbanidade realmente múltipla interagem no espaço, dotando-o de significado e ligando-o à cidade de ‘memória coletiva’ [...] lugares não são necessariamente comunidades, embora possam contribuir para sua formação” (IDEM, p. 448). O autor continua explicando que “a vida dos habitantes é marcada por suas características [dos lugares] [...] [onde os moradores] construíram toda a história em espaço interativo significativo, com uma diversidade de usos e ampla gama de funções e expressões” (IDEM, p. 448-9). Na mesma direção, Gastal (2005b, p. 55) aponta que

[...] o lugar vincular-se-ia, ainda, a uma cultura local: um espaço geográfico delimitado onde os indivíduos têm contatos pessoais e diários, as tarefas estão atreladas a rotina e à *práxis*, vistas como tradição, ou seja, marcadas pelo tempo, criando o sentido de pertencimento, sinônimo de *lar*. No imaginário romântico, as comunidades que vivem nos *lugares* desconheciam o conflito, a violência e a tensão. Os contatos humanos seriam mais simples e autênticos.⁵⁸

⁵⁷ Não é objetivo desta pesquisa analisar tal diferença, mas, frente ao exposto por Castells (1999), poder-se-ia causar ambigüidades com a postura adotada neste estudo. Portanto, para fins de esclarecimento dentro do contexto que aqui se desenvolve, nômade e errante são tratados como sinônimos; mas não se ignora uma proposição de que nômade seja compreendido com o Sujeito que tem desejo de evasão e que põe-se em movimento; enquanto que o errante, igualmente, põe-se em movimento, planeja-se, mas dá espaço ao “elemento surpresa” no caminho.

⁵⁸ Grifo da autora.

A partir dessa compreensão, apontam-se as relações entre o Espaço de Fluxos e o Espaço de Lugares, que estão igualmente conjugadas entre a globalização e a localização simultânea. Essas relações, no entanto, não implicam um resultado determinado. Por exemplo, Tóquio, na década de 1980 passou por um processo de reestruturação urbana para fazer jus a seu papel de “cidade global”, seus cidadãos “reclamavam não somente da perda da essência histórica, mas da redução do espaço de sua vida cotidiana, em função da lógica instrumental da cidade global” (CASTELLS, 1999, p. 449). Pode-se dizer, portanto, que as pessoas ainda vivem em lugares, porém, a função e o poder das sociedades hodiernas organizadas em espaço de fluxos, faz com que a dominação estrutural de sua lógica altere fundamentalmente o significado e a distancia dos lugares, assim, a experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o significado cada vez mais separado do conhecimento (CASTELLS, 1999, p. 449).

As reflexões trazidas pelo sociólogo espanhol levam ao entendimento de um ciberespaço, uma realidade no mundo contemporâneo. Segundo conceito apresentado por Trivino (2003, p. 168), ciberespaço refere-se a “uma estrutura infoeletrônica transnacional de comunicação de dupla via em tempo real, multimídia ou não, que permite a realização de trocas (personalizadas) com alteridades virtuais (humanas ou artificialmente inteligentes)”. Ou, simplesmente, uma estrutura virtual transnacional de comunicação interativa.

Esse entendimento ressalta: (1) a mudança de suporte nos processos sócio-culturais e políticos, que na contemporaneidade passa a ser marcada pela imaterialidade da informática; (2) a abolição do território geográfico – que será debatido mais adiante; (3) a interatividade prévia com a máquina, com o *software* e com a imagem virtual. Esses pontos instituem o computador como tecnologia de acesso a esse novo universo comunicacional (CASTELLS, 1999; TRIVINO, 2003). No contexto do Turismo, e sua relação com o chamado ciberespaço, Silva (2007) considera que

[...] o crescimento do ciberespaço também provoca mudanças significativas no turismo mundial, tornando o acesso mais fácil e rápido às informações que o indivíduo precisa para planejar sua viagem, desde a escolha do destino turístico, levantamento de preços, visita virtual a pontos turísticos, até a reserva *on line* de hotéis, ou a compra de passagem aéreas pela *web*, além de outros serviços diretamente ligados à atividade do turismo (SILVA, 2005).

Além dessa compreensão de ciberespaço, igualmente importante para este contexto de proposição de um entendimento de roteiro turístico pós-moderno, propõe-se que o Espaço de Fluxos também seja compreendido sob a perspectiva de espaço que dêem vazão à

mobilidade. Espaços não convencionais que não detêm os Sujeitos, como por exemplo, aeroportos, estações de trem, estações rodoviárias, *shopping centers*. Esses espaços são, de maneira geral, chamados de não-lugares, ou ainda, como prefere Gastal (2005b), “lugares de nômades”. Os teóricos tendem, não raro, a olhar o não-lugar desqualificando-o, sob a ótica de espaços vazios de história, o que não se considera verdadeiro neste estudo, já que, esses lugares abrigam culturas, em especial, a cultura nômade, a cultura do errante, do não enraizamento; esses lugares abrigam ainda a história pessoal, compõem a história pessoal de cada Sujeito que trabalha nesses espaços, que cruzam, ou, “fluem” por esses espaços em seu itinerário rotineiro. Ou ainda, da mesma forma em que “associado ao lugar, estaria o fazer; ao não-lugar, [estaria] o ver, caracterizando-o, assim, não apenas pelo seu uso, mas também pelas relações que os indivíduos desenvolvem com ele” (GASTAL, 2005b, p. 54).

O debate sobre espaço de fluxos conforme entendimento trazido por Castells (1999), ou ainda o debate sobre o ciberespaço, poderia abrir margens ao entendimento do que alguns autores têm chamado de “turismo virtual”. Frente à virtualidade cada vez mais real dentro do ciberespaço, poderia surgir a questão “De que adianta a movimentação quando uma pessoa pode viajar de modo tão fantástico sentada numa poltrona?” (DE BOTTON, 2003, p. 19). A resposta estaria exatamente na experiência, nas sensações, nos odores e sabores de um lugar e no contato físico com os espaços e moradores, que constroem e compõem a noção de espaço. Como afirma De Botton (2003, p. 20), estaríamos “familiarizados com a idéia de que a realidade da viagem não corresponde às nossas expectativas. A escola pessimista [...] conclui que a realidade deve sempre ser decepcionante. Talvez seja mais verdadeiro e mais satisfatório sugerir que ela é essencialmente *diferente*”⁵⁹. Isso ilustra que o deslocamento pelo espaço físico, então, é o que concretiza a atividade turística, saindo do plano abstrato da EXPECTATIVA para sua materialização, a EXPERIÊNCIA. Ou ainda nas palavras de De Botton (2003, p. 23): “Um livro de viagens poderá nos dizer, por exemplo, que um narrador viajou a tarde inteira para chegar à cidade serrana de “x” e, depois de passar uma noite em seu mosteiro medieval, acordou e deparou com um amanhecer enevoado. O fato, porém, é que nunca se viaja simplesmente uma tarde inteira”.

Existe muito escondido por traz da frase simples e enganosa “viajou a tarde inteira” e, para fugir desse engano, somente o estar em estado de fluxo, somente a própria experiência de viagem pode trazer, com as sensações e emoções ali vividas, com a paisagem (não limitada aos recortes da fotografia, mas limitada sim ao recorte da janela do trem), com os odores e

⁵⁹ Grifo do autor

sabores peculiares a cada lugar e, o que talvez seja de mais significativo, o contato com os moradores do local e a troca de experiências. Ou ainda, nas palavras de Cancline (2001, p. 6): “Não agimos ou nos movemos orientados apenas por mapas ou aparelhos GPS, mas também por uma cartografia mental e emocional que varia segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais”. Portanto, neste estudo, a abordagem dada à “viagem” pelo espaço virtual tem como objetivo ilustrar que, no momento contemporâneo, o assim denominado pós-turista, já não mais satisfaz ou se deixa levar por imagens isoladas. Ele busca, cada vez mais, por informações, principalmente na *Internet*, navegando por esse ciberespaço. Que, conforme será exposto mais adiante, trabalha como “tecnologias do imaginário” e, assim, cria expectativas e desejos de viagem.

4.2.2 Tempo

A primeira idéia de Tempo, ainda que abstrata, estaria na determinação do destino humano nos Horóscopos Babilônicos. A idéia mais concreta, porém, apesar dos debates pós-modernos, continua sendo aquela apresentada por Newton: tempo absoluto como princípio organizador da natureza (CASTELLS, 1999).

A complexidade de pensar o Tempo está na fugacidade própria de sua essência. A compreensão de Tempo que se busca neste estudo transcende a idéia de mensuração da duração das coisas, até porque, pelo aporte que se tem dado no decurso desta análise, a experiência independe da medida de Tempo. Da mesma forma, pensar o Tempo como sucessão de horas, dias ou momentos, além de ser incoerente à esta proposta, esbarra na efemeridade, porque o presente não existe, já é passado, da mesma forma que o passado fora, outrora, o presente; quanto ao futuro, este ainda não existe, ele está, e estará permanentemente, em construção, uma construção que atinge a totalidade das atividades existentes, “o próprio espaço-tempo passa a ser estatuto dessa construção. A irreversibilidade muda a sua estrutura e cria novas construções entre a História e o mundo do presente em que vivemos” (ARDOINO, 2001, 489).

Portanto existe uma relação dialética por meio da negação entre passado, presente e futuro que, simultaneamente, é dialógica. Então, da mesma forma que se fala em espaço turístico, sujeito turístico, poder-se-ia falar de tempo turístico, que transcenda o nexo da cronologia?

Buscou-se a compreensão do Tempo na geografia, conforme proposto por Santos (2009). Nesse campo, as reflexões sobre o tema ainda passam por uma ausência de rigor

conceitual, fazendo com que os discursos sobre o assunto não passem de tautologias e, conseqüentemente, uma volta ao ponto de origem. No entanto, já há alguns avanços nesse debate, promovido, fundamentalmente pela geografia do tempo, que tem em Hägerstrand seu precursor. Os debates que emergem hoje dessa ciência sobre o Tempo, estão balizados nas buscas de explicações geográficas que incluem essa noção. Santos (2009) destaca dois pontos da proposta de Hägerstrand: o primeiro, mapear os Tempos de uma realidade em movimento, através dos artifícios de “congelar” os eventos em padrões gráficos, de modo que sejam analisados segundo seus respectivos conteúdos. No Turismo, os eventos são “congelados” por meio das fotografias que, quando organizadas, assumem a forma material do Roteiro Turístico já realizado, revelando os signos dos lugares visitados, mapeando o tempo de uma realidade experienciada, que outrora estivera em movimento. A importância da fotografia para o Turismo, seguindo a análise que se põe aqui, é abordada por Rojew e Urry (2000, p. 2), que acreditam que a crença na real essência do Turismo estaria relacionada com uma busca “realista”⁶⁰ efetuada pelos próprios turistas, como forma de provar que realmente estiveram em determinado lugar. Esse realismo da representação popular seria associado ao papel da fotografia.

O segundo ponto destacado por Santos (2009) é a exploração da noção de domínios, estudando as formas de utilização do território pelos diversos agentes, donde resultaria uma verdadeira compartimentação, a partir da qual o momento, o movimento do Tempo e do Espaço se dá de modo unitário. Ardoino (2001) apresenta duas acepções para o entendimento de domínio. A primeira, pensada geralmente como capacidade do senhor proprietário de um escravo, reduzindo a compreensão ao estado de um objeto, definido em função de um espaço onde se inscreve e, por isso, desejado controlável. Já a segunda, uma compreensão mais qualitativa em termos de familiaridade, ligada à experiência e à duração, portanto mais próxima do entendimento buscado por este estudo e, assim, com maior afinidade ao sentido de Roteiro Turístico que se busca alcançar aqui. Ou seja, domínio de acompanhamento que implica o tempo mais ainda que o espaço.

A experiência mais avançada, por vezes mais cruel, mas, provavelmente, também mais enriquecedora, que se pode ter da heterogeneidade é aquela que é imposta aos Sujeitos através do encontro com o outro, enquanto limite do desejo, do poder e da ambição de domínio. Entende-se aqui, agentes como Sujeitos, sejam eles Turísticos ou autóctones, que se relacionam, trocam experiências em função da sua relação com o espaço, relação de

⁶⁰ *Realist* é o termo utilizado no original

estranhamento, no caso do primeiro e de familiaridade, no caso do segundo, utilizam o território de maneira diferente, edificando experiências mais ou menos concretas em função da unidade do Tempo e do Espaço ali compartilhado. O significado mais profundo (e talvez mais intolerável) do plural seria o caráter inevitável desse reconhecimento e dessa aceitação do outro, alteração (fenomenal, concebida como jogo dinâmico e dialético do outro, inscrita numa duração), muito mais ainda do que alteridade eidética (apenas “idéia” do outro), mas ambas excedendo, amplamente, a mais simples noção de diferença porque tem em conta uma heterogeneidade, aqui constituída, principalmente, por desejos, interesses e intencionalidades até mesmo por estratégias antagônicas (ARDOINO, 2001).

Apesar da tentativa de relacionar Tempo e Espaço à construção feita no capítulo anterior acerca do Sujeito, a iniciativa de analisá-lo dentro deste contexto faz com que essas dimensões pareçam emprestadas a um objeto por imposição de um sistema de análise, inclinando-se à homogeneidade. É fato que o Espaço é muito mais concreto que o Tempo, pois “sendo irreversível, está à altura de ‘medir’ o tempo e, vice-versa, de ser medido em termos de tempo” (SANTOS, 2009, p. 53), revelando-se a raiz do problema, já que não importa qual dos dois é mais concreto, pois, “a questão da medida recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias” (SANTOS, 2009, p. 53). A necessidade de igualá-los em parâmetros compatíveis é latente à uma análise que pretende transcender o discurso, para chegar à operacionalização.

Nesses termos, o Tempo, da mesma forma que o Espaço, se baseado no movimento, é inseparável da matéria corpórea. Mas o fato é que o Espaço tem uma materialidade, que lhe dá concretude e empiricidade, esta se faz necessária também ao Tempo quando se pretende que as categorias tempo e espaço sejam mutuamente includentes (SANTOS, 2009). Quando se materializa o tempo por meio de seu uso, ele se torna, assim, empírico e, desse modo, ele é assimilado ao espaço, inexistente sem a materialidade. Desse modo, a técnica, conforme proposta por Santos (2009) para relacionar Tempo e Espaço, surge como um traço de união, possibilitando a empirização do Tempo, que pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época.

Dessa forma, as técnicas participam na produção da percepção do espaço, da mesma forma em que participam da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade; quanto pelo seu imaginário. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a resistência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como

condição do ‘viver bem’. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva, e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva (SANTOS, 2009). Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida, já que “assim como o espaço, o tempo absoluto desfez-se; em matéria de duração, tudo depende do olhar dirigido e da época do ‘ponto de vista’, e não mais das condições supostamente naturais da experiência” (VIRILIO, 2003, p. 105). Na realidade, “o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo” (SANTOS, 2009, p. 55).

Para melhor compreensão do Tempo, Santos (2009) e Castells (1999) propõem analisá-lo sob as perspectivas da divisão do trabalho, sobrepostas num mesmo momento histórico (enfoque geográfico), obrigando ao casamento objetivo das noções de tempo e espaço, tendo como uma das situações, a análise de que dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho (SANTOS, 2009). Assim, “num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico” (p. 136). Essa proposição que encaminha à afirmação de que “cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do tempo anterior”⁶¹ (SANTOS, 2009, p. 136), o que dá margens a pensar o TEMPO TURÍSTICO sob o mesmo viés: a cada novo espaço visitado, donde já acumulou um legado e obteve-se uma nova identidade (*moi*), ter-se-ia um NOVO TEMPO, próprio do Sujeito e que responda às necessidades e desejos de evasão e de construções simbólicas que alimentam o imaginário, criando um Tempo individual, diferente daquele vivido e experienciado pelo “outro”, o TEMPO DO SUJEITO TURÍSTICO. Esse tempo a princípio não poderia ser materializado, estaria relegado à carga de ser sempre abstrato, mas ganha concretude com a interpretação e a vivência, pela constituição da experiência do Sujeito para a composição de uma nova identidade.

Isso permitiria falar em TEMPORALIDADE TURÍSTICA. O termo temporalidade é usado por Santos (2009, p. 136) para designar as “interpretações, isto é, as formas particulares de utilização daquele tempo geral, que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar”. Assim, da mesma forma em que o “tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial” (p. 136), pode-se, por analogia, dizer que a temporalidade turística conduz à formação identitária de cada Sujeito, que toma sua significação por completo a partir do contato com o outro lugar, a cultura do outro e as experiências turísticas da existência conjunta do *Je* e do *moi*.

⁶¹ Grifo do autor

Essa sugestão está vinculada à idéia de TEMPO LENTO e TEMPO RÁPIDO, conforme termos utilizados por Santos (2009). Segundo o autor, essa mensuração estaria relacionada a quantidades relativas, que será diferente de lugar pra lugar. Para a compreensão que se busca aqui, é importante falar da não existência, no momento contemporâneo, de tempo absoluto, já que a idéia de Tempo proposta aqui está vinculada à subjetividade dos sujeitos e das ações que animam e impulsionam o fluxo e não o tempo das máquinas ou dos instrumentos em si.

A globalização e seus efeitos permitiu que o Tempo Lento seja referido ao tempo Rápido, ainda que este não se exerça diretamente sobre lugares ou grupos sociais, cabendo a ressalva de que “o Tempo Rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira” (SANTOS, 2009, p. 267). Isso remete à Virilio (2003), que afirma que já não se está no espaço e no tempo absoluto conforme proposto por Newton, mas no espaço-tempo da relatividade geral. Idéia corroborada por Castells (1999) que acredita que, o tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado na sociedade em rede. Contudo, o sociólogo não concorda em todo com a idéia apresentada por Virilio, pois, segundo ele, a sociedade contemporânea não está testemunhando apenas uma relativização do tempo de acordo com os contextos sociais, ou buscando um retorno à reversibilidade temporal, o que se vivencia seria uma mistura “de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho [...] [:] tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de suas existência e apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno” (CASTELLS, 1999, p. 526).

Por “TEMPO INTEMPORAL” o autor entende a forma “dominante” emergente do tempo social na sociedade em rede porque o espaço de fluxos não anula a existência de lugares. A dominação a qual ele se refere seria a dominação social exercida pela inclusão seletiva e pela exclusão de funções e pessoas em diferentes estruturas temporais e espaciais. Quando as especificidades do tempo intemporal, Castells (1999, p. 557) esclarece que este “pertence ao espaço de fluxos, ao passo que a disciplina tempo, o tempo biológico e a seqüência socialmente determinada caracterizam os lugares em todo o mundo, estruturando e desestruturando materialmente nossas sociedades segmentadas”. Quanto a relação entre Espaço e Tempo, o autor afirma que o “espaço modela o tempo em nossa sociedade, assim inventando uma tendência histórica: fluxos induzem tempo intemporal,, lugares estão presos ao tempo” (CASTELLS, 1999, p. 557).

A idéia de tempo intemporal proposta por Castells (1999) vem ao encontro do que já se debateu anteriormente sobre os efeitos das Tecnologias da Informação nos Sujeitos e no Espaço, revelando seu efeito também em relação ao Tempo. Na análise de Santos (2009),

esses efeitos são denominados de “unicidade dos momentos” ou de “convergência dos momentos”, esses termos não indicam que o Tempo se unifica, mas aponta para a “possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber sua simultaneidade” (SANTOS, 2009, p. 196). O autor entende evento como “uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povoando um novo acontecer” (IDEM, IBIDEM). A unicidade dos momentos, estabelecer-se-ia, então, através das tecnologias da informação, “quando, no mesmo instante, outro ponto é atingido e podemos conhecer o acontecer que ali se instalou” (IDEM, IBIDEM). Apesar de não serem iguais e não se enquadrarem no mesmo quadrante cronológico, são unitários, pois unidos por uma lógica comum (SANTOS, 2009), ou, em termos colocados por Castells (1999, p. 526), por “uma libertação do capital em relação do tempo e a fuga da cultura do relógio facilitadas pelas tecnologias da informação e embutidas na estrutura da sociedade em rede”. Outro fator importante a ser abordado é que o que mudou na contemporaneidade foi a possibilidade na convergência dos momentos, o que não quer dizer que isso tenha trazido também a simultaneidade dos eventos. Esta, por sua vez, sempre existiu, o que de fato mudou, foi que as Tecnologias da Informação trouxeram os meios para percebê-la (SANTOS, 2009).

Da mesma forma como se debateu anteriormente sobre a possibilidade de separar as dimensões Tempo e Espaço, afirma-se aqui que a unicidade dos momentos é um processo que não pode ser desvinculado das Tecnologias da Informação e, sobretudo das técnicas da velocidade e da medida do tempo, já que é a conquista da velocidade que permite o fluxo mais rápido das mensagens e das coisas (SANTOS, 2009). Passa a haver sincronia entre o local e o global, em função do intercâmbio que cria um espaço único, onde se expande o conhecimento e a ação. Como consequência, “as técnicas da exatidão na contagem do tempo, desde o comando do tempo astronômico ao estabelecimento de relógios ultraprecisos, permitem a consciência da passagem do tempo e o reconhecimento de suas divisões” (IDEM, p. 199). Em termos apresentados por Castells (1999, p. 523), a inseparabilidade entre simultaneidade e Tecnologias da Informação estaria na “transformação do tempo sob o paradigma da tecnologia da informação, delineando práticas sociais, [como] um dos fundamentos de nossa nova sociedade, irremediavelmente ligada ao surgimento do espaço de fluxos”. Ou ainda, na palavras de Santos (2009, p. 200):

[...] hoje, a simultaneidade percebida não é apenas a que era trazida, no início do século [XX], pelo telégrafo, pelo cabo submarino ou pelo telefone, que transportavam sinais e vozes sem outras defasagens que os horários de

funcionamento preestabelecidos ou os atrasos na distribuição. Hoje, as mensagens e os dados chegam aos escritórios e lares, diretamente, praticamente sem intermediários [...] e o tempo é também unificado pela generalização de necessidades fundamentais à vida do homem, tornados comuns à escala do mundo

Portanto, é a possibilidade de comunicação planetária, proporcionada pelas Tecnologias da Informação, que atribui carga de sentido à expressão “tempo real” que, pelo uso adequando do tempo e do espaço multiplica a eficácia dos processos, além do poder das empresas capazes de utilizarem-se dessas novas possibilidades (SANTOS, 2009). Podendo-se dizer, então, que “o tempo não é mais inteiro, mas indefinidamente fracionado em tantos instantes, instantaneidades, quanto permitem as técnicas de comunicação e de telecomunicação” (VIRILIO, 2003, p. 106).

Essa nova percepção de tempo encaminha a duas análises: a cidade global e à idéia de que, com as novas condições, o tempo termina por apagar o espaço (SANTOS, 2009), no que Gastal (2005b) e Santos (2009) chamam de “desterritorialização”, o que seria resultante das “novas práticas de produção de sentido do espaço [que] envolvem ainda contingências advindas das questões tecnológicas e o encolhimento das distâncias que a pós-modernidade colocou em voga” (GASTAL, 2005b, p. 50). A idéia de aldeia global apresentada por Santos (2009) é baseada na descrição de Targowski, formada, portanto, por cidades interligadas eletronicamente, ou ainda, uma rede instantânea por onde fluem informações econômicas, sociais e culturais que são tanto locais quanto mundiais. Ou ainda no que Jameson (apud GASTAL, 2005p, p. 50) apresenta como “a distância em geral (incluindo, em especial, a distância estética) [sendo] exatamente o que foi abolido no novo espaço da pós-modernidade”. Para Santos (2009, p. 202), no entanto,

[...] a idéia de que o tempo suprime o espaço provém de uma interpretação delirante do encurtamento das distâncias, com os atuais progressos no uso da velocidade pelas pessoas coisas e informações [...] em realidade, é mínima a parcela das pessoas que, mesmo nos países mais ricos, se beneficiam plenamente dos novos meios de circulação. Mesmo para esses indivíduos privilegiados, não se trata da supressão do espaço: o que se dá é um novo comando da distância. E o espaço não é definido exclusivamente por essa dimensão.

Para fins críticos, aqui não se busca estabelecer o certo ou o errado sobre essas análises. Ao contrário, já que, conforme será mostrado no capítulo final do presente estudo, a idéia a qual se propõe de Roteiro Turístico manifesta-se sob ambas as abordagens.

A geração que presencia a era da informação, vê sua história em momentos convergentes, em que o acontecer de cada lugar pode ser imediatamente comunicado a qualquer outro, graças ao domínio do Tempo e do Espaço à escala planetária. Diferentemente

da história das gerações anteriores à sociedade em rede, cuja história fez-se a partir de momentos divergentes, com a soma de acontecimentos dispersos, disparatados, desconexos. No mundo contemporâneo, a instantaneidade da informação globalizada não só aproxima lugares, como também possibilita a tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos, criando uma relação unitária à escala do mundo entre os lugares e os acontecimentos (SANTOS, 2009).

4.2.3 Tematização

A discussão acerca da tematização surge com vários questionamentos: de onde surgem as tematizações para Roteiros Turísticos? A partir do quê? De que elementos? De que pressupostos?

Inicialmente pensou-se no termo “roteiro temático”, comum quando se “dá um Google” com o termo “Roteiro Turístico”. O primeiro contato, do ponto de vista conceitual, com o assunto “Roteiro Turístico Temático” deu-se por meio da leitura de Bahl (2004a). Ao falar sobre criatividade no Turismo, o autor vislumbra uma “gama de criação de roteiros e programações turísticas, baseando-se na criatividade para a proposição de novos produtos” (BAHL, 2004^a, p. 52). Tem-se, então, o primeiro ponto: criatividade cujo objetivo final é a proposição de “novos produtos”. Produto remete à compra. O autor acrescenta ainda que “roteiros que possibilitem uma exposição temática ampla e baseada em conteúdos culturais-naturais despertam o interesse das pessoas e preenchem suas necessidades de evasão e deslocamento, motivando-as a viajar” (IDEM, IBIDEM), com vistas a isso, o autor propõe que sejam incluídos nos roteiros aspectos históricos, geográficos, sociais, urbanísticos, culturais, religiosos, folclóricos, etc. A partir daí, as bases para a tematização, conforme aponta o autor, seriam conteúdos culturais-naturais com inclusão de características históricas, geográficas, sociais, urbanísticas, culturais, religiosas, folclóricas. Surge, então, o questionamento: seria isso, de fato, uma tematização, ou apenas elementos locais inseridos no contexto do Roteiro? Onde estaria, se é que há, o divisor de águas entre o que é tematização para Roteiros e a mera contextualização de peculiaridades locais em Roteiros? A motivação, como linha de pesquisa situada na Psicologia apresenta-se ampla demais para ser analisada aqui, mas pode-se dizer que a tematização, seja ela como for entendida, é fator motivacional e gera desejo de viagem.

Conforme exposto, a dimensão temática dos Roteiros Turísticos é abordada por Bahl (2004a) principalmente pelo viés econômico, como produto com maior atratividade à compra. Idéia reforçada pelo MTur (2006, p. 23) ao afirmar que “tematizar é importante para fins de

planejamento e organização de um produto de acordo com a identidade que se quer dar ao atrativo, ao lugar ou região”. Seguindo essa premissa, ainda em busca do entendimento dessa dimensão, buscou-se, então, como o mercado trata as tematizações. Para tanto, retomou-se a proposta inicial desta investigação a qual previa a análise de um Roteiro. A pesquisa inicial buscou roteiros em Caxias do Sul, que possui seis Roteiros Turísticos, ofertados pela Secretaria Municipal de Turismo, ilustrando o que é apontado pelo MTur (2006, p. 23): “uma região turística cuja produção cultural é plural e diversificada pode criar múltiplos roteiros com temas gerais ou específicos”. Os Roteiros oferecidos pela secretaria municipal de Turismo do Município: *La Città*; Caminhos da Colônia: A gastronomia Italiana; Estrada do Imigrante; Ana Rech: Um encanto de vila; Criúva: Eco-Aventura Gaúcha; e, Vale-Trentino: a História do Vinho.

Cada um desses roteiros apresenta temas específicos. *La città*, por exemplo, possibilita a leitura da cidade de Caxias de Sul e sua construção ao redor dos aspectos históricos, arquitetônicos e de lazer. Por meio dele, seria proporcionado ao turista um olhar sob a vida cotidiana da cidade, suas praças, religiosidade e possibilidades de lazer do povo caxiense. Percebe-se assim, que a tematização está relacionada ao Imaginário. Pela forte ligação com a imigração italiana, cultivo da videira e produção do vinho, alguns roteiros foram construídos a partir desse imaginário tendo a Serra Gaúcha como produtora de vinho, como a “Itália brasileira”, da mesma forma em que Ana Rech é conhecida pela sua tradição com os presépios. Criam-se, assim, imaginários, os quais são apropriados para a criação de temas para o Turismo. Dessa forma, para falar de tematização é importante que se fale antes de imaginário.

Segundo Silva (2003, p. 7), “o homem só existe na realidade imaginal [...] o ser humano é movido pelos imaginários que engendra. O homem só existe no imaginário”. A busca pelo entendimento de imaginário neste estudo está pautada em nesse autor. A opção por trabalhar com Silva está na abordagem por ele feita à Tecnologia, categoria que, nesta análise, é o eixo norteador das demais, ressignificando-as. Além disso, para a construção sobre Tecnologias do Imaginário, o autor passa pela tecnologia da crença, mente/espírito, inteligência. Apesar de longa, foi necessário trazer para este contexto a construção de Silva, para subsidiar o debate que se busca a partir deste estudo.

Para compreender o Imaginário, o sociólogo percorre conceitos propostos por Lacan, Gaston Bachelard e Maffesoli. O primeiro situa o conceito de imaginário na fronteira da filosofia e da psicanálise, entende-o, então, como anterior ao simbólico, tipo de nutriente primitivo responsável por um reservatório arcaico de imagens anteriores à cultura. Ainda,

espaço fundamental do “eu”, território da ilusão, da alienação, do engodo, da vinculação entre meio e indivíduo fora da idéia iluminista, segundo a qual a identidade individual seria um resultado de um contrato social. Lacan aponta as características de simbólico, como sendo lugar da função paterna; de real, excesso que não pode ser simbolizado; e, de imaginário, como um teatro das ilusões do “eu”. O segundo, Bachelard, pensa o Imaginário como grande metáfora de encontro entre natureza e homem. Nesse sentido, o Imaginário seria uma figura de estilo que traduz imagetivamente o universo difuso do pensamento humano fora dos estreitos limites da razão. Essa acepção de Bachelard encaminha para o campo do conhecimento mítico, ou ainda, para as lendas, já que “diante do inexplicável, o homem forja explicações fictícias. A imaginação supre o vazio racional” (SILVA, 2003, p. 17). Por fim, o terceiro, Maffesoli, situa o Imaginário no campo semântico. Segundo Silva, essa seria a acepção mais compatível com os múltiplos sentidos atribuídos hoje ao termo. Para o sociólogo francês, o imaginário seria uma força, um catalisador, uma energia e, simultaneamente, um patrimônio de um grupo⁶² (tribal), uma fonte comum de sensações, de lembranças, de afetos e de estilos de vida. Portanto, seria o estado de espírito transfigurador que caracteriza a errância de um povo. É o que move as multidões.

Se o imaginário é o que move as multidões, a errância além de caracterizada por ele, o imaginário, tem nele sua causa maior, seu fator motivacional maior, ou seja, a errância pode ser também justificada pelo imaginário. Portanto, no campo psicológico, o imaginário estará sempre presente em um deslocamento. E essa presença, o que faz dela um produto? Talvez tudo e, ao mesmo tempo, nada! Ou talvez a pergunta tenderia a ser se, fosse aceita a condição de produto atribuída nesse contexto, o que de fato é vendido, o próprio imaginário ou a tematização? Para tentar responder essa questão é necessário aprofundar-se ainda mais na compreensão de Imaginário para que se possa chegar a uma possível construção de sentido para a tematização no Turismo e mais especificamente nos Roteiros Turísticos.

Retornando a Silva, ele menciona que Maffesoli calcou-se em Gilbert Durant, quem, a partir da noção de TRAJETO ANTROPOLÓGICO, ou seja, a incessante troca existente no nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas emanando do meio cósmico e social, introduz um novo modo de olhar o cotidiano. A partir dessas idéias busca-se uma compreensão de Imaginário. O sociólogo francês aponta que, em um sentido convencional, o Imaginário estaria em oposição ao real, já que seria uma representação do

⁶² Silva (2003) apresenta, calcado em Maffesoli, o entendimento de grupo e tribo. O primeiro seria tomando como um indivíduo de múltiplas cabeças, um ente polissêmico, fraturado, mas de vontade praticamente única. Já o segundo seria uma noção orgânica de grupo – produz sentido para a “errância” dos indivíduos.

real pela imaginação, a partir da distorção e formatação simbólica desse real. Já em seu sentido antropológico, o Imaginário seria uma introjeção do real, aceitação inconsciente, ou quase, de um modo de ser partilhado com outros, com um antes, um durante e um depois. Considerando o imaginário como fonte racional e não-racional de impulsos para ação, também como conseqüência, represa de sentidos, de emoções, de vestígios, de sentimentos, de afetos, de imagens, de símbolos e de valores, o sociólogo brasileiro conceitua imaginário como sendo “a bacia semântica (representamento e sentido) que orienta o ‘trajeto antropológico’ (direção e conhecimento do homem) de cada um na ‘errância’ existencial [...]. O imaginário estrutura-se na errância, assimilação, apropriação, distorção e acaso” (SILVA, 2003, p. 14).

Retornando ao que foi levantado no segundo capítulo sobre a Sociedade do Espetáculo, apresentada segundo acepção de Urry (1996), apoiado em Debord e Eco, retomase aqui, segundo Silva (2003), essa idéia construída pelo sociólogo a partir de Debord e Maffesoli que apresentam posicionamentos conflitantes a esse respeito. Se, na era da imagem, o vivido tende para o espetáculo, Debord explica que o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoa, mediada por imagens. Dessa forma, explica Silva (2003), na visão de Debord o espetáculo mata a ação e substitui o ator pelo espectador, dando ênfase à contemplação e relegando a ação. “O que separa ação de contemplação é o imaginário social” (SILVA, 2003, p. 21). Essa relação de que Debord fala toma outras dimensões quando apresentada por Maffesoli: passa do negativo ao positivo, do retroativo ao participativo, da atuação à interação, da desconfiança à cumplicidade.

A espetacularização do vivido, dentro do contexto aqui proposto, ganha espaço hoje com os blogs, espaço virtual, inicialmente criado sob a proposta de diários, que foram bastante utilizados por adolescentes, mas hoje, cada dia mais, adultos aderem a essa ferramenta. O blog “implica a participação ativa do ‘usuário’, que deixaria de ser apenas usuário para tornar-se partícipe” (DEMO, 2008, p. 8), revelando tanto a característica da interatividade no contexto das Tecnologias da Informação, como também alimentando a relação dialógica entre “ator e expectador”. Essa ferramenta é, antes de tudo, uma forma de chamar a atenção do mundo para si. Mas o blog excita uma relação de autoria crítica e autocrítica em função dessa interatividade, que proporciona entre blogueiros e leitores, ambos usuários, ambos partícipes,

[...] no blog pode-se divulgar o que se quiser, mas, como o acesso é público, fica o ônus do que se diz. Alguém pode revidar, e não faltam diálogos panfletários e agressivos. O fato, porém, que, de um lado, o autor pode expressar-se à vontade, e, de outro, os leitores podem criticar, induz a uma espécie de esfera pública aberta na qual já não se pode impor nada, mas dialogar com base na autoridade do argumento.

Difícilmente se escapa de recorrer à autocrítica, já que não há como criticar e esperar não ser criticado (DEMO, 2008, p. 9).

Existem blogs especializados em viagens e turismo, mas para o contexto do vivido com tendência ao espetáculo, o que de fato importa para este estudo são os blogs pessoais que narram viagens e, como consequência dessas narrativas, as roterizam. Na prática, esse exibicionismo, não no sentido pejorativo que o termo possa remeter, incita imaginários e traz, por meio da Tecnologia, possibilidades de interação. Traz-se aqui como exemplo o blog do jornalista e apresentador Zeca Camargo. Na condição de blogueiro, Zeca cativa os leitores, interage com eles e com os campos imaginais que podem permear a mente e as emoções de seus “seguidores”. O blogueiro possui uma “coluna” no blog sob o título “onde estou?”, na qual interage com seus leitores por meio de breves descrições dos lugares em que se encontra e com fotografias ali tiradas. Lança a pergunta e, no *post*⁶³ seguinte, traz a resposta. A seguir, trazem-se alguns exemplos:

[...] antes porém, já que o ano está começando, proponho um divertimento leve. Olhe a foto acima e tente me responder: onde eu estou? Não deixe se confundir... Parece que é apenas outro ângulo da casa que já visitei o ano passado na Cidade do México, onde moraram Frida Khalo e Diego Rivera. O azul das paredes é quase o mesmo, mas repare bem no jardim (uma boa pista para tentar descobrir onde estou). Ali está o segredo deste lugar onde passei os últimos dias de 2009.

Estou num continente diferente daquele que contém o México. Lá, vi paisagens incríveis e arquiteturas suntuosas. Sobretudo me diverti horrores com um grupo de amigos que foi comigo até lá, junto com minha família – comendo... e até dançando!

Histórias e reflexões sobre esse lugar, no post de quinta-feira. Achei que seria uma boa começar o ano pegando leve... Até lá! (CARMARGO, 2010)⁶⁴

No *post* seguinte, Zeca esclarece:

[...] em primeiro lugar, parabéns aos que acertaram onde eu estava! Confesso que não esperava que ninguém desse a resposta certa para a pergunta que fiz no post anterior. Afinal, a foto era quase genérica. Tinha, sim, uma leve sugestão de arquitetura “mourisca” ao fundo, mas aquele azul da casa (que se misturava com a de uma das minhas jaquetas favoritas – e mais a aba do meu chapéu, que havia comprado por lá!) deveria servir para confundir quem estudasse a imagem. O jardim também mandava mensagens dúbias: havia palmeiras, é verdade – mas e os cactos? Não estava um sol de rachar – outra boa despistada – e o lugar (que é ponto de visita turística) foi flagrado num momento quase vazio. Mesmo assim... Bingo! Teve gente que acertou de cara. Como é possível?

Poderia bem gastar mais alguns parágrafos aqui especulando sobre isso – desde que algumas pessoas acertaram o lugar de uma foto que tirei em breves férias

⁶³ “*Post*” é como são chamados os artigos publicados em blogs, “uma forma substantiva do verbo ‘postar’, refere-se a uma entrada de texto efetuada num weblog/blog. As postagens são organizadas tradicionalmente de forma cronologicamente inversa na página, de forma que as informações mais atualizadas aparecem primeiro, ou colocada ao contrário, a postagem mais antiga aparece em primeiro, sendo opção do blogueiro” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>).

⁶⁴ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2010/01/04/isso-e-jeito-de-comecar-o-ano-perguntando-onde-eu-estou/>

em novembro de 2007 essa questão me fascina... Mas vamos logo admitir que a resposta certa é: Jardins Majorelle, em Marrakesh, Marrocos – um dos lugares mais inesperadamente bonitos que já visitei em todas minhas andanças (CAMARGO, 2010)⁶⁵.

Esse exemplo mostra a relação entre imaginário e sociedade do espetáculo, pode-se, finalmente, falar nas Tecnologias que disseminam os imaginários, ou ainda, as TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO. Silva (2003) evita a visão simplificadora dessa compreensão e fala também das Tecnologias de Controle (a partir de Heidegger e da Escola de Frankfurt), das Tecnologias da Crença (a partir de Debray), das Tecnologias do Espírito/Mente (segundo Sfez) e das Tecnologias da Inteligência (conforme pensamentos de Pierre Lévy).

É importante ressaltar aqui, que o Imaginário sobre as viagens pode ser excitado também por tecnologias mais “rústicas”, ou menos tecnológicas, como, por exemplo, por meio de *folders*, ainda que menos comum hoje em dia. Um exemplo poderia estar na narrativa de De Botton (2003), ao escrever que “os responsáveis pelo folheto tinham tido a sinistra intuição de como transformar os leitores em presas fáceis por meio de fotografias cujo poder insultava a inteligência e desrespeitava toda e qualquer noção de livre arbítrio: fotos super-expostas de palmeiras, céus azuis e praias brancas” (DE BUTTON, 2003, p. 16). O que há de mais importante, para o contexto que se instaura neste estudo, na narrativa de De Botton é a importância atribuída à imagem como elemento de sedução e, conseqüentemente, incitação de desejo de viagem pelas emoções por elas evocadas. Nas palavras do autor:

Os anseios provocados pelo folheto eram um exemplo, ao mesmo tempo comovente e decepcionante, de como projetos (e até mesmo vidas inteiras) podem se influenciados pelas imagens mais simples e incontroversas da felicidade; de como uma viagem prolongada e dispendiosíssima poderia ser posta em andamento por nada mais que a visão da fotografia de uma palmeira a se inclinar levemente com uma brisa tropical. Decidi fazer uma viagem à ilha de Barbados (DE BOTTON, 2003, p. 16-7)

Fica marcado no discurso de De Botton (2003), o controle, a sedução e a persuasão que a tecnologia, seja por meio de fotos, seja por meio de relatos, pode exercer sobre os Sujeitos.

O entendimento de Tecnologia associada à idéia de controle foi, segundo Silva (2003). A técnica era entendida, conforme aponta o autor, como modo de desvelamento, um fazer vir, uma provocação, uma sujeição, um sujeitamento à razão tecnológica. Haveria a ilusão de que a técnica seria neutra, no entanto, a técnica tenderia a escapar do controle do

⁶⁵ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2010/01/07/de-fato-eu-estava-sim-para-la-de-marrakesh/>

homem para controlá-lo, um bom exemplo poderia ser a multiplicação das câmeras para controlar os perigos vindos de fora, que terminam por controlar todas as práticas internas (SILVA, 2003). Segundo ele, “toda nova tecnologia interpela o universo existente e, escapando ao controle de cada indivíduo, transforma o sujeito em objeto da técnica. Porém, ao mesmo tempo, cada um se posiciona como objeto e como sujeito” (IDEM, p. 29). O autor esclarece ainda que ser objeto da técnica não significa ser escravo ou não ter qualquer domínio sobre ela.

Quando se critica o controle do ser humano pela técnica, transparece um velho Iluminismo, que cumpriu seu papel de tecnologia do imaginário, ao gestar uma visão de mundo fantasiosa, alheia à realidade das vivências e das maneiras de assimilar o vivido, em que se caracterizava um sujeito consciente, racional, senhor de si mesmo e da natureza, o que se revela como imaginário, no sentido de educação existencial dos sentidos e da percepção, já que o homem sempre se entrega a algo, seja aos mitos, à religião, à política, à tecnologia, à paixão, ou o que quer que seja (SILVA, 2003). A contextualização de tecnologias da crença é construída pelo autor a partir de Debray, segundo o qual a tecnologia serviria para fazer crer em algo. Sob essa perspectiva os sujeitos seriam obrigados a crer em algo para permanecer alguém, falando de algum lugar. Surgiria daí a midiologia, campo que estuda as tecnologias da crença e busca responder “como as palavras agem sobre as coisas?” “Como as idéias influenciam os homens?”.

O entendimento de comunicação como deslocamento da mensagem do interlocutor, do imaginário coletivo levaria, segundo Silva (2003) à compreensão de crença como uma articulação da linguagem e da cultura, portanto, imaginário, se considerado a visão de imaginário como narrativa, trama, um ponto de vista visto de um ponto, revelando elementos de uma determinada cultura em uma narrativa através de uma construção coletiva. Essa visão seria, porém, determinista, pois apesar de coabitarem e coexistirem, o conceito de imaginário e cultura não se equivalem. “A cultura é, contudo, mais ampla que o imaginário. Maffesoli insiste que só há imaginário coletivo (como um inconsciente social). Por isso o imaginário vai além da apropriação individual da cultura. Se a cultura não se reduz ao imaginário, o contrário também é verdadeiro” (SILVA, 2003, p. 16).

Com vistas a isso, Silva revela as diferenças existentes, apesar da suposta igualdade, entre crença e imaginário. Para ele, o imaginário seria uma mitologia individual forjada nas vivências culturais, um recorte, um canal de irrigação, uma espiral, uma vertente, um atalho, uma vereda, alastra-se, ramifica-se, bifurca-se, extravia os sentidos, não se restringe à formação de imagens (figuras) na mente, embora também o faça, nas alcança uma dimensão

maior, antropológica, de elaboração de um mundo no mundo, de uma cultura na cultura, de um ser no mundo em si, por si, para sim e, concomitantemente, em função do mundo, com o mundo e pelo mundo, motivo pelo qual não pode ser resumido ao cognitivo, pois possui uma estrutura dissipativa, dilata-se. Já a crença, seria uma mitologia circular, um convencimento sem objeto, uma retórica sem discurso, um fundamento sem fundo, uma essência sem substância, insere-se nas estruturas receptivas, restringe-se, seria fechada, exclusiva, refratária, doutrinal, purista, expurgaria a contradição simulando a separação de paradoxo, seria uma reta. A partir disso, Silva (2003, p. 49) afirma que, “não se crê no imaginário, vive-se nele. Não há crença no imaginário, embora se possa mapear os imaginários das crenças”.

Partindo da leitura de Debray, Silva (2003) afirma que as tecnologias da crença são as vias pelas quais as idéias se disseminam e se encarnam. Pressupõem uma interatividade espiritual (implícita, pois se trata de comunhão, de partilha, de valores, sagrados ou profanos e de revelação da essência da técnica em benefício de algum tipo real, ou não, de humanismo, político, ideológico, filosófico, existencial). As tecnologias da crença exigiriam participação ritualizada, canalizam forças apassivadoras, atuam como forças de concentração e de repulsão, organizam um núcleo duro e dispersam as energias negativas, tudo aquilo que estaria cristalizado.

Já as tecnologias do espírito/mente, explica o sociólogo, seriam aqueles dispositivos de manipulação e de intervenção no espírito/cérebro dos indivíduos, seriam diretivas e teriam em vista a eficácia, buscam alcançar um resultado. Sejam instrumento de impacto. Buscariam uma resposta adequada a um estímulo. Seriam atualizações das teorias de estímulo/resposta, atuando como uma releitura do reflexo condicionado, uma nova roupagem ao behaviorismo. Serviriam à emancipação da mesma forma em que servem ao controle atribuindo a cada ser uma função no organismo social. Por serem sistêmicas, buscam o equilíbrio do conjunto, a harmonia do todo, o funcionamento da máquina, a produtividade máxima.

A construção de Silva (2003) sobre as tecnologias do espírito/mente são calcadas em Lucien Sfez, quem busca revelar as ilusões do tecnológico e denunciar as mitologias do “tudo é tecnologia” e da técnica como emancipação do homem. Segundo ele, as tecnologias do espírito/mente disseminam a “violência intelectual”, subconjunto das violências simbólicas. A questão que move Sfez é “o que as novas tecnologias têm feito por nós?”. Para respondê-la o autor cria um neologismo por meio da fusão entre “tautologia” e “autismo”, donde resulta o “tautismo”. Segundo ele, os indivíduos são zumbis do eterno retorno do mesmo, ou seja, a dominação, girando em torno do que os domina. Sfez defende a tese de que a técnica não é neutra, mas totalitária. Com isso, pensa que o tautismo é o mal absoluto e ameaçador da

sociedade da comunicação e das tecnologias da comunicação. A marca de Sfez, segundo Silva (2003), seria o excesso de desconfiança em relação aos poderes de controle da técnica.

Quanto às tecnologias da inteligência, por sua vez, são apresentadas por Pierre Lévy, que as justifica a partir do ciberespaço. Lévy, ao contrário de Sfez vê libertação onde os outros vêem apenas manipulação (SILVA, 2003). Segundo Lévy, no ciberespaço o homem está em plena reconciliação consigo mesmo e com a natureza. “Virtualmente não há mais separação entre os proprietários e os outros. Todo mundo terá o seu campo e todos os campos confluem” (LÉVY apud SILVA, 2003, p. 54), portanto, o ciberespaço abre caminhos para o indivíduo exteriorizar a sua bondade natural, a qual sempre foi recalcada por sociedades injustas e desprovidas de instrumentos para a igualdade. A pergunta que move Lévy é “o que o home faz com a técnica?”, Para ele, pela técnica, o homem está chegando à verdadeira libertação, depois dos simulacros orgiáticos dos anos de 1960 e da pós-orgia dos anos de 1980 e, assim, o espetáculo torna-se laço social ao mesmo tempo em que a contemplação torna-se uma resistência passiva (SILVA, 2003). A tecnologia do ciberespaço, então, sinalizaria, o fim da vontade de poder e a vitória sem ressentimento, da vontade de potência; além de alterar o regime de participação dos indivíduos no processo comunicacional, todos são emissores e receptores em potencial (SILVA, 2003).

Apresentadas essas tecnologias disseminadoras de crenças, verdade, e que controlam, apresenta-se agora o pressuposto fundamental para este estudo, para o entendimento que se busca aqui sobre a interação Sujeito-Sociedade-Tecnologia e desejo de viagem, as Tecnologias do Imaginário, resguardando, porém, que as demais não deixam de existir. Segundo Silva (2003, p. 20-1) as tecnologias do imaginário seriam

dispositivos (Foucault) de intervenção, formatação, interferência e construção das ‘bacias semânticas’ que determinaram a complexidade (Morin) dos ‘trajetos antropológicos’ de indivíduos ou grupos. Assim, as tecnologias do imaginário estabelecem ‘laço social’ (Maffesoli) e impõem-se como o principal mecanismo de produção simbólica da ‘sociedade do espetáculo’ (Debord) (SILVA, 2003, p. 20-1).

Na sociedade do espetáculo, onde tudo é mediado por tecnologias de contato, por instrumentos de aproximação massiva, as Tecnologias do Imaginário buscam mais do que informação, trabalham pela povoação do universo mental como sendo um território de sensações fundamentais (SILVA, 2003). Enquanto na modernidade a política e a participação formavam um par administrado pela consciência e a sociedade baseava-se no controle e na punição, na pós-modernidade a interação substitui a participação, assim como a economia do cotidiano toma lugar da política, e a sociedade tem suas bases na sedução e na recompensa a

baixo investimento. Ainda, o mundo pós-moderno forjaria tecnologias do afeto e dominaria os sujeitos pela adesão, pelo consentimento, numa espécie de contrato, revogável a qualquer momento, de assimilação consentida de valores e práticas sociais efêmeras. O preço da adesão seria o prazer imediato (SILVA, 2003). A lógica do *surfing*, já explicada na construção da categoria Tecnologia exemplifica o que é defendido pelo autor.

Ressalta-se aqui a posição de sedução que as Tecnologias do Imaginário assumem, ao contrário das demais que se baseavam na manipulação ou na persuasão. Silva (2003) apresenta as distinções entre cada uma dessas posições. A manipulação operaria numa ausência do discurso, na sonegação da mensagem, no intervalo das palavras e das imagens. As tecnologias que operam por meio da manipulação consideram os destinatários como um receptáculo inerte, passivo por excesso de atividade gerada no exterior, esse receptor sofreria o que o autor chama de lobotomia do controle remoto. A persuasão, ao contrário da manipulação, caracteriza-se pela acumulação de signos. As tecnologias que se utilizam da persuasão simulam um receptor ativo para neutralizá-lo, convencendo-o que ele deseja o desejo do outro. Por fim, a sedução. Esta se difere das outras porque estaria baseada no princípio da adesão do destinatário. Necessita sempre de um interlocutor, real, capaz, idealmente, de recusar-se ao jogo. Seria melhor que a persuasão e a manipulação porque não se baseia na simulação, mas na transparência do jogo, no entanto, revela-se pior que elas por remeter à paixão, porque, vencida a resistência do outro, tudo se converte em avalanche, torrente, devastação. A manipulação e a persuasão usam a razão como arma contra os seus alvos enquanto que a sedução desliga-se da razão para afundar cada indivíduo nas ondas da interatividade lúdico/emocional. A sedução seria, então, marginal por natureza, baseia-se numa contra-ordem estética, não-racional, passional, violeta, bárbara, literária, irreduzível ao utilitário.

Calcadas na sedução, as tecnologias do imaginário seriam cinzéis que modelam a matéria simbólica nas bacias semânticas de cada um, irrigando trajetos antropológicos e adubando as várzeas dissipativas do aluvião individual ou grupal (SILVA, 2003). Seriam ainda dispositivos de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador desses indivíduos ou grupos. Seriam magmas estimuladores das ações e produtores de sentido; dão significado e impulso, a partir do não-racional, a práticas que se apresentam também racionalmente (SILVA, 2003). Em síntese, entendendo imaginário como força, e a tecnologia como catalisador, chega-se a concepção de tecnologias do imaginário em sua acepção mais simples, ainda que não signifique simplicadora: força catalizadora (SILVA, 2003).

Portanto, tem-se, por um lado, as tecnologias de controle que, assim como as tecnologias da crença atuam como mecanismos de controle; têm-se, ainda, as Tecnologias da Inteligência como instrumentos da “crítica da crítica” e de emancipação. Ambas, servem ao convencimento e inserem-se, na visão de Silva (2003), na linhagem do Iluminismo. Por outro lado, há nas tecnologias da crença uma suspeita de irracionalidade e o Sujeito torna-se objeto e contemplativo; já nas tecnologias do espírito/mente, há a certeza de manipulação e o Sujeito assume o papel de controlado ou de controlador; e as Tecnologias da Inteligência dão a impressão de ruptura, de acerto de contas com os dispositivos receptivos, operacionais, gestores e dramáticos e o homem volta a ser Sujeito Absoluto.

Assim, o imaginário revela-se ambivalente, é reservatório e fermento, semente e motor, ser germinado e germinador, formado e formante, matéria e forma. No imaginário há uma autonomia dispersiva, aglutinação por coagênese, moldagens disjuntivas, apropriações inusitadas e elaborações estilísticas. O Imaginário é um estilo, uma impressão digital do indivíduo ou do grupo na cultura; surge da relação entre memória, aprendizado, história pessoal e inserção no mundo dos outros. Enfim, o Imaginário é menos redutor que a ideologia, mais aberto que a crença e menos completo que a cultura, na qual se insere e a qual alimenta. Mesmo que estimulado pela Tecnologia, o Imaginário guarda uma margem de independência total, de mistério, de irreduzibilidade, de fictício, de inútil e não se reduz ao controle absoluto do agente tecnológico emissor (SILVA, 2003).

Considerado isso, pode-se dizer que “o imaginário explica o ‘eu’ (parte) no ‘outro’ (todo)” (SILVA, 2003, p. 13). Assim, o imaginário possibilita que o Sujeito reconheça-se no outro e reconheça a si mesmo, dando vazão ao *Je* que, encontrando-se com o outro (lugar ou Sujeito) desperta seu *moi*. Nesse sentido, assume-se para esta análise, Tecnologias do Imaginário como os meios pelos quais os imaginários se difundem.

Como acumulação de sentido, o Imaginário daria vazão ao que seria a realidade a partir das imagens partilhadas por uma sociedade. Essa realidade, quando recortada para o Turismo é entendida sob a perspectiva de Tematização. O Imaginário dar-se-ia pelas emoções, sentimentos, afetos, imagens, simples e de valores criados sobre um lugar. Essa conjugação representa e dá sentido orientando o conhecimento de cada Sujeito em sua errância. Essencialmente, a representação busca fazer presente o que está ausente, trazer ao plano da razão o não racional, seu caráter de orientação de conhecimento, que se dá pela retroalimentação entre a interação e a comunicação, impulsionando os deslocamentos. Retorna-se assim, a Maffesoli (2001), quando ele afirma que o imaginário move multidões.

Pode-se perceber, a partir do exposto, que os Sujeitos, cujas sensibilidades navegam pelo século XXI, já não se deixam enganar por imagens ou estereótipos, já não são se deixam manipular ou serem persuadidos, mas estão abertos à sedução, querem ser convencidos e, aderindo e consistindo à dominação, não mais como Sujeitos manipulados, mas como sujeitos conscientes da adesão, podendo revogar o contrato quando lhes prover, quando não mais fornecerem o prazer ao qual estão buscando.

O retorno à consciência, que abre espaço à interação, abre espaço à Sujeitos Turísticos pós-modernos que já não buscam por temas formatados, eles mesmos, frente às possibilidades que a Tecnologia lhes oferece elaboram seus Roteiros cujos atrativos estão relacionados em função de seus próprios imaginários. Isso não nega a presença do Roteiro Turístico Temático oferecido pelas agências, mas abre espaço à demanda de profissionais que conheçam essa nova realidade e estejam preparados à lidar com situações em que o “turista” quer apenas que o “operador” efetive a “compra” do Roteiro.

4.3 POR UM PENSAMENTO COMPLEXO DO TURISMO QUE INCORPORE A LÓGICA DOS FLUXOS AOS ROTEIROS TURÍSTICOS

Se queremos um conhecimento pertinente, precisamos religar, contextualizar, globalizar as nossas informações e os nossos saberes, portanto procurar um pensamento complexo (MORIN, 2001, 497).

A filosofia que norteia o pensamento complexo baseia-se na ordem, desordem e organização. Retomando o que já foi exposto no capítulo um, da desordem apareceriam princípios de ordem, poder-se-ia entender, assim, que o mundo se organiza ao mesmo tempo em que se desintegra. “Há uma espécie de luta entre um princípio de ordem e um princípio de desordem, mas também uma espécie de cooperação entre os dois princípios, cooperação de onde nasce uma idéia ausente da Física clássica que é a organização” (MORIN, 2001, p. 493). Isso não significa que a desordem ocupou o lugar da ordem, mas revela o jogo entre a ordem, a desordem e a organização. É dentro desse princípio de dialógica que esta reflexão se insere, considerando também a dialética, ao passo que as noções de ordem e desordem rejeitam-se ao revelarem-se antagônicas e a princípio contraditórias, mas, ao organizarem-se, revelam-se complementares para a concepção do fenômeno.

O questionamento que a Complexidade coloca é: “como conceber a relação específica daquilo que é ordem, desordem e organização?” (MORIN, 2001). Conforme

indicado anteriormente, o pensamento sistêmico foi, e ainda continua sendo, o paradigma epistemológico no Turismo mais difundido, “o conceito de sistema leva à idéia de organização, que produz emergências e que, além disso, pelas pressões que impõe, inibe um certo número de propriedades que existem ao nível das partes e que, efetivamente, não podem assim exprimir-se” (MORIN, 2001, p. 494). Dentro do exposto e, ao exemplo de Morin, traz-se para este momento a questão levantada no capítulo um: como se daria a relação entre Roteiro Turístico Moderno, Espaço, Tempo, Tematização, Sujeito, Tecnologia e Roteiro Turístico pós-moderno.

A possível resposta a esse questionamento é buscada em Morin (2008). Para tanto, é necessário compreender os fatores que teriam levado à superação das reduções científicas, principalmente pelo fato de, no primeiro capítulo, ter-se enfatizado a negligência acadêmica ao relegar a compreensão de Roteiro Turístico ao entendimento de senso comum. A necessidade de (re) pensar esses fatores de redução científica está exatamente na justificativa de ter classificado as concepções de Roteiro Turístico como reducionistas.

A redução científica no caso dos Roteiros Turísticos pode ser observada na restrição de Roteiro Turístico à contingência de cronograma de viagens. Sua superação far-se-ia com a idéia de superação da desordem, o que, segundo Morin (2001), tem sido fundamento nos estudos de Física Quântica, que apontaram para a necessidade de tratar a desordem e de negociar com as incertezas, anulando o pressuposto de certeza absoluta atribuída à ciência. Seguindo esse raciocínio, Morin (2001, p. 495) afirma que “os dados são, pois, certos em condições espaço-temporais limitados. Porém as teorias não são certas. As teorias científicas podem sempre ser refutadas pelo aparecimento de novos dados [emergências] ou de novas maneiras de os considerar”.

Considerando isso, dentro da presente proposta, têm-se como emergência as novas sensibilidades de Sujeitos, alteradas frente ao paradigma das Tecnologias da Informação, gerando percepções de Tempo e de Espaço diferentes das tradicionais e das modernas, conforme foi mostrado no decorrer deste capítulo. Observando o Roteiro Turístico como cronograma de viagens, portanto, como organizador de atrativos no Tempo e no Espaço, considerando também a emergência de novas sensibilidades relacionadas a tais dimensões, desordena-se a estrutura do pensamento de Roteiro Turístico sob a perspectiva cronogramática. A nova postura científica, que possibilita o diálogo entre pesquisador e dúvida, dá espaço ao pensamento dialético e complexo, que têm suas bases na incerteza e nos questionamentos, que quebram com os padrões estruturais de “certeza” e de “verdade”, outrora estabelecidos, desordenando-os para buscar fundamentos que levem à construção de

uma nova percepção do fenômeno estudado, criando assim uma nova teoria que vigorará até ser refutada pelas novas emergências.

Com bases nisso, tendo as categorias tradicionais e as novas proposições de categorias para analisar o Roteiro Turístico, optou-se por construir a busca por sua compreensão epistêmica, que desse conta das sensibilidades pós-modernas, na complexidade, a qual, “devido exatamente ao número das interações, das retroações que nela se situam, com retroações ditas ‘positivas’, acentuam o desvio e devem levar à metamorfose ou explosões, também [gera] incertezas” (MORIN, 2001, 495). Assim, tendo a complexidade como postura epistemo-filosófica que reconhece a desordem e o imprevisto e, por isso, reconhece também a incerteza do conhecimento, o desafio desta construção foi tecer em comum-unidade a incerteza. Nesse sentido, assumiu-se a contradição como complementaridade para a composição desse momento “final”.

Dentro desta construção, colocou-se, de forma latente, uma instigante referência de De Botton (2003) à carência de reflexões filosóficas no campo do Turismo. Segundo ele,

[...] se nossa vida fosse dominada por uma busca pela felicidade, talvez poucas atividades fossem tão reveladoras da dinâmica dessa demanda – em todo o seu ardor e seus paradoxos – como nossas viagens. Elas expressam – por mais que não falem – uma compreensão de como poderia ser a vida, fora das restrições do trabalho e da luta pela sobrevivência. No entanto é raro que se considere que apresentem problemas filosóficos – ou seja, questões que exijam reflexão além do nível prático. Somos inundados de conselhos sobre lugares *aonde* devemos ir, mas ouvimos pouquíssimo sobre *por que* e *como* devemos ir – se bem que a arte de viajar pareça sustentar naturalmente uma série de perguntas nem tão simples, nem tão triviais, e cujo estudo poderia contribuir modestamente para uma compreensão do que os filósofos gregos chamam pelo belo termo *eudaimonia* ou desabrochar humano (DE BOTTON, 2003, p. 17)⁶⁶.

Essa referência à reflexão filosófica sobre o Turismo, ou melhor, sobre o deslocamento e a viagem, trazida por De Botton tem reflexos diretos no tema central deste estudo: o Roteiro Turístico. Este, da forma como tem sido abordado até agora pelos teóricos, têm sido reduzidos à indicação de atrativos merecedores de serem visitados, portanto, aonde ir. De Botton traz ainda a referência ao Sujeito, como pulsão à errância e desejo do outro lugar, aspectos já debatidos no capítulo anterior, mas que serão retomados mais adiante. A partir disso, assumindo, então a complexidade como um problema e não uma solução; como aquilo que não pode resumir-se numa palavra mestra, o que não pode reduzir-se a uma nova lei ou uma idéia de complexidade (MORIN, 2008), este capítulo tentará resgatar as idéias

⁶⁶ Grifo do autor

expostas para propor um pensamento filosófico sobre Roteiro Turístico que considere o Sujeito do Turismo e, particularmente, incorpore a lógica dos fluxos.

A compreensão do conceito de Roteiro Turístico conforme se busca nesta análise tem a necessidade de um pensamento complexo, pois ao longo do percurso, progressivamente, surgiam caminhos onde apareceriam em primeiro lugar os limites, as insuficiências e as eminências do olhar simplificador, emergindo as condições nas quais não se pode evitar o desafio do complexo, revelando a necessidade de exercer um pensamento capaz de tratar o real, de dialogar e de negociar com ele (MORIN, 2008). Assim, este estudo foi animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não parcelar, não fechado, não redutor e o reconhecimento do inacabamento, da incompletude de todo o conhecimento e das dúvidas.

Quando se fala em reducionismo neste estudo, tem-se como fundamento o que Morin (2008) denomina de paradigma da simplicidade, ou seja, o conjunto de princípios de disjunção, de redução e de abstração, portanto, a redução do complexo ao simples, ou no caso do Turismo, a redução do fenômeno ao produto. É dentro desse contexto que a produção teórica no Turismo, salvo alguns pioneiros contemporâneos, tem sido calcada no paradigma da simplicidade, um conjunto de princípios, de disjunção, de redução e de abstração, o qual foi formulada por Descartes ao separar ciência e filosofia, colocando como princípio de verdade as idéias “claras e distintas”, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo (MORIN, 2008). Essa redução do complexo ao simples teria surgido de uma proposta para remediar a disjunção no Turismo, quando suas produções têm como vertente dados meramente quantitativos (MOESCH, 2002). O que reforça a idéia de que nesse campo, a redução do complexo ao simples se dá quando ele é ignorado enquanto fenômeno para ser analisado apenas pelo viés econômico, atribuindo-o um valor de produto/mercado.

Nesse contexto é necessário situar dois pontos importantes: o primeiro, uma situação: o Turismo, enquanto atividade e “campo do estudo” esteve, durante muito tempo, ligado à administração e economia, o que favoreceu para que suas produções estivessem e fossem analisadas sob esse viés. A segunda, uma ressalva: não se nega a perspectiva econômica do Turismo⁶⁷. Dessa maneira, o paradigma da simplicidade no Turismo teve o conhecimento baseado em seu rigor, conceitos cujas estruturas eram rígidas e não davam espaço para que suas categorias componentes dialogassem entre si; da mesma forma, sua operacionalidade era medida por números de entrada e saída de turistas e tempo de permanência em uma localidade, conforme já exposto. Dessa maneira, o positivismo que acompanhou as produções

⁶⁷ Retoma-se a afirmação de Knafou (1996, p. 63) ““A palavra *turismo* é particularmente polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante – que a rejunta”.

em Turismo considerava como únicas realidades os conceitos rígidos e as classificações (turista, excursionista, visitante), governada pela quantificação dos dados. Nesse caminho, o pensamento simplificador do Turismo se unificou de maneira abstrata ao anular a diversidade, ou ainda, ao justapor as diversidades sem conceber a unidade.

Defende-se, então, que o tratamento epistemológico do Turismo seja acompanhado de um pensamento complexo, a fim de buscar cada vez mais a compreensão do fenômeno sua totalidade, embora se reconheça que a própria filosofia da complexidade esteja calcada na incompletude de todo conhecimento, reconhecendo-se, assim, que ele jamais estará acabado.

Considerando que o paradigma da simplificação induz à inteligência cega, destrói os conjuntos e as totalidades, isola os objetos daquilo que os envolve, não podendo conceber a inseparabilidade entre o observador e a coisa observada, tem-se realidades chave desintegradas, que passam entre as fendas que separam as disciplinas, que no caso das ciências humanas parecem não ter necessidade da noção de humano (MORIN, 2008).

O Turismo chega, então, a partir desse reducionismo, à inteligência cega ao destruir sua noção de conjunto, fragmentando os conhecimentos, ao destruir sua totalidade, a mobilidade, a errância, para preocupar-se com quantificações espaço-temporais e assim, isolando a mobilidade, objeto de estudo do Turismo, da compreensão de tempo e espaço, categorias que envolvem, hoje, a compreensão do fenômeno. E assim, o Turismo, ironicamente, enquanto fenômeno social, não percebeu a necessidade de analisar o Sujeito⁶⁸ e tê-lo como uma de suas categorias de construção e análise. A fragmentação do Turismo em disciplinas que não provocavam estímulos de associação entre os elementos apresentados disjuntos para compor um “saber turístico”, não possibilitam reuni-los e refletir sobre eles.

Morin (2008) também fala sobre a mutação no conhecimento. Este estaria cada vez menos preparado para ser refletido e discutido pelos espíritos humanos, e cada vez mais preparado para ser incorporado às memórias informacionais e manipuladas por poderes anônimos, nomeadamente aos Estados, constituído por certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chave e princípios chave. O paradigma da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), unifica o que está disperso (redução). A disjunção é uma vontade de simplificação, isto é, o conhecimento científico passa a revelar a simplicidade escondida por detrás da aparente desordem dos fenômenos.

⁶⁸ É importante resguardar que a análise de Sujeito no Turismo esteve relacionada à classificações espaço-temporais, conforme já exposto anteriormente; não preocupando-se em analisá-lo como categoria, em sua essência.

Tendo o Turismo como exemplo do exposto, tem-se um fenômeno social – mobilidade humana – que é ao mesmo tempo um fenômeno econômico – gerador de emprego, renda, crescimento econômico e, se bem planejado e gerido, pode proporcionar desenvolvimento. As duas realidades do Turismo, econômica e social, quando olhadas pelo paradigma da simplificação, obriga-os a serem analisados separadamente, reduzindo o Turismo ou à atividade econômica, ou ao fenômeno social; ou ainda reduzindo o mais complexo, fenômeno social, ao menos complexo, atividade econômica. O paradigma da complexidade olha-os como parceiros, ainda que a primeira vista antagônicos, mas um não existindo sem o outro; no jargão administrativo/gestor, não haveria desenvolvimento social sem crescimento econômico. Portanto, um é simultaneamente o outro, apesar de tratados – econômico e social – por termos e conceitos diferentes.

A complexidade da relação ordem/desordem/organização surgiria quando se verifica empiricamente que fenômenos desordenados são necessários em certas condições, em certos casos, para a produção de fenômenos organizados, que contribuem para o aumento da ordem (MORIN, 2008). A ordem administrativa é mais desenvolvida que a ordem das ciências sociais; é uma ordem que se desenvolveu para evitar erros, para evitar a desordem, para abstrair o imprevisto; por outro lado, o mundo das ciências sociais tolera e comporta com mais facilidade a desordem que as ciências administrativas, pelo próprio princípio da administração de trabalhar para a não evidência do não-planejado, buscando lidar com o imprevisto de maneira rápida e lógica. Percebe-se assim que a desordem e a ordem crescem ambas, simultaneamente no seio de uma organização que se complexificou.

Hoje, a concepção de Turismo conforme proposta por Moesch (2002), ou ainda a visão de Panosso ao falar em fenômeno turístico, traz a impossibilidade de pensá-lo em termos simples. Moesch traz o primeiro paradoxo, percebendo o Turismo como “uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2002, p. 09), ou simplesmente “fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico aos sujeitos que o praticam” (IDEM, p. 134). Aliando produção e serviço – aspectos ligados à administração e economia – e a prática social, ambivalência interna encontrada dentro das teorizações de Turismo que tendem a separá-los, trazendo ainda, outras categorias que o constituem, portanto, necessárias ao seu entendimento. Depois, Panosso (2005), busca a compreensão de Turismo sob a fenomenologia, falando, portanto, em fenômeno turístico. Segundo ele,

[...] falar do fenômeno turístico significa dizer de uma ação que está acontecendo, que pode ser apreendida pela consciência e que tem uma essência em si. De outro modo, podemos dizer que quando alguém se refere ao fenômeno turístico deveria estar falando da manifestação de algo que suscita interesse científico e que pode ser estudado e analisado cientificamente [...] Mas especificamente, falar de fenômeno turístico é falar de algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é. Não podemos confundir esse mostrar a si mesmo com o termo aparência, que está relacionado com algo, com algum fenômeno. Assim, fenômeno deve ser visto como o que se mostra e não com o que parece ser. O termo aparência tem sua estrutura mais ligada com o fato (o que aparece, o que parece ser) do que com o fenômeno, aquilo que se mostra a si mesmo (PANOSSO, 2005, p. 104).

A partir disso o autor traz a noção de aparência que não mais refere à simplificação e superficialidade. Ambos os autores rompem com as amarras do universo da produção em Turismo uma vez submetidas ao tempo e ao espaço, evocando compreensões e categorias apartadas do tempo e do espaço, escapando, conseqüentemente, de sua simplificação pela superficialidade de análises baseadas em meras aparências.

Segundo Morin (2008), a complexidade está onde não se pode vencer uma contradição. O pensamento complexo se impõe ao Turismo e, especificamente, ao Roteiro Turístico, pois sua compreensão está nas nuances do não vencimento de uma contradição. Portanto, quando Moesch (2002) assume que o conceito de Turismo escapa da superficialidade aparente (PANOSSO, 2005) de tempo e de espaço, precisa-se ter em mente que isso não anula o fato de que simultaneamente o Turismo e o Roteiro Turístico desenvolvem-se de forma incontestável em um tempo e um espaço, ainda que agora, quando as sensibilidades os Sujeitos inseridos em uma sociedade informacional que navegam no século XIX.

A aceitação da complexidade é a aceitação da contradição e a idéia que não se pode escamotear as contradições numa visão eufórica do mundo. Portanto, a percepção humanística à epistemologia do Turismo que se busca aqui, transcende o debate sobre o Turismo como fenômeno social ou econômico e se baseia na compreensão de que “é preciso compreender que há algo mais do que a singularidade ou que a diferença de indivíduo para indivíduo, o fato de cada indivíduo ser um Sujeito” (MORIN, 2008, p. 85).

O sujeito na visão tradicional da ciência, ou seja, pelo determinismo, faz crer que não há sujeito, se não houver consciência, pois sem esta não haveria autonomia. A autonomia, para a compreensão do Sujeito estaria no fato de que o Sujeito se coloca no centro de seu próprio mundo, ocupa o lugar do “eu” (egocentrismo). Apesar de todos poderem dizer “eu”, só se pode dizer “eu” por si próprio. Ninguém pode dizer “eu” pelo outro, nem mesmo os gêmeos (MORIN, 2002). Conforme idéia já debatida anterior, chega-se assim à Complexidade individual, ou seja, quando o Sujeito se coloca no centro de seu próprio mundo, coloca-se aí

também os “seus”: seus pais, seus filhos, seus concidadãos e são capazes de sacrificar suas vidas por eles. Portanto, “ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente. É ser provisório, vacilante, inseguro, é ser quase tudo por si e quase nada pelo universo” (MORIN, 2008, p. 96).

A autonomia por si só é complexa porque depende de condições culturais e sociais. Depende, alienta-se da dependência. Para que o Sujeito seja ele mesmo depende de uma linguagem, uma cultura, um saber, uma educação, uma sociedade, um cérebro (MORIN, 2008).

Tomando a noção de autonomia proposta por Morin (2008), a qual se mostra complexa porque depende de condições culturais e culturais e, portanto, alimenta-se de dependência, pode-se dizer que o Roteiro Turístico ou ainda a Roteirização, é igualmente autônomo. Da mesma forma que para que o sujeito seja ele mesmo depende de uma linguagem, cultura, saber (MORIN, 2008), o roteiro/roteirização depende do Sujeito, que é igualmente autônomo “sendo ao mesmo tempo dependente” (IDEM, p. 96). Portanto, o Roteiro enquanto objeto autônomo depende do Sujeito que o concretiza a partir da capacidade de organizar sua mobilidade no tempo e no espaço, valendo-se de conhecimentos prévios proporcionados pela tecnologia, que por sua vez, facilitou para a criação de imaginários e deu ao Sujeito condições para “tematizar” seus Roteiros a partir de seus interesses subjetivos desenvolvidos por suas próprias idéias. Da mesma forma em que a dependência da autonomia mostra que se depende de uma educação, de uma cultura, de uma sociedade e de um cérebro, que por sua vez é produto de um programa genético. Os Sujeitos possuem genes que os possuem. Graças a esses genes os sujeitos têm cérebro e capacidade de retirar de uma cultura os elementos que os interessam e desenvolver as suas próprias idéias. Assim, o Roteiro é autônomo, deixa ir com o fluxo, pela percepção do sujeito que o materializa quando em movimento, errante, mas é também possuído, possuído pelo desejo de outro lugar.

A mobilidade é quase uma regra, seja pela sobreposição do movimento ao repouso; seja pela idéia de que a circulação é mais criadora do que a produção, já que o Sujeito põe-se em constante “estado de fluxo”, da mesma forma em que imagens, produtos, mercadorias e idéias também aderem à cultura do fluxo. A partir disso, teria surgido, segundo Santos (2009, p. 328), “a idéia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, frequentemente uma outra palavra para designar estranhamento, que também é *desculturização*”⁶⁹, quando se trata de fluxos migratórios.

⁶⁹ Grifo do autor

Para a compreensão do Turismo no momento contemporâneo busca-se desvincular o conceito de Turismo das quantificações espaço-temporais. Dessa forma, os teóricos com pensamento pós-moderno criticam o pragmatismo existente em definições de Turismo que delimitam o fenômeno a partir dessas quantificações. Os pensadores contemporâneos, então, buscam ancorar o entendimento de Turismo ao deslocamento/mobilidade (GASTAL, 2005a), estranhamento (GASTAL e MOESCH, 2007) ou ainda, experiência (PANOSSO, 2005). Considerando, então, o Turismo sob o enfoque da mobilidade, deslocamento e experiência, o Roteiro Turístico deve buscar ancorar seu sentido no conceito de Fluxo.

Apesar de falar-se em fluxo turístico com naturalidade, os teóricos não se debruçam ao entendimento lato do significado do termo. Centeno (1992), argumenta que a substância no Turismo é o fluxo. Gastal (2005b, p. 49) afirma que no Turismo “quer nas suas teorizações, quer nas suas práticas de sala de aula, tem[-se] priorizado questões como planejamento e gestão de destinos turísticos”, relegando a viagem, o percurso, o deslocamento a segundo plano. Assim, a pesquisadora argumenta que é necessário deslocar a discussão do Turismo para os seus fluxos, portanto, a viagem, como principal objeto desse campo de estudo.

Fala-se com naturalidade em fluxo de pessoas, capitais, idéias, de trocas simbólicas dentre outros, mas a reflexão sobre fluxo propriamente dito também é relegado à segundo plano. O sociólogo Castells (1999) antes de falar em espaço de fluxos dá pistas ao entendimento do que seria o fluxo. Para o autor, fluxos seriam “a expressão de processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica” (p. 436). Esses suportes materiais dos processos dominantes⁷⁰ da sociedade hodierna seriam os conjuntos de elemento que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. Já o geógrafo Milton Santos (2009), ao propor que a geografia poderia ser constituída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos, afirma que “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 2009, p. 61-2). Czikszenmihalyi (1990; 2002) refere-se a fluxo como experiência de atividades altamente recompensadoras. Já Hannerz (1997) diz que a idéia de fluxo aponta para uma macro-antropologia do ponto de vista bastante abrangente da coerência (relativa) e da dinâmica de entidades sociais e territoriais maiores do que aquelas convencionalmente abordadas pela antropologia. Kroeber (1952, p. 404), por sua vez, sugere

⁷⁰ Castells explica que práticas sociais dominantes seriam aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Estes, por sua vez, seriam aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade geral.

que as civilizações sejam examinadas “não como objetos estáticos, mas como processos limitados de fluxo no tempo”. Apesar da referência do autor estar limitada ao tempo, sem implicações territoriais necessárias⁷¹, a abordagem que se busca neste estudo para fluxo, estende-se ao deslocamento de algo – ou mais especificamente, de Sujeitos – de um lugar para outro, no tempo e no espaço, como que em uma redistribuição territorial, com trocas simbólicas, que constituíram mais uma identidade do Sujeito.

Para este contexto, então, fluxo faz referência a coisas que não permanecem no seu lugar, mobilidade e expansões variadas, globalização em muitas dimensões. A proposta de pensar o fluxo dentro do contexto aqui proposto usa como metáfora as correntes/cursos de um rio, que são capazes de transportar objetos dentro de uma dimensão espacial. No Turismo, é importante para sua análise e reflexão pensar que os fluxos têm uma direção, que ganham um Lugar no espaço e que cruzam pelos chamados Não-Lugares, ou lugares de nômades, retornando, sempre ao seu ponto de partida, sua origem. Mas ao retornarem, voltam com sua bagagem cultural ampliada e trazem consigo um pouco do legado cultural dos Lugares visitados, o que tem como consequência a “expansão do ser”, ou nos termos propostos neste estudo, a viagem provoca o encontro do Sujeito com outra face de si mesmo “*moi*” para a composição de seu ser estrutural, o “*Je*”.

Compor um pensamento sobre Roteiro Turístico que busque na compreensão de fluxo seu significado maior, requer pensá-lo não apenas como cronograma de viagens que agrupa atrativos no tempo e no espaço, mas redimensiona sua questão ao pensar Turismo como Fenômeno e não como produto e, então, Roteiro em termos processuais e em suas três dimensões.

A definição que mais se aproxima do entendimento que se busca aqui, porém, pode ser encontrada no dicionário Aurélio, segundo o qual, fluxo seria: “1. Ato ou modo de fluir; 2. Corrente, curso de fluido em um conduto, de tráfego numa rua, etc; 3. Passagem de algo (matéria partícula, energia) que se desloca através ou ao longo de um espaço; 4. medida de fluxo” (FERREIRA, 2008, p.411). Então, para a compreensão de Roteiro Turístico, fluxo será entendido como passagem de Sujeitos que se deslocam ao longo de um espaço físico percorrendo-o em seus significados.

⁷¹ Idade Média marca a cessação do fluxo em uma civilização, uma conseqüente paralisação e hesitação do confuso e ocilante movimento de pessoas, com o advento da nova civilização ocidental, o fluxo retoma.

5 PARA UMA NOVA PRÁTICA DE PROPOSIÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS

Este capítulo pretende apresentar, a partir da relação entre a teoria aqui exposta e a prática contemporânea, o que segundo a postura metodológica aqui adotada refere-se à SÍNTESE. Portanto a análise que segue neste capítulo tem a Tecnologia como categoria que conduz a sua organização, sendo muitas das observações subsidiadas por pesquisa no blog do jornalista brasileiro Zeca Camargo, além da experiência da pesquisadora no *twitter*⁷², *couchsurfing*, *flickr*⁷³, dentre outras redes sociais. Os relatos de Zeca Camargo foram escolhidos porque esse Sujeito, em suas narrativas como blogueiro, como escritor e como apresentador do programa dominical Fantástico, exibido na Rede Globo, dão margens a três vieses de análise. Apesar da ênfase na análise estar nesse blog, acompanhou-se também o blog *For people*⁷⁴ (Às Pessoas), assinado por um indiano que em sua primeira viagem internacional esteve por três meses no Brasil, e que narra suas experiências em termos de diferenças culturais entre os países; o *Blog do viajante*⁷⁵ e seu *flickr*⁷⁶; o blog *Olhando o Mundo*⁷⁷, dentre outros.

A partir do pensamento de De Botton (2003) apontado na página 158⁷⁸, pode-se pensar o ROTEIRO TURÍSTICO PÓS-MODERNO é pensado sob três planos de existência. O primeiro como aquele da EXPECTATIVA e da criação do IMAGINÁRIO, gerado quando da motivação inicial, excitada pela curiosidade e desejo de evasão, que no mundo

⁷² O *twitter* se auto classifica como sendo “uma rede de informação em tempo real alimentado por pessoas de todo o mundo que lhe permite partilhar e descobrir o que está acontecendo agora” (<http://twitter.com/about>) [tradução da autora]. Para fins de esclarecimento para esta pesquisa, entende-se o *twitter* como um micro-blog. O blog *interney* esclarece que “A facilidade de acessar o *twitter* de qualquer lugar faz com que a maioria dos acontecimentos seja anunciada primeiro no *twitter* e o fato de usar mensagens curtas faz com que isso seja transmitido e retransmitido rapidamente. O terremoto em São Paulo por exemplo foi notificado às 21:02 no *twitter*, a notícia mais antiga que encontrei foi da Abril, às 21:53. E pra quem reclama de detalhes é só acompanhar o que todas as pessoas escreveram (e continuam escrevendo) sobre o assunto: terremosp” (INTERNEY, 2008).

⁷³ O Flickr é um site da web de hospedagem e partilha de imagens fotográficas (e eventualmente de outros tipos de documentos gráficos, como desenhos e ilustrações), caracterizado também como rede social. O *Flickr* permite a seus usuários criarem álbuns para armazenamento de suas fotografias e entrarem em contato com fotógrafos variados e de diferentes locais do mundo (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Flickr>).

⁷⁴ <http://xorai.blogspot.com> [blog indisponível]

⁷⁵ <http://www.blogdoviajante.com/>

⁷⁶ <http://www.flickr.com/photos/blogdoviajante/>

⁷⁷ <http://olhandoomundo.wordpress.com/>

⁷⁸ Se nossa vida fosse dominada por uma busca pela felicidade, talvez poucas atividades fossem tão reveladoras da dinâmica dessa demanda – em todo o seu ardor e seus paradoxos – como nossas viagens. Elas expressam – por mais que não falem – uma compreensão de como poderia ser a vida, fora das restrições do trabalho e da luta pela sobrevivência. No entanto é raro que se considere que apresentem problemas filosóficos – ou seja, questões que exijam reflexão além do nível prático. Somos inundados de conselhos sobre lugares *aonde* devemos ir, mas ouvimos pouquíssimo sobre *por que* e *como* devemos ir – se bem que a arte de viajar pareça sustentar naturalmente uma série de perguntas nem tão simples, nem tão triviais, e cujo estudo poderia contribuir modestamente para uma compreensão do que os filósofos gregos chamam pelo belo termo *eudaimonia* ou desabrochar humano (DE BOTTON, 2003, p. 17)

contemporâneo são proporcionadas, fundamentalmente, ainda que não se exclua as demais, pelas Tecnologias da Informação, na lógica e na prática do *surfing* pelo ciberespaço, no que se chamou anteriormente de Tecnologias do Imaginário. Estas indicarão ao Sujeito não apenas o *aonde* ir mas, transcendendo a mera seqüência metódica de atrativos a serem visitados; proporcionarão reflexões sobre como e porque ir, já que esse roteiro é elaborado pelo próprio Sujeito (Atávico), segundo seus anseios e desejos e, não raro, a partir de informações ofertadas pelos moradores do local a ser visitado, na troca possibilitada pelas comunidades virtuais em redes sociais.

É importante destacar que, quando se fala em Tecnologias do Imaginário, não está se falando apenas em Imaginários disseminados a partir das Tecnologias da Informação, ainda que, no mundo contemporâneo, essa seja a forma mais comum. Ao falar das Tecnologias do Imaginário dentro desta análise, entendem-se os meios pelos quais os imaginários se difundem. Como exemplo ilustrativo, há uma narrativa de Zeca Camargo em seu blog, em que apresenta a criação do imaginário do blogueiro acerca das viagens (imaginários não acerca de um lugar, mas sobre a viagem em si), a partir das histórias em quadrinhos, nas palavras do jornalista: “Boa parte das minhas fantasias em viajar pelo mundo vem de uma inspiração facilmente identificável: um certo garoto topetudo de uma história em quadrinhos chamada ‘As aventuras de Tintim⁷⁹’”. (ZECA CAMARGO, 2007)⁸⁰.

A segunda esfera do Roteiro Turístico Pós-Moderno, por assim dizer, da-se-ia pela EMPIRIZAÇÃO DO ROTEIRO, com o percurso do espaço físico. Dentro desse contexto, o Roteiro Turístico se constrói não mais pelas expectativas, como no plano anterior, mas como “coleta” e “acúmulo” de experiências vividas, por emoções saboreadas pelo Sujeito (Turístico). Essa substituição, ou sobreposição de expectativas por experiência é o que, de fato, agrega valor ao Roteiro contemporâneo. Novamente os relatos de Zeca Camargo abrem margens a essa discussão, como será visto adiante.

Por fim, o terceiro plano, o Roteiro como Relato, oral ou escrito, ilustrado por mapas, fotografias e o legado deixado não só pelos caminhos percorridos, mas pelas trocas simbólicas, pelos fluxos alimentados, sejam esses fluxos de informação, de capital, ou mesmo pelo fluxo do deslocamento. Essa etapa convencionou ser chamada neste estudo de o ROTEIRIZAÇÃO À POSTERIORI.

⁷⁹ Ver anexo 01

⁸⁰ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/02/08/descomplicando-tintim/>

Portanto, este capítulo está dividido a partir dessas três esferas do Roteiro Turístico pós-moderno. Antes, porém, julga-se importante ressaltar que cada uma dessas esferas coexistem entre si, mas e apesar disso, são completamente independentes uma da outra.

5.1 DO IMAGINÁRIO AO DESEJO DE EVASÃO

A partir daquilo que já foi exposto até aqui, considerando as Tecnologias da Informação como fontes de excitação do imaginário (mas não a única) e criação do desejo de viagem, configurando-se no que Silva (2003) chama de Tecnologias do Imaginário, apresenta-se o que anteriormente foi chamado de primeira esfera do Roteiro Turístico, realizado, basicamente, no ciberespaço. Destaca-se, entretanto, que isso não implica necessariamente na existência de um Turismo Virtual. Apesar de o posicionamento da pesquisadora quanto a isso já ter sido explicitado, retoma-se a discussão para dizer que o *surfing* no ciberespaço e o acesso a informações cada vez mais detalhadas e mais simultânea possibilita que o Sujeito possa ser instigado a visitar uma localidade e, então, planejar a própria viagem e elaborar seu Roteiro, a princípio, sem ajuda “profissional”.

Frente a isso, com a presença de uma sociedade informacional, é importante que as empresas de Turismo, privadas ou públicas, disponibilizem informações sobre a localidade turística. Para tanto, é necessário que esses órgãos/empreendimentos conheçam as variadas opções de utilização que a Internet e a multimídia oferecem, para criar e alimentar imaginários sobre a localidade, que induzam ao desejo de viagem. Almer e Stelzl (2002) apontam que a

[...] electronic media can store not only more but also more accurate information, and they permit interactivity, which printed media are unable to provide. 2D and 3D maps and virtual flights on Internet and CD-Rom are seen by the tourism boards as an opportunity to upgrade and expand their business and also enhance their image. (ALMER, STELZL, 2002, 1).

A interatividade é um fator importante no contexto pós-moderno, pois transcende a simples participação, sendo ainda uma das bases não apenas da Era Informacional, mas também das Tecnologias do Imaginário no contexto contemporâneo, como já abordado anteriormente. O princípio da interatividade permite o exercício cada vez mais rebuscado do imaginário e, no campo virtual, pode proporcionar e incentivar, cada vez mais, a criação de imaginários. Um exemplo da interação propiciada pelas Tecnologias da Informação pode ser analisado, mais uma vez, por meio do blog de Zeca Camargo através da coluna “Onde

Estou?”, que iniciou de forma desprezenciosa, com o *post* do dia 7 de junho de 2007, em que o blogueiro inicia afirmando que “sempre quis fazer isso”, como uma proposta de “brincadeira” com seus leitores:

Um “teaser” e ao mesmo tempo, como já falei, uma brincadeira que eu sempre quis fazer. É simples, é só responder à pergunta: “onde essa foto foi tirada?” – bem na linha daquelas seções de revistas de viagem (que eu sempre devoro...) que publicam uma foto linda e propõem: “onde você está?”, aos leitores (ZECA CAMARGO, 2007)⁸¹.

Na primeira vez o blogueiro trouxe descrições do local apresentado na imagem, em tom enigmático. Já na segunda postagem, a descrição do blogueiro, apesar de manter o mesmo tom, brinca com insinuações que tendem a mexer com o imaginário dos leitores, dando sugestões e apresentado fotos ambíguas sobre o lugar onde estivera. A brincadeira é aceita pelos seguidores e, assumida pelo autor, como pode ser observado no *post* do dia 16 de julho de 2007, quando Zeca revela onde estava:

Eu falei que estava em uma “esquina alternativa”... Sobretudo porque confunde nossas referências: as ruínas que faziam o cenário da foto no post anterior eram de inspiração romana – que sempre podem ser confundidas com ruínas gregas. Eu ainda dizia que estava no Mediterrâneo – outra “pista” fácil de confundir, porque a gente nunca se lembra que esse mar não banha apenas a Europa... mas também a África. E o resto das referências que coloquei no último post – junto com a pergunta “onde eu estou?”- se encaixam perfeitamente, como é possível ver agora, numa descrição da Tunísia! (ZECA CAMARGO, 2007)⁸²

O blogueiro interage com os leitores: “Bravo para elas – em especial para Fernanda Rabelo, que acertou até o nome daquela comida que eu sugeri que lembra o nosso pastel, o “brik” (mas errou a cidade), e para a Thay (Kelly?), que foi na mosca: eu estava nas ruínas do antigo teatro de Dougga” (IDEM). Ele ainda apresenta aspectos histórico-culturais do lugar e traz relatos sobre a interação com moradores locais e suas “visões de mundo”.

Na modernidade, a excitação do imaginário pela/sobre as regiões turísticas estavam fundamentadas em mídias analógicas. Já na pós-modernidade, tem-se tornado tendência das empresas turísticas e hotéis lançarem-se no uso da Internet, de maneira geral com os serviços de reserva *online*. Apesar disso, muitos *websites* ainda ‘pensam’ e ‘agem’ largamente inspirados na visibilidade e lógicas dos produtos analógicos, antes utilizados para anúncios e folhetos. Hoje, se tem cada vez mais presente e se tende a aumentar o uso de dispositivo móveis, tais como telefones celulares, PDA’s, *palmtops* e GPS cujo acesso é garantido por

⁸¹ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/06/07/onde-eu-estou/>

⁸² <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/07/16/lendo-bolano-em-tunis/>

aparelhos portáteis, viabilizando a acessibilidade móvel à informações. Dessa forma, o conceito de dispositivo móvel passa a desempenhar um papel fundamental na sociedade contemporânea. Por exemplo, um PDA conectado a uma função de Posicionamento Global, permite relacionar informações sobre a posição do usuário (*Location Based Services*), de modo que, ao contrário de utilizadores regulares da Internet, ele oferece parte de informação de interesse geográfico através do dispositivo móvel (FRITSCH, 2001). Esse tipo de serviço ganha destaque principalmente pela deficiência dos mapas turísticos, que

[...] muitas vezes são ‘mapas esquemáticos’ que dificultam a orientação justamente pela falta de métodos e critérios que representem com precisão o objeto contemplado. Por isso, é indispensável a criação de mapas que apresentem informações fidedignas à realidade e que possa ser utilizadas em conjunto com Sistema de Posicionamento Global (MARTONI e VARAJÃO, 2008, p. 13).

Além disso, os mapas, da mesma forma que as outras informações disponíveis *online*, possibilitam um planejamento eficaz de uma viagem, como por exemplo, informações proporcionadas pela multimídia, como mapas 3D, vãos virtuais, guias de viagem, fotografias, rotas disponíveis na Internet para caminhadas ou passeios de bicicleta, ou ainda com a possibilidade de fazer download de rotas para um GPS para conceber ou imprimir uma descrição do percurso desejado.

É importante que se considere para este contexto o exposto por Jané (2002) antes de entrar nos aspectos históricos relacionados ao jornalismo de viagem. A partir de Montoro, o autor afirma que “los viajes sirven al hombre para llegar al lugar donde está la noticia” (p. 39). Partindo desse entendimento, pode-se inferir que, antes do desejo ou necessidade da viagem, chegaram até ele informações que incitaram seu imaginário e só então introduzindo o desejo pela viagem, por meio da criação de um imaginário sobre certa localidade, o que reforça a necessidade de que empresas públicas e privadas das disponham na rede informações atualizadas sobre o lugar. Isso está em concordância com o que Montaner Montejano (2001) afirma sobre a relação entre a Informação e o Turismo. Segundo o autor, a informação e, com ela, a comunicação, são fatores importantes para o Turismo desde sua origem até o momento hodierno. A importância da informação turística não diz respeito apenas ao turista que quer estar/ser informado sobre o local a visitar, mas também ao próprio profissional do Turismo, que as têm como ferramenta de trabalho. Considerando, porém, os objetivos deste trabalho, serão enfocados aqui apenas a comunicação aos turistas/viajantes.

5.2 A EMPIRIZAÇÃO DO ROTEIRO

Após conhecer sobre uma localidade, turística ou não sob o olhar do mercado, após pesquisar sobre o lugar e decidir pelo deslocamento, o Sujeito inicia o planejamento, que se dá, em princípio, no campo imaginal e pela “viagem” no ciberespaço, para só então, iniciar a viagem propriamente dita, pela EMPIRIZAÇÃO DO ROTEIRO. É nessa fase que ocorre o grande despertar para o entendimento de Roteiro Turístico, pois, ainda que não haja uma Roteirização prévia para uma viagem, na forma de planejamento, o Roteiro Turístico acontece durante sua empirização, concretizando-se. Além disso, é na fase da empirização que acontece a transferência da expectativa para a experiência. Na comum brincadeira do blogueiro que lança a pergunta “onde estou?”, em 23 de outubro de 2008, Zeca traz imagens de Borobudur, na ilha de Java, na Indonésia, um lugar perto da cidade de Djakarta, “o maior monumento budista do mundo (se você for acreditar na wikipédia), um patrimônio da humanidade, segundo a Unesco” (CAMARGO, 2008⁸³), um comentário deixado por um leitor, chama a atenção para a questão posta aqui, “por que viajar se podemos ter informações e percepções sentados à frente do computador, ou em nossas próprias cidades?”, o comentário, destacado no *post* de 27 de outubro de 2008⁸⁴ por Zeca dizia: “Não é preciso ir para a Indonésia, São Paulo ou Novo Mundo pra perceber que é todo mundo igual nesse mundo”. No parágrafo seguinte, o blogueiro, ainda que talvez inconscientemente, responde às duas questões:

Quando eu vi aquele templo cheio de gente, aquela agitação, um sobe e desce frenético, gente falando, criança correndo, poses, fotos – movimento! – eu fiquei entusiasmado. Confesso até que, **a princípio, minha idéia de pauta era chegar lá e fazer uma matéria completamente zen** (só como informação, a série de reportagens dessa volta ao mundo estréia em breve...). **Imaginei aquele templo gigantesco, no meio de um círculo de montanhas, cercado de verde, com centenas de estátuas de Buda, dezenas de “estupas”** (aquela forma que muitos pensaram que eram sinos, mas são uma espécie de túmulo – ou mausoléu – que está intimamente ligado ao budismo). **Enfim, um cenário tranqüilo, para uma reportagem tranqüila. Porém, diante daquele frege** (pense no Corcovado, em tempos de Carnaval no Rio), **não tinha como disfarçar que estávamos num lugar de contemplação, mas com espírito de... churrasco na laje!** A solução foi assumir a bagunça e mostrar que aquele era um monumento muito vivo. Mais que isso, uma referência transcultural (CAMARGO, 2008⁸⁵⁸⁶).

A narrativa do blogueiro traz a resposta. A expectativa era de um lugar tranqüilo, para uma reportagem, que ele mesmo a classifica, “zen”. Expectativa criada a partir do

⁸³ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2008/10/23/onde-nos-estamos/>

⁸⁴ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2008/10/27/e-por-isso-que-eu-viajo/>

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Grifo meu.

imaginário de templo como um lugar de contemplação e, por isso, sossegado. A experiência de Zeca no local, porém, foi o oposto do imaginado, o que fora facilitado pelo fato de que

era o fim do Ramadã, o mês em que os muçulmanos fazem seu jejum, desde que o sol nasce até quando ele se põe – um dos rituais mais importantes para essa religião (só lembrando, a Indonésia é o país com a maior população muçulmana do mundo). Três dias inteiros são dedicados a lembrar o fim do Ramadã, num grande feriado nacional. E acredite: os indonésios aproveitam cada minutos desses dias livres. Especialmente viajando pelo país – e se der para visitar Borobudur, melhor ainda (CAMARGO, 2008⁸⁷).

Vê-se, portanto, a inseparabilidade da paisagem (templo budista entre montanhas verdes), das manifestações culturais (presença muçulmana em templo budista) e do imaginário social (templo como lugar de meditação, tranqüilo), confluindo para o debate aqui levantado: expectativa em relação dialógica à experiência, marcadas no relato do blogueiro. No mesmo *post*, Zeca questiona “O que essa legião de mulçumanos estava fazendo passeando no maior monumento budista?”, o pensamento que sucede o questionamento (“Ah, mas é justamente aí que as coisas começam a ficar interessantes...”) abre espaço à discussão sobre o Sujeito Turístico e Sujeito Atávico, que pode ser pensado a partir do encontro com o outro, marca que aparece em outro *post* do blogueiro, ao falar da importância da revista em quadrinhos para a criação de seu imaginário sobre a viagem. Zeca expõe que dentre outras coisas que lhe chamava atenção na história estava “a capacidade do jovem repórter (nem sempre isso ficava claro, mas essa sempre foi a profissão de Tintim) de fazer amigos em qualquer lugar do mundo (algo que eu provavelmente registrei de maneira subliminar, e só fui compreender mesmo quando eu já era ‘crescidinho’ e fui fazer minhas próprias viagens)” (ZECA CAMARGO, 2007)⁸⁸. Isso revela que a narrativa do blogueiro mostra que há uma relação entre uma experiência narrada, mas o verdadeiro sentido somente foi compreendido com o empirismo de uma experiência individual.

5.3 RELATOS DE VIAGEM: A ROTEIRIZAÇÃO À POSTERIORI

Escrever sobre uma viagem realizada tornou-se um hábito de muitos viajantes que, independente do motivo, sentiam-se tentados ou obrigados a relatar sua experiência sob a motivação de contá-las por meio de livros, ensaios, guias ou crônicas, deixando assim, testemunhos escritos de seus deslocamentos (JANÉ, 2002). Hoje, na era das Tecnologias da

⁸⁷ Idem

⁸⁸ <http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/02/08/descomplicando-tintim/>

Informação essas experiências, que podem eventualmente criar imaginários sobre os lugares narrados podem ser construídas através das informações jornalísticas, ou até mesmo dos blogs, como diários eletrônicos de viagem, como já evidenciado, em que os blogueiros narram não só suas experiências nos locais visitados, como dão dicas de viagem, hospedagem, atrativos, mas também informam onde não se hospedar, o que não visitar⁸⁹, assumindo a contra-mão dos guias e relatos de viagem tradicionais.

Segundo Jané (2002), a condição humana, errante por natureza, tem a necessidade de investigar e aprender mais por meio de suas viagens, além da necessidade de contar e alimentar a curiosidade dos membros de sua tribo por meio do relato de suas experiências. Esses relatos podem ir desde a forma mais primitiva, relato oral, como por meio de vídeos e fotos utilizados pelos turistas pós- modernos.

Considerando que o ato de relatar uma viagem, seja na forma oral, seja na forma escrita, ou mesmo no relato fotográfico, é algo natural à própria viagem, o autor afirma que “todo viajero tiene algo de informador. A lo largo de la historia se aprecia que muchos viajes – la mayoría – se realizaron por la necesidad de ver qué hay más allá. Los que fueron, cumplieron con su cometido de contar, de ‘informar’ – aunque fuera verbalmente – sobre lo que vieron” (JANÉ, 2002, p. 41).

A necessidade de evasão a qual Jané se refere ao falar na necessidade de conhecer o que se tem mais adiante e de narrar sobre as viagens empreendidas, pode ser observada em dois fragmentos do relato de Zeca Camargo no livro “Isso aqui é seu: a volta ao mundo pelos patrimônios da Humanidade”. O escritor, que já havia realizado uma primeira volta ao mundo⁹⁰ anteriormente, frente à proposta de realizar uma segunda, se coloca a seguinte questão: “por que dar outra volta ao mundo?”:

Uma já não estava bom? Que ambição – não, ambição é forte demais... Que impulso – não, impulso também não serve, parece inconseqüente demais... Que curiosidade – isso, curiosidade é bom – me faz buscar energias, ideias, recursos e entusiasmo para um projeto que aparentemente parece se encerrar em pouco tempo? (CAMARGO, 2009, p. 14).

⁸⁹ Como, por exemplo, é feito no blog “Publicitária e Viajante” <<http://publicitariaeviajante.blogspot.com>>, nas postagens “onde NÃO se hospedar no Rio de Janeiro” (publicado em 26 de março de 2010) <<http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/03/onde-nao-se-hospedar-no-rio-de-janeiro.html>> e “Onde ir e onde não ir em San Sebastian” (Postado em 4 de maio de 2010) <<http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/05/onde-ir-e-onde-nao-ir-em-san-sebastian.html>>

⁹⁰ A primeira volta ao mundo foi realizada pelo jornalista em 2004 também para uma série de reportagens do Fantástico. Zeca passou por dezessete países, sem contar com as conexões aéreas e os países usados como base de produção.

A curiosidade a qual Zeca Camargo se refere está naquilo que move o espírito errante, explícito nos parágrafos seguintes: “essa foi justamente uma das razões que me fez querer dar outra volta ao mundo: a possibilidade de explorar novos territórios!” (CAMARGO, 2009, p. 15). Porém, a curiosidade que move os deslocamentos e, a narração dessas viagens, conforme já citando anteriormente, não é uma peculiaridade contemporânea.

A história revela que há uma estreita relação entre viajar e relatar o que se viu durante a viagem, podendo-se considerar que os relatos de viagem caminham paralelamente à história das explorações e descobrimentos. A narrativa histórica acerca do Turismo é marcada por alguns personagens que ganharam destaque principalmente por seus relatos de viagem, como é o caso de Heródoto, considerado por Yasoshima e Oliveira (2002) como o “primeiro turista”. Boyer (2003), no entanto, aponta para Rousseau como “primeiro turista” que, enquanto romancista, relatava suas viagens em seus escritos.

Contudo, Jané (2002) afirma que não se sabe quem teria inventado os diários de viagens, mas, citando Litvak, o autor assinala que o costume de levar diários de viagens é antigo e que muitos viajantes tinham consigo seus próprios diários onde relatavam suas experiências de viagem e alguns deles os publicaram em formas de livros, como é o caso da obra *Italian Journey*, que descreve a viagem de Goethe à Itália entre os anos de 1786 e 1788 e *The innocents abroad*, de Mark Twain, o qual descreve um cruzeiro oceânico realizado em 1867 e concebido especialmente para turistas, ambos já citados no capítulo dois. Ao final da Idade Média publicaram-se várias crônicas de viagens, dentre elas, destaca-se a de Marco Pólo. Mas, já na antiguidade, os fenícios ganham destaque por seus périplos, diários de bordo que, posteriormente teriam servido de fonte e exemplo aos roteiros medievais e aos portulanos ibéricos e italianos (BARBOSA, 2002).

O povo árabe, dentre os quais se destacam os muçulmanos, também merecem destaque no contexto de relatos de viagem. Em poucos séculos esses povos se estenderam da Arábia a áreas mais remotas do Mediterrâneo, o que teria possibilitado acesso à informação, a partir dessas narrativas (JANÉ, 2002). O autor destaca alguns desses viajantes que escreveram sobre suas viagens: Suleiman, mercador do século IX que registrou textos como “Caderno de Histórias” e “Informações sobre a Índia e sobre a China”. Nesse período, os relatos, novamente, aparecem vinculados à necessidade de informação e, no caso dos árabes, vinculados à necessidade de informação dos próprios califados. Para melhor delinear o contexto dos árabes no que se refere aos relatos de viagem, Jané (2002) recorre a Tovar, especialista em história medieval, segundo o qual, os relatos árabes (*rihla*) são

“extraordinariamente parecido, tanto por el contenido como por la forma de organizalo, a los libros de viaje escritos por los viajeros occidentales” (JANÉ, 2002, p. 53).

Esse especialista divide a literatura geográfica árabe em três etapas históricas distintas. A primeira etapa teria se desenvolvido no século IX e princípios do século X, quando os relatos eram RESUMOS E INFORMES PARA USO DAS CLASSES DIRIGENTES E A ADMINISTRAÇÃO CALIFAL, seu conteúdo, reunia conhecimentos históricos, etnográficos, costumes, dentre outros, de povos que seriam conquistados, ou sobre os quais convinham manter relações diplomáticas e seriam posteriormente recorridos pelos correios. A segunda etapa teria se desenvolvido entre meados do século X até o século XII, quando os textos da época anterior iam sendo substituídos por outros qualificados como ITINERÁRIOS e ESTADOS, mais eruditos e com uma tendência a fazer divulgação científica. Jané (2002) destaca que, nessa época, a figura de Al-Idrisi, *viajero*, filósofo e geógrafo, autor do livro “*Las recreaciones del que aspira a recorrer el mundo*”, figurando como um misto de guia e uma cosmografia descritiva.

Por fim, a última etapa, que seria a partir do século XII, quando os livros relacionados com viagens se especializaram em quatro tipos distintos: (1) DICIONÁRIOS GEOGRÁFICOS; (2) COSMOGRAFIAS E GEOGRAFIAS UNIVERSAIS; (3) ENCICLOPÉDIAS; e, por fim, (4) as *RIHLAS*, ou seja, relatos de viagem. Para o melhor entendimento deste último Jané (2002) apóia-se em Fanjul e Arbós, que explicam que as *rihlas*⁹¹ são livros de viagem que pretendem ser úteis e informar, da forma mais detalhada possível, sobre o que foi visto e vivido, dando ao leitor a chance de seduzir-se com o que está sendo narrado e descrito, assumindo, portanto, o que se tem chamado no decurso deste estudo de Tecnologias do Imaginário. O objeto desses relatos árabes é diversificando dependendo de sua intenção, conforme pode ser observado na descrição de Jané (2002, p. 54)

los temas que afloran a sus páginas nos llevan de los datos históricos e instituciones sociales de la cultura en general, con su trasfondo etnográfico e folklórico y su entramado económico, hasta las observaciones geográficas, urbanas o no, acotadas permanentemente por las más variadas menciones sobre cultivos, botánica e zoología.

Dessa forma, traziam-se informações detalhadas ao leitor com descrição de paisagens, ambientes, pessoas, cultura, costumes, dentre outros. Pode-se dizer que, com o

⁹¹ Jané (2002) destaca a figura de Ibn Battuta, nascido em 1304, quem, aos 21 anos saiu do Marrocos para fazer a peregrinação à Meca e encantou-se pela arte de viajar, estendendo sua viagem em um período de 14 anos, visitando o Norte de África, o extremo Oriente, atravessando o continente asiático até a China. Seu périplo resultou na obra intitulada “Através do Islam”.

desejo de ser útil para outros “viajeros-leitores”, esses relatos já serviram como guia, contribuindo também para a criação do imaginário sobre o lugar descrito, criando desejos de viagens. Durante a Idade Média, porém, as viagens foram retraídas, o que fez com que se retornasse ao plano da transmissão oral e, com o sistema de comunicação deficitário, com a necessidade latente das pessoas de transmitir notícias, saber de histórias e lendas e saber como ia o mundo, a tarefa de informar estava novamente vinculada aos *viajeros*, aventureiros, andarilhos que iam de um lugar para o outro e figuraram como os novos informantes até que a palavra escrita retornasse ao plano principal (JANÉ, 2002).

O espírito errante do homem medieval é latente e, nem as “incomodidades de los viajes ni el desconocimiento geográfico inicial amedrentaran el espíritu aventurero de los peregrinos, misioneros e mercadores” (IDEM, p. 55). Isso demonstra que a Idade Média não foi um período fechado às viagens, ainda que o deslocamento tenha se retraído. No que se refere às viagens e relatos de viagem, esse período, tem entre “la Europa de los godos – nada propicia para la existencia de informadores de viajes – iba sentando las bases de una nueva sociedad, dos civilizaciones viajeras muy distintas entre sí aflorarían dejando relatos testimonios de sus expediciones” (INDEM, p. 49).

O autor aponta para o surgimento de várias lendas a partir de especulações sobre as expedições dos povos *Vikingo*⁹² e *Varegos*⁹³, baseadas em relatos orais. Existia entre esses povos uma forte tradição oral transmitida pelos narradores informantes cujos relatos (sagas⁹⁴) contavam feitos épicos. Teriam surgido, segundo o autor, na Islândia, e teriam sido transmitidas oralmente sem que qualquer relato escrito fosse feito até duzentos anos depois. Dentro desse cenário, então, vale ressaltar, conforme o faz Jané (2002), que, juntamente aos relatos mais fies à realidade e documentados, existiam os de ficção, que se deram, em geral, na cultura grega, como frutos da investigação e da especulação geográfica.

É importante considerar que esses relatos (das expedições dos povos Vikingos e Varegos) foram redigidos após os acontecimentos. Inclusive no período em que eram

⁹² Vikingo (del inglés *viking*, y este del nórd. *víkingr*) es el principal de los nombres dados a miembros de un pueblo germano originario de Escandinavia, famosos por sus incursiones en Europa (Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Vikingo>).

⁹³ Los **varegos**, **varengos** o Varyags (del nórdico antiguo: *Væringjar*; griego: *Βάραγγοι*, *Βαριάγοι*, *Varangoi*, *Variagoi*, ruso y ucraniano: *Варяги*, *Varyagi* / *Varyahy*) eran daneses (vikingos) que fueron hacia el este y el sur a través de lo que hoy es Rusia, Bielorrusia y Ucrania, principalmente en los siglos IX y X. Sin embargo, según algunos estudiosos (incluidos algunos tan famosos como M. V. Lomonosov) el término "varegos" se utilizaba para referirse a todos los viajeros del mar, los comerciantes y piratas, independientemente de su origen (Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Varego>)

⁹⁴ Para o entendimento da palavra Saga, Jané (2002) recorre a Prampolini que explica que “Saga significa propriamente ‘historia’, en las dos acepciones que se suele dar a la palabra: registro objetivo y metódico de los hechos (inglés *history*); relato a menudo inventado y por lo general agradable (inglés *story*)” (JANÉ, 2002, p. 50)

transmitidos oralmente, eram contados como feitos ou histórias do passado. Dessa forma, os narradores eram “contadores de conto”, mas também “contadores de histórias” que relatavam acontecimentos aos seus contemporâneos, já foram do passado distante ao presente imediato (JANÉ, 2002).

Já no Renascimento, a difusão das novidades sobre as viagens foram possíveis por meio da imprensa. Um dos primeiros e mais emblemáticos textos impressos foi, segundo aponta Jané (2002), a carta de Colombo, onde continham as incidências de sua primeira viagem. Esse era o princípio de uma grande série de relatos que se apresentariam como textos jornalísticos e, quando, posteriormente compilados, converteram-se em livros.

Com o Romantismo, no século XVIII, os deslocamentos começam a tomar um novo ímpeto. Deixam ser motivadas pelo interesse de exploração, de reconhecimento territorial para colonizar, e passaram a ser motivadas “prazer do deslocamento”, o deslocamento como lazer, como fuga do cotidiano, pelo exótico. Assim como nas épocas anteriores, esses *viajeros* levam consigo diários, e suas narrações foram publicadas como livros, folhetos ou correspondências curtas (JANÉ, 2002). Nesse sentido, o autor reitera que desde os fins do século XVIII até a primeira metade do século XIX produziu-se na Europa uma série de circunstâncias que reforçaram a publicação de textos de viagem na imprensa do momento. A exemplo disso, pode-se citar o romance de Laurence Sterne *A sentimental journey through France and Italy* cujo

[...] efeito foi reforçado, por um lado, por uma onda de crônicas de viagem e, por outro, por manuais que, mediante contínua atualização, deram lugar a grande número de edições, alcançando ampla difusão. De maneira em que as viagens já não permaneciam por muito mais tempo sob a égide das finalidades práticas, tais como fechamento de negócios [...]. Muito pelo contrário: os que adquiriam plena noção das possibilidades estéticas oferecidas por uma mudança de lugar, avaliando prévia e acuradamente as exigências práticas de uma existência ambulante, passavam a praticar a arte de viajar (SCHMIDT, 1987 [s.p]).

Dentro dessa mesma perspectiva, Boyer (2003) fala das “lentes cor de rosa”, através da quais os turistas de massa de hoje continuam a olhar os locais por onde passam, uma vez descritos pelo olhar romântico do século XIX. O imaginário com “lentes cor de rosa”, gestado dentro de um ideário romântico, nasce em uma época em que “somente as pessoas de alta renda - ou quase - eram turistas. Todas as grandes estações termais, balneárias, de alpinismo (Chamonix, Zermatt), de inverno mediterrâneo, os grandes lugares que se deve conhecer - videnda ou sight-seeing - tem uma data de nascimento e muitas vezes bicentenários” (BOYER,

2003, p.25). Os guias – o Murray inglês, o Baedeker alemão e o Joanne francês – se encarregariam de alimentar a reputação desses lugares.

Quanto à forma literária desses textos, Jané (2002) apresenta a comparação entre as façanhas da Idade Média e os Textos do Renascimento que narram o descobrimento. Os primeiros deixaram marcas na literatura oral, nos romances e poemas épicos carregados de lenda. O segundo, por sua vez, com o desenvolvimento da imprensa e a generalização da língua escrita fazem com que sejam as crônicas e a história as encarregadas pelo registro dos acontecimentos.

Frente ao exposto, pode-se dizer que teria sido a partir dos relatos de viagem que teriam surgido os guias, como variante das narrações que apontavam caminhos a serem seguidos, locais de interesse à visitação, onde comer, onde dormir, etc. Oficialmente, segundo Acerenza (2002), o primeiro guia de viagem teria sido o *Handbook of the trip*, preparado por Cook, o qual descrevia a viagem e que teria sido preparado de forma profissional e especialmente para os turistas, em função de uma excursão de Leicester até Liverpool.

No momento contemporâneo, com a incidência das Tecnologias da Informação, as editoras de guias turísticos e mapas têm demonstrado interesse nas possibilidades permitidas a partir das novas tecnologias. Um estudo sobre viagens na União Européia, realizado por Slogget (1997) revelou que as grandes empresas de viagens e turismo e as organizações assumem um interesse crescente na tecnologia de satélite, e no desenvolvimento de Viagens, Lazer e Serviço de informações. O tipo de inovação no serviço de informação que eles desenvolvem fornecerá informações sobre um recurso e sobre a região, além de possibilidades de entretenimento, permitindo também transações comerciais.

Os blogs também tendem a direcionar links para guias, mapas, conversor de moedas, dentre outros, como é o caso do “Blog do Viajante”⁹⁵, que traz marcadores de Guias (*Frommers, LonelyPlanet, Rough Guides, Wikitravel*), mapas (*Google Maps, Google Earth*), conversor de moedas (*Gocurrency, Oanda, Yahoo Currency Converter*), o que facilita ao leitor interessado em planejar-se para suas viagem.

Embora a discussão sobre a natureza literária dos Relatos e Guias de Turismo não seja o ponto de análise desta proposta, essa discussão é importante para levantar o questionamento sobre a diferença existente entre os Relatos/Guias de Viagem e Roteiro Turístico. Assim, a partir do apresentado, pode-se perceber a relação dialógica entre a concepção de Relatos e Guias de Viagem, destes em especial, como apresentados nesta seção,

⁹⁵ <http://www.blogdoviajante.com/>

com o entendimento moderno de Roteiro Turístico apresentado no capítulo um. As categorias são as mesmas, TEMPO e ESPAÇO organizados por meio de um itinerário. O que permitiria a inferência de que, conforme entendido atualmente em sua compreensão epistemológica, o Roteiro Turístico seria o estado anterior ao relato, ou seja, a materialização do Roteiro Turístico estaria no relato. Ainda seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que o relato de viagem é uma ROTEIRIZAÇÃO A *POSTERIORI*.

Outra classificação para a literatura de viagens (no período que vai desde o final do século XVIII até metade do século XIX), é feita por Heradita, conforme aponta Jané (2002). A autora faz a classificação segundo as fontes utilizadas pelos *viajeros*, em função da forma e do desenvolvimento da viagem e em função da identidade e profissão dos *viajeros*. A primeira é dividida em três grupos: 1) aqueles que não contam suas experiências próprias e recorrem a experiências de segunda-mão; 2) *viajeros* que narraram suas impressões, fruto da experiência pessoal; e, 3) relatos de *viajeros* que combinaram sua experiência pessoal com mostra de erudição e dados extraídos de outras fontes.

A segunda classificação é dividida em três grupos: 1) viagem entendida como trabalho ou necessidade, em que os *viajeros* manifestam maior capacidade de observação e de aprofundar-se na realidade do país; e, 2) viagem entendida como ócio, em que o *viajero* aproxima-se mais do turista atual que “pasa sin ver nada” (JANÉ, 2004 p. 93). A terceira divide-se nos seguintes grupos: relatos de clérigos y missionários, relatos de militares, relatos de comerciantes, relatos de diplomáticos, relatos de viajantes profissionais e relatos de curiosos impertinentes.

Além dessas três classificações, Jané (2002) ressalva que há uma quarta, a qual se faz em função da estrutura formal, segundo o qual os relatos dos *viajeros* se apresentam ou em forma epistolar ou em forma de esboços ou capítulos; e estrutura de conteúdo dos relatos, podem ser do tipo cosmográfico ou aqueles que narram suas viagens por etapa. O autor chama atenção para o fato de que essas estruturas coincidem com as de épocas anteriores e confirmam novamente o caráter fragmentado dos relatos históricos de viagem.

A partir do exposto, a seguir abre-se uma discussão sobre a relação complexa entre os Relatos/Guias de viagem e a roteirização.

5.4 A COMPLEXIDADE NA ROTEIRIZAÇÃO: RELATOS E GUIAS DE VIAGEM, O RETORNO DO POSTERIORI AO PLANEJAMENTO

Considerando que os Relatos de Viagem teriam dado origem aos Guias, ou ainda, que os Guias seriam uma variante das narrativas de viagem, desenha-se assim uma relação dialógica entre esses gêneros da Literatura Turística: Relatos como roteirização *à posteriori* e guias como Tecnologias do Imaginário ajudando no planejamento da viagem, o princípio da Roteirização.

A “evolução” dos Relatos a Guias Turísticos teria acontecido durante a época do Império Romano. Entre os textos proto-geográficos, os quais foram abundantes dentro de uma civilização fortemente expansionista, emergiam aqueles que indicavam lugares para a visitação. A divisão desses textos em três grupos distintos é feito por Beaujeu (apud JANÉ, 2002). O primeiro é determinado por Hecateo de Mileto na antiguidade e foi levado a diante durante o Império Romano por Estrabón. A partir de uma visão cosmológica, esses autores pretendiam mostrar o mundo em seu conjunto através de suas obras. O segundo grupo, de maior interesse para esta análise, forma-se com os guias que “describen un itinerario marítimo o terrestre, pensadas para marinos y viajeros” (JANÉ, 2002 p. 47), ademais estão diretamente relacionados aos relatos de viagem com objetivo de informar seus contemporâneos, futuros viajantes, sem outras pretensões. Como precedentes nesse grupo, o autor cita os Périplos de Hannón, de Nearco e o do mar Eritreo, de autor desconhecido. Esses guias, segundo Jané (2002) teriam se multiplicado durante o Império Romano. A partir do século IV encontram-se mais textos com as mesmas características, que foram utilizados como guias para os peregrinos, como por exemplo, *itinerario de Burdeus a Jerusalén* e a *Peregrinación de Eteria*. O terceiro e último grupo refere-se aos pioneiros nos estudos da geografia como ciência. O autor cita Hiparco e Ptolomeu, como exploradores preocupados com as coordenadas geográficas, medições, cartografia, astronomia, dentre outros.

Já Rejowski et. al. (2002) consideram que a evolução dos guias de viagem teria acontecido pelo crescimento do Turismo, dessa forma, os amplos volumes uma vez utilizados pela aristocracia e guardados em sua biblioteca dão lugar as edições de bolso após a segunda metade do século XIX. Os autores destacam também os guias de Karl Baedeker, quem teve seu primeiro guia editado em 1829, intitulado *Rheinlande* e, a partir daí, ter-se-ia iniciado uma contínua expansão, com a preocupação de trazer informações verídicas e de interesse dos turistas.

A emergência dos guias turísticos como uma literatura didática é apresentada por JACK e PHIPPS (2003) com vistas à análise histórica feita por Cronin. Para ele, um aspecto importante nos guias turísticos originais de Karl Baedeker era libertar o viajante de dependência de empregados contratados e guias e para ajudá-lo a andar com seus próprios pés, para torná-lo “independente”, e colocá-lo em uma posição na qual ele pode receber suas próprias impressões com os olhos claros e coração animado, Cronin afirma ainda que o guia turístico traduz a cultura estrangeira para a língua materna do viajante e, dessa forma, ele já não dependeria da tradução oral do guia/intérprete, já que o livro lhe dera a tradução escrita (JACK e PHIPPS, 2003). Nessa mesma direção, Goethe relata sua experiência desprendida de amenidades de ordem física ou psíquica (SCHMIDT, 1987).

Além de Roteiros Turísticos convencionais, em que os turistas são acompanhados por guias de turismo, há ainda aqueles Sujeitos que viajam e buscam nos guias turísticos⁹⁶, os quais, segundo Jack e Phipps (2003) deviam ser vistos como auxílio àqueles que buscam alguma distinção de pacotes turísticos, talvez pela busca de autonomia em suas viagens, mas que querem assumir uma viagem pré-planejada, em nome do conforto e da segurança, sob a forma de texto que prepara o viajante pelo o que estaria por vir. Ao compreender os guias turísticos como uma forma de literatura apodêmica⁹⁷, os autores os vêem como parte de um “conto de liberdade” moderno e soberania individual do Ocidente. A definição de *apodemic literature* é apresentada pelos autores a partir de Stagl, que a entende como trabalho no qual o objetivo principal é oferecer regras sistemáticas para viagem e observação; é didática, instrucional, exercendo significativo papel de indicação de comportamento sobre o leitor e seu objetivo seria afetar o comportamento.

Os autores buscam uma ampliação do entendimento apodêmico da escrita de viagem, com uma noção de guia de viagem como uma forma de devoção, um seguro contra o inesperado e o desconhecido. A pesquisa histórica sugere, então, que os guias de viagem são as principais fontes de instrução que preparam as pessoas para viajar e que, ao fazê-lo, os guias parecem conter elementos devocionais.

Julgou-se importante trazer para este contexto os questionamentos feitos pelos autores: por que tanta atenção à preparação? Somos incapazes de mover-nos sem instrução? É prazeroso ser sempre preparado e definido por terceiros? Por que há tais materiais e uma

⁹⁶ É importante esclarecer a diferença entre guia de Turismo e Guia de Turismo. O Guia de turismo é o profissional habilitado para guiar visitantes. Já o Guia Turístico é o manual que relaciona os principais pontos turísticos de determinado local

⁹⁷ Tradução do termo usado pelos autores em inglês: *Apodemic*: do grego *apodemeo*, estar longe de casa, no exterior, em viagem. *Apo*, preposição que dignifica distante; *demos*, substantivo que significa pessoas ou comunidade. *Apodemeo* é formado por analogia à *endemeo*, viver em casa (JACK e PHIPPS, 2003)

necessidade emocional de roteiros, instruções e sugestões? Quais são as ligações entre a antecipação de novos mundos e experiências e o “manual de instruções”? O que estaria para acontecer para o corpo, o espírito, o ritual e até mesmo as dimensões cerimoniais que requerem esse tipo de trabalho? Para responder a essas perguntas os autores recorrem a Nelson Graburn que aponta para a possibilidade de o Sujeito morrer durante um deslocamento, seja por acidentes que envolvam meios de transporte, seja por morte natural, e neste caso, o autor cita o caso de idosos em férias. Apesar disso, a analogia do autor com a morte entra no campo do simbólico: “*We say goodbye as we depart and some even cry a little, as at a funeral, for we are dying symbolically*” (JACK e PHIPPS, 2003, p. 285). Nesse mesmo sentido, Gastal (2000; 2005b) afirma que

[...] a sociedade sedentarizada não aboliu os deslocamentos, que passam a ser abrigados sob a palavra *viagem*. Para Leed (1991), a palavra manterá a carga simbólica e mitológica da ação que a originou, levando-a a transformar-se em metáfora utilizada para explicar transformações e transições vitais como a morte (*viagem sem retorno*) ou a vida (*jornada sobre a terra*). Leed faz outras analogias. Busca na palavra latina *experiência* sua raiz indo-européia em **per**, a mesma raiz que estaria em **perigo**. Experiência carregaria implícito o sentido de *cruzar um espaço* e *alcançar um objetivo*. Na evolução fonológica do **per** para **fer**, estaria a raiz das palavras inglesas FAR, FERRY e FEAR, o medo. Além do medo, as viagens ainda seriam responsáveis por levar ao refinamento do caráter (*experiência*) e por sintonizar o indivíduo, amadurecido pela andanças pelo mundo, com seu grupo de origem, tornando-o um cidadão mais útil (GASTAL, 2000, p. 4; 2005b, p. 51)⁹⁸.

Pode-se perceber, então, que o entendimento de Viagem, entendendo-a sob as perspectivas de experiência, tem na etimologia da palavra a noção de sofrimento, desafio e vivência (dolorida, mas fundamental), compreendendo-a como transformação ou rito de passagem. Gastal (2000) chama atenção, ainda, que, hoje, a palavra “passagem” em português é utilizada também para indicar o que se paga pela viagem.

Dentro desse contexto, pode-se considerar a fetichização de preparação do contexto dialético entre as relações de vida/morte. Portanto, se as saídas de férias, as viagens, representam mortes simbólicas, os guias de viagem atuam como um salvo conduto que antecipa e prepara o viajante para o sofrimento que está associado com o pequeno, discreto, mas, simbolicamente importante momento de ruptura, em que se lamenta pelas coisas que se deixa para trás, um momento em que se rouba o Sujeito para um futuro de perigos desconhecidos (JACK e PHIPPS, 2003, p. 286).

Exposto isso, busca-se aqui, através da metáfora do Trampolim (JAFARI, 1995), representar como o processo de Roteirização pode ser apresentado, em nível psicológico, a

⁹⁸ Grifo da autora

partir das três fases apresentados para o Roteiro Turístico. A metáfora do trampolim, procura explicar o que se passa no psicológico de cada turista antes, durante e depois da viagem empreendida (JAFARI, 1995). Segundo o autor, a compreensão das viagens deve conciliar o turista (pessoa central da viagem); o estado de espírito de turista e o aparato turístico (empresas que respondem às necessidades dos turistas).

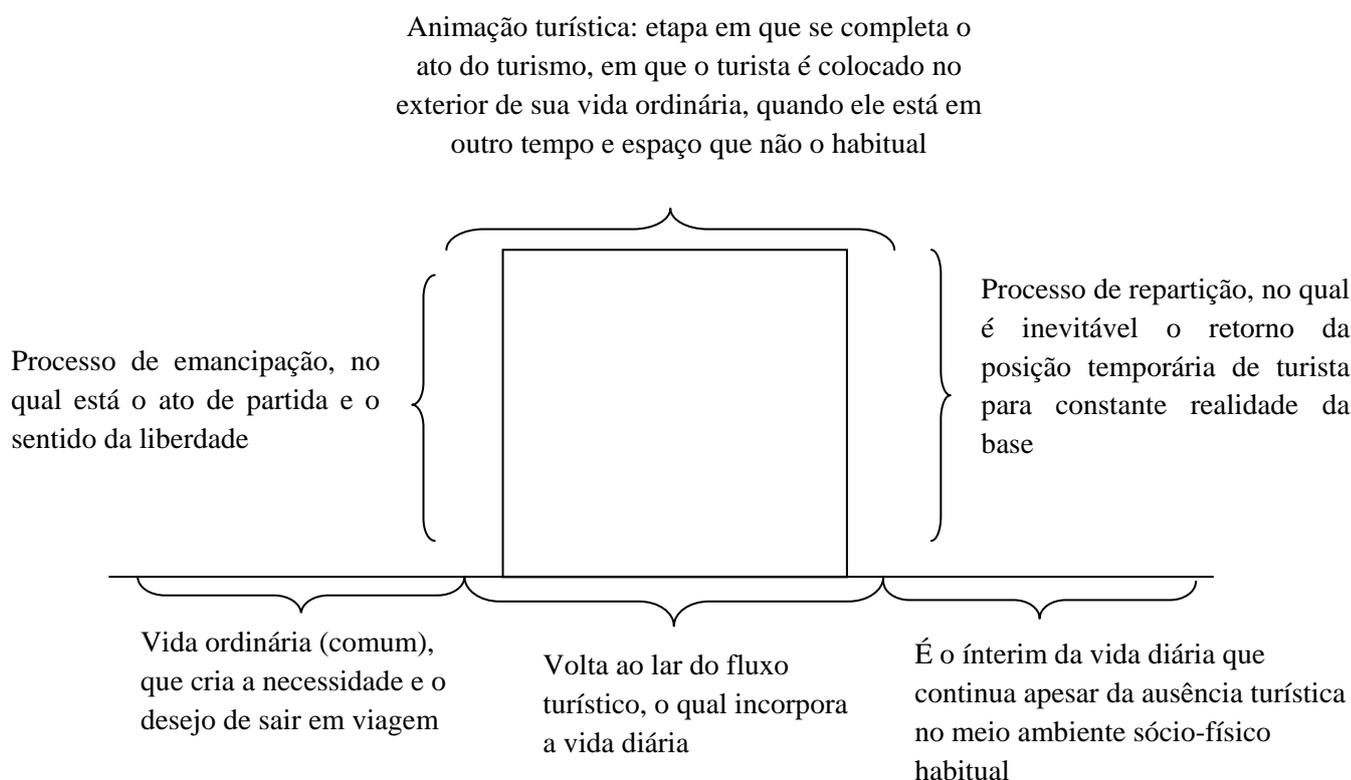


Figura 03: Metáfora do Trampolim
Fonte: CISNE, 2010 (Adaptado de Jafari, 1995)

A exemplo de Jafari (1995) busca-se aqui redimensionar e ressignificar o Roteiro Turístico como um processo que transcende a ordinária indicação metódica de atrativos, algo mais do que um produto, mais do que desenvolvimento, marketing, promoção, troca estrangeira, efeitos multiplicadores e empreendimentos; apresentando-o como a organização de expectativas, desejos e experiências.

Transpondo a metáfora do trampolim para a compreensão de Roteiro Turístico, então, tem-se:

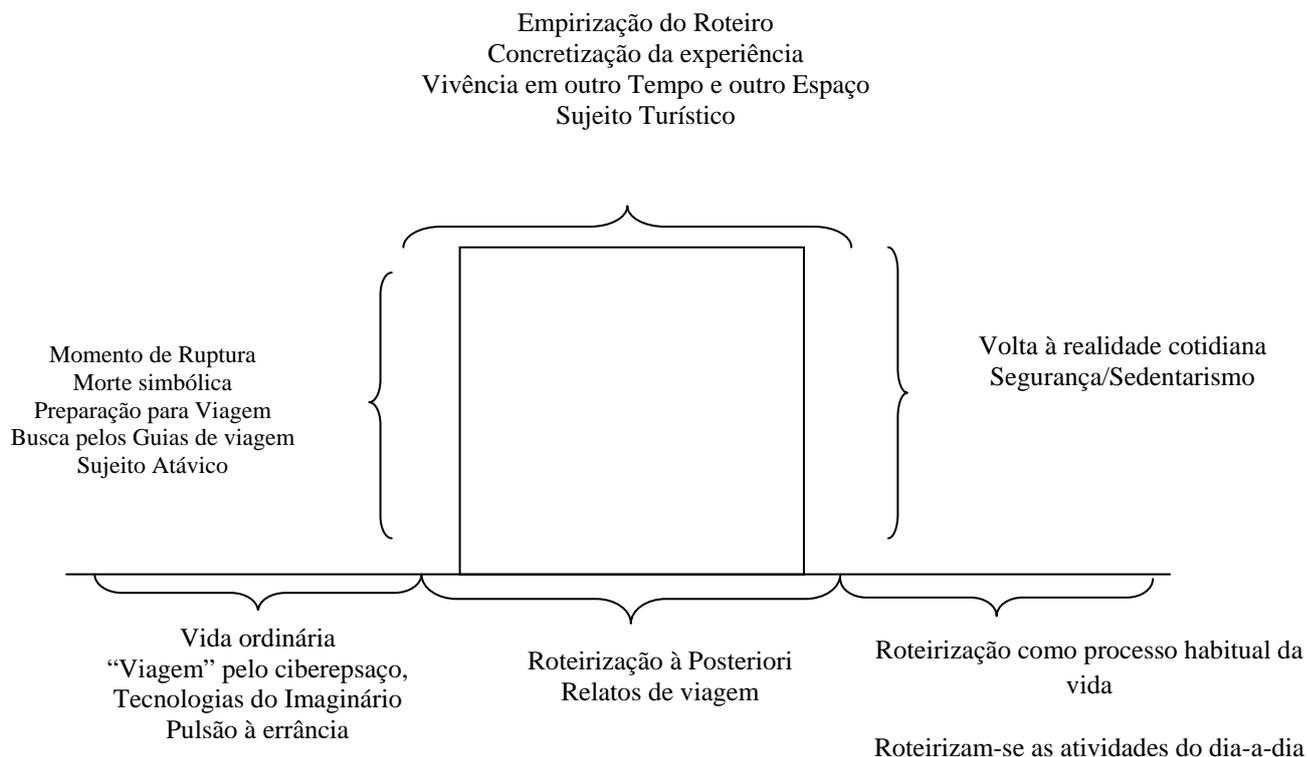


Figura 04: Metáfora do Trampolim (ancoragem ao Roteiro Turístico)

Fonte: Cisne, 2010 (Adaptado de Jafari, 1995)

Outro fator importante a ser considerado neste contexto de complexidade do Roteiro Turístico, segundo as três fases aqui adotadas, está no fato de que no momento contemporâneo, a simultaneidade do tempo, como abordada no capítulo 4, permite a sobreposição da roteirização empírica e a roteirização *à posteriori*. Já que, com as tecnologias da informação, é possível, por meio de comunidades virtuais, sejam elas blogs, *Orkut*, *facebook*, *Twitter*, *Flickr*, ou qualquer que seja a rede, para relatar a viagem, concretizando a aqui denominada ROTEIRIZAÇÃO À POSTERIORI em tempo real. É dialético, pela complexidade de analisar o tempo em sua simultaneidade, apesar disso, não se invalida o termo aqui adotado para essa terceira esfera da roteirização.

Portanto, pode-se dizer que o espaço virtual dá vazão às expectativas a partir da criação da imaginários, enquanto que o deslocamento, dá espaço à experiência vivenciada em dimensões espaço-temporais incomuns aos Sujeitos turísticos. O espaço distância é também modulado peças técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. A distância supõe a extensão; a circulação adéqua-se à ela. As manifestações do espaço geográfico como Lugar e como distância, unem-se através de si mesmas no uso do tempo.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS, E NOVOS DESAFIOS

Se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio de enfrentar, o pensamento complexo não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo e, por vezes, até mesmo ultrapassá-lo (EDGAR MORIN).

Partindo da dimensão reflexiva que este estudo tomou, tinha-se, a princípio, a intenção de trazer algumas respostas e um saber produzido. Porém, na medida em que as leituras, os debates e até mesmo a própria escrita avançava, percebeu-se que não se traria resposta ou alguma proposta de conceituação e que isso não passara de pretensão. O resultado final mostrou que ainda há muito que se percorrer neste caminho, muito a ser refletido, debatido, aprimorado e acrescentado. Se coubesse aqui a possibilidade de reformular o objetivo geral desta pesquisa, dir-se-ia que “o presente estudo tem como principal objetivo trazer as meditações feitas pela pesquisadora durante seu percurso reflexivo, sem abstrair suas inquietações, dúvidas e muitos questionamentos”.

O saber, até então produzido, acerca dos roteiros turísticos, permitiu perceber a presença das categorias TEMPO, ESPAÇO e TEMATIZAÇÃO consagradas no ROTEIRO TURÍSTICO TRADICIONAL. O prosseguimento da pesquisa permitiu adicionar as categorias TECNOLOGIA e SUJEITO, no que se convencionou chamar, no estudo, de ROTEIRO TURÍSTICO PÓS-MODERNO.

O trajeto percorrido no percurso reflexivo pode ser representado, graficamente, na figura a seguir:

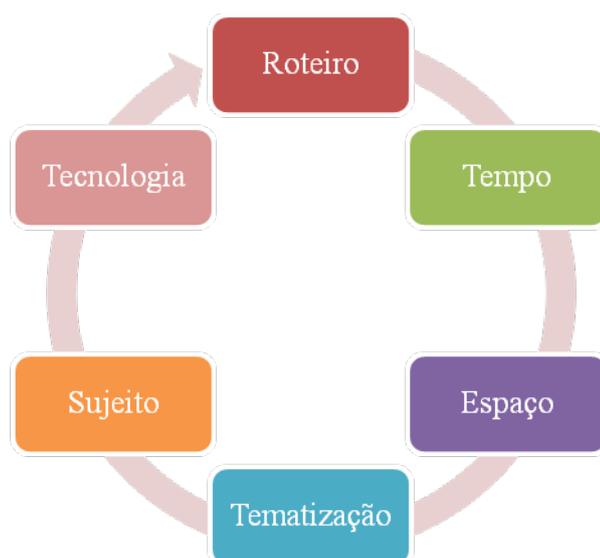


Figura 05: Esquematização das categorias constituintes do Roteiro Turístico
Fonte: Cisne, 2010

O viés multidisciplinar tomado pela pesquisa, além da opção de trabalhar com categorias, permitiu que se transitasse por teóricos da Geografia, Engenharia e Ciências Sociais para estudá-las, ressignificando-as no contexto social e construindo-as no contexto do Turismo. Entende-se que a complexidade não permite, na sua essência, o trabalho com categorias de análise, mas o aporte dado pela dialética suporta a proposta, necessária quando se precisa trabalhar com outros conceitos, definindo-os e redimensionando-os para que, neste estudo, pudesse construir um pensamento complexo acerca do que se compreende aqui como Roteiro Turístico Pós-Moderno.

A partir dessa construção surgiu a inquietação epistêmica acerca do Turismo, que tem privilegiado, de forma geral, salvo exceções, as categorias Tempo e Espaço da mesma forma que as reflexões acerca do roteiro turístico, trabalhando ainda a tematização, embora que de maneira periférica. Agregada à dimensão conceitual, emergiu a inquietação quanto ao uso das (Geo)Tecnologias no Turismo, questionou-se sobre a prática dos roteiros turístico, já não mais sob a ótica pragmática, mas, buscando considerar o mundo Pós-Moderno e as novas sensibilidades que daí emergem. Transpondo-se essas questões ao Método, tem-se, graficamente, a seguinte esquematização:

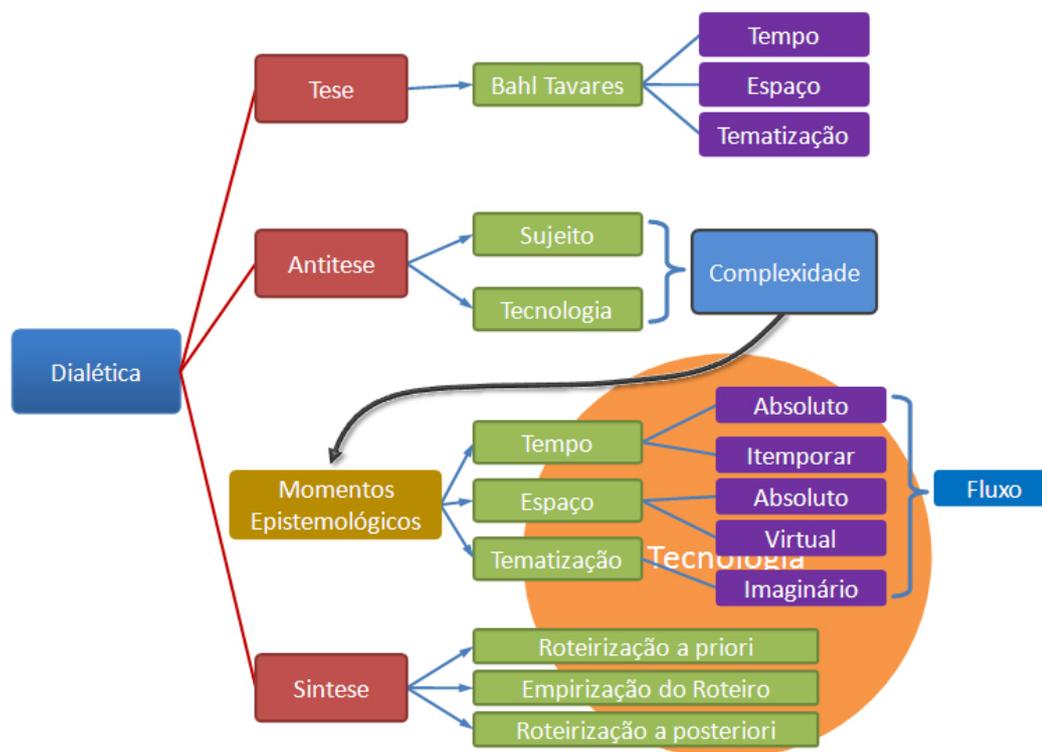


Figura 06: Estrutura do estudo (equalização teoria e método)
Fonte: Cisne, 2010

Considerado isso, sincronizando método e teoria, retornou-se às bases conceituais da literatura existente, outrora levantada, pensando sob uma perspectiva complexa para analisar o Roteiro Turístico, perguntando-se o que faz o roteiro ser Roteiro? Se a indicação de caminhos; se a inclusão de programação; ou a inclusão de serviços. A partir disso, percebeu-se que há uma insuficiência conceitual para a delimitação das definições, conforme pode ser observada na figura que segue:

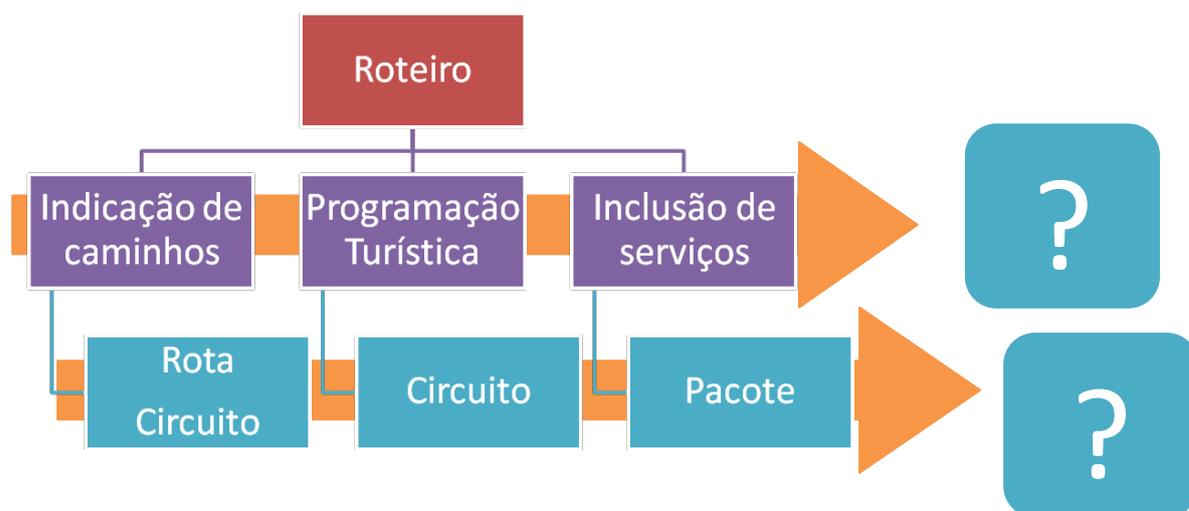


Figura 07: A complexidade no pensar Roteiro Turístico
Fonte: Cisne, 2010

A partir daí, do ponto de vista da análise crítica do Turismo, é necessário que se faça a distinção entre a existência do Roteiro Turístico e o valor do Roteiro Turístico. A proposta, então, é que o tema seja pensado sob as mesmas lógicas das novas abordagens epistemológicas do Turismo, que têm buscado separar a idéia de Turismo como mero produto e a de Turismo como fenômeno. Esse reducionismo na compreensão do Turismo seria consequência, como já ilustrado anteriormente, no capítulo quatro, de uma ambição tradicionalmente unitária do pensamento.

Considerando isso, retomam-se os princípios que levariam à reforma do pensamento, apresentado no capítulo um (p. 45). O exercício inclinado ao pensamento complexo permite que o princípio da ordem tenha sido transcendido pelo próprio encaminhamento metodológico desta investigação (Dialética e Complexidade). A opção por trabalhar com categorias de análise poderia trazer ambigüidades em relação à superação pelo princípio de separação. No entanto, a síntese trazida no quinto capítulo, revelando as três esferas do Roteiro Turístico revela o real sentido da frase “O todo é algo além da soma das partes”, revelando que o resultado (aqui encarado não como final mas como preliminar) deste percurso reflexivo apresentou o Roteiro Turístico não pela união das categorias para compor um conceito de

Roteiro Turístico, mas uma ligação de “descobertas” que possibilitou vislumbrá-lo de forma diferenciada. Esse reconhecimento de que a proposição de categorias foi insuficiente para conceituar Roteiro Turístico, mostrou-se necessário para compreendê-lo em sua complexidade, permitindo que se transcendesse o princípio de redução, reafirmado pelo surgimento no momento final de outra categoria: movimento. Novamente, o método dialético e a permissão que ele dá à contradição, ao conflito e à dúvida, sempre mostrados durante esta construção, refuta o princípio Dedutivo-indutivo-identitário.

O que se quis trazer aqui foram os questionamentos que surgiram ao longo do processo de construção deste estudo nas múltiplas facetas de um problema e pela ambição de examinar o Roteiro Turístico sob um olhar epistemológico, “as linguagens privilegiadas para descrever os fenômenos correspondentes, as lógicas concorrentes mobilizam óticas e sistemas de representação totalmente irreduzíveis uns aos outros” (ARDOINO, 2001, p. 484-5), ilustrando assim que a unidade e a diversidade encontram-se conciliadas no seio de uma *unitas multiplex*.

O Roteiro Turístico tem uma realidade *per se*, inerente à sua materialização. Isoladamente, sob o olhar pragmático, ele assume valor de mercado, mas não se pode esquecer que, frente às novas sensibilidades de Sujeitos que navegam pela era da tecnologia da informação, o Roteiro Turístico é dotado também de um valor social, intrínseco a sua existência relacional.

Os atrativos (turísticos ou não) asseguram a continuidade do tempo Turístico e da temporalização do Sujeito, o que é garantido pela sucessão dos eventos, dos fluxos, que, por sua vez, mudam o sentido de Tempo, criando novas temporalidades.

O roteiro turístico pós-moderno tem autonomia em sua existência, por sua essência corpórea, diferentemente do Roteiro Turístico tradicional que não tem autonomia de significação. A linha que marca a transição de paradigma de Roteiro Turístico do tradicional ao pós-moderno é bastante tênue, pois essa mudança de paradigma vem das diversas relações que mantém com os eventos (fluxos). E assim, na terceira esfera do Roteiro, o tempo testemunha a materialidade do Roteiro, sendo, simultaneamente, passado, presente e futuro. O roteiro turístico pós-moderno é ele próprio a expressão atual de experiências e eventos passados e de imaginários no futuro.

O desenvolvimento da pesquisa e a evolução do pensamento aqui proposto de, a partir da proposição de um entendimento de Roteiro Turístico que redimensionasse a compreensão das categorias tradicionais, com uma proposição humanística que incorporasse a lógica dos fluxos, deu margens à distinção entre SER roteiro turístico e VALER como roteiro

turístico. A valorização do roteiro esteve ligada, dentre outras coisas, à sua funcionalidade, como “cronograma” de viagens. Ao fim dessa jornada intelectual, pode-se chegar à proposição, baseado na distinção feita por Kubler (apud Santos, 2009), de olhar o Roteiro não mais sob seu valor sistemático, ou seja, considerando-o como um objeto dentro do Sistema Turístico, como uma síntese do Lugar; mas compreendê-lo sob seu valor absoluto, ou seja, pelas suas características intrínsecas e atributos que o apresentam como organizador de experiências.

Por analogia à proposta de Kluber, que propõe que se trabalhe com três coordenadas (lugar, idade e sequência) para entender a produção do espaço, indicam-se aqui as três coordenadas que poderiam ajudar do Roteiro Turístico pós-moderno: (NÃO-)LUGAR (espaço); SEQUÊNCIA (tempo); e EXPERIÊNCIA (Sujeito), que em consonância, dão margens à organização do fluxo. Primeiro, porque todo Roteiro se materializa no espaço, seja ele fixo (Lugar) ou fluxo (Não-Lugar). O Roteiro Turístico só existe no espaço geográfico, no momento em que ele se instala para ganhar a certidão de empirização.

A segunda, seqüência, é a que aponta com maior rigor à distinção entre o tradicional e o pós-moderno, já que a duração física de um roteiro não pode ser completamente conhecida com anterioridade, pois depende do comportamento dos Sujeitos em tal espaço, o que pode apenas ser imaginado pelo operador. A conexão existente entre os atrativos “merecedores” de serem visitados é dada pelo fluxo, ou seja, pela empirização do tempo.

Os fluxos são produto e resultante do espaço, da interpretação do Sujeito Turístico e de suas manifestações particulares. O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos e dos fluxos com a valorização diferencial dos lugares. Há ainda aquela seqüência de imaginário à viagem (planejamento do roteiro), materialização do deslocamento no espaço físico, e a construção do *moi*. Essa abre margem à terceira coordenada, a experiência, a qual se baseia na idéia de que é o INSTANTE que valoriza diferentemente o Roteiro, portanto, depende da compreensão de tempo lento e tempo rápido, apresentados no capítulo quatro, e da subjetividade de cada Sujeito, já que a cada momento, o valor da totalidade é mudado em função das percepções do indivíduo. Ou, seja, nada mais de panorama, somente uma visão, percepções, em que o tempo vem à tona antes de “desaparecer”, passando da cronologia a uma duração de tempo que se expõe instantaneamente.

Essa relação é clara no Roteiro Turístico Pós-Moderno, que dá margens ao imprevisto, pois abre espaço à processos que são negados no roteiro tradicional, cujo foco está em assegurar a incidência do acontecer. O roteiro turístico pós-moderno assume a possível

mudança das funções das coisas. Essa migração de valores não é aleatória. Ela revela as determinações pelas quais o roteiro tradicional busca encaixar-se nas formas preexistentes e criadas, podendo somente ser entendido como um modelo espaço-temporal.

A proposição de roteiro turístico sob três esferas: imaginal, no ato do planejamento; concretização, no ato do deslocamento, quando assume sua forma empírica, para a primeira esfera a idéia de desterritorialização (GASTAL, 2005) que, em um movimento dialético, é negada, na esfera seguinte, assumindo a postura de Santos (2009) segundo quem, o espaço jamais pode ser suprimido, pois a distância não é sua única dimensão. Pode-se falar em tempo turístico, mas na análise dos roteiros, sob as perspectivas aqui apresentadas, o mais correto seria falar em temporalidades.

As manifestações temporais e espaciais do Turismo são mais evidentes quando se concretizam os três estágios do roteiro turístico. Ou, do ponto de vista prático, quanto mais evidente for a montagem do Roteiro, pelo planejamento da viagem – da motivação à escolha dos destinos; a concretização do Roteiro – a viagem si; e o relato (oral ou escrito) das viagens, mais a complexidade do tempo vem à tona, já que é nesse terceiro estágio do Roteiro que a noção de tempo pelo passado, presente e futuro se encontram e se juntam, agora não mais em uma relação dialética, mas de complementaridade, conforme apontado no capítulo cinco.

Algumas questões ficaram em aberto neste estudo, ou ainda, foram tratadas de forma periférica. Justifica-se: o tema mostrou-se muito mais complexo do que imaginara à princípio, fazendo com o que o tempo de duração do mestrado fosse insuficiente para abordá-las com profundidade, ou ainda, impossibilitando debruçar-se sobre tais questões. Em função disso, não foi possível dedicar-se aos questionamentos que surgiram no momento final do percurso, ficando assim a proposta para continuação dos estudos.

No momento contemporâneo os viajantes têm acesso a uma variedade de tecnologias informacionais sem precedentes na história, que podem ser e comumente são, utilizadas em todas as fases da viagem, que são popularmente conhecidas como *travel-tech*⁹⁹, ou seja, o uso de tecnologias para facilitar e aprimorar as experiências de viagem, proporcionados não apenas por sites, mas também por aplicativos e dispositivos à disposição do Sujeito. Essas tecnologias podem ser utilizadas também nas três etapas do deslocamento: Pré-viagem, viagem e Pós-viagem. Essas três etapas são aqui apresentadas como forma de ilação entre o

⁹⁹ <<http://www.traveltechnologyshow.com/en/Exhibitor-Home.aspx?>>; <<http://www.traveltrends.biz/>>; <<http://traveltech2000.com/>>; <<http://www.traveltechnology.com/>>; <http://www.economist.com/blogs/gulliver/2010/06/business_travel_gadgets>; <<http://traveltechnology.blogspot.com/>>

que foi apresentado no capítulo três (Sujeito e Tecnologia) e o que foi apresnetado no capítulo cinco.

A Comunicação Mediada por Computadores, as redes sociais, as comunidade virtuais, unidas no que Castells denomina de espaço de fluxos, propicia a divisão desses três estágios de forma mais clara e acessível ao Sujeito Turístico Contemporâneo, o pós-turista, como denomina Molina (2003). Esse indivíduo possui o material necessário para Roteirizar sua viagem, com acesso a informações, serviços on-line de reservas de passagens, tickets, hotéis, referências de lugares (turísticos ou não, já que pode ter a indicação dos próprios moradores do Lugar sobre os espaços da cidade), cartografia georreferenciada dos lugares a serem visitados, demarcando assim, o primeiro estágio do Roteiro, a “viagem” (em sentido abstrato) em tempo e espaço virtual.

Na Pré-viagem, ou seja, planejamento; ou, como se convencionou denominar nesse estudo, a roteirização à priori, há sites como kayak.com¹⁰⁰, tido como um dos sites mais completos e acessível na busca por opções para comparar preços de passagens aéreas, de hotéis, de alugueís de carros, de cruzeiros, de férias e até mesmo de pacotes. Há ainda o iPhone App, que possibilita a digitalização de pontos de interesse, tornando dispensáveis as listas em papel que normalmente se perdem. Para começar, os viajantes têm a opção de selecionar a lista de pacotes pré-construídos para uma variedade de viagens comuns ou começar do zero para construir a sua própria. As listas pré-definidas podem ser facilmente deletadas, da mesma forma em que qualquer lista pode ser guardada como referência para a viagem de retorno, como os todos os dados sobre a partida. Esse estágio, conforme mencionado no quinto capítulo é marcado pela criação do imaginário sobre uma localidade até o desejo de evasão. Dentro desse contexto, destaca-se o site virtourist.com¹⁰¹ para pesquisa de informações básicas sobre o país de destino, acessar mapas de fácil leitura e até mesmo ver apresentações de slides de alta qualidade das cidades e locais que o Sujeito planeja ver mesmo estando longe. Embora esta forma de “turismo virtual”, conforme as ressalvas já feitas neste estudo, não possibilitam a experiência de estar no Lugar, esse site é uma ferramenta que pode auxiliar os Sujeitos na escolha dos pontos de interesse.

Durante a viagem, as mesmas funcionalidades que fazem do iPhone um excelente *gadget*¹⁰² para gerir a vida em uma base diária também se aplica a viagens. Construído como

¹⁰⁰ <http://www.kayak.com/>

¹⁰¹ <http://www.virtourist.com/>

¹⁰² Equipamento que tem um propósito e uma função específica, prática e útil no cotidiano. São comumente chamados de *gadgets* dispositivos eletrônicos portáteis como PDAs, celulares, *smartphones*, leitores de mp3, entre outros. Em outras palavras, é uma "geringonça" eletrônica (FONTE: Wikipedia.com)

um *Quadband*¹⁰³ *GSM smartphone*, o iPhone pode se conectar a redes de telefonia celular em todo o globo e mesmo o acesso de dados 3G, quando disponíveis, portanto não há necessidade de se preocupar em perder e-mails, textos, telefonemas ou mensagens Facebook enquanto estiver no percurso. Graças às suas ferramentas de localização de críticas, tais como rastreamento GPS, Google Maps, e uma bússola digital, no caso do 3GS, o iPhone é também uma excelente ferramenta para ajudar os viajantes a descobrir exatamente onde estão e navegar virtualmente em qualquer lugar; funciona também como um instrumento útil e câmera fotográfica de vídeo para documentar a viagem em uma embreagem e graças a uma biblioteca sempre crescente de aplicações, que tem potencial virtualmente ilimitado para fornecer aos turistas com qualquer informação ou entretenimento digital podem necessitar.

Em um segundo momento, a materialização dessa “viagem”, pelo deslocamento, tirando o roteiro do plano da abstração para sua empirização e, finalmente, com os relatos, incitando imaginários, alimenta o campo simbólico, por meio de suas narrativas e fotografias. Essa periodização, por assim dizer, do roteiro em três etapas atribui o sentido de viagem no espaço de fluxos, à viagem pelo espaço de lugares, com retorno ao imaginário.

Na Pós-viagem, ou, na roteirização à Posteriori têm-se os blogs, como espaço para relatos de viagem, assim como o *Flickr* como compartilhamento de fotos da sua viagem com amigos e familiares envolvidos geralmente transportam cerca de um maço de cópias, pelo menos, dois meses após seu retorno. Agora, na era da comunicação instantânea e fotografia digital, o *Flickr* é o melhor amigo de um guerreiro da estrada voltando. Além de ser um grande local de backup gratuito para fotos no caso de cópias localizadas são perdidos, fazer *upload* de imagens para o *Flickr* permite que os viajantes podem facilmente compartilhar fotos com qualquer um e todos de imediato. Além disso, se você está morto ainda em conjunto carregando fotos físico, também é um ótimo recurso para encomendar impressões ou a criação de livros personalizados e álbuns que podem ser enviadas à sua porta.

O computador e as demais tecnologias assumem o papel essencial para a materialização do roteiro turístico pós-moderno, mas vale resguardar que essas manifestações espaciais e temporais pós-modernas não anulam as demais práticas de pré-turismo ou do turismo industrial. Da mesma forma em que as novas percepções de tempo e espaço não são fruto do tempo homogêneo das tecnologias da informação, mas da experiência vivida por cada Sujeito. Essa discussão, no entanto, não se esgota aqui. É necessário uma análise mais detalhada e precisa, a partir da apreciação dos conteúdos desses tempos abstratos dos relógios.

¹⁰³ A vantagem de um *quad-band* é que ele vai funcionar em qualquer lugar do mundo em que exista uma operadora padrão GSM

Retomando o problema central de pesquisa¹⁰⁴ à luz dessas teorizações, emergem reflexões sobre a visão moderna de Tempo e Espaço, compreendidos, até então, como absolutos. Isso permite ressignificá-los sobre percepção pós-moderna de Tempo e Espaço permeados pela Tecnologia. Pode-se entender Espaço em sua acepção moderna, aqui chamado de espaço absoluto, que fora associado a território; esta não desaparece, mas passa a conviver com outras percepções, como a de espaço virtual. Da mesma forma, o tempo, antes associado à idéia de tempo cíclico e cronológico, também não desaparece, mas passa a conviver com outras sensibilidades, permitindo falar em tempo intemporal ou em realidade virtual.

Quanto ao Sujeito, analisando a história de desenvolvimento do Turismo, percebe-se que, no período tradicional, ele se desloca como sujeito solitário, na modernidade, a partir da organização das viagens em torno do lazer, impõem-se as viagens em grupo, programadas, guiadas e, à priori, sem nenhum tipo de problemas. Desenha-se a roteirização formalizada para o Turismo. E, assim, por meio do Turismo nasce um antagonismo apontado por Jané (2002) entre o estereótipo do *viajero* mitificado e o turista de rota programada.

Percebido isso, pode-se ancorar essas discussões para o âmbito dos Roteiros. Da mesma forma que Santos (2009, p. 92) afirma que “o espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso”, pode-se concluir que o Roteiro Turístico é muito mais do que a indicação metódica de caminhos a serem percorridos, ou mera indicação de atrativos merecedores de serem visitados. O Roteiro Turístico pode orientar o fluxo turístico, indicando caminhos e propondo, por meio da subjetividade, emoção e percepção de cada Sujeito que o realiza, atividades a serem vivenciadas ao longo do espaço físico percorrendo seus significados, atribuindo ao espaço, o sentido e o valor de Lugar. Essa idéia está representada na imagem que segue:

¹⁰⁴ “As categorias SUJEITO e (GEO)TECNOLOGIAS agregadas ao conceito de ROTEIRO TURÍSTICO contribuem para redimensioná-lo e equacioná-lo a uma construção epistemológica de Turismo que transcenda os limites mercadológicos e economicista e, particularmente, incorpore a lógica dos fluxos?”

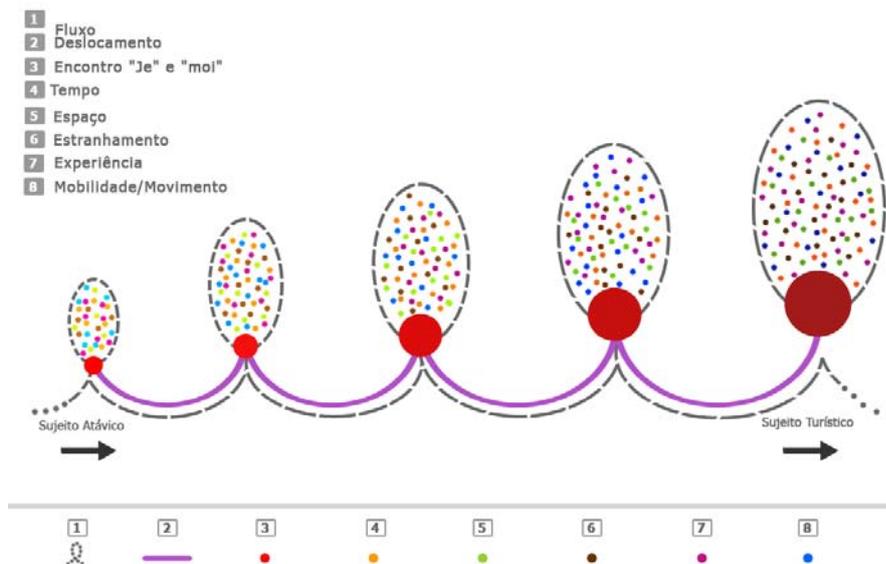


Figura 08: Espiral representativa da ressignificação das categorias de análise (Entendendo Roteiro Turístico)
Fonte: Cisne, 2010

A figura busca representar a ressignificação das categorias percebidas no conceito de Roteiro Turístico Tradicional (Tempo, Espaço), bem como a ressignificação das categorias percebidas no conceito de Turismo no momento contemporâneo (Estranhamento, Experiência e Mobilidade). Diferentemente do que foi apontado no capítulo cinco, essas categorias são agora ressignificadas não pela migração da percepção de espaço como absoluto para virtual; de tempo como absoluto para tempo intemporal. Mas as percepções individuais de tempo e espaço se modificam de acordo com o Lugar em que se está e com as experiências ali vivenciadas.

A categoria MOVIMENTO só foi percebida na construção do quinto capítulo, quando se retomou a epistemologia do turismo, o que, possivelmente, pode estar relacionada às discussões acerca das categorias Tempo e Espaço inicialmente percebidas na desconstrução do conceito tradicional de Roteiro Turístico, o que revelou limites desta pesquisa. Nesse sentido, o Movimento, igualmente ao Tempo e ao Espaço, mostra-se como categoria tradicional, principalmente por tomar sentido e significado ao estar a elas atrelada. Isso releva uma lacuna na pesquisa, que poderá, posteriormente, ser retomada. Percebe-se, nesse momento que, tradicionalmente, a categoria movimento esteve (e ainda mantêm-se) submetida às condicionantes tempo e espaço, portanto, aos fixos. No momento contemporâneo, essa categoria também passa a conviver com a condição de “significador” submetida à tecnologia para atribuir um novo sentido ao tempo e ao espaço, abrindo caminhos

para que se possa pensar os fluxos, dentro do espaço virtual, do tempo intemporal e das novas sensibilidades dos Sujeitos.

Assim, esta pesquisa abre novos questionamentos e novos caminhos a serem percorridos em estudos posteriores. Além das questões apontadas no decorrer deste texto, ao fim desta etapa indagou-se sobre a formação profissional e as novas demandas dos Sujeitos, quais seriam as habilidades e competências que precisariam ser desenvolvidas pelo agente para lidar com o Sujeito contemporâneo e suas novas sensibilidades? Indaga-se também sobre a categoria deslocamento e suas dimensões e perspectivas dentro da epistemologia do Turismo e da compreensão do Roteiro Turístico. Abrem-se caminhos para estudar com mais propriedade as nuances do Sujeito Turístico e do Sujeito Atávico, conforme lançado no capítulo cinco. E, da mesma forma, a questão da experiência e sua relação com o fluxo para a composição do que seria o Roteiro Turístico também necessita ser estudado com mais profundidade.

Nesse sentido, pode-se concluir que ainda há muito a ser percorrido para alcançar a complexidade do entendimento do Roteiro Turístico, partindo das questões aqui levantadas e, assumindo a dúvida e as indagações que irão surgir na próxima etapa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ALMER, Alexander; STELZL, Harald. Multimedia visualization of geoinformation for tourism regions based on remote sensing data. In: **Symposium on geospatial theory, processing and applications**. Ottawa, 2002.
- ANTUNES, J. R. & LANZER, R. A pedra basalto como atrativo turístico em roteiros temáticos para a Região Uva e Vinho. In: **Turismo em Análise**, v. 16, n. 2, 2005.
- ARDOINO, Jacques. A complexidade: In: MORIN, Edgar (Ed.). **O desafio do século XXI: religar os conhecimentos**. 3ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BALH, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004a.
- _____, Miguel. **Legados étnicos e ofertas turísticas**. Curitiba: Juruá, 2004b.
- _____, Miguel. **Roteiros e eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 03, 2005, Caxias do Sul, Anais... 1 CD-ROOM.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2003. 13ed.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
- BATTY, Michael. Apresentação: Geomatics in urban and regional planning: challenges and perspectives. In: ALMEIDA, C. M. de; CAMARA, G. e MONTEIRO, A. M. V. (org). **Geoinformação em urbanismo: Cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de textos, 2007.
- BENI, Mário Carlos. Sistema de turismo – SISTUR: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. In: **Turismo em análise**. v. 1, n. 1, maio 1999 (p. 15 a 34).
- _____, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6.ed. atual. São Paulo: SENAC, 2001. 523 p.
- _____, Mário Carlos. **Política e gestão estratégica do Turismo**. Caxias do Sul, UCS, 27 a 25 de novembro de 2009. Curso Política e gestão estratégica do Turismo.
- BIZ, Alexandre A; TODESCO, J. L.; DARÓS, Leandro. Projeto HARMO-TEN: Um Modelo de Inovação Tecnológica no Mercado Turístico Europeu. In: III CONFERÊNCIA AMFORHT PARA AMÉRICA LATINA, 2006, São Paulo. **Anais da III Conferência AMFORHT**. São Paulo, 2006.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia**: uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BOTICA, Natália; LEMOS, Francisco Sande; SANTOS, Maribel Yasmina. Desenvolvimento sustentado – património arqueológico e tecnologias de informação. In: Anais do I congresso internacional de investigação e desenvolvimento sócio-cultural. Cabeceiras de Basto, 2003.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

BRAMBATTI, Luiz E. **Roteiros de turismo e patrimônio histórico**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Roteirização Turística** – Módulo Operacional 7. Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 7**: Regionalização turística. Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Plano nacional de Turismo (2007-2010): Uma viagem de inclusão Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação): economia, sociedade e cultura) Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTROGIOVANI, Antônio Carlos. **Turismo e ordenação no espaço urbano**. In: CASTROGIOVANI, Antônio Carlos (org). Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, Antônio Carlos. Turismo x espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S.; CASTROGIOVANI, A. C. **Turismo na pós-modernidade**: desinquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____, Antônio Carlos A **Geografia do Espaço Turístico Como Construção Complexa da Comunicação**. 2004. 380p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2005

_____, Antônio Carlos. A COMPLEXIDADE DO ESPAÇO TURÍSTICO E A SUSTENTABILIDADE: A COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO < <http://www.unifra.br/pos/gestaoemturismo/downloads/Texto%20%20-%20A%20Complexidade%20do%20Espa%C3%A7o%20Tur%C3%ADstico%20e%20a%20Sustentabilidade.doc> > Acessado em 16/03/2010.

CÂMARA, Gilberto e DAVIS, Clodoveu. Introdução. In: CÂMARA, G. DAVIS, C. e MONTEIRO, A. M. V. (orgs). **Introdução à ciência da geoinformação**. 2005 Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>> Acessado em: 29/09/2007

CÂMARA, Gilberto e MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Conceitos básicos da ciência da geoinformação. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. **Introdução à ciência da geoinformação**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>> Acessado em: 04/03/2008

CÂMARA, Gilberto e QUEIROZ, Gilberto Ribeiro de. Arquitetura de sistemas de informação geográfica. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. **Introdução à ciência da geoinformação**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>> Acessado em: 04/03/2008

CÂMARA, Gilberto, et al. **Anatomia de Sistemas de Informação Geográficas**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/anatomia.pdf>>. Acessado em 04/03/2008.

CAMARGO, Zeca. **Isso aqui é seu: a volta ao mundo pelos patrimônios da humanidade**. São Paulo: Globo, 2009.

CENTENO, Rogelio Rocha. **Metodologia de la investigación aplicada al turismo**. México: Trillas, 1992.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. A produção acadêmica sobre Roteiro Turístico: um debate pela superação. In: Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 6, 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Aleph, 2009.

CISNE, Rebecca; OLIVEIRA, Ana Carolina. Relatos de viagem à luz do nomadismo e do turismo: uma análise das narrativas em três momentos históricos distintos. In: X Seminário Internacional de Comunicação, 2009, Porto Alegre. **Anais do X Seminário Internacional de Comunicação**, 2009.

CRAWSHAW, Carol e URRY, John. Tourism and the photographic eye. In: ROJEK, Chris; URRY, John (Ed.). **Touring cultures: transformations of travel and theory**. London: Routledge, 2000.

CREATO, Oficina de Roteiros. **Manual Técnico de Desenvolvimento e Operação de Produtos e Roteiros Turísticos**. 10. ed. Belo Horizonte. 2005.

CZIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow**. New York: Harper & Row, 1990.

_____, Mihaly. **Flow: The Classic Work on How to Achieve Happiness**, Rider, London: 2002

DE BOTTON, Alain. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DE LA TORRE. **El turismo, fenómeno social**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987

_____, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1995.

_____, Pedro. Habilidades do Século XXI. In: **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008.

EICHENBERG, Regia Maria Hermes. **Estudo das manifestações culturais coloniais do roteiro Cminhos de Boa Vista - subsídios para a oferta como turismo cultural em Santa Cruz do Sul-RS**. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Regia%20Eichenberg.pdf>>. Acessado em 20/10/2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o mini dicionário da língua portuguesa**. Coordenação de edição: Marina Bairt de Ferreira; equipe de lexicografia: Margarida dos Anjos. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FUSTER, Fernandez. **Teoría y técnica del turismo**. 4ed. Madrid: Nacional, 1972. Tomo I e II.

GASTAL, Susana. **Os lugares, não lugares e entre lugares da cultura e da identidade contemporânea**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <www.ucs.br/pos/cultus/textosg.pdf> Acessado em: 21/05/2008

_____, Susana. **Imagens e imaginários**

_____, Susana. **Nomadismo e turismo: Viagem como vida no espaço**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005b.

GASTAL, Susana e MOESCH, Maritschka Martini. **Turismo e políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: **Mana**. vol.3, n.1, 1997. pp. 7-39.

JACK, Gavin; PHIPPS, Alison. On the uses of travel guides in the context of German tourism to Sotland. In: **Tourist Studies**. v, 3. n, 3. London, 2003. p. 281-300

JAFARI, Jafar. La científicación del turismo. In: **Estudios y perspectivas en turismo**. Buenos Aires: CIET, v. 3, n.1, 1994. p. 7-36.

_____, Structure of tourism: three integrated models: In: WITT, Stephen F. & MOUTINHO, Luiz. **Tourism marketing and management handbook**. Inglaterra: Prentice Hall International, 1995

_____, Jafari. Bridging Out, Nesting Afield: Powering a new platform. In: **The Journal of Tourism Studies**. V. 16, N. 2, 2005.

JANÉ, Mariano Belemguer. **Periodismo de viajes: Análisis de una especialización periodística**. Comunicación social: ediciones y publicaciones: Sevilla, 2002.

KNAFOU, **Remy**. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: AUCITEC, 1996.

KOZINETS, R. **On Netnography: Inicial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture**. (1997). Disponível em: <<http://research.bus.wisc.edu/rkozinet/printouts/kozinetOnNetnography.pdf>>. Acesso em 20 out. 2007.

KROEBER, A. L. **The Nature of Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1952

LACROIX, Michel. **A cultura do eu e as suas armadilhas**. Disponível em: <<http://contadoresdestorias.wordpress.com/2007/11/28/a-cultura-do-eu-e-as-suas-armadilhas-michel-lacroix/>> Acessado em 16/03/2010.

LE MOIGNE, Complexidade e Sistema. In: MORIN, Edgar. **O desafio do século XXI: religar os conhecimentos**. 3ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001 (p. 473-480)

LEIPER, Tourism System. In: JAFARI, Jafar (Ed). **Encyclopedia of tourism**. Londres/Nova York: Routledge, 2000.

LE MOS, A. S. R. **Análise do agenciamento dos roteiros turísticos culturais em Ilhéus-BA: Uma abordagem econômica e sócio-cultural**. Ilhéus: UESC, 2005. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, 2005.

LICKORISH, Leonard; LENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAFFESOLI, Michael. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARTINELLI, Marcello & RIBEIRO, Mônica Patrícia. **Cartografia para o turismo: símbolo ou linguagem gráfica**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e desenvolvimento local (org.). São Paulo: Hucitec, 2002. 3ed.

MARTONI, Rodrigo Meira e VARAJÃO, Guilherme Fortes. Sistema de posicionamento global no turismo: aplicações, possibilidades e tendências. In: Anais do V Semintur, 2008.

MARQUETTO & SZALANSKI. **Roteiro Caminhos de Santiago das Missões: empreendedorismo e gestão**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercusul, 05, 2008, Caxias do Sul, Anais... 1 CD-ROOM.

MAZANC, Josef A.; ZINS, Andreas H.; e DOLNICAR, Sara. Análise do comportamento do turista com tipologias de estilo de vida e de férias. In: THEOBALD, William F. (org). **Turismo global**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 7.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo, Roca, 2001.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: MORIN, Edgar. **O desafio do século XXI: religar os conhecimentos**. 3ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 128 p.

_____, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 5ed.

MOREIRA, J. C.; SCHWARTZ, Gisele Maria. Sintonizando Sensações e Emoções com Roteiros Ecoturísticos. In: **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 17, 2006. p. 108-126

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Ana Clara Mourão; OLIVEIRA, Sérgio Penido de; LEÃO, Cláudio. Cartografia e geoprocessamento aplicados aos estudos em turismo. In: **Geomática**. Santa Maria, v. 1, n. 1, 2006.

NASSOUR, Alberto Cury. A roda: a maior invenção tecnológica. In: **Revista eletrônica de ciências**. n. 19. Maio / Junho de 2003. Disponível em: <http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_19/roda.html> Acessado em: 02/02/2009.

NODARI, Luciana Davi Traveso; BECKER, Tonia e CANALE, Daniela Proner. Aplicação do Geoprocessamento como ferramenta de auxílio ao turismo. In: Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC: Florianópolis, 2006.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PEDRON, F. de A.; ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. Avaliação do planejamento do turismo rural no roteiro nostra colônia, Jaguari-RS. In: **Revista Visão e Ação**. v. 10, n. 2, 2008.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001. x, 135 p.

REJOWSKI, Mirian e SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWKI, Mirian et al. Desenvolvimento do Turismo moderno. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

_____, Mírian. **Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x situação Brasileira.** 7ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROJEK, Chris; URRY, John. Transformations of travel and theory. In: ROJEK, Chris; URRY, John (Ed.). **Touring cultures: transformations of travel and theory.** London: Routledge, 2000.

SANSOLO, Davis Gruber; BACK, Gilberto. O ensino do geoprocessamento para estudantes de turismo: uma discussão sobre suas potencialidades. In: **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 05, 2008, Caxias do Sul, Anais... 1 CD-ROOM.

SANTIAGO, Rafaela Carvalho & NOVAES, Marlene Hubes. **Proposta de elaboração de roteiro turístico para o Litoral sul de Santa Catarina.** In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 03, 2005, Caxias do Sul, Anais... 1 CD-ROOM.

SANTOS, Milton. **Técnia, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 5 reimp. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS FILHO, João dos. Ordem régia de censura a roteiros turísticos do século XVIII: André João Antonil no índice. In: **Turismo em Análise.** v. 12, n. 1, 2001

_____, João dos. Thomas Cook: marco da historiografia dominante no turismo: Ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história. In: **Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul**, 02, 2004, Caxias do Sul. Anais... UCS, 2004, 1 CD-ROM.

_____, João dos. **Ontologia do turismo: estudos de suas causas primeiras.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

_____, João dos. Promoção e divulgação no Brasil Império: Turismo na Monarquia. In: **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 06, 2009, São Paulo. Anais... UAM, 2009, 1 CD-ROM.

SCHMIDT, Hatmut. **A arte de viajar: Considerações sobre a primeira viagem de Goethe à Itália em 1786.** [S.I]. [S.Ed], 1987.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário.** São Paulo: Sulina, 2003. 111 p.

TAVARES, Adriana de Menezes. **City-tour.** São Paulo: Aleph, 2002. Coleção ABC do turismo.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e profissional em turismo.** Campinas, SP: 1998.

TRIVINO, Eugênio. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do ciberespaço. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da (Org). **Para navegar no século XXI**: Tecnologias do imaginário e cibercultura. 3 ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

URRY, J. Turismo, Cultura e Desigualdade Social. In.: **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura – São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996. (Coleção Megalópolis).

VIRILIO, Paul. O resto do tempo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da (Org). **Para navegar no século XXI**: Tecnologias do imaginário e cibercultura. 3 ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

YASOSHIMA, José Roberto e OLIVEIRA, Nadja da Silva. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Turismo).

REFERENCIAS ELETRÔNICAS

AS AVENTURAS DE TINTIM. **Blog**. Disponível em: <<http://asaventurasdetintin.blogspot.com/2009/07/um-ano-de-aventuras-de-tintim.html>> Acessado em 02/05/2010.

BLOG DO VIAJANTE. **Blog**. Disponível em: <<http://www.blogdoviajante.com/>> Acessado em 25/02/2010

_____. **Flickr**. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/blogdoviajante/>> Acessado em 28/02/2010.

CAMARGO, Zeca. **Blog**. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo>> Acessado em 12/02/2010

_____, Zeca. **Descomplicando Tintim**. Postado por Zeca Camargo em 08 de fevereiro de 2007 às 13:17. Disponível em <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/?s=Descomplicando>>. Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **Onde estou?** Postado por Zeca Camargo em 07 de junho de 2007 às 15:08. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/06/07/onde-eu-estou/>>. Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **Lendo Bolaño em Túnis**. Postado por Zeca Camargo em 16 de julho de 2007 às 14:24 <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2007/07/16/lendo-bolano-em-tunis/>> Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **Onde nós estamos**. Postado por Zeca Camargo em 23 de outubro de 2008 às 12:24. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2008/10/23/onde-nos-estamos/>> Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **É por isso que eu viajo**. Postado por Zeca Camargo em 27 de outubro de 2008 às 14:21. <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/2008/10/27/e-por-isso-que-eu-viajo/>> Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **Isso é jeito de começar o ano? Perguntando onde eu estou?** Postado por Zeca Camargo em 04 de janeiro de 2010 às 12:39. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/?s=Isso+%C3%A9+jeito+de+come%C3%A7ar+o+ano+%3F+perguntando+onde+estou%3F>> Acessado em: 12/02/2010

_____, Zeca. **De fato, eu estava sim “pra lá de Marrakesh”**. Postado por Zeca Camargo em 07 de janeiro de 2010 às 15:39. Disponível em: <<http://colunas.g1.com.br/zecacamargo/?s+=Marrakesh>> Acessado em: 12/02/2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Memória virtual da Capes**. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/arquivos/>> Acessado em 10 de outubro de 2008.

COUCHSURFING. **Mission.** Disponível em: [<http://www.couchsurfing.org/people/mission.html/>](http://www.couchsurfing.org/people/mission.html/) Acessado em 09 de fevereiro de 2010.

DESVENDAR. **História do Turismo.** Disponível em: [<http://www.desvendar.com/especiais/historiadoTurismo/imperios_antigos.asp>](http://www.desvendar.com/especiais/historiadoTurismo/imperios_antigos.asp) Acessado em 30 de janeiro de 2009

FOR PEOPLE. **Blog.** Disponível em: [< http://xorai.blogspot.com>](http://xorai.blogspot.com) Acessado em 20 de março de 2010.

GOOGLE. **Informações corporativas.** Disponível em: [<http://www.google.com.br/corporate/index.html>](http://www.google.com.br/corporate/index.html) Acessado em 09 de fevereiro de 2010.

INTERNEY. **O que é Twitter. Pra que serve o Twitter.** Postado em Domingo, 27 de abril de 2008 Disponível em: [< http://www.interney.net/?p=9761875>](http://www.interney.net/?p=9761875) Acessado em 20 de maio de 2010.

KAYAK. Disponível em: [< http://www.kayak.com/>](http://www.kayak.com/) Acessado em 10/02/2010.

OLHANDO O MUNDO. **Blog.** Disponível em: [< http://olhandoomundo.wordpress.com/>](http://olhandoomundo.wordpress.com/) Acessado em 25 de março de 2010.

PUBLICITÁRIA E VIAJANTE. **Blog.** Disponível em: [<http://publicitariaeviajante.blogspot.com/>](http://publicitariaeviajante.blogspot.com/) Acessado em: 25/02/2010

_____. **Onde NÃO se hospedar no Rio de Janeiro.** Publicado em 26 de março de 2010. Disponível em: [<http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/03/onde-nao-se-hospedar-no-rio-de-janeiro.html>](http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/03/onde-nao-se-hospedar-no-rio-de-janeiro.html) Acessado em: 25/02/2010

_____. Onde ir e onde não ir em San Sebastian. postado em 4 de maio de 2010. Disponível em [<http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/05/onde-ir-e-onde-nao-ir-em-san-sebastian.html>](http://publicitariaeviajante.blogspot.com/2010/05/onde-ir-e-onde-nao-ir-em-san-sebastian.html) Acessado em: 25/02/2010.

THE ECONOMIST. **Travel Tech.** Jun 27th 2010, 16:06 by N.B. | WASHINGTON, DC Disponível em: [<http://www.economist.com/blogs/gulliver/2010/06/business_travel_gadgets>](http://www.economist.com/blogs/gulliver/2010/06/business_travel_gadgets) Acessado em 13 de julho de 2010.

TRAVEL TECH CONSULTIN. Disponível em: [< http://www.traveltechnology.com/>](http://www.traveltechnology.com/) Acessado em: 25/02/2010.

TRAVEL TECHNOLOGY. **Blog.** Disponível em: [< http://traveltechnology.blogspot.com/>](http://traveltechnology.blogspot.com/) Acessado em 10 de julho de 2010.

TRAVEL TECHNOLOGY EUROPE 2011. Disponível em: [< http://www.traveltechnologyshow.com/en/Exhibitor-Home.aspx? >](http://www.traveltechnologyshow.com/en/Exhibitor-Home.aspx?). Acessado em: 25/02/2010

TRAVEL TECHNOLOGY SERVICES. Disponível em [< http://traveltech2000.com/>](http://traveltech2000.com/) Acessado em: 10 de julho de 2010.

TRAVEL TRENDS. Disponível em: < <http://www.traveltrends.biz/>> Acessado em: 25/02/2010

TWITTER. **About**. Disponível em: <<http://twitter.com/about>> Acessado em 20 de maio de 2010.

VIRTOURIST. Disponível em: <<http://www.virtourist.com/>> Acessado em 20 de abril de 2010.

WIKIPEDIA. **Blog**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>> Acessado em 20 de maio de 2010.

WIKIPEDIA. **Gadget**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gadget>> Acessado em 02 de julho de 2010

_____. **Flickr**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Flickr>> Acessado em 20 de maio de 2010.

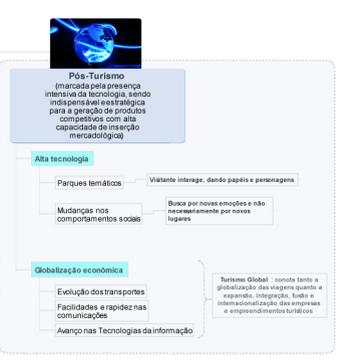
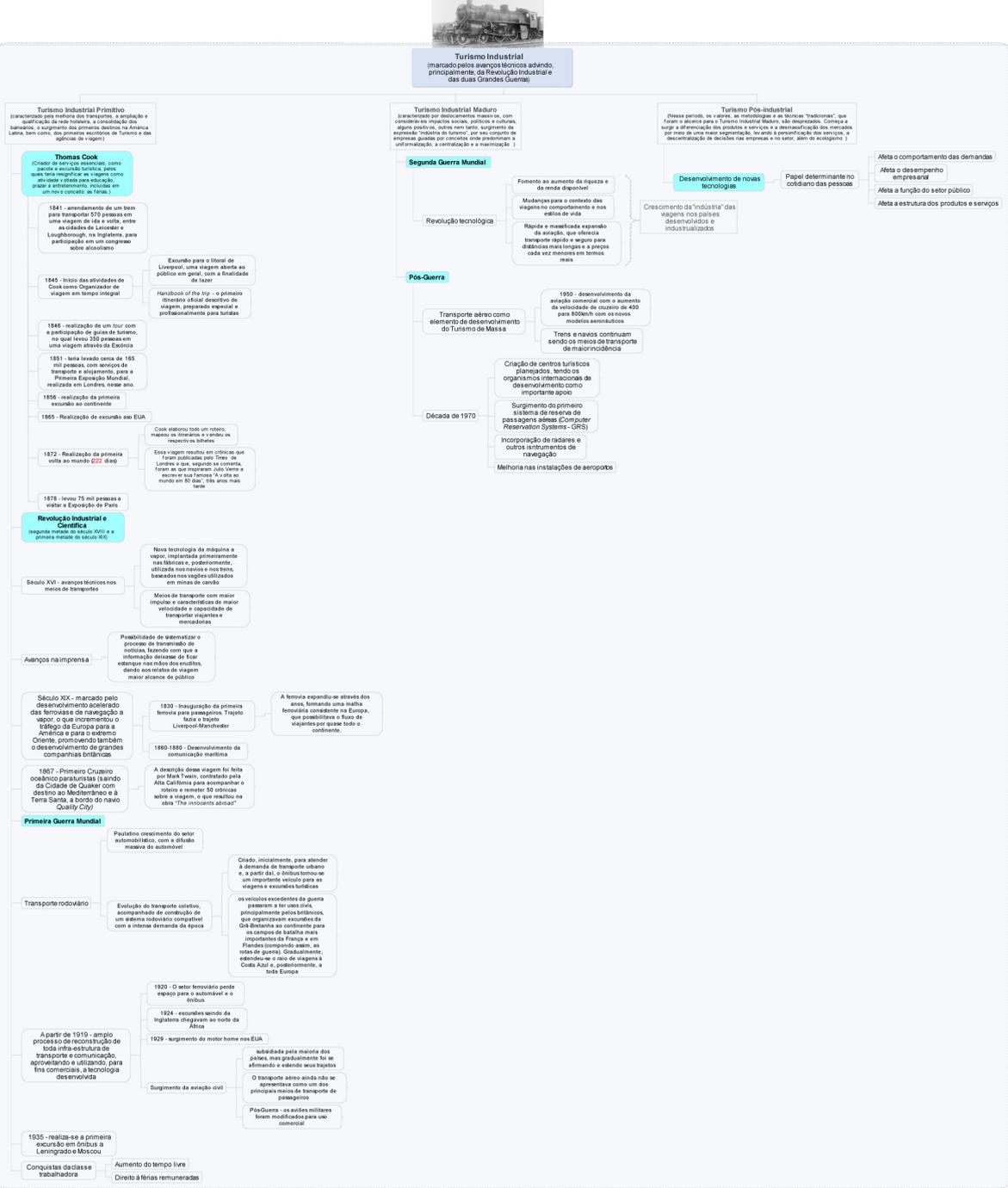
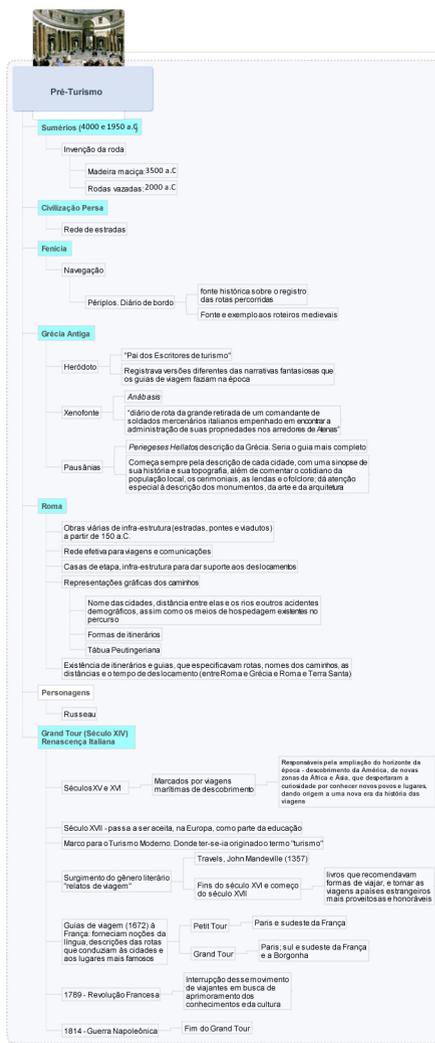
_____. **Versão beta**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vers%C3%A3o_beta> Acessado em 09 de fevereiro de 2010.

Quadro 01: Desenvolvimento Histórico do Turismo, segundo paradigma do Pós-Turismo

Período segundo Molina		Lickorish e Lenkins	Rejowski	Acerenza	Barbosa
Pré-Turismo		Pré-Histórico	Antecedentes das viagens e do Turismo	Antecedentes Remotos	Primeiros deslocamentos humanos Viagens Culturais – Grand Tour
Turismo Industrial	Turismo Industrial Primitivo	Era das ferrovias	Desenvolvimento do Turismo	Turismo a partir de meados do século 19 (1850)	Ressurgimento do balneário e o Turismo de Cura
		Entre Guerras	1900 a 1949 transição pelo crescimento e interrupção do fluxo turístico (Turismo em cenários de mudança);	Turismo depois da primeira guerra mundial	
	Turismo Industrial Maduro	Decolagem do Turismo	Grandes transformações, de 1950 a 1973, com o Turismo Massivo (Turismo em cenários de mudança)	Turismo depois da segunda guerra mundial	Modernização nos transportes: as estradas de ferro
			Novo cenário, de 1974 a 2005, com a emergência dos debates sobre sustentabilidade, globalização e as incertezas que envolvem o fenômeno (Turismo em cenários de mudança)	Turismo nas últimas décadas	
Turismo Pós-Industrial					
Pós-Turismo					

Fonte: CISNE, 2010

Linha do Tempo - História do Turismo



Anexo 01
Revista em Quadrinhos: As Aventuras de Tintim

